

DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Ano XXVIII - 8ª Legislatura

Suplemento do DCL Nº 195
Brasília, quinta-feira, 19 de setembro de 2019

Sumário

Seção 3

Ata Sucinta da 67ª Sessão Ordinária.....	3
Ata Circunstanciada da 67ª Sessão Ordinária.....	33
Ata Sucinta da 68ª Sessão Ordinária.....	57
Ata Circunstanciada da 68ª Sessão Ordinária.....	87
Ata Sucinta da 69ª Sessão Ordinária.....	139
Ata Circunstanciada da 69ª Sessão Ordinária.....	356
Ata Sucinta da 24ª Sessão Extraordinária.....	434
Ata Circunstanciada da 24ª Sessão Extraordinária.....	436
Ata Sucinta da 25ª Sessão Extraordinária.....	446
Ata Circunstanciada da 25ª Sessão Extraordinária.....	448



**CÂMARA
LEGISLATIVA**
DISTRITO FEDERAL

Mesa Diretora

Presidente: Deputado Rafael Prudente

Vice-Presidente: Deputado Delmasso

Primeiro Secretário: Deputado Iolando Almeida - Suplente: Deputado Jorge Vianna

Segundo Secretário: Deputado Robério Negreiros - Suplente: Deputado Roosevelt Vilela

Terceiro Secretário: Deputado João Cardoso - Suplente: Deputada Jaqueline Silva

Corregedor: Deputado José Gomes

Ouvidor: Deputado Daniel Donizet

Procuradora Especial da Mulher: Deputada Júlia Lucy



COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA	
Titulares	Suplentes
Presidente: Reginaldo Sardinha Vice-Presidente: Martins Machado Daniel Donizet Roosevelt Vilela Prof. Reginaldo Veras	João Cardoso Delmaso Robério Negreiros Hermeto Cláudio Abrantes
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS	
Titulares	Suplentes
Presidente: Agaciel Maia Vice-Presidente: José Gomes Eduardo Pedrosa Jaqueline Silva Júlia Lucy	Telma Rufino Roosevelt Vilela Daniel Donizet Iolando Almeida Leandro Grass
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS	
Titulares	Suplentes
Presidente: Martins Machado Vice-Presidente: José Gomes Iolando Almeida Fábio Felix Leandro Grass	Delmaso Robério Negreiros Jorge Vianna Arlete Sampaio Júlia Lucy
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	
Titulares	Suplentes
Presidente: Chico Vigilante Lula da Silva Vice-Presidente: João Cardoso Jorge Vianna Valdelino Barcelos Cláudio Abrantes	Agaciel Maia Reginaldo Sardinha Hermeto Eduardo Pedrosa Prof. Reginaldo Veras
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
Titulares	Suplentes
Presidente: Fábio Felix Vice-Presidente: Agaciel Maia Leandro Grass João Cardoso Iolando Almeida	Chico Vigilante Lula da Silva Robério Negreiros José Gomes Martins Machado Valdelino Barcelos
COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS	
Titulares	Suplentes
Presidente: Hermeto Telma Rufino Cláudio Abrantes Roosevelt Vilela Arlete Sampaio	João Cardoso Martins Machado Eduardo Pedrosa José Gomes Chico Vigilante Lula da Silva

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA	
Titulares	Suplentes
Presidente: Jorge Vianna Vice-Presidente: Telma Rufino Delmaso Prof. Reginaldo Veras Arlete Sampaio	Iolando Almeida Jaqueline Silva Valdelino Barcelos Hermeto Fábio Felix
COMISSÃO DE SEGURANÇA	
Titulares	Suplentes
Presidente: Roosevelt Vilela Valdelino Barcelos Robério Negreiros Chico Vigilante Lula da Silva Hermeto	José Gomes Jaqueline Silva Agaciel Maia Fábio Felix Reginaldo Sardinha
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
Titulares	Suplentes
Presidente: Eduardo Pedrosa Vice-Presidente: Jaqueline Silva Delmaso Robério Negreiros Júlia Lucy	Jorge Vianna Agaciel Maia Martins Machado Valdelino Barcelos Leandro Grass
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE	
Titulares	Suplentes
Presidente: Jaqueline Silva Vice-Presidente: Leandro Grass Martins Machado Eduardo Pedrosa Robério Negreiros Agaciel Maia	Telma Rufino Júlia Lucy Delmaso Reginaldo Sardinha Eduardo Pedrosa
COMISSÃO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA	
Titulares	Suplentes
Presidente: Valdelino Barcelos Vice-Presidente: Reginaldo Sardinha Eduardo Pedrosa Roosevelt Vilela Daniel Donizet	Delmaso João Cardoso Iolando Almeida Jaqueline Silva Jorge Vianna

atualizado em 09/01/2019

8ª Legislatura

Deputado Agaciel Maia
Deputada Arlete Sampaio
Deputado Chico Vigilante Lula da Silva
Deputado Cláudio Abrantes
Deputado Daniel Donizet
Deputado Delmaso
Deputado Eduardo Pedrosa
Deputado Fábio Felix
Deputado Hermeto
Deputado Iolando Almeida
Deputada Jaqueline Silva
Deputado João Cardoso

Deputado Jorge Vianna
Deputado José Gomes
Deputada Júlia Lucy
Deputado Leandro Grass
Deputado Martins Machado
Deputado Prof. Reginaldo Veras
Deputado Rafael Prudente
Deputado Reginaldo Sardinha
Deputado Robério Negreiros
Deputado Roosevelt Vilela
Deputada Telma Rufino
Deputado Valdelino Barcelos



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria Legislativa

L I D O
Em 22/08/2019
K

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA SUCINTA DA 67ª
(SEXAGÉSIMA SÉTIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 21 DE AGOSTO DE 2019**

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Chico Vigilante, Rafael Prudente e Iolando Almeida

SECRETARIA: Deputados Daniel Donizet e Iolando Almeida

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

INÍCIO: 15 horas e 10 minutos

TÉRMINO: 16 horas e 44 minutos

Observação: A lista de presença está anexa à ata.

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Chico Vigilante):

– Declara aberta a sessão.

1.1 LEITURA DE ATA

– Dispensada a leitura, o Presidente considera aprovadas, sem observações, as Atas da 66ª Sessão Ordinária e da 23ª Sessão Extraordinária.

1.2 LEITURA DE EXPEDIENTE

Observação: Os expedientes lidos estão anexos à ata.

– **Mensagem nº 212, de 2019**, de autoria do Governador do Distrito Federal.

– **Projeto de Lei nº 598, de 2019**, de autoria do Deputado Hermeto.

– **Indicação nº 2.178, de 2019**, de autoria do Deputado Daniel Donizet.

– **Moção nº 132, de 2019**, de autoria dos Deputados Telma Rufino e Roosevelt Vilela.

– **Moção nº 133, de 2019**, de autoria do Deputado Jorge Vianna.

Revisora:  ATA SUCINTA DA 67ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 21 DE AGOSTO DE 2019

Chefe do Setor: 

(SF/G/SN/SR/ToF)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

2

- **Requerimento nº 875, de 2019**, de autoria do Deputado Robério Negreiros.
- **Requerimentos nºs 876 e 877, de 2019**, de autoria da Deputada Júlia Lucy.

2 PEQUENO EXPEDIENTE

Observação: A íntegra dos discursos consta da ata circunstanciada desta sessão.

2.1 COMUNICADOS DE LÍDERES

DEPUTADO MARTINS MACHADO (não foi informado o bloco/partido)

- Comenta a trajetória de seu partido, o PRB, cuja alteração de nome foi homologada pela Justiça Eleitoral na semana passada.

DEPUTADO LEANDRO GRASS (não foi informado o bloco/partido)

- Critica o desmonte da Política Nacional do Meio Ambiente e o ataque a parceiros internacionais, por representantes do Governo federal, e clama por um olhar mais cuidadoso com a legislação ambiental.
- Destaca que diversos países já demonstraram ser possível conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e que alguns integrantes do setor produtivo do DF já desenvolveram essa consciência.
- Julga que o valor destinado ao meio ambiente no Orçamento do Distrito Federal está muito aquém do necessário, e apela a seus pares que apresentem projetos relacionados ao tema e destinem emendas para a área.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA, em nome do PSD

- Lamenta que o GDF não efetive a redução do interstício para promoção dos oficiais e praças da Polícia Militar, o que facilitaria o preenchimento de vagas e permitiria a prestação administrativa e operacional.
- Avisa que irá ao Tribunal de Contas do Distrito Federal e Territórios hoje para conversar com o Conselheiro Manoel de Andrade sobre a possibilidade de suspender um artigo do decreto que regula a redução de interstício dos oficiais do Corpo de Bombeiros.
- Promete lutar para que esse mecanismo deixe de ser prerrogativa do Executivo.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE, (não foi informado o bloco/partido)

- Rechaça a intenção do atual Governo Federal de privatizar empresas brasileiras.
- Condena a destruição do meio ambiente, que vem ocorrendo com as queimadas e o desmatamento da Amazônia.
- Repudia a postura do presidente Bolsonaro de intervir nos órgãos de controle do Brasil, para que a corrupção não seja investigada.

Revisora:



ATA SUCINTA DA 67ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 21 DE AGOSTO DE 2019

Chefe do Setor:



(SF/G/SN/SR/Tor)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



DEPUTADO HERMETO, (não foi informado o bloco/partido)

- Expressa seu apoio à reivindicação dos policiais militares quanto à redução do interstício exigido para promoções na corporação.
- Repudia calúnias de que tem sido vítima quanto a sua atuação em prol dos policiais.
- Divulga sua atuação perante o Governo para obter, em abril passado, a redução de interstícios necessária à promoção de diversos militares.
- Esclarece que, a despeito dos problemas recentes, preservará sua interlocução com o Governo com vistas a conquistar melhorias para os policiais como também para o restante da comunidade.
- Advoga a reformulação do plano de carreira dos policiais militares para que sejam corrigidos problemas

DEPUTADO REGINALDO SARDINHA, em nome do Avante

- Agradece ao Presidente, aos colegas e às autoridades presentes nas sessões itinerantes realizadas no Sol Nascente, na semana anterior, e parabeniza a equipe organizadora pela excelência do evento.

DEPUTADO FÁBIO FELIX, líder da minoria

- Elogia a Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou por Orientação Sexual ou contra a Pessoa Idosa ou com Deficiência – DECRIN pelo lançamento do protocolo POP – Procedimento Operacional Padrão, que orienta as delegacias a darem encaminhamento aos crimes de LGBTfobia.
- Defende a redução de Interstício para os servidores da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.
- Critica Ibaneis Rocha por não cumprir promessa de campanha em relação ao interstício dessas categorias.
- Repudia a violência ocorrida em Ceilândia, na última sexta-feira, contra um grafiteiro, que foi atacado por um grupo que estimula crimes de ódio no Distrito Federal.
- Informa que a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar está acompanhando o caso e apoiando a família da vítima, além das respectivas investigações junto às autoridades.

2.2 COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – PSB

- Critica a aquisição de veículos de luxo pelo Comando-Geral do Corpo de Bombeiros e ressalta a necessidade de novas viaturas e equipamentos de resgate na corporação.

Revisora:

S

ATA SUCINTA DA 67ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 21 DE AGOSTO DE 2019

Chefe de Setas:

JUBA Brignol

(SF/G/SN/SR/ToF)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

4

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – PT

- Focaliza o aumento dos danos infligidos ao bioma amazônico e denuncia a incúria do governo Bolsonaro em relação ao tema da preservação ambiental.
- Acusa o Governo Federal de negligenciar os problemas econômicos nacionais consubstanciados na recessão econômica e no desemprego existentes.
- Condena a dilapidação das reservas monetárias brasileiras bem como o favorecimento concedido aos banqueiros pelo Governo.
- Protesta contra a inépcia do atual ministro do Meio Ambiente e do Presidente Jair Bolsonaro.
- Opõe-se às privatizações pretendidas pelo Governo Federal.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – PT

- Reprova as regras propostas pelo GDF para emissão de alvarás no Distrito Federal, constantes do Projeto de Lei nº 580/2019, que altera o Código de Obras e Edificações do Distrito Federal, por considerar que provoca insegurança jurídica.
- Posiciona-se contrário à proposta, que julga ser inconstitucional, e clama a seus pares que votem pela rejeição do projeto de lei.

DEPUTADA JÚLIA LUCY – NOVO

- Anuncia o encaminhamento de pedido de informações ao Comandante do Corpo de Bombeiros do DF sobre a operação *Bombeiro Avançar*, em que carros da Corporação ficam distantes dos quartéis.
- Informa que a Procuradoria da Mulher encaminhou pedido de informações à Polícia Militar para esclarecimentos sobre um tiro disparado no joelho de uma mulher que estava andando na Estrutural.
- Explica a função da Procuradoria da Mulher na Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- Convida os presentes para participarem da edição da *Procuradoria da Mulher nas Cidades – PEM*, a realizar-se no Paranoá, no próximo sábado, dia 24.
- Comemora a aprovação, pela Câmara Federal, do projeto que institui a obrigatoriedade do agressor da mulher a restituir os custos decorrentes da agressão.
- Divulga a realização de audiência pública amanhã, às 19 horas, nesta Casa, para debater acerca da contratação de *startups* pelo poder público.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – PSOL

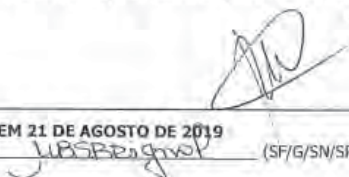
- Manifesta preocupação com a postura do atual Governo Federal em relação ao meio ambiente e à situação da Amazônia.
- Considera absurda a afirmação do Presidente da República de que são as ONGs internacionais ou os ativistas de meio ambiente que estão promovendo as queimadas na Amazônia.

Revisora:

S

ATA SUCINTA DA 67ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 21 DE AGOSTO DE 2019

Chefe do Setor:



(SF/G/SN/SR/Tor)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

5



– Assevera que o atual Governo tem desrespeitado os povos indígenas originários do nosso país ao autorizar, no discurso, a garimpagem em território indígena.

– Desaprova a gestão do atual Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, afirmando que ele desrespeita todas as evidências científicas.

– Solicita que esta Casa se mobilize em torno do tema, para trazer o debate da Amazônia ao Distrito Federal.

DEPUTADO LEANDRO GRASS – REDE

– Corrobora as manifestações em prol da preservação do meio ambiente.

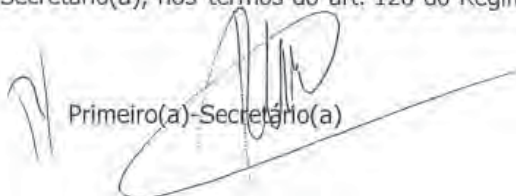
– Explana os pressupostos democráticos que demandam diálogo e tolerância ao dissenso e, em contraste, rejeita a tendência autoritária disseminada atualmente, da qual é exemplo a conduta do Governador Ibaneis Rocha em relação aos deputados distritais.

3 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Rafael Prudente):

– Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a)-Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

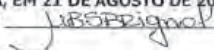

Primeiro(a)-Secretário(a)

ATA SUCINTA DA 67ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 21 DE AGOSTO DE 2019

Revisora:



Chefe do Setor:



(SF/G/SN/SR/ToF)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

6

ANEXO I

LISTA DE PRESENÇA

Revisora: S ATÁ SUCINTA DA 67ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 21 DE AGOSTO DE 2019
Chefe do Setor: J. B. Signoret (SF/G/SN/SR/Tof)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



Recabido

Em 22/08/2019 às 10h49

Sector de Tramitação, Ata e Sûmula - SETAS

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

LibsB signol
137.188.45
LibsB signol

LISTA DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS

Sessão Ordinária: 67ª Data: 21 de agosto de 2019

Início: 15 horas 10 minutos Encerramento: 16 horas 44 minutos

DEPUTADOS - LEGENDAS			DEPUTADOS - LEGENDAS		
AGACIEL MAIA	-	PR	JORGE VIANNA	-	PODEMOS
ARLETE SAMPAIO	-	PT	JOSÉ GOMES	-	PSB
CHICO VIGILANTE	-	PT	JULIA LUCY	-	NOVO
CLAUDIO ABRANTES	-	PDT	LEANDRO GRASS	-	REDE
DANIEL DONIZET	-	PSDB	MARTINS MACHADO	-	PRB
DELMÁSSO	-	PRB	PROF. REGINALDO VERAS	-	PDT
EDUARDO PEDROSA	-	PTC	RAFAEL PRUDENTE	-	MDB
FÁBIO FÉLIX	-	PSOL	REGINALDO SARDINHA	-	AVANTE
HERMETO	-	MDB	ROBÉRIO NEGREIROS	-	PSD
IOLANDO ALMEIDA	-	PSC	ROOSEVELT VILELA	-	PSB
JAQUELINE SILVA	-	PTB	TELMA RUFINO	-	PROS
JOÃO CARDOSO	-	AVANTE	VALDELINO BARCELOS	-	PP
<i>Jaqueline</i> JAQUELINE MELO BONFIM Matrícula nº 22.833 Chefe da Divisão de Taquígrafia e Apoio ao Plenário			<i>Manoel Avaro da Costa</i> MANOEL AVARO DA COSTA Matrícula nº 15.930 Chefe da Secretaria Legislativa		

ATA SUCINTA DA 67ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 21 DE AGOSTO DE 2019

Revisora: _____ Chefe do Setas: *LibsB signol* (SF/G/SN/SR/ToF)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



8

ANEXO II

EXPEDIENTE LIDO NA 67ª SESSÃO ORDINÁRIA

Revisora:  ATÁ SUCINTA DA 67ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 21 DE AGOSTO DE 2019
Chefe do Setor:  (SF/G/SN/SR/ToR)

SETAS - 000009



LIDO
Em, 21/08/19
Jama
Secretaria Legislativa

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

MENSAGEM

N.º 2/2/2019- GAG

Brasília, 20 de agosto de 2019.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do art. 74 combinado com o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e conforme dispõe o art. 206, § 2º, do Regimento Interno dessa excelsa Casa, sancionei o **Projeto de Lei nº 506/2019**, que **"Altera a Lei nº 6.216, de 17 de agosto de 2018, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2019 e dá outras providências"**, o qual se converteu na Lei nº 6360 de 19 de agosto de 2019, publicado no DODF nº 157 de 20 de agosto de 2019.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e respeito.

Atenciosamente,


IBANEIS ROCHA
Governador

21/08/19

A Sua Excelência o Senhor
DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
NESTA

SETAS - 000010



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

LEI Nº 6.360 DE 17 DE AGOSTO DE 2019.

(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Altera a Lei nº 6.216, de 17 de agosto de 2018, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2019 e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica alterado, na Lei nº 6.216, de 17 de agosto de 2018, o anexo IV – Despesas de Pessoal Autorizadas a Sofrerem Acréscimos, na forma do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 17 de agosto de 2019.
131º da República e 60º de Brasília


IBANEIS ROCHA

157 20 8 19

> SETAS - 000011 <

Anexo Único, que altera o Anexo IV da Lei nº 6.216, de 17 de agosto de 2018

**ANEXO IV
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019
DESPESAS DE PESSOAL AUTORIZADAS A SOFREREM ACRÉSCIMOS
(LDO, art. 41)**

AUTORIZAÇÕES ESPECÍFICAS DE QUE TRATA O ART. 41 DA LDO PARA 2019, CONSOANTE O DISPOSTO NO ART. 169, § 1º, II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A realização das medidas constantes deste Anexo fica condicionada à observância dos limites para cada um dos poderes, na forma do art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, apurados no exercício de 2019 e seguintes, bem como à disponibilidade orçamentária e financeira.

DISCRIMINAÇÃO	ACRÉSCIMOS AUTORIZADOS		
	2019	2020	2021
II. ALTERAÇÃO DE ESTRUTURA DE CARREIRAS E AUMENTO DE REMUNERAÇÃO			
1. PODER LEGISLATIVO			
[...]	56.120.968	46.606.678	45.978.704
1.2 - Tribunal de Contas do DF			
[...]	28.493.344	18.536.282	17.691.310
1.2.2 - Projeto em elaboração (Projeto S/N)			
***** Reestruturação da Carreira Controle Externo	0	0	0

(*****] Projeto de Lei a ser encaminhado pelo TCDF à CLDF. Os itens referentes aos acréscimos autorizados para os exercícios de 2019, 2020 e 2021 encontram-se zerados em virtude de a reestruturação proposta pelo TCDF não acarretar aumento de despesa.

1



> SETAS - CÂMARA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESIDÊNCIA
Secretaria Legislativa



(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Altera a Lei nº 6.216, de 17 de agosto de 2018, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2019 e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA:

Art. 1º Fica alterado, na Lei nº 6.216, de 17 de agosto de 2018, o anexo IV – Despesas de Pessoal Autorizadas a Sofrerem Acréscimos, na forma do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 15 de agosto de 2019

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE
Presidente



SETAS - 000013 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PROJETO DE LEI PL 598 /2019 2019
(Do Senhor Deputado ...eto)

LIDO
Em 21/08/19
Assinatura
Secretaria Legislativa

Dispõe sobre a integração dos sistemas e bancos de dados dos órgãos de segurança pública do Distrito Federal.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Fica estabelecido o prazo máximo de 1 ano da publicação desta Lei para integração dos sistemas e bancos de dados dos órgãos de segurança pública do Distrito Federal.

Parágrafo único. Devem contar do rol de integração, obrigatoriamente, os sistemas:

- I - Sistema Gerenciador de Ocorrências - SGO, da Secretaria de Estado de Segurança Pública;
- II - Millenium e Siapen, da Polícia Civil do Distrito Federal;
- III - Gênese, da Polícia Militar do Distrito Federal;
- IV - Fênix, do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal; e
- V - Getran/CCOTRAN-GERCOP, do Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

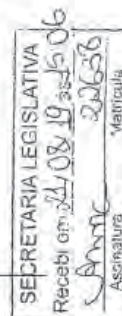
Art. 2º A Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal deve envidar esforços para realizar convênios para integração com sistemas e bancos de dados dos órgãos de outros entes da federação, especialmente com os integrantes operacionais do Sistema Único de Segurança Pública.

Art. 3º O não cumprimento do prazo de integração, previsto no art. 1º, e a recusa ou omissão, sem justificativa adequada, do previsto no art. 2º, importam em crime de responsabilidade das autoridades competentes.

Parágrafo único. Considera-se omissão as solicitações, requisições e disponibilizações, recebidas de órgãos de outros entes federativos, com intuito de promover integração de sistemas ou bancos de dados, não respondidas no prazo máximo de 30 dias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.





» SETAS - 000014 «



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

JUSTIFICAÇÃO

O Distrito Federal possui hoje um dos maiores e talvez, o mais ineficiente serviço de utilidade pública, na área de Segurança Pública, do país. Muito embora a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal, tenha em sua estrutura orgânica a Central Integrada de Atendimento e Despacho – CIADE, os órgãos que a compõe não se comunicam, não compartilham informações, bancos de dados, etc.

Há uma desvirtualização de sua função precípua: a integração dos órgãos da estrutura da Segurança Pública no DF. A PCDF, o Detran/DF, o DER/DF e SAMU, não comunicam suas ações e não existem procedimentos operacionais adotados em conjunto.

Integração, de fato, só há entre a Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do DF. O oficial superior regula, coordena e controla os atendimentos prestados à sociedade brasiliense, e, em suas tomadas de decisões poderão ser responsabilizados judicialmente, seja por sua ação ou omissão. Obrigação esta não ocorre nas outras instituições, onde seus servidores não dispõem de autonomia administrativa e não possuem um chefe operacional.

Um banco de dados unificado, através do qual todas as forças de segurança possam obter informações importantes para a tomada de decisões e planejamento de ações, como números de crimes, áreas críticas, veículos em busca e pessoas procuradas pela justiça por exemplo, é de suma importância e oferecerá a necessária vantagem entre o crime e o seu combate. A partir da visualização dos cenários do banco de dados, poderão ser escolhidas soluções rápidas, simples, seguras, completas e inteligentes que permitirão que as forças de segurança estejam sempre na vanguarda para a tomada de decisões.

Ante o exposto, conclamo os demais parlamentares a apoiarem e aprovarem a presente proposição.

Sala das sessões em,



Deputado Hermeto
MDB



BETAG - 000015

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DANIEL DONIZET

L I D O
Em, 24/08/19
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 2178/2019, DE 2019
(Do Senhor Deputado DANIEL DONIZET)

Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal que, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde, promova a construção de Unidade de Pronto Atendimento (UPA) na Região Administrativa do Gama – RA II

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do artigo 143 do seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal que, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde, promova a construção de Unidade de Pronto Atendimento (UPA) na Região Administrativa do Gama – RA II.

JUSTIFICAÇÃO

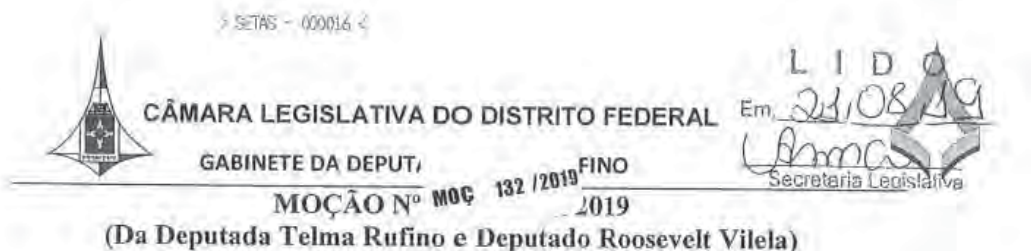
A Região Administrativa do Gama – RA II ainda não tem Unidade de Pronto Atendimento, o que tem gerado muitas reclamações da população, já que essa espécie de posto de saúde é importante e ajuda a diminuir as filas nos hospitais, principalmente quando se trata de casos de menor complexidade.

Além disso, não custa lembrar que as unidades de saúde e o hospital do Gama não têm sido suficientes para atender toda população daquela região, e a criação de Unidade de Pronto Atendimento, que tem atendimento 24h, certamente ajudará a diminuir a carência nessa área.

Por se tratar de justo pleito da população, solicito o apoio dos nobres pares no sentido de aprovarmos a presente indicação.

Sala das Sessões, em ...


DEPUTADO DANIEL DONIZET
PSDB/DF



Manifesta votos de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Distrito Federal, e pela brilhante trajetória profissional de cada um, os corretores de imóveis, que menciona:

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres Pares parabenizar, pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Distrito Federal, e pela brilhante trajetória profissional de cada um, os corretores de imóveis que menciona:

Acher Henrique Rodrigues
Aguida Maria Alves Fontes
Alessandro Bertoletti Jardins
Antônio Domingos Bispo Júnior
Antônio Guedes Alcoforado
Atila Jozsef Amorim Cseke
Carlos Alberto Magalhães
Claudia Ninhaus de Freitas
Davi Alves de Carvalho
Diego Henrique Gama
Diva Maria Ramalho dos Santos Evangelista
Edilson Vieira de Lima
Elisaldo Costa Miranda
Elisangela Carvalho Alves
Elizabeth Barbosa de Queiroz
Evaldo Silva de Andrade
Evyo Guedes Pereira Filho
Fabrício Fayad André

Manoel de G. 11/9/19





SEI/AS - 000017

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DA DEPUTADA TELMA RUFINO



Felipe de Arruda Vieira
Fernanda Conde Mourão

Fernando Alves Gertrudes
Francineide Alves Barbosa
Francisco Carlos Lima
Gabriela Pereira Salgado
Geraldo Francisco do Nascimento
Gileno Moyses Santos Junior
Glauber Santos do Nascimento
Gustavo Henrique Dutra da Costa
Heder Knupfer da Silva
Helder Souza Perazzo Junior
Iraides Pereira da Silva Santos
Iris Dalva Magalhaes Nascente
Isau Joaquim Chacon
João Gabriel Campos Neto
Jonathan Tavares
Jorge Rodrigues do Nascimento
José Augusto Tucci Nunes
José Batista de Araújo
José Carlos de Carvalho
José Carlos Rangel de Almeida
José da Silva Garrote
José Everaldo de Sousa
José Iron Vieira da Cruz
José Renério da Silva Filho
Josivaldo Rodrigues Lopes
Juan Fernando Oliveira Fonseca
Judivan Bento dos Santos Junior
Júlio Cesar Delamôra
Jusciley Maria Ferreira Zeidan
Leandro Bruno Costa





> SETAS = 000018 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DA DEPUTADA TELMA RUFINO



Leonardo Araújo dos Santos Cardoso
Leonardo Carvalho Pessoa Guerra
Leyr Silva
Lucélia Maria Fernandes Marques
Luciano Figueiredo da Luz
Luiz Antonio Veiga dos Santos
Luiz Ricardo Zotta Lopes
Luzia Maria Silva Mello
Marcelo Caus Sicoli
Marcelo Fernandes da Silva
Márcio Alexandre Garcia Dias
Marcos França Campos
Marcos Sebastião Dos Santos
Marcus Vinicius Neves Martins
Marcus Vinicius Scalercio
Maria Alice da Silva
Maria Aparecida Coelho Araújo
Maria Margarete Corrêa Barbosa
Mário Soares de Sousa
Maura Valéria Nunes Rosa
Meilane de Fátima Duarte Almeida Rocha
Nelson Lugo Sorace
Patrícia Marques de Melo
Pedro Ferreira Batista
Raquel Maria de Paula Guimarães
Reginaldo Barra da Silva
Ricardo Leo Valim Porto
Roosevelt Dias Beltrão
Samuel Gonçalves do Carmo
Sandra Cristina Dias Santos Knupfer
Sebastião Saraiva Gomes
Soraya da Silva Borges
Suziley Borges Gomes
Suziley Borges Gomes da Silva





SEFAS - 000019-6

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA TELMA RUFINO



Terezinha de Jesus Rodrigues
Túlio Resende Nascente
Valdenísio Pereira da Silva
Victor Papa Pereira Pinto
Victor Sanderson Pereira Nunes
William Lima Martins
Willian Rosemberg Leite
Zezito Saraiva Gomes
Zulene Conceição Ferreira da Silva

JUSTIFICAÇÃO

Cada homem e cada mulher deve aprender a olhar para os outros com os olhos de Cristo, trabalhando por eles, lutando por eles, sacrificando-se por eles.

O profissional consciente e responsável não se furta ao cumprimento de seu dever. Os corretores citados não medem esforços para desempenhar as suas funções, procurando sempre atender o cliente da melhor maneira possível.

A Câmara Legislativa reconhece a importância do trabalho desenvolvido pelos corretores, o que fica registrado com a aprovação desta proposta. Assim, espero contar com o apoio de todos os Parlamentares desta Casa para aprovação.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 2019.



TELMA RUFINO – PROS DF

Deputada Distrital



ROOSEVELT VILELA - PSB

Deputado Distrital



SEIAS - 000020

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO JORGE VIANNA

LIDO
Em 28/08/19
Jorge Vianna
Secretaria Legislativa

Moção Moç 133 /2019 /2019
(Do Sr. Deputado Jorge Vianna)

**Parabeniza e manifesta votos de louvor
as pessoas que especifica, pelos
relevantes serviços prestados à
população do Distrito Federal, na
ocasião da sessão Solene em
comemoração aos 38 anos do Hospital
Regional de Ceilândia - HRC"**

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Nos termos do art. 144 do Regimento Interno desta casa, proponho aos nobres pares a moção de louvor as pessoas que se especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, na ocasião da sessão solene em comemoração aos 38 anos do Hospital Regional de Ceilândia - HRC.

Adenira Mendes Da Silva Freire
Adilton Vilalva Conde
Agda Kelly Pereira de Oliveira
Agrícia Lurdes Machado
Alana Carvalho Oliveira
Alcirene Aires Moura
Andrea Gomes Alves Dos Santos
Andreia Alves Mendonça
Annelice Silva Oliveira
Antonia Maria Marques Dos Santos
Ariane Karina Baccaren Arnaut Cordova
Aridan Fernandes De Almeida
Aurea Isabel Silva Torres
Benvinda Ribeiro Lima
Brunna Dayane Felix De Oliveira

SECRETARIA LEGISLATIVA
Recebido em 28/08/19
Jorge Vianna
Secretaria Legislativa

H



> SETAS - 000021 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO JORGE VIANNA



Carmem Delamar Rocha Dias
Catharina Miranda Ferreira
Claudilene De Sousa Aécio
Cristiane Maia Pereira Nunes
Cristiane Resende De Souza Ueira
Daniel Soares Nery
Darci José De Oliveira
Edicarlos De Sousa Silva
Elizabeth Guedes Oliveira
Elizabeth Silva Placce
Elma Oliveira Da Silva
Ely Vilalva Conde
Evandro Dias Cabral
Fabia Jane Barcelos Camargo
Fabiola Alexandra Jares Da Costa
Fernanda Angelica Da Silva
Flávia Granja Da Silva
Francisca Elizangela Alves Teixeira
Francisca Maria Monteiro
Genilde Cotrim Da Silva
Gorete De Aguiar De Holanda
Helder Willian De Assis Gomes
Ismeralda Francisco Da Silva Moreira
Jane Ferreira Dos Santos
Jeane Maria Alves Santos
Joana Beserra Da Silva Mota
João Narcizo Junior
Jocilene Pereira Furtado
José Cândido Batista Dos Santos
José Jakson Silva Júnior
José Lucier Sousa Lima
José Reis Lima Ribeiro
Joselina Alves Ferreira
Letícia Germano Da Silva Sousa
Lídia De Almeida Costa
Luciana Alves Brito De Oliveira
Luciana Perreira Diniz
Luciara Mauren Alves Cesario
Luiza Helena Anacleto Félix
Luzineide Dos Santos
Luzinete Monteiro Colatino
Marcelo Correia Da Silva Torres
Marciley Lemos Mendanha





SETAS - 000022

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO JORGE VIANNA



Maria Alice Nascimento Dos Santos Santana
Maria Aparecida Da Silva
Maria Aparecida Maia
Maria Auxiliadora Carvalho E Silva
Maria Das Neves Lima
Maria De Fátima Reges Da Cunha
Maria De Lourdes Avelino Granja Silva
Maria Helena De Lurdes
Maria Solange Santos Félix
Marli Santos Duarte
Marta Vieira De Araújo Freire
Massilon Gomes De Lima
Michelle Flores Oliveira Carvalho Barbosa
Mirian Januário
Nádia Da Silva Congiu
Neurilene Clarentino Pedroza Dos Santos
Nilza Adélia Da Costa
Nilza Nunes Monteiro
Noemia Correia Dos Santos
Orleine De Oliveira Freitas
Raimunda Maria P.R. Bandeira
Raquel Silva Amorim
Rosa Maria Paulino Da Silva Americano Do Brasil
Rosele Santana Da Rocha
Roseli mende de Sousa
Sandra Aparecida Ivo E Silva
Soraia Regina De Freitas Nascimento
Tânia Alencar Alvarenga
Tânia Maria Andrade
Tatiane Bezerra E Silva Técnico
Vanderson Rodrigues Moreira
Vania Borges Goudinho
Vera Lucia Ferreira
Marcelo Rodrigues Da Silva
Creusa Pinheiro De Sousa
Waldes Alves De Sousa

4

JUSTIFICAÇÃO

Conforme requerimento aprovado no âmbito desta Câmara Legislativa do Distrito Federal, será realizada Sessão Solene, externa, no dia 26 de agosto de 2019,



SETAS - 000023

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO JORGE VIANNA



às 10h, no auditório do Hospital Regional de Cellândia, em homenagem ao 38º aniversário do HRC.

A mencionada homenagem foi idealizada considerando a trajetória de serviços de saúde oferecidos à população do Distrito Federal, durante esses quase 38 anos de existência, desempenhados com competência por parte das equipes de profissionais

da saúde, que tem como finalidade a proteção a vida das pessoas e garantir a qualidade no atendimento no SUS, realizam atendimentos de urgência e emergência 24h por dia.

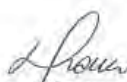
Prestar estes importantes serviços de saúde só foi possível com o empenho de capital humano, que são o maior bem, os quais devem estar motivados e serem valorizados.

Os profissionais mencionados vêm desempenhando suas atividades com louvor, não medindo esforços para atingimento da eficiência na prestação de serviços de saúde, por isto são merecedores de destaque, razão pela qual proponho a exaltação, materializada por meio da presente moção de louvor.

Por todo o exposto, requeremos o apoio dos nobres parlamentares desta Casa de Leis, para aprovação da presente Moção.

Sala das Sessões,

de 2019.


Jorge Vianna
Deputado Distrital
Podemos - DF



SETAS - 000024 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS

L I D O
Em, 21/08/19
[Assinatura]
Secretaria Legislativa

RQ 875 /2019

REQUERIMENTO

E 2019.

(Do Senhor Deputado ROBÉRIO NEGREIROS)

**REQUER A REALIZAÇÃO DE
AUDIÊNCIA PÚBLICA, PARA
DISCUTIR A ATRIBUIÇÃO DO NOME
GOVERNADOR JOAQUIM RORIZ, À
PRAÇA CÍVICA LOCALIZADA EM
FRENTE À CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL.**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA, DO
DISTRITO FEDERAL:**

Nos termos dos artigos 56, inciso II do Regimento Interno desta Casa, requer a Vossa Excelência a realização de Audiência Pública no dia 01 de outubro de 2019, às 10 horas no plenário desta Casa para discutir a atribuição do nome Governador Joaquim Roriz, à praça cívica localizada em frente à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

JUSTIFICATIVA

DATA RESERVADA NA AGENDA GERAL DE EVENTOS:
1º 10 19
HORA: 10 LOCAL: PT

011899

A presente proposição tem como objetivo homenagear o Senhor Joaquim Domingos Roriz in memoriam, ex-governador de Brasília.

Roriz nasceu em 4 de agosto de 1936, em Luziânia (GO), cursou ciências econômicas na Universidade Federal de Goiás (UFG) e ciências jurídicas e sociais no

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 4º andar – Gabinete 19 Fone: +55(61)3348-8192 - Brasília - DF - Brasil CEP: 70.034-902
E-mail: dep.roberionegreiros@cl.df.gov.br - www.roberionegreiros.com.br



DE BETAS - 000025 -

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS



então Centro de Ensino Unificado de Brasília (atual UniCeub). Apesar da formação acadêmica, iniciou a carreira política na cidade goiana, onde foi vereador. Antes de iniciar a vida em Brasília, foi eleito deputado estadual (1978), deputado federal (1982) e vice-governador do estado de Goiás (1986). De 1987 a 1988, foi prefeito da capital, Goiânia, como interventor.

Em 17 de outubro de 1988, Roriz se tornou governador do Distrito Federal, indicado pelo então presidente do país, José Sarney. Ele se permaneceu no cargo até 1990, retornou o Palácio do Buriti em março de 1991 – desta vez, como o primeiro governador eleito da nova capital. O político também foi eleito governador do Distrito Federal nas eleições de 1998 e 2002.

A medida mais impactante do seu primeiro mandato foi a construção de Samambaia, como o governador costumava dizer que Samambaia era sua “menina dos olhos”, além de outras cidades no DF, inaugurou a primeira linha de metrô da capital federal e a Ponte JK, um dos principais cartões postais da cidade, dentre outros benefícios para nossa cidade.

Uma ação bastante associada ao seu nome foi a construção dos restaurantes comunitários, com refeições a preços bem abaixo dos praticados no mercado, graças a subsídios estatais. Até hoje, muitos brasilienses chamam as unidades de “Rorizão”, apelido que também batizou o estádio do time de futebol Samambaia.

Outras iniciativas que marcaram a passagem de Roriz pelo Buriti, foi a criação dos programas destinados à distribuição de enxovais para recém-nascidos e de pão e leite para famílias de baixa renda.

Em 2015, recebeu Título de Cidadão Honorário de Brasília, pelo atual Governador Rodrigo Rollemberg, a quem chamou de **“Governador que mais marcou a vida de Brasília”**.

O político que aos 82 anos nos deixa com um legado de profundas mudanças na história do Distrito Federal.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 4º andar – Gabinete 19 Fone: +55(61)3348-8192 - Brasília - DF - Brasil CEP: 70.094-902
E-mail: dep.roberionegreiros@cl.df.gov.br - www.roberionegreiros.com.br

> SETAG = 000026 <



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS



Assim sendo, diante do belo trabalho realizado e pela nobreza do tema,
conto com meus nobres pares para a aprovação desta proposta.

Sala das sessões, de _____ de 2019.

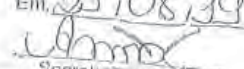

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS
PSD/DF



> SETAS - 000027 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete da Deputada **Julia Lucy - NOVO**

L I D O
Em, 23/08/19

Secretaria Legislativa

Nº 876 /2019

REQUERIMENTO : 2019
(Da Deputada Julia Lucy)

Requer à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal informações acerca de atendimento no Hospital Regional da Asa Norte (HRAN).

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Requeiro, nos termos do arts. 15, III, 39, §2º, XII, 40 e art. 145, XIX, todos do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que sejam solicitadas à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal o encaminhamento das seguintes informações:

- 1) Qual o procedimento de elaboração das escalas médicas do HRAN, tanto aquela afixada na parede da emergência quanto aquela publicada no "Siga Brasília"? Quantos e quais são os servidores do HRAN que participam desse processo?
- 2) Quantos profissionais de saúde seriam necessários (detalhados por especialidade e carga horária) para suprir plenamente os serviços de atendimento emergencial do HRAN?
- 3) Como se dá o controle da chamada para atendimento dos pacientes em espera no HRAN? Quantos e quais profissionais participam desse processo? Esse processo é apoiado por algum sistema informatizado? Se sim, qual? É dada transparência ao quantitativo de pacientes em espera por classificação de risco e respectiva estimativa de tempo de espera para atendimento?
- 4) Há previsão normativa para reclassificação de pacientes em espera, considerando potencial agravamento de sua situação, com o decorrer do tempo?
- 5) Quais normativos obrigam a disponibilização de escalas médicas nas unidades de saúde da Rede Pública de Saúde do Distrito Federal?

R.O. nº 876, 20/19
2019 4 13, 6





> SETAS - 000029 <
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete da Deputada **Julia Lucy - NOVO**

- 6) Como se dá o controle de frequência dos profissionais de saúde da Rede Pública de Saúde do Distrito Federal? Esse processo é apoiado por um sistema informatizado? Se sim, qual?
- 7) Por que só havia um médico disponível na emergência para clínica médica do HRAN no dia 13/08/2019 pela manhã e início da tarde para atendimento ao público?
- 8) Quais médicos registraram ponto no dia 12/08/2019 no HRAN? Favor encaminhar rol contendo nome, matrícula e especialidade.
- 9) Qual a justificativa para o eventual não comparecimento dos médicos designados, conforme escala constante do Siga Brasília, para o dia 12/08/2019 no HRAN? Favor encaminhar os registros do sistema de controle de frequência da SES/DF correlatos.
- 10) Qual o quantitativo de pacientes atendidos no pronto-socorro no dia 12/08/2019 no HRAN?
- 11) Qual a média mensal de atendimentos no pronto socorro do HRAN, nos últimos 12 meses, detalhada por classificação de risco?
- 12) Da média mensal acima referida, qual o quantitativo de pacientes poderia ter sido atendido na rede de atenção primária?
- 13) Quantos médicos do Programa Mais Médicos deixaram o HRAN?

JUSTIFICAÇÃO

No exercício do mandato parlamentar compete aos Deputados Distritais exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo incluídos os da Administração Direta, Fundações, Autarquias e Empresas Controladas. A Lei Orgânica do Distrito Federal, em seu art. 60, inciso XVI, e art. 77.

Esse requerimento de informações justifica-se por conta de demandas de cidadãos que não tiveram atendimento no HRAN, no dia 12 de agosto de 2019.

Diante do exposto, rogamos o apoio para a aprovação deste Requerimento.

Sala das Sessões, em de de 2019


Dep. **Julia Lucy**
NOVO

RO 836 20/19
v. 2 13/18



» SETAS - 000029 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete da Deputada **Julia Lucy - NOVO**

1100
Em 21.08.19
Assinatura
Secretaria Legislativa

RQ 877/2019

REQUERIMENTO : 2019
(Da Deputada Júlia Lucy)

Requer à Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal informações acerca da arrecadação de ICMS, ISS, IPTU e IPVA, ITBI e ITCD.

Ao Excelentíssimo Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF

Requeiro, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, informações acerca da arrecadação de ICMS, ISS, IPTU, IPVA, ITBI e ITCD relativos ao período de 2017 a 2019 (até junho de 2019), conforme o seguinte detalhamento:

- 1) No caso de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, solicita-se o detalhamento por:
 - a) Mês;
 - b) Setor econômico;
 - c) Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE; e
 - d) Região Administrativa.
- 2) No caso de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, solicita-se o detalhamento por:
 - a) Mês;
 - b) Setor econômico;
 - c) Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE; e
 - d) Região Administrativa.

RQ 877/2019
01/09/19





> SETAS - 000030 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete da Deputada **Julia Lucy - NOVO**



- 3) No caso de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, solicita-se o detalhamento por:
 - a) Mês;
 - b) Região Administrativa.
- 4) No caso de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, solicita-se o detalhamento por:
 - a) Mês;
 - b) Tipo de veículo.
- 5) No caso de Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, solicita-se o detalhamento por:
 - a) Mês;
 - b) Região Administrativa.
- 6) No caso de Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação – ITCD, solicita-se o detalhamento por:
 - a) Mês.

Requeiro também que as informações supra sejam fornecidas em formato digital em arquivo com extensão .xls ou similar.

Ainda, requeiro que, caso algum dos detalhamentos em comento se revele inviável e/ou não aplicável, seja fornecida a justificativa adequada.

JUSTIFICAÇÃO

Esse requerimento de informações justifica-se por conta da necessidade de subsidiar os trabalhos legislativos com dados técnicos e objetivos relativos à arrecadação tributária do Distrito Federal.

Diante do exposto, rogamos o apoio para a aprovação deste Requerimento.

Sala das Sessões, em de de 2019


Dep. **Julia Lucy**

NOVO

Recebido em 19/09/2019
Pelo Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
Dr. Roberto de Almeida

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21 08 2019	15h10min	67ª Sessão Ordinária	1	

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 67ª
(SEXAGÉSIMA SÉTIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 21 DE AGOSTO DE 2019.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Daniel Donizet a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO DANIEL DONIZET – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 66ª Sessão Ordinária;
- Ata da 23ª Sessão Extraordinária.

Não havendo *quorum* para início dos trabalhos, e conforme o disposto no art. 109, § 4º do Regimento Interno, declaro suspensão esta sessão por trinta minutos.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21	08	2019	15h10min	67ª Sessão Ordinária	2

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h12min, a sessão é reaberta às 15h27min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Declaro reaberta a presente sessão.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso, pela Maioria. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Fábio Felix, Líder da Minoria. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Hermeto, Líder do MDB. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Martins Machado.

DEPUTADO MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senhores e Senhoras Parlamentares, todos que aqui se encontram, o ano de 2019 começou com gosto de mudanças. O partido do qual eu e o Deputado Delmasso fazemos parte ganhou novas instalações e um novo nome já homologado pela Justiça Eleitoral na semana passada. Agora somos Republicanos.

Nosso partido passou por fases de evolução, de transformação e de modernização. Entretanto, a postura republicana permanece.

Tenho grande satisfação em fazer parte desse grupo que preza pela ética, pelo zelo ao bem público e à sociedade brasileira.

O Republicanos tem demonstrado força política nas urnas e tem crescido a cada eleição, além da grande evolução do número de filiados. Conquistou mais de 18 mil novos filiados só no ano passado. Semana passada, tivemos dois dias de palestras no Seminário Nacional de Jovens Líderes, que reuniu a militância republicana juvenil de todo o Brasil.

Nós, Estado e sociedade, temos um papel fundamental na concretização das sociedades futuras, que é o de garantir que nossos jovens cresçam em ambientes capazes de transmitir a eles um desenvolvimento equilibrado e confiável onde possam se expressar livremente de modo a fortalecer a autoestima. Precisamos ser capazes de ensinar aos nossos jovens a importância da inclusão social e do respeito à dignidade e à liberdade de expressão de cada pessoa. Esse é um dos papéis do Republicanos, que, agora, está completando 14 anos. O PRB, que tem 14 anos, agora está com o nome Republicanos.

Esses são os nossos parabéns. Nós acreditamos que dias melhores virão para o nosso País, para a nossa Nação. Nós, Republicanos, estamos comprometidos, sim, em buscar essa mudança por que tanto o povo clama.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21	08	2019	15h10min	67ª Sessão Ordinária	3

Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Daniel Donizet. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.) O Deputado Agaciel Maia está de licença, acompanhando a mãe dele, que está enferma.

Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Júlia Lucy. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Leandro Grass.

DEPUTADO LEANDRO GRASS (Bloco Sustentabilidade e Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde a todos e todas aqui presentes. Venho a esta tribuna hoje refletir um pouco a respeito do momento que vivemos do ponto de vista socioambiental no Brasil e no Distrito Federal.

Eu fico muito intrigado, Presidente, porque, em pleno século XX, depois de tanta pesquisa, depois de tanta ciência, depois de tanto amadurecimento, ainda há pessoas que se dizem inimigas do meio ambiente. Por que ainda há pessoas que defendem a destruição dos biomas? Por que ainda há pessoas que defendem a expansão imobiliária em cima de nascentes? Por que ainda há pessoas que acham que é inviável conciliar desenvolvimento econômico com preservação ambiental, muito embora diversos países do mundo, diversas experiências tenham mostrado que é, sim, possível, a geração de riqueza sem precisar destruir a vida?

No Brasil, hoje, nós temos um verdadeiro desmonte da política ambiental. Houve um corte, por exemplo, no IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – de 368,3 milhões de reais no orçamento das políticas de preservação, das políticas de fiscalização.

Há o desmatamento na Amazônia. Temos visto aí, nos últimos dias, imagens chocantes de áreas imensas sendo incendiadas sem qualquer tipo de preocupação do governo. Muitas vezes, até o Presidente e o Ministro do Meio Ambiente – que deveria ser o grande ativista, o grande defensor da causa – estão duvidando de situações como essa, questionando-as, banalizando-as. Estão criminalizando as entidades, as organizações que defendem o meio ambiente dizendo que o desmatamento não existe, questionando os dados do INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, falando que os números não são reais. Depois de tanto trabalho das pessoas ali, ao longo de meses, levantando os indicadores, averiguando *in loco*, estão duvidando da própria ciência e dizendo que o desmatamento não existe no Brasil.

Houve um ataque também aos parceiros internacionais que nos ajudam por terem entendido, por terem amadurecido e visto que, se nós não preservarmos a Amazônia, não preservarmos o Cerrado, aqui, onde é o berço das águas, não haverá vida apenas no Brasil, mas também no mundo inteiro. Estão dizendo que a agricultura

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
21 08 2019		15h10min	67ª Sessão Ordinária		4

não vai prosperar sem a destruição ambiental. Ora, de onde vem a água? De onde vem o equilíbrio climático para que a própria agricultura possa acontecer?

Nós estamos vivendo um momento de desvirtuamento, de completo desmonte, destruição, de freio na fiscalização: 34% no orçamento da produção de multas por desmatamento ilegal no Brasil.

Aqui no Distrito Federal nós levantamos, também, o orçamento da área ambiental. Juntando Secretaria de Meio Ambiente, Jardim Botânico de Brasília, ADASA – Agência Reguladora de Águas e Saneamento, Fundação Jardim Zoológico, IBRAM – Instituto Brasília Ambiental, FUNAM – Fundo Único de Meio Ambiente, todo esse recurso, que corresponde a 26 milhões, aproximadamente, da dotação inicial do orçamento, diz respeito a apenas 0,07% do Orçamento do Distrito Federal.

Não é apenas um desejo, não pode ser apenas uma intenção, precisa se transformar em instrumento, em programa, em política e isso inclui termos estrutura, pessoas, projetos para que tudo possa ser preservado e a vida realmente exista.

Então, fica aqui o nosso clamor tanto ao Governo Federal quanto ao Governo do Distrito Federal diante de tanta especulação imobiliária, tanta afronta do poder econômico, tanto desejo, tanta sede de dinheiro, para que a gente tenha essa consciência.

Eu vejo muitas vezes, quando nós apresentamos projetos aqui ligados à área ambiental, as pessoas perguntarem: "Poxa, mas e o setor produtivo?". Está aqui a FECOMÉRCIO – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, uma grande parceira da preservação ambiental, parceira no nosso projeto das sacolas plásticas. O setor produtivo hoje já entendeu também. Os bons empresários já entenderam que é possível gerar riqueza e preservar o meio ambiente, reduzir resíduo sólido, reduzir o impacto sobre os aterros sanitários e garantir que as mudanças climáticas sejam amenizadas. Os bons empresários entenderam isso.

Então, o desenvolvimento econômico não é inimigo da preservação ambiental. Quem ainda não entendeu isso precisa entender. E nós estamos aqui com a Frente Parlamentar Ambientalista, com Deputados que têm compromisso com a área ambiental. Acompanhamos o trabalho de diversos colegas procurando construir o diálogo com o governo, propondo alternativas com o setor produtivo, apoiando os coletivos. A gente tem aqui no Distrito Federal diversos produtores rurais agroecológicos que precisam do nosso apoio. Esses produtores ainda carecem não só de suporte técnico, mas também de incentivos tributários por produzirem uma comida limpa, um alimento saudável, para que esse alimento chegue à nossa casa mais barato, seja mais acessível à população.

Então, são muitas dimensões, são muitas variáveis que ainda precisam do nosso apoio. E eu quero aqui fazer um apelo para que esta Casa, para que todos nós tenhamos um olhar cuidadoso, comprometido com as pautas ambientais. Estamos vendo aí toda violência contra os povos indígenas, que são os grandes defensores do meio ambiente. O governo agora quer, pelo Congresso Nacional, transformar terra

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
21 08 2019		15h10min	67ª Sessão Ordinária		5

indígena em terra arrendável. Isso seria um grande retrocesso. Nós estamos observando tudo, tudo que está acontecendo. Estamos denunciando esse Ministro, que é inimigo do meio ambiente; esse Presidente, que odeia a natureza, que odeia os povos indígenas. E estamos também tentando construir.

Hoje eu quero fazer esse apelo para que, seja nas nossas destinações de emenda parlamentar, nas nossas proposições legislativas, nos pareceres dos próprios projetos de lei, a gente tenha essa consciência de que não existe o meio ambiente e nós. Nós somos o meio ambiente. Nós somos parte dele e ao mesmo tempo os grandes defensores, os grandes responsáveis pela sua existência. Porque preservar a vida, preservar a natureza é preservar a nossa própria existência, a vida dos nossos filhos, dos nossos netos, de todas as gerações futuras.

Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (Bloco Brasília em Evolução. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Presidente, demais Parlamentares, assessoria, imprensa. Boa tarde, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

É lamentável que o Governo do Distrito Federal não tenha realizado a redução de interstício dos oficiais e praças da Polícia Militar. O governo insiste em entender que a redução de interstício é um benefício para o profissional militar, tanto bombeiro quanto policial militar. É importante entendermos o instituto administrativo da redução de interstício. A redução de interstício se dá na vacância de postos e graduações subsequentes. E esses postos e graduações, Presidente Deputado Rafael Prudente, têm atribuições atreladas a si próprios. E, quando eles não estão ocupados, há um desarranjo administrativo que deve ser corrigido. Nós necessitamos do terceiro sargento para exercer as funções de terceiro sargento. Nós precisamos dos capitães para exercer as funções inerentes a eles. Aí vem o instituto da redução de interstício para preencher essas vacâncias e assim essas funções serem exercidas e termos uma harmonia e uma fluidez no processo administrativo e operacional das corporações militares. Mas o governo insiste em entender que isso é um benefício.

Governador Ibaneis, nós já entendemos a sua preferência pela Polícia Civil, em detrimento das corporações dos bombeiros e dos policiais militares. Isso já está claro para todos nós. Pare, por favor, de denegrir profissionais que oferecem suas vidas diuturnamente para defender a sociedade.

Estou indo daqui a pouco ao Tribunal de Contas para tentar fazer justiça. Nosso amigo José Flávio está me confirmando agora que tenho uma reunião agendada com o Conselheiro Manoel de Andrade, às 17h, para tratarmos de um assunto semelhante para o Corpo de Bombeiros.

Deputado Prof. Reginaldo Veras, sei que V.Exa. se solidariza com a nossa preocupação, com o nosso sofrimento ao vermos profissionais que oferecem suas vidas para a sociedade e que devem estar estimulados a exercerem o seu trabalho.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21	08	2019	15h10min	67ª Sessão Ordinária	6

Infelizmente, o clima nas corporações – principalmente neste momento, na Polícia Militar – é de tristeza, é de sentimento de que o gestor máximo do Distrito Federal não os valoriza.

Como eu estava dizendo, estou indo agora, às 17h, ao Tribunal de Contas do Distrito Federal para tentar suspender um artigo de um decreto, o decreto que regula a redução de interstício dos oficiais do Corpo de Bombeiros.

Pasmem, meus amigos, no Corpo de Bombeiros é proibido fazer a redução de interstício dos oficiais, intendentes e especialistas. Ai os senhores, nesse momento, devem se perguntar: "ora, por que é proibido redução de interstício?". Por que um governador – vale ressaltar, um governador de outra gestão, da qual não me lembro agora, mas acho que foi lá pela época do Roriz – proibiu essa redução de interstício? Por que se pode fazer redução de interstício do soldado, do cabo, do sargento, do tenente combatente, do capitão, do major combatente e não pode ser feita do oficial do quadro intendente especialista? Ninguém consegue explicar. Isso é uma discriminação. Isso é uma medida arbitrária.

Estamos lutando junto ao Tribunal de Contas para que suste os efeitos desse artigo desse decreto. O Tribunal de Contas tem sido um órgão que vem tomando decisões sensatas no sentido de defender o Estado, de defender o Distrito Federal. Eu não tenho a menor dúvida de que, nesse episódio, não vai ser diferente.

Então, quero deixar claro aqui a todos os militares, tanto do Corpo de Bombeiros, como da Polícia Militar, que a pauta redução de interstício faz parte do nosso trabalho e vou lutar diuturnamente para que isso deixe de ser uma prerrogativa do Executivo e passe a ser impositiva. Ela deve ser impositiva. Como eu já falei, ela não é prêmio. Ela é um mecanismo administrativo para que as corporações mantenham um número de militares, tanto praças, como oficiais, nos postos e graduações, para que, consequentemente, Deputado Iolando Almeida... V.Exa., que é militar, sabe muito bem que a estrutura militar é muito bem organizada, é muito bem feita e, quando se tem a figura do oficial e do praça, é para exercer a função, não é prêmio.

Então, meus amigos, deixo esse recado aqui e trarei, o mais rápido possível, o encaminhamento da nossa reunião que teremos daqui a pouco com o Conselheiro Manoel de Andrade, que é o relator desse processo que revisará o decreto que comete essa arbitrariedade, que proíbe a redução de interstício para os oficiais, tanto intendentes, como especialistas do Corpo de Bombeiros.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante Lula da Silva.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os jornais, blogues, rádios e canais de televisão todos hoje estão falando da privatização de dezessete empresas brasileiras. E não são quaisquer empresas. Na verdade, é um crime de lesa-pátria que

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21	08	2019	15h10min	67ª Sessão Ordinária	7

o capitão capiroto, junto com o lugar-tenente dele, que é o Paulo Guedes, estão praticando contra a nação brasileira.

Senão vejamos, eles querem privatizar os Correios. Os Correios é uma estatal fundada em 1963, é uma empresa eficiente. Em quase o mundo todo, as empresas de correios são estatais. Portanto, é um crime que eles estão praticando. Querem privatizar, também, Deputada Arlete Sampaio, a Casa da Moeda do Brasil. A Casa da Moeda tem um dos maiores parques gráficos do mundo hoje para imprimir moeda, passaporte – inclusive imprime moeda de outros países. Paulo Guedes quer dar de presente para a iniciativa privada. A Eletrobrás é uma empresa que foi criada pelo ex-Presidente João Goulart, em 1962, para unificar as companhias de energia no Brasil. Tudo isso vai no sentido de entregar ao capital privado e aumentar as taxas e tarifas no Brasil.

Todos nós hoje somos dependentes de energia. Em uma casa não funciona, absolutamente nada, se não tiver energia. Portanto, não é correto o que eles estão fazendo. Mas o mais grave foi uma frase desse capitão do mato entreguista chamado Paulo Guedes. Hoje ele falou que tem essas dezessete na lista, mas que empresas grandes também iriam entrar na faca. Vejam a maneira debochada como ele se refere, por exemplo, à Petrobrás, dizendo que vai meter a faca na Petrobrás. Nós sabemos que a maioria das empresas de petróleo no mundo hoje são estatais. A maior empresa de petróleo da Arábia Saudita é estatal. No ano passado, ela teve um lucro de 493 bilhões. É uma estatal! Peguem na China empresas estatais. E a maioria das empresas de eletricidade de gás e de petróleo no mundo hoje são estatais. Na França, na Itália, na China. Só não no Brasil, que tem que entregar na bacia das almas.

Como se não bastasse a destruição do meio ambiente... E hoje há uma figura que está percorrendo o mundo, Deputada Arlete Sampaio, porque é comovente. Não conheço uma pessoa que não fique comovida hoje com uma foto tirada pelo jornalista e fotógrafo Araquém, que é a de um tamanduá-mirim fugindo de uma queimada e já todo sapecado das queimadas que estão acontecendo na Amazônia. O mundo inteiro está revoltado com aquilo. Quem não teve oportunidade ainda de ver que veja aquela imagem. Ela é comparável àquela imagem de uma criança na época da Guerra do Vietnã, quando lá jogaram uma bomba incendiária. É comparável à imagem desse tamanduá-mirim fugindo.

Aquela foto, aquela imagem, que não sai da minha memória, da minha retina, expressa a destruição que está sendo feita nesse país em todos os sentidos por um incompetente, irresponsável e entreguista, que é fruto de uma sandice de um país que dizia que ia combater a corrupção. Estamos vendo agora o capitão capiroto se apoderando de todos os órgãos de controle – depois eu vou fazer um pronunciamento com mais profundidade a respeito disso –, intervindo em tudo para que a corrupção não seja investigada, inclusive intervindo no Coaf, porque foi o Coaf que descobriu os malfeitos na família dele.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
21	08	2019	15h10min	67ª Sessão Ordinária	8

Portanto, é lamentável tudo isso que está acontecendo com este país, o país da desesperança, o país da tristeza, o país do descaso, dirigido por um louco, irresponsável e incompetente, esse capitão Jair capiroto.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos os meus colegas Parlamentares.

Sr. Presidente, assessores, jornalistas, venho a esta tribuna como policial militar, que estou Deputado.

Concordo com as palavras do nobre Deputado Roosevelt Vilela. V.Exa. tem razão, o interstício não é um favor, é uma obrigação, e ninguém sabe mais disso do que eu, que estou sendo, nesses últimos dias, bombardeado por *fake news*, por pessoas inescrupulosas que associam a não redução do interstício à minha condição de Deputado do partido do Governador, Vice-Líder...

Estou sendo bombardeado de todos os lados, mas estou de cabeça erguida e aguerrido para a guerra. Sei o tanto que lutei para a redução do interstício agora em agosto. Sei quantas horas fiquei com o Sr. André Clemente, atrás dele. Mostrei para o Governador a imensidão que há na largura existente entre o cabo, o soldado e o sargento, para serem promovidos. Mostrei que no CFP – Curso de Formação de Praças –, na turma que entrou como nível superior, de onde agora poderiam sair sargentos, saíram cabos.

Lutei muito, Deputado Roosevelt Vilela, pela redução em abril. V.Exa. sabe que o governo passado – o governo ao qual V.Exa. pertenceu – reduzia uma vez por ano...

Quero que meus colegas entendam agora o que é redução de interstício. Com a lei nº 12.086, de 2009, o Governo Arruda enviou um plano de carreira, Deputado Chico Vigilante... V.Exa. se lembra daquele ginásio lotado de policiais, quando o Presidente Lula sancionou a nossa lei? Nós ficamos para trás, Deputado Roosevelt Vilela. Na formulação da lei, V.Exa. sabe que tanto o Corpo de Bombeiros como a Polícia Militar tinham uma grande esperança de que pudessem ser corrigidas as distorções nas promoções, como a de um soldado ficar dez, quinze anos para ser promovido. E o que aconteceu? O Corpo de Bombeiros, grande, louvável, conseguiu, naquele momento, uma condição muito boa, graças a Deus, e hoje os bombeiros militares têm a sua graduação mais acessível do que a Polícia Militar.

A questão política na época, não lembro, havia um Deputado do Corpo de Bombeiros, Deputado Fábio Felix, que ficou em cima da formulação dessa lei, enquanto a nossa ficou a cargo de um Chefe da Casa Militar – lembro muito bem disso –, o Coronel Martins. O Deputado Roosevelt Vilela deve se lembrar muito bem dele.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21 08 2019		15h10min	67ª Sessão Ordinária	9	

E o que aconteceu, Deputado Chico Vigilante? Nós ficamos à mercê de uma redução de interstício. O que é isso? São três promoções que o policial tem por ano: em abril, em agosto e em dezembro. O Governador pode ou não reduzir o interstício pela metade. Para um soldado sair cabo são dez anos; para um cabo sair sargento são cinco anos. É um absurdo! No Governo Agnelo, Deputado Chico Vigilante, todas as promoções eram reduzidas em até 75% – V.Exa. sabia disso? –, mas a situação era bem diferente da que encontramos hoje com o Fundo Constitucional.

Não estou aqui para defender o Governador nem o Secretário de Segurança e o Comandante-Geral. Estou falando aqui como policial militar. Realmente a redução de interstício é um direito do policial, e o Governador sabe disso. Eu mostrei isso a S.Exa. Nós não podemos ter a nossa tropa desmotivada, completamente desmotivada. O que o Governador me disse eu repito – um áudio que S.Exa. passou para mim eu repeti para os grupos de policiais –: que a condição do Tribunal de Contas da União – TCU hoje em relação a essa guerra, Deputado Chico Vigilante, dos aposentados e pensionistas serem pagos pelo Fundo Constitucional... o entrevero está nessa situação. Não sou economista, mas essa foi a justificativa que o Governador deu. Se ela é plausível, se ela é aceitável pelos... Então, eu não estou aqui para defendê-lo. Sei o tanto que os policiais militares estão precisando dessa redução. Nós não temos aumento, pagamos imposto de renda sobre o serviço voluntário, porque sabemos que há uma lei federal, a Lei nº 10.486, que nos regula. Tudo isso está acontecendo com a gente.

Agora, não vou esticar uma corda para romper uma porta, uma janela, porque logo dezembro está chegando. Não vou fazer isso. Eu sou do entendimento, eu sou da conversa, do diálogo. Isso eu vou fazer. Tenho certeza absoluta, Deputada Arlete Sampaio, de que isso só será corrigido com um novo plano de carreira enviado ao Congresso Nacional. A certeza disso o Governador Ibaneis me deu no dia em que eu voltei para o Movimento Democrático Brasileiro – MDB. Foi isso o que eu pedi a S.Exa. agora.

Se todos querem saber, no dia em que entrei no gabinete do Governador, pedi a S.Exa. – e eu poderia ir para qualquer partido, porque o meu foi extinto – que fizesse um plano de carreira para os policiais militares e bombeiros a fim de que todos, de quatro em quatro meses, não ficassem se humilhando por redução de interstício. Agora vamos jogar aberto! Vamos parar de demagogia! Demagogia, *fake news*... Estou aqui de cara aberta. Agora todos sabem que eu não sou um Deputado só da categoria. Todo mundo sabe que eu construí a minha trajetória política como o administrador que andava de porta em porta, que andava numa moto na Candangolândia – e moro lá até hoje, no mesmo lugar e ando na mesma moto. Foi ali que eu me projetei, mas sou policial militar e tenho responsabilidade com a minha tropa, com os meus colegas. Agora não vou ficar posando aqui na frente com demagogia não.

No governo passado, o Rollemberg reduziu para uma vez por ano. Nós já reduzimos agora, em abril, Deputado Chico Vigilante. Reduzimos em abril com muitas dificuldades. Eu tenho certeza agora de que o Governador, vendo tudo isso que nós

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21 08 2019		15h10min	67ª Sessão Ordinária	10	

estamos passando, em dezembro, vai reduzir esse interstício. E melhor ainda, vamos fazer um plano de carreira para acabar com isso, para acabar com esse negócio de, de quatro em quatro meses, ficar com essa coisa de redução.

Esse é o meu desabafo, porque estou sofrendo nas redes sociais com *fake news*. Dizem que vendi a redução por cargos, que trabalhei no voluntário do socioeducativo, que ganhei cargos na Secretaria de Justiça. É uma vergonha o que estão fazendo. Eu não abaixo a cabeça. Sei do meu trabalho, sei de onde vim e sei para onde vou.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Iolando Almeida.)

PRESIDENTE (DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA) – Concedo a palavra ao Deputado Reginaldo Sardinha.

DEPUTADO REGINALDO SARDINHA (AVANTE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer só um agradecimento ao Sr. Presidente, aos Srs. Deputados e às Srs. Deputadas.

Na semana passada, houve o Câmara Mais Perto de Você no Sol Nascente e no Pôr do Sol, em Ceilândia. Então, eu queria parabenizar a organização do evento pela excelência daquela sessão externa, a Taquigrafia, a equipe de som, o Cerimonial, sobretudo os servidores desta Casa, a equipe do Dr. Mauro Leite, da Polícia Legislativa da CLDF, que estavam naquela sessão. Parabenizo em especial os policiais militares e os policiais civis ora requisitados a esta Casa – cito o policial Eulírio de Farias Dantas, que colaborou também com a segurança armada dos Deputados Distritais e autoridades que estavam naquela sessão itinerante, assim como vem ocorrendo em todas as outras sessões do Câmara Mais Perto de Você promovidas por esta Casa.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA) – Obrigado, Deputado Reginaldo Sardinha.

Concedo a palavra ao Deputado Fábio Felix.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (Bloco da Minoria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, eu queria fazer uma saudação especial à DECRIN – Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou por Orientação Sexual ou contra a Pessoa Idosa ou com Deficiência, que é uma delegacia especializada da Polícia Civil do Distrito Federal para combater crimes relacionados à diversidade, intolerância religiosa, igualdade racial, crimes relacionados a essa temática.

Eu estive agora lá na Diretoria-Geral da Polícia Civil, convidado pela Delegada-Chefe da Decrin e também pelo Diretor-Geral da Polícia Civil. Eles estavam lá e lançaram hoje um protocolo no Distrito Federal, ao qual a Polícia Civil chama de POP – Procedimento Operacional Padrão, para orientar as delegacias a darem

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
21 08 2019		15h10min	67ª Sessão Ordinária		11

encaminhamento aos crimes de LGBTfobia, após a decisão do Supremo Tribunal Federal.

Então, Deputada Arlete Sampaio, acho que é um grande avanço da Polícia Civil do Distrito Federal. Eu não tenho dúvida de que é a primeira polícia do Brasil que organiza em suas delegacias a forma como vão se dar os encaminhamentos dos crimes de LGBTfobia.

Então, o Supremo Tribunal Federal tomou uma decisão importante para a comunidade LGBT, e a Polícia Civil do Distrito Federal acaba tendo um papel importante de organizar esse protocolo de atendimento aos LGBTs e encaminhamento desses crimes.

Então, para nós é muito importante esse gesto da Polícia Civil. Eu quero elogiar a Decrin pelo protagonismo nessa temática.

Subo nessa tribuna hoje também, Sr. Presidente, para falar de um tema que entendo pouco, mas que acho importante. Nós que defendemos os direitos humanos, defendemos os direitos humanos de todo mundo. Eu tenho aqui falado das pautas e demandas de diversas categorias. Dos metroviários já falei várias vezes, trabalhadores da Valec, já falei dos servidores do sistema socioeducativo, da saúde, dos professores, do sistema penitenciário. Ontem nós votamos uma agenda dos servidores do sistema penitenciário protagonizada pelo Deputado Reginaldo Sardinha.

Hoje eu queria falar de um tema que o Deputado Roosevelt Vilela e o Deputado Hermeto tocaram aqui, que é o interstício da Polícia Militar. Na mesma lógica, meu mandato tem discutido nesta Casa a defesa dos servidores públicos do Distrito Federal e o cumprimento dos compromissos de campanha do Governador Ibaneis Rocha. Nós não estamos defendendo nada mais do que sejam cumpridos os compromissos de campanha do Governador Ibaneis Rocha.

Tomei conhecimento, Deputado Roosevelt Vilela, que, diferentemente de outras carreiras, as carreiras da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal não têm um plano de carreira como se fosse uma promoção. De quatro em quatro anos ou de cinco em cinco anos, nós do serviço público tradicional temos uma espécie de promoção, mas a Polícia Militar, não. Eles mudam de patente, e isso é um longo caminho. Também os bombeiros funcionam de forma parecida.

Essa forma prejudica um pouco esse segmento, porque eles não conseguem fazer essa ascensão na carreira. Por isso, todo ano e muitas vezes eles lutam por essa redução no interstício, que seria algo que poderia valorizar e ajudar na ascensão dentro da carreira militar. São as únicas carreiras que não têm promoção por tempo de serviço. Então dependem dessas vagas para serem promovidos.

Nesse contexto, em alguns casos, policiais e bombeiros podem levar mais de dez anos para conseguir uma única promoção. Atualmente existem vagas para promoções, e o Governador do DF tem o poder legal de minimizar essa injustiça reduzindo o interstício, para que 2.565 sejam promovidos preenchendo essas vagas.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21 08 2019		15h10min	67ª Sessão Ordinária	12	

No entanto, para a nossa surpresa, o Governador está descumprindo mais uma das suas propostas de campanha, porque na campanha ele disse, inclusive num vídeo, que iria reduzir o interstício. Ele já anunciou nesse áudio que iria reduzir, e agora disse que não vai reduzir o interstício dos policiais militares e dos bombeiros do Distrito Federal. Com isso, a gente vai ter agora apenas doze promoções. Então, essa é uma atitude muito ruim com mais uma categoria do Distrito Federal. Eu acho que é um descumprimento com relação àquilo que o Governador falou ao longo da campanha.

Assim como me coloco na defesa de outras categorias, nesse caso específico na defesa da valorização dos Policiais Militares, eu quero fazer um apelo aos representantes governamentais, à Secretaria da Fazenda – tenho certeza de que falo em nome do nosso bloco também, do Deputado Chico Vigilante, da Deputada Arlete Sampaio – a fim de que o Governador reveja essa posição e possa trabalhar na redução do interstício para valorizar os policiais militares do Distrito Federal. Então, fica aqui registrada a nossa posição sobre esse tema.

Por último, Sr. Presidente, eu quero falar muito rapidamente sobre um crime que aconteceu na última semana, sexta-feira, Deputado Chico Vigilante, quando um grafiteiro foi atacado por um grupo na Ceilândia. Ele foi atacado porque estava fazendo um ato pacífico apoiado pela Secretaria de Juventude do Distrito Federal para tampar uma pichação neonazista de apologia ao nazismo na Ceilândia. E ele foi atacado em uma emboscada por um grupo que a Polícia Civil está investigando. Parece-me que é um grupo que estimula crimes de ódio no Distrito Federal, especialmente contra a população LGBT, contra a população negra e contra nordestinos. Eles têm atuado e cometido violência contra esses segmentos.

A gente sabe que os discursos das autoridades que estimulam a violência têm sido gatilhos para incentivar a violência cotidiana, e isso é muito grave. E a gente repudia veementemente esse tipo de crime de ódio. Eu duvido que tenha aqui algum Parlamentar que defenda essa postura, esse tipo de crime. Isso é muito grave em uma democracia onde as pessoas não podem sair às ruas, demonstrar o seu afeto, ter a sua identidade, a sua raça, a sua origem, e apanham por isso.

No caso do jovem Jamal, noticiado aí pela imprensa, ele apanhou quase até a morte. Foi socorrido por uma senhora em uma situação muito grave. Esta Câmara Legislativa precisa repudiar veementemente essa violência, que é grave.

A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar da Câmara com seu corpo de servidores, a coordenação, prontamente ligou para a família e prestou solidariedade. Inclusive, Deputada Arlete Sampaio, Deputado Chico Vigilante, nós fomos orientados pelo mandato da Deputada Érika Kokay, que já foi presidente dessa comissão e também colaborou com esse processo.

Estamos acompanhando esse caso e a família. Também estamos acompanhando o ocorrido junto às autoridades do Distrito Federal para que haja uma

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21 08 2019		15h10min	67ª Sessão Ordinária	13	

investigação da devida forma e para que esse crime de ódio na Ceilândia não prospere no Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Rafael Prudente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

Encerrados os Comunicados de Líderes, passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, demais Parlamentares.

Vou usar a tribuna nesta tarde para fazer uma denúncia e dizer que estarei tomando providências formais no sentido de cobrar explicações ao Comando Geral do Corpo de Bombeiros, porque a nossa corporação militar tem exercido um excepcional trabalho com a sociedade e na defesa da sociedade. Porém, temos muito a avançar no que diz respeito a questões tecnológicas, a questões de equipamentos. Inclusive no reforço do nosso efetivo.

Agora, para a nossa surpresa, chegou ao nosso conhecimento que o Comando Geral do Corpo de Bombeiros, Sr. Presidente, Deputado Fábio Felix, fez a aquisição de 66 veículos de luxo para atender ao alto comando do Corpo de Bombeiros, Deputada Arlete Sampaio.

Isso é um absurdo, porque há viaturas operacionais de combate a incêndios para serem adquiridas. Nós precisamos de viaturas de resgate que são chamadas de UR, e comumente conhecidas como ambulâncias, que nós temos que adquirir. Nós temos equipamentos de proteção individual; nós temos equipamentos de proteção respiratória, dos quais os nossos militares estão carentes. Agora, formou-se uma turma de mais de trezentos militares. Muitos não têm os equipamentos de proteção individual, como a capa de aproximação, como o capacete. São equipamentos que vão atender o bombeiro militar na sua missão fim. Aí vem o Comando-Geral e faz a aquisição de 66 veículos Chevrolet, do modelo Cruze, LTZ, para atender o próprio Comando-Geral.

O Deputado Hermeto falou há pouco sobre a redução de interstício; eu falei sobre a redução do interstício; o Deputado Prof. Reginaldo Veras falou sobre isso ontem, e a alegação: falta de recurso. Podem ter certeza de que o impacto financeiro com a redução de interstício para a Polícia Militar não seria da ordem de 5 milhões. Com certeza, os valores seriam muito inferiores. Mas para fazer a aquisição, Deputado Reginaldo Sardinha, de 66 carros de luxo para o oficialato, houve recurso. Isso é impressionante!

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21 08 2019	15h10min	67ª Sessão Ordinária	14	

Por mais que a gente ache que isso não vai mais acontecer, está acontecendo. Uma escassez tremenda de recursos, o Governador se desdobrando para cumprir suas obrigações com folha de pagamento, com insumos para a saúde, com insumos para a educação, e me vem o Comando-Geral do Corpo de Bombeiros e faz a aquisição de 66 veículos.

Esta Casa teve o atrevimento, num belo dia, de tentar fazer a aquisição de cinco veículos, e recuou por conta da opinião pública. Agora, será que o Corpo de Bombeiros vai ter coragem de recuar numa compra dessas? Já é um absurdo os oficiais do Corpo de Bombeiros – o Comando-Geral, especificamente – terem motorista. É um absurdo!

Sabe quem são os motoristas, Deputado Chico Vigilante, dos comandantes? São militares que foram formados para combater incêndio, foram formados para defender a sociedade, mas estão servindo os oficiais no comando dos bombeiros. Não bastando isso, agora vão comprar veículos de luxo para atender o oficialato.

Podem ter certeza de que estou enviando ao Comando do Corpo de Bombeiros uma solicitação de informação com relação a saber qual a utilidade e função desses veículos; e se a Corporação não teria, no seu leque de demandas e prioridades, outras mais importantes. Eu vou perguntar, mas já sei a resposta. Eu já sei a resposta.

Então, eu queria compartilhar com os colegas essa minha preocupação.

Nós estamos em um período de seca. Por que não pegaram esses 5 milhões para adquirir equipamentos de proteção respiratória?

Por muitos anos, trabalhei na área de salvamento, mas tive a oportunidade, Deputada Júlia Lucy, de fazer combate a incêndio também. A senhora não sabe, Deputada Arlete Sampaio, o que é estar no mato, com o mato queimando, o fogo esquentando e você sentir a sua pele repuxar. E eu nem estou falando da fuligem que você se aspira, o que danifica o sistema respiratório desse profissional.

Por que não pegaram esses 5 milhões e se fez a aquisição dos equipamentos de proteção respiratória para os nossos profissionais? Não. Adquiriram-se equipamentos de luxo. Carros. Vão todos andar no ar-condicionado, enquanto o bombeiro está sofrendo, na proteção da sociedade.

Eu tenho certeza de que os nossos soldados do fogo não vão se furtar a servir cada vez melhor a nossa população. O grande absurdo é ver o Comando-Geral tomar uma decisão como essa.

Obrigado. Boa tarde.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Obrigado, Deputado Roosevelt Vilela.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21 08 2019	15h10min	67ª Sessão Ordinária	15	

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT, Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todos e a todas.

Todos souberam o que os paulistas viram acontecer em São Paulo, à tarde, quando tudo escureceu. E qual foi a razão do escurecimento? A fuligem que vem da Amazônia. Mais de 1 bilhão de árvores já se queimaram na Amazônia. E vemos o descalabro de um Presidente, que veio para destruir, dizer que é culpa das ONGs, quando sabemos do estímulo descarado que é dado a grileiros e àqueles que querem explorar o subsolo das terras indígenas na Amazônia.

Estamos vivendo um momento no Brasil em que eu me pergunto por que ainda não nos levantamos! Por que o País ainda não se levantou?

Neste momento, nós estamos assistindo à maior fuga de capitais externos do Brasil – a maior, desde 1996 –; nós estamos assistindo a uma recessão técnica neste País; nós estamos assistindo a uma onda de desemprego que não cessa; nós estamos assistindo a um Ministro, o Guedes, usar as reservas cambiais deixadas pelos Governos Dilma e Lula – aqueles governos que eles dizem que quebraram o Brasil. Essas reservas cambiais agora serão dilapidadas, para fazer caixa de governo. Aonde é que nós vamos parar? Como é que as pessoas podem estar achando que está tudo normal?

Só quem está ganhando dinheiro neste País hoje são os banqueiros. Os grandes bancos tiveram os maiores lucros de suas histórias nesse período. E o Presidente esnoba, isola o Brasil cada vez mais, apenas na tentativa de se aproximar dos Estados Unidos.

Nós vimos o desprezo que ele deu à Alemanha, que resolveu parar de enviar os recursos para defender a Amazônia. O que ele falou da Alemanha? Que a Angela Merkel deveria cuidar das florestas da Alemanha. E aí a embaixada brasileira teve que divulgar imagens mostrando a preservação que há na Alemanha.

Recentemente também houve de novo o desprezo à Noruega. Além disso, o Ministro das Relações Exteriores da França esteve no Brasil, o Jean-Yves Le Drian, e o Presidente não o recebeu porque ficou chateado com o fato de ele ter conversado com o Mourão, o Vice-Presidente, e com as ONGs. Aonde nós vamos parar com essa não política, ou com essa necropolítica a que estamos assistindo no Brasil?

Acho que está na hora de o Brasil levantar a cabeça, de os brasileiros levantarem a cabeça em defesa da Amazônia! Não é possível mais assistirmos a esse absurdo!

A Amazônia controla todo o ciclo de chuvas no Brasil, é responsável por isso! No dia em que a Amazônia acabar, a região Centro-Oeste vai virar um deserto! E a Amazônia, que é chamada de pulmão do mundo, está sendo destruída por um governo irresponsável e por um Ministro do Meio Ambiente tão irresponsável quanto.

É lamentável o que estamos vendo. É hora de nós nos levantarmos para salvar o nosso Brasil desses destruidores da Pátria, desses que só praticam a necropolítica,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21 08 2019		15h10min	67ª Sessão Ordinária	16	

a política da morte, que só falam em ódio, em armas, em destruição, em desconstrução de todos os sinais mínimos de padrão civilizatório que este País possui.

Portanto, eu queria chamar a atenção dos senhores e das senhoras, porque as pessoas andam para lá e para cá como se tudo estivesse normal, e nós estamos assistindo à destruição do Brasil.

O Deputado Chico Vigilante já falou aqui das privatizações que querem fazer. É lamentável! Aqui em Goiás, Presidente da Câmara Legislativa, o Governador – cuja origem, de direita, conhecemos muito bem – quer reestatizar a CELG – Companhia Energética de Goiás, porque sabe que foi um desastre a sua privatização. E aqui estamos falando em privatizar, seguindo a onda do governo federal. Isso é lamentável!

Eu penso que temos que nos erguer contra isso antes que seja tarde.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero chamar a atenção de todos os Deputados e Deputadas aqui desta Casa e também da imprensa aqui presente.

Eu quero falar, Deputada Arlete Sampaio, do Projeto de Lei nº 580, de 2019, do Poder Executivo. Nós fizemos uma análise dele. O GDF, sob a alegação de dar agilidade na emissão dos alvarás de construção para as unidades de uso residencial exclusivo, pretende alterar o Código de Obras. Atualmente, é de trinta dias o prazo para a emissão do referido alvará pelo governo. O PL mantém esses trinta dias como regra geral, mas reduz para sete dias o prazo para a emissão dos alvarás de construção para imóvel de uso residencial exclusivo e cria etapas de verificação de conformidade do respectivo projeto arquitetônico com as normas de uso e ocupação do solo. Isso, no lugar de dar agilidade, cria mais burocracia, gera insegurança jurídica e, na prática, aumenta o prazo para a emissão do alvará de construção!

Perfeito, o alvará será emitido sem análise de qualquer parâmetro legal; mas, no prazo de trinta dias subsequentes, o governo poderá caçar o alvará se nessa verificação for constatada alguma desconformidade com os parâmetros urbanísticos. Com isso, o interessado só poderá começar sua obra após a verificação, pois não terá certeza da validade do alvará. Se começar a obra e houver alguma regra inobservada dos projetos, poderá ter que demolir o que já foi construído para, então, aguardar essa verificação.

Em lugar de encurtar o prazo, o GDF o está alongando. Nesse sentido, a proposta é inconstitucional, pois a emissão de um alvará é ato jurídico perfeito que obriga a administração pública; não pode ser emitido sobre condução resolutive.

Estou chamando a atenção aqui, Deputada Arlete Sampaio, porque – sabe, Deputada Júlia Lucy? – está na hora de o Governador mandar ler as coisas que ele

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21 08 2019	15h10min	67ª Sessão Ordinária	17	

manda para cá! É, mandar ler, fazer uma análise, porque faz toda uma demagogia dizendo que está encurtando os prazos quando, na verdade, está jogando as pessoas na insegurança jurídica.

Digamos que vou construir uma casa e pego um alvará de sete dias. Eu estou autorizado, começo a construção. Nos trinta dias subsequentes, constatou-se que não poderia ser daquele jeito. Então, eu vou ter que demolir a obra e esperar que o governo diga qual é a modalidade, quais são os parâmetros que tenho para construir ali. Portanto, é muito mais prudente, sem querer fazer trocadilhos, Deputado Rafael Prudente, que o governo cumpra os trinta dias do Código de Obras, que foi amplamente debatido por esta Casa e com a sociedade, agilize dentro dos trinta dias e entregue o alvará definitivo para que as pessoas construam, e não fique jogando isso na incerteza, que é o que está acontecendo por parte do Governo do Distrito Federal.

Portanto, eu devo dizer ao Governador Ibaneis – ele é advogado e eu sou vigilante – que somos vigilantes mesmo, estamos aqui fiscalizando todos os atos dele e não podemos aceitar aqui um projeto que diz que é para melhorar, mas venha a piorar a situação das pessoas.

Logo, nós vamos nos posicionar contra e pedir a Casa que não aceite esse projeto virar lei. Somos contra, a nossa bancada. Não dá para aceitar esse tipo de coisa.

Era isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra à Deputada Júlia Lucy.

DEPUTADA JÚLIA LUCY – (NOVO. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todos, colegas, imprensa.

Em relação ao Corpo de Bombeiros, eu também quero informar que o nosso gabinete encaminhou um pedido de informações ao comandante para que ele explique a operação Bombeiro Avançar, que é uma operação que está colocando os carros do Corpo de Bombeiros em algumas localidades distantes dos pontos dos quartéis. E esse posicionamento do Corpo de Bombeiros tem a intenção de trazer uma sensação de segurança para a população, mas, ao mesmo tempo, os bombeiros não estão armados, então, se acontecer alguma coisa, eles não vão conseguir agir.

Então, a gente quer entender qual é a lógica por trás dessa ideia, baseado em que o comandante fez isso e quais os benefícios que ele já está colhendo. Do contrário, a gente vai recomendar que ele retroaja nessa operação.

Também, agora pela Procuradoria da Mulher, nós fizemos um pedido de informações para a Polícia Militar do Distrito Federal, porque atirou no joelho de uma mulher que estava andando pela Estrutural.

É importante, Sr. Presidente, nós esclarecermos qual é a função da Procuradoria da Mulher na Câmara. Nós temos a função de fiscalizar o atendimento

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21 08 2019		15h10min	67ª Sessão Ordinária	18	

das mulheres na rede do Executivo. Então, sempre que uma mulher não for bem atendida nos postos do Executivo, ela pode denunciar à procuradoria para que nós atuemos nessa fiscalização.

Nós, definitivamente, não temos a competência de receber as mulheres que são vítimas de violência e, inclusive, somos proibidos pela Lei Maria da Penha, que proíbe a revitimização dessas mulheres. Não temos estrutura para atender essas mulheres, não temos competência e não faremos esse atendimento. Faremos, sim, a fiscalização daqueles os quais nos compete efetivamente.

E, também, a Procuradoria estará presente no Paranoá, neste sábado agora, oferecendo uma série de serviços, que conseguimos por meio das nossas parcerias, às pessoas do Paranoá. Já fica o convite para vocês. Às 10h, a Procuradoria da Mulher estará presente em mais uma edição do Procuradoria da Mulher nas Cidades.

Quero salientar que ontem a Câmara aprovou o projeto de lei de iniciativa do Senado que institui a obrigatoriedade ao agressor da mulher de restituir os custos decorrentes da agressão, os custos com que o SUS tiver arcado. Não apenas o SUS, mas os custos, também, decorrentes da aplicação da tornozeleira eletrônica.

Eu fico extremamente feliz porque, quando trabalhei aqui para aprovarmos dentro da Câmara Legislativa – e nós aprovamos – o projeto de multa administrativa ao agressor da mulher, projeto pioneiro no País, a nossa intenção era exatamente fazer a cobrança dos custos com que o Estado estiver arcando para poder restabelecer a mulher vítima de violência. Ela passa pelo SUS, ela passa pela assistência social, muitas vezes ela fica recebendo pensão do INSS, e tudo isso vem de um lugar, vem do pagador de imposto brasileiro. O pagador de imposto brasileiro deve ver o seu dinheiro ser bem empregado, e não ficar arcando para reverter as consequências de um quadro de violência que não deveria acontecer.

Essa lei foi aprovada no Congresso. Eu fiquei extremamente feliz com essa notícia. Agora, o nosso papel é pressionar o Presidente a sancioná-la. Mas eu acredito que ele vai sancionar, porque as duas modificações já propostas à Lei Maria da Penha ele sancionou.

O Brasil dá um passo muito largo no sentido de responsabilizar aqueles que causam prejuízo ao Erário. O prejuízo ao Erário deve ser repostado por aqueles que o causaram e não por nós, que somos os pagadores de impostos. Então, eu deixo o convite para as pessoas participarem da edição da Procuradoria da Mulher nas Cidades no Paranoá.

Também faço a todos o convite para participarem da nossa audiência pública que será realizada amanhã, às 19h, aqui na Câmara, para tratarmos da contratação de *startups* pelo Poder Público. É uma matéria extremamente nova. Poucos órgãos conseguem fazer isso, e nós temos a parceria do Tribunal de Contas da União e de uma série de pessoas que já vêm trabalhando para facilitar a contratação de *startups* pelo Poder Público. Para quem é da Ciência e Tecnologia, quem é da inovação, quem é das compras públicas fica o convite.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 08 2019			15h10min	67ª Sessão Ordinária	19

É mais uma vez a gente saindo na frente de um projeto que é inovador, para a gente facilitar para que as *startups* do Distrito Federal consigam ter mercado para atuar.

Então fica o convite a vocês.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Fábio Felix.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu volto à tribuna para falar de um tema em que a Deputada Arlete Sampaio já tocou, o Deputado Leandro Grass também, mas eu queria aqui colocar a nossa posição, a minha posição de preocupação, primeiro, com a postura do Governo Federal em relação ao meio ambiente e à situação da Amazônia e uma preocupação muito grande com os resultados que isso tem dado para todo o País.

São Paulo anoiteceu mais cedo na última segunda-feira, um conjunto de fenômenos meteorológicos coincidiu com o aumento expressivo de queimadas na Amazônia desde meados do mês de agosto. Foi uma espécie de aparência apocalíptica ali, em São Paulo, o que assustou a comunidade internacional e assustou também todo o povo brasileiro. Se você comparar com 2018, as queimadas aumentaram 82%. Foram 71.497 focos só este ano, contra 39.194 em 2018; sendo que ainda faltam quatro meses para acabar o ano.

Então, parece-me que, assim como em outras áreas, o fato de o Presidente da República ser Bolsonaro, o fato de o Ministro do Meio Ambiente ser o Ricardo Salles, que não tem compromisso nenhum com o meio ambiente, faz com que haja legitimidade para que aqueles donos ruralistas, donos da terra neste País não respeitem o meio ambiente e estimulem esse tipo de prática.

Segundo o Inpe, o aumento do desmatamento da Amazônia já é o maior de todos os tempos, e boa parte disso se dá principalmente pelo corte de 95% do orçamento das ações destinadas a combater mudanças climáticas. Entre 2000 e 2017, a Amazônia perdeu a área equivalente a uma Alemanha. Isso é grave! E o Governo Federal tenta o tempo inteiro deslegitimar o discurso científico e todos os setores da sociedade, nacional e internacionalmente, que entendem sobre meio ambiente e vêm alertando a sociedade sobre esse tema. E são muitos os setores e organizações internacionais.

Hoje, o Presidente da República chegou ao absurdo de dizer que quem está promovendo as queimadas na Amazônia são as ONGs internacionais ou os ativistas de meio ambiente. Meus caros, não podemos achar normal que um presidente da república fale esse tipo de absurdo, sentado na cadeira no Palácio do Planalto. Então, isso é muito grave!

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21 08 2019		15h10min	67ª Sessão Ordinária	20	

A diminuição expressiva da floresta afeta diretamente a dinâmica das chuvas no Centro-Sul do Brasil, incluindo o Distrito Federal. Não estamos falando só da situação que aconteceu em São Paulo ou daquilo que parece muito distante para todo mundo, que é a situação da Amazônia, estamos falando da nossa situação climática; estamos falando da preservação do meio ambiente no nosso País inteiro. Então, acho que essa precisa ser uma preocupação nossa.

É um governo que tem desrespeitado os povos indígenas originários do nosso País, inclusive, autorizando, no seu discurso, que haja garimpagem no território indígena. Isso é grave! É um território preservado que exige toda uma condução e uma luta institucional, inclusive, jurídica para a sua ocupação. Há um desrespeito enorme desse governo.

Eu queria dizer que esse Ministro Ricardo Salles, Deputada Arlete Sampaio, é o pior ministro da história deste País na área de meio ambiente. Ele desrespeita, ele não ouve. Parece-me que não compreende, que quer se colocar como ministro empreendedor, produtivista. Não preserva o meio ambiente do nosso País e desrespeita todas as evidências científicas, como foi o caso já da atuação dele na demissão do Presidente do Inpe, que apresentou dados científicos. Portanto, acho que é um gestor péssimo! Um péssimo gestor, junto com um péssimo Presidente, fazendo um desserviço para o meio ambiente, para a Amazônia no nosso País. Essa tem que ser uma preocupação de toda a população brasileira, não só dos povos da Amazônia, dos territórios do Norte e do Nordeste do nosso País, mas também uma preocupação do Centro-Sul, visto o que aconteceu em São Paulo.

Eu acho que nós precisamos também, aqui nesta Casa, nos mobilizar em torno desse tema. Eu sei que hoje à noite haverá uma reunião para organizar um ato em defesa da Amazônia, o nosso mandato estará presente nessa reunião. Eu sei que outros setores, Deputado Leandro Grass – V.Exa. que hoje coordena a Frente Ambientalista da Câmara Legislativa –, precisam fazer uma grande frente a fim de trazer o debate da Amazônia ao Distrito Federal, repudiar a ação do Presidente da República legitimada pelo discurso do Ministro do Meio Ambiente que hoje ocupa aquela vaga, mas não possui qualquer credencial para aquele lugar.

Eu queria deixar registrado isso, Sr. Presidente, e conclamar os outros Deputados, como também a sociedade, em defesa da Amazônia.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Leandro Grass.

DEPUTADO LEANDRO GRASS (REDE. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fico muito feliz ao ver os colegas, muitos Deputados e Deputadas, se posicionando em defesa do meio ambiente, fazendo esse coro que no fundo, no fundo, é por nós mesmos. É um apelo pela nossa sobrevivência. Ainda há essa cisão, como eu falei anteriormente, essa separação da vida humana, da natureza e dos recursos naturais. Ou entendemos que tudo está junto, que nós dependemos

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
21 08 2019		15h10min	67ª Sessão Ordinária		21

desses recursos, dependemos dos biomas, dependemos da Amazônia, do Cerrado, da água para vivermos, ou será de fato o nosso fim.

Retorno aqui a esta tribuna para fazer uma breve reflexão diante desses acontecimentos desagradáveis que a gente vem vivendo nesses últimos dias. A democracia não é a eliminação das diferenças. Pelo contrário, a democracia é a convivência das diferenças, a democracia é o consenso dentro de um dissenso. Qual é o consenso? Todos seremos livres para nos expressar, todos nós poderemos colocar as nossas posições. A democracia pressupõe a liberdade da diversidade. E o dissenso é, justamente, a existência dessas diferenças. Nós não precisamos concordar para que a democracia exista. Agora temos que ter um pacto democrático.

O que é o pacto democrático? Não vamos transformar os adversários em inimigos. O que significa isso? Quando nós transformamos o adversário em inimigo, nós buscamos a destruição. O inimigo é aquele que está dentro de uma guerra e nós queremos a eliminação dele. Já o adversário, nós respeitamos. É como numa partida, não existe o jogo sem os adversários, não existe jogo com um time só. A democracia é exatamente esse jogo. Quando discordo do outro, quando entendo que ele pensa diferente, o meu trabalho é convencer os demais de que o meu argumento é mais interessante, de que o meu argumento tem uma validade melhor e mais fundamentação. Então, qualquer posição política que diga que tal partido, tal visão, tal político tem que sumir, tem que ser eliminado, é extremamente antidemocrática.

Quando alguém ganha a eleição, especialmente para governar, precisa entender isso. Uma coisa é a composição política, de fato, o pensamento que ganha a eleição vai governar, as diretrizes, o plano que ganhou a eleição serão colocados em prática, mas tem que se admitir que, durante o processo de governança, durante toda a etapa do mandato, teremos contestações. Então haverá base e oposição. O objetivo da base, o objetivo de um governo não é eliminar a oposição, mas respeitá-la. O adversário a gente respeita. Como respeitamos o adversário? Ouvindo-o e escutando-o, porque o governo que não tem oposição é falido. A melhor coisa que um governo pode ter é uma oposição crítica, inteligente, programática.

O governo que deseja eliminar a oposição dizendo que ela é doente, que sequer deve ser ouvida e que não pode participar do processo democrático se chama governo autoritário. Isso se chama governo totalitário. E é um pouco o que o Presidente da República faz. Ele criminaliza a oposição, ele criminaliza os movimentos sociais. Infelizmente o que nós vimos ao longo dessa semana foi o Governador do Distrito Federal começar a tomar essa mesma postura.

Então, eu queria aqui pedir aos representantes do governo que conversem com o Ibaneis. Conversem, expliquem: "Governador, não seja um minibolsonaro". "Ibaneis, não seja uma representação dessa lógica totalitária aqui no Distrito Federal. Quem governa deve governar para todos, mesmo que para os diferentes. A melhor forma de respeitar a democracia, o jeito mais verdadeiro de fortalecer o pacto democrático é respeitar a oposição. Quando a gente chamar o Secretário aqui, não ligue para ele e diga: "Não vá, porque quem está promovendo o evento é a oposição".

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
21 08 2019		15h10min	67ª Sessão Ordinária		22

Quando nós viermos aqui para fazer as críticas, ouça as nossas críticas. Quando nós marcamos as reuniões, não cancele as reuniões faltando dez minutos, como o Governador fez algumas vezes.

Um bom governo se faz a partir de uma boa oposição, escutando-a, acolhendo as críticas, refletindo, entendendo que, sim, você tem a legitimidade para governar. Você ganhou a eleição, mas você não é o dono da cidade. Você não é o rei do Distrito Federal.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Jorge Vianna. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

Encerrados os Comunicados de Parlamentares.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL PRESIDÊNCIA SECRETARIA LEGISLATIVA	
VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM		DATA: 21/08/2019
LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS		

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	PRESENTE	AUSENTE
1	AGACIEL MAIA	PL		1
2	ARLETE SAMPAIO	PT	1	
3	CHICO VIGILANTE	PT		1
4	CLAUDIO ABRANTES	PDT	1	
5	DANIEL DONIZET	PSDB		1
6	DELMASSO	PRB		1
7	EDUARDO PEDROSA	PTC		1
8	FÁBIO FELIX	PSOL	1	
9	HERMETO	MDB		1
10	IOLANDO ALMEIDA	PTB	1	
11	JAQUELINE SILVA	PTB		1
12	JOÃO CARDOSO	AVANTE	1	
13	JORGE VIANNA	PODEMOS	1	
14	JOSÉ GOMES	PSB		1
15	JÚLIA LUCY	NOVO	1	
16	LEANDRO GRASS	REDE	1	
17	MARTINS MACHADO	PRB		1
18	PROFESSOR REGINALDO VERAS	PDT	1	
19	REGINALDO SARDINHA	AVANTE	1	
20	ROBÉRIO NEGREIROS	PSD		1
21	ROOSEVELT VILELA	PSB		1
22	TELMA RUFINO	PROS	1	
23	VALDELINO BARCELOS	PP	1	
24	RAFAEL PRUDENTE	MDB	1	
RESULTADO			13	11

QUÓRUM	
13	PRESENTES
11	AUSENTES
24	SOMATÓRIO


 SECRETÁRIO DA SESSÃO
 DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21	08	2019	15h10min	67ª Sessão Ordinária
				23

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Estão presentes 12 Deputados.

Não havendo *quorum* regimental, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h44min.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

1

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA SUCINTA DA 68ª
(SEXAGÉSIMA OITAVA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 22 DE AGOSTO DE 2019

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputada Arlete Sampaio

SECRETARIA: Deputado Reginaldo Sardinha

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

INÍCIO: 15 horas e 11 minutos

TÉRMINO: 18 horas e 31 minutos

L I D O
Em, 27.08.19
82
Secretaria Legislativa

Observação: A lista de presença está anexa à ata.

1 ABERTURA

Presidente (Deputada Arlete Sampaio):

– Declara aberta a sessão.

1.1 LEITURA DE ATA

– Dispensada a leitura, a Presidente considera aprovada, sem observações, a Ata da 67ª Sessão Ordinária.

1.2 LEITURA DE EXPEDIENTE

Observação: Os expedientes lidos estão anexos à ata.

– **Indicações nºs 2.179 a 2.181, de 2019**, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa.

– **Indicação nº 2.182, de 2019**, de autoria da Deputada Júlia Lucy.

– **Indicações nºs 2.183 a 2.197, de 2019**, de autoria do Deputado Rafael Prudente.

– **Indicação nº 2.198, de 2019**, de autoria do Deputado Daniel Donizet.

ATA SUCINTA DA 68ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 22 DE AGOSTO DE 2019

Revisora:

Chefe do Setor:

JUBERIGNO

(SF/SN/Taf/G)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

2

- **Requerimento nº 878, de 2019**, de autoria do Deputado Robério Negreiros.
- **Requerimento nº 879, de 2019**, de autoria do Deputado Reginaldo Sardinha.

2 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

Presidente (Deputada Arlete Sampaio):

– Informa que, de acordo com o Requerimento nº 786, de 2019, de autoria da Deputada Arlete Sampaio e outros, a sessão ordinária será transformada em comissão geral para debate acerca da gestão democrática do sistema público do Distrito Federal.

3 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputada Arlete Sampaio):

– Após concluída a comissão geral, agradece a presença de todos e declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a)-Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.



Primeiro(a)-Secretário(a)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



3

ANEXO I

LISTA DE PRESENÇA

ATA SUCINTA DA 68ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 22 DE AGOSTO DE 2019

Revisora:

Chefe do Setor:

(SF/SN/Tof/G)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



4



Recabido
Em 22/08/2019 H: 10h07
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Projeto de Lei nº 13.162, 2019
do, Ata e Sessão - SETAS

LISTA DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS

Sessão Ordinária: 68ª Data: 22 de agosto de 2019
Req. 786/2019, Dep. Arlete Sampaio: Comissão Geral - Gestão Democrática do Sistema Público do Distrito Federal.
Início: 15 horas 11 minutos Encerramento: 18 horas 31 minutos

DEPUTADOS - LEGENDAS			DEPUTADOS - LEGENDAS		
AGACIEL MAIA	-	PR	JORGE VIANNA	-	PODEMOS
ARLETE SAMPAIO	-	PT	JOSÉ GOMES	-	PSB
CHICO VIGILANTE	-	PT	JÚLIA LUCY	-	NOVO
CLAUDIO ABRANTES	-	PDT	LEANDRO GRASS	-	REDE
DANIEL DONIZET	-	PSDB	MARTINS MACHADO	-	PRB
DELMASSO	-	PRB	PROF. REGINALDO VERAS	-	PDT
EDUARDO PEDROSA	-	PTC	RAFAEL PRUDENTE	-	MDB
FÁBIO FÉLIX	-	PSOL	REGINALDO SARDINHA	-	AVANTE
HERMETO	-	MDB	ROBÉRIO NEGREIROS	-	PSD
IOLANDO ALMEIDA	-	PSC	ROOSEVELT VILELA	-	PSB
JAQUELINE SILVA	-	PTB	TELMA RUFINO	-	PROS
JOÃO CARDOSO	-	AVANTE	VALDELINO BARCELOS	-	PP
JAQUELINE MELO BONFIM Matrícula nº 22.633 Chefe da Divisão de Taquigrafia e Apoio ao Plenário			MANDEL AVARO DA COSTA Matrícula nº 15.030 Chefe da Secretaria Legislativa		

ATA SUCINTA DA 68ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 22 DE AGOSTO DE 2019

Revisora: _____ Chefe do Setas: _____ (SF/SN/ToF/G)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



5

ANEXO II

EXPEDIENTE LIDO NA 68ª SESSÃO ORDINÁRIA

Revisora:

ATA SUCINTA DA 68ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 22 DE AGOSTO DE 2019

Chefe do Setor:

Luís Roberto

(SF/SN/Tof/G)



SETAS - 000006

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado Eduardo Pedrosa

L I D O
Em, 22/08/19
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO INB 2179/2019

(Deputado **EDUARDO PEDROSA**)

Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal por intermédio da Administração Regional, a reforma do campo sintético de futebol da Quadra 06 da Vila Buritis, Região Administrativa de Planaltina – RA VI.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno sugere ao Poder Executivo, a reforma do campo sintético de futebol da Quadra 06 da Vila Buritis, Região Administrativa de Planaltina – RA VI.

JUSTIFICAÇÃO

Dentro do conjunto de direitos sociais previstos na Constituição Brasileira (1988), é referenciado o esporte. Consta no Art. 217: "É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um".

Trata-se de justa reivindicação da população local que padece com a falta de espaços públicos para prática de esportes e lazer.

Por todo o exposto contamos com o apoio dos ilustres pares na aprovação desta presente proposição.

Sala das Sessões em de de 2019.


EDUARDO PEDROSA
DEPUTADO DISTRITAL



3 SETAB - 000007

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado Eduardo Pedrosa

LIDO
Em 22/08/19
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO IND 2180/2019

(Deputado EDUARDO PEDROSA)

Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal por intermédio da Companhia Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP, a construção de um campo sintético de futebol ao lado do terminal rodoviário do P Sul, Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno sugere ao Poder Executivo, a construção de um campo sintético de futebol ao lado do terminal rodoviário do P Sul, Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

JUSTIFICAÇÃO

No Brasil, o esporte é um direito da sociedade, previsto na Constituição Federal de 1988. É dever do poder público implementar e possibilitar o acesso das pessoas a prática esportiva.

O esporte precisa ganhar relevância na agenda governamental, com o aumento da participação e investimento nas ações voltadas para a área esportiva. A final, o Brasil foi escolhido em uma história recente para ser sede de megaeventos esportivos no mundo, como por exemplo, os Jogos Pan-americanos de 2007, os Jogos Mundiais Militares de 2011, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

Por todo o exposto contamos com o apoio dos ilustres pares na aprovação desta presente proposição.

Sala das Sessões em de de 2019.


EDUARDO PEDROSA
DEPUTADO DISTRITAL



> SETAS - 000008 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL Em, 22/08/19

Gabinete do Deputado Eduardo Pedrosa

Secretaria Legislativa

IND 2181/2019

INDICAÇÃO I
(Deputado EDUARDO PEDROSA)

Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal por intermédio da Administração Regional, a revitalização do parquinho infantil da QNP 26, Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno sugere ao Poder Executivo, a revitalização do parquinho infantil da QNP 26, Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

JUSTIFICAÇÃO

Entre os direitos fundamentais do cidadão brasileiro encontramos nos arts. 6º, 7º, inciso IV, 217, § 3º, e 227, todos da Constituição da República de 1988, o lazer como necessidade do ser humano desde criança. Reconhece-se sua importância na socialização.

Lazer para as crianças, assim como educação, é instrumento de formação do cidadão, serve para desenvolver a parte cognitiva dentre outros benefícios.

Por todo o exposto contamos com o apoio dos ilustres pares na aprovação desta presente proposição.

Sala das Sessões em de de 2019.



EDUARDO PEDROSA
DEPUTADO DISTRITAL



> SCIAS - 000009 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete da Deputada **Julia Lucy - NOVO**

LIDO
Em, 22/08/19
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº **IND 2182/2019**

(Da Sra. Deputada **Júlia Lucy**)

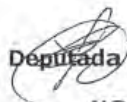
Sugere a Vossa Excelência, o Senhor Secretário de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal, a instalação de cobertura no ponto de ônibus nº 6091.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere ao Senhor Secretário de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal a instalação de cobertura no ponto de ônibus nº 6091, localizado no endereço SCIA Q 2, conjunto 1.

JUSTIFICAÇÃO

A presente indicação se baseia em demanda advinda de moradores da Região Administrativa do SCIA e Estrutural acerca de cobertura no ponto de ônibus supracitado.

Sala das sessões, em de de 2019.


Deputada Júlia Lucy
NOVO

RECEBIDA SECRETARIA LEGISLATIVA 22/08/2019
15h07
22/08/19



SEFAS - 000010

LIDO
Em 21/09/19
K
Secretaria Legislativa

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Rafael Prudente - MDB

INDICAÇÃO Nº 2183/2019, 019
(Do Deputado Rafael Prudente - MDB)

Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, a revitalização do Parque para Recreação Infantil, localizado na Quadra 12, conjuntos A/C e D - Região Administrativa do Paranoá - RA VII.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, vem por meio desta proposição sugerir ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, a revitalização do Parque para Recreação Infantil, localizado na Quadra 12, conjuntos A/C e D - Região Administrativa do Paranoá - RA VII.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de reivindicação dos moradores, pais e crianças que frequentam o Parque Infantil, localizado na Quadra 12, conjuntos A/C e D do Paranoá.

O referido parquinho para recreação infantil, encontra-se em condições precárias, necessitando da revitalização dos brinquedos, dos alambrados, de urgente reforma geral, para que possa ser utilizado com segurança pelas crianças que frequentam o local. Com a concretização da obra, as crianças, passarão a dispor de um lugar seguro e apropriado para o lazer e diversão.

Por se tratar de justo pleito, que visa a melhoria da qualidade de vida da nossa comunidade, solicito o apoio dos nobres pares no sentido de aprovarmos a presente Indicação.

Sala das Sessões, em

RAFAEL PRUDENTE
Deputado Distrital



SETAG - 0000114
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Rafael Prudente - MDB

L I D O
Em 22/08/19
K
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº 2184/2019
2019
(Do Deputado Rafael Prudente - MDB)

Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio da Companhia Energética de Brasília – CEB, a substituição das lâmpadas queimadas nos postes de iluminação pública nas proximidades da QNQ 04, conjuntos 1 e 4 - Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, vem por meio desta proposição sugerir ao Poder Executivo do Distrito Federal por intermédio da Companhia Energética de Brasília – CEB a substituição das lâmpadas queimadas nos postes de iluminação pública nas proximidades da QNQ 04, conjuntos 1 e 4 - Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de reivindicação dos moradores e frequentadores da referida QNQ 04, conjuntos 1 e 4 de Ceilândia, os quais reivindicam pela reposição dessas lâmpadas já há algum tempo.

No período noturno a comunidade que utiliza o trecho acima citado, está em risco constante, em razão da falta de iluminação pública. As lâmpadas dos postes de iluminação estão queimadas e cumprem sua função precípua, qual seja, iluminar as vias de circulação dos pedestres. Desta forma, todos que circulam naquela área, no período noturno, ficam expostos a riscos de acidentes e assaltos.

Por se tratar de justo pleito, que visa a segurança dos moradores da Ceilândia, solicito o apoio dos nobres pares no sentido de aprovarmos a presente Indicação.

Sala das Sessões, em


RAFAEL PRUDENTE
Deputado Distrital



SETAR - 000012

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Rafael Prudente - MDB

ENTRADA EM USO
LDBO
Em 22/08/19
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº 2185/2019
/2019
(Do Deputado Rafael Prudente - MDB)

Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, a substituição de tampa da boca de lobo localizada na Quadra 12, conjuntos A/C e D - Região Administrativa do Paranoá - RA VII.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, vem por meio desta proposição sugerir ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP a substituição de tampa da boca de lobo localizada na Quadra 12, conjuntos A/C e D - Região Administrativa do Paranoá - RA VII.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem como objetivo sugerir ao Poder Executivo, a substituição de tampa da boca de lobo localizada na Quadra 12 - RA VII.

A providência ora solicitada, torna-se necessária, diante das péssimas condições de manutenção e o perigo que a população pode vir a sofrer com a falta desta tampa, podendo ocasionar acidentes naquele setor.

Dar condições de conforto e segurança aos moradores daquela comunidade e das demais pessoas que por ali transitam é um dever que o Estado não pode se furtar.

Por se tratar de justo pleito, que visa a melhoria da qualidade de vida da nossa comunidade, solicito o apoio dos nobres pares no sentido de aprovarmos a presente Indicação.

Sala das Sessões, em


RAFAEL PRUDENTE
Deputado Distrital

< SET/MS - 000003 >

Em. 22.08.19
JK
Secretaria Legislativa



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Rafael Prudente - MDB

INDICAÇÃO IND 2186 /2019
2019
(Do Deputado Rafael Prudente - MDB)

Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, providências para promover a pavimentação em bloquetes da via de acesso ao Combinado Urbano I (CAUB I), próximo à Escola Classe Ipê - Região Administrativa do Riacho Fundo II – RA XXI.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, vem por meio desta proposição sugerir ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, providências para promover a pavimentação em bloquetes da via de acesso ao Combinado Urbano I (CAUB I), próximo à Escola Classe Ipê – Região Administrativa do Riacho Fundo II – RA XXI.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Indicação tem por finalidade sugerir ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, providências para promover a pavimentação em bloquetes do referido local.

Trata-se de justa reivindicação dos moradores daquela região. O asfalto está em péssimo estado de conservação, em época de chuva as ruas ficam cobertas pela água, principalmente na via de acesso ao Combinado Urbano I (CAUB I), impossibilitando a circulação de veículos, podendo inclusive ocasionar acidentes.

Por se tratar de justo pleito, que visa contribuir para melhoria da qualidade de vida da nossa comunidade, conclamo os nobres Deputados no sentido de aprovarmos a presente proposição.

Sala das Sessões, em


RAFAEL PRUDENTE
Deputado Distrital



SECTAB - 000019

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Rafael Prudente - MDB

L I D O
Em. 22/08/19
Secretaria Legislativa

IND 2187/2019
INDICAÇÃO N 2019
(Autoria: Deputado RAFAEL PRUDENTE - MDB)

Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP a poda das árvores e a retirada de entulhos próximos à Quadra 08, conjuntos E/G/H e J - Região Administrativa do Paranoá - RA VII.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP a poda das árvores e a retirada de entulhos próximos à Quadra 08, conjuntos E/G/H e J - Região Administrativa do Paranoá - RA VII.

JUSTIFICATIVA

A poda das árvores dessa área visa garantir segurança, evitando que sejam usadas por marginais para realizarem assaltos e crimes. Além disso irá prevenir possíveis acidentes que coloquem em risco a população, como a queda de galhos em dias de forte chuva e ventania.

Na localidade em questão há também depósito de entulhos, o que vem trazendo transtornos, riscos de proliferação do mosquito aedes aegypti, transmissor de doenças como dengue, zika e chikungunya, para a comunidade que mora nas redondezas.

Trata-se de justa reivindicação feita pela comunidade, buscando assim melhorias na região, principalmente no que se refere à infraestrutura e saúde pública.

Diante do exposto, rogo aos nobres pares o apoio para a aprovação da presente Indicação.

Sala das Sessões, em.....

RAFAEL PRUDENTE
Deputado Distrital

Praça Municipal - Quadra 2 - Lote 5 - 4º Andar - Gabinete - 022
CEP 70094-902 - Brasília-DF - Tel. (61) 3348-8222
www.cl.df.gov.br

CFV B 111
28/10/2019



SETAS - 000015 - C

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Rafael Prudente - MDB

L I E O
sem. 22/08/19
Secretaria Leg. 19

IND 2188/2019 019
INDICAÇÃO
(Do Senhor Deputado Rafael Prudente - MDB)

Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, através do Serviço de Limpeza Urbana – SLU, que promova a colocação de lixeiras nas proximidades da Quadra 12 - Região Administrativa do Paranoá – RA VII.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, vem por meio desta proposição sugerir ao Poder Executivo do Distrito Federal, através do Serviço de Limpeza Urbana – SLU, que promova a colocação de lixeiras nas proximidades da Quadra 12 - Região Administrativa do Paranoá – RA VII.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de justa reivindicação dos moradores e transeuntes do Paranoá que convivem com o acúmulo de lixo nas ruas e por não haver locais apropriados para os moradores depositarem o lixo enquanto aguardam a coleta.

Os problemas do acúmulo de lixo refletem na saúde, gerando riscos para desenvolvimento de doenças causadas por roedores e insetos.

Por se tratar de justo pleito, que visa contribuir para a garantia da saúde e do bem-estar da comunidade do Paranoá, conclamo os nobres Deputados no sentido de aprovarmos a presente proposição.

Sala das Sessões, em


RAFAEL PRUDENTE
Deputado Distrital

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – 4º Andar – Gabinete 22 – CEP 70094-902 – Brasília-DF –
Tel. (61) 3348-8222
www.cl.df.gov.br

07/09/2019



SETACI - 000016

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Rafael Prudente - MDB

LIDO
Em 22/08/19
*
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO IND 2189/2019
'2019
(Do Deputado Rafael Prudente - MDB)

Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, a revitalização das calçadas com implantação de rampa de acessibilidade localizadas na Quadra 08, conjuntos E/G/H e J, do Paranoá - Região Administrativa do Paranoá RA VII.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, vem por meio desta proposição sugerir ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, a revitalização das calçadas com implantação de rampa de acessibilidade localizadas na Quadra 08, conjuntos E/G/H e J, do Paranoá - Região Administrativa do Paranoá – RA VII.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de reivindicação da comunidade local, considerando que os mesmos sofrem com as consequências da má conservação, ausência do calçamento e rampa de acessibilidade, ocasionando problemas para a comunidade que fica exposta aos riscos de caminhar em terrenos irregulares. Destaca-se a situação de risco que os transeuntes portadores de necessidades especiais estão sujeitos, por serem impedidos de usufruírem da acessibilidade garantida em lei.

Por se tratar de justo pleito, que visa a melhoria da qualidade de vida da comunidade do Paranoá, solicito o apoio dos nobres pares no sentido de aprovarmos a presente Indicação.

Sala das Sessões, em


RAFAEL PRUDENTE
Deputado Distrital

3 SETAS - 000017



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Rafael Prudente - MDB

L I D O
Em. 22.08.19
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO ^{IND 2190/2019}
(Do Deputado Rafael Prudente - MDB)

Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio da Companhia Energética de Brasília - CEB, a implantação da rede de iluminação pública na quadra de esportes da QS 18 do Riacho Fundo II - Região Administrativa do Riacho Fundo II - RA XXI.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, vem por meio desta proposição sugerir ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio da Companhia Energética de Brasília - CEB, a implantação da rede de iluminação pública na quadra de esportes da QS 18 do Riacho Fundo II - Região Administrativa do Riacho Fundo II - RA XXI.

JUSTIFICAÇÃO

Os moradores do Riacho Fundo II, solicitam que seja implantada a rede de iluminação pública na quadra de esportes da QS 18 - Região Administrativa do Riacho Fundo II - RA XXI.

A falta de iluminação na referida quadra, faz com que a população que mora nas redondezas não utilize a mesma para momentos de lazer e esporte, tendo o local se tornado suscetível a ocorrências de assaltos e acidentes, gerando insegurança aos moradores que ali transitam.

Por se tratar de justo pleito, que visa a melhoria da qualidade de vida da nossa comunidade, gerando segurança pública, conclamo os nobres Deputados no sentido de aprovarmos a presente proposição.

Sala das Sessões, em

RAFAEL PRUDENTE
Deputado Distrital

Praça Municipal Quadra 2 Lote 06 - 4º Andar - Gabinete 022 - Câmara Legislativa do Distrito Federal
CEP: 70.094-902 / Brasília-DF - Fone: 3348-8222

2190/2019



SETAS - 000018 <
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Rafael Prudente - MDB

IND 2191/2019

INDICAÇÃO E 2019
(Autoria: Deputado RAFAEL PRUDENTE – MDB)

Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio da Nova Capital do Brasil – NOVACAP a roçagem da vegetação alta, próxima à Quadra 08, que compreende os conjuntos E/G/H e J - Região Administrativa do Paranoá - RA VII.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio da Nova Capital do Brasil – NOVACAP a roçagem da vegetação alta, próxima à Quadra 08, que compreende os conjuntos E/G/H e J - Região Administrativa do Paranoá - RA VII.

JUSTIFICATIVA

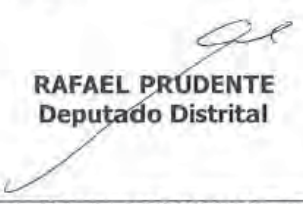
A roçagem da vegetação dessa área visa garantir segurança aos moradores da região. Com a roçagem da vegetação é possível manter a localidade livre de insetos, animais peçonhentos, evitando-se ainda a proliferação do mosquito aedes aegypti, transmissor de doenças como dengue, zika e chikungunya, e a proliferação de escorpiões.

A vegetação alta também pode atrair marginais tem mais facilidade de realizar assaltos e crimes. Além disso irá prevenir possíveis acidentes que coloquem em risco a população.

Trata-se de justa reivindicação feita pela comunidade, buscando assim melhorias na região, principalmente no que se refere à infraestrutura e saúde pública.

Diante do exposto, rogo aos nobres pares o apoio para a aprovação da presente Indicação.

Sala das Sessões, em.....


RAFAEL PRUDENTE
Deputado Distrital



SETAS - 000019

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Rafael Prudente - MDB

LIDO
Em 22/08/19
Secretaria Legislativa

IND 2192/2019
INDICAÇÃO 2019
(Do Senhor Deputado Rafael Prudente - MDB)

Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio do Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF, a instalação de iluminação das faixas de pedestres localizadas em toda a extensão da Avenida das Jaqueiras, entre a localidade conhecida como Sudoeste Econômico e a Região Administrativa do Cruzeiro - Região Administrativa do Sudoeste/Octogonal – RA XXII.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio do Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF, a instalação de iluminação das faixas de pedestres localizadas em toda a extensão da Avenida das Jaqueiras, entre a localidade conhecida como Sudoeste Econômico e a Região Administrativa do Cruzeiro – Região Administrativa do Sudoeste/Octogonal – RA XXII.

JUSTIFICAÇÃO

As referidas faixas de pedestres necessitam urgentemente de Iluminação, pois ficam localizadas próximas a árvores, deixando o local escuro, causando acidentes e atropelamentos, inclusive graves.

Há estudos que indicam que a maioria dos casos de atropelamentos ocorrem no período noturno quando a visibilidade de condutores e pedestres fica prejudicada.

Ainda pode-se constatar que o grande número de pedestres e transeuntes, naquela região, não possuem nenhuma segurança para atravessar a rua.

Por se tratar de justo pleito, que visa contribuir para melhoria da qualidade de vida da nossa comunidade, conclamo os nobres Deputados no sentido de aprovarmos a presente Indicação.

Sala das Sessões, em

RAFAEL PRUDENTE
Deputado Distrital

Praça Municipal Quadra 2 Lote 05 – 4º Andar – Gabinete 022 – Câmara Legislativa do Distrito Federal
CEP: 70.094-902 / Brasília-DF – Fone: 3348-8222

2192/2019



SETAS - GOVERNO D

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Rafael Prudente

L I D O
Em 22/08/19
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº 2193/2019 E 2019

(Autoria: Deputado RAFAEL PRUDENTE – MDB)

Sugere ao Poder Executivo, por intermédio da Companhia Energética de Brasília - CEB, a implantação de iluminação pública na QNN 28, área especial L, em frente a Fundação Bradesco, Ceilândia Sul - Região Administrativa da Ceilândia – RA IX.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo, por intermédio da Companhia Energética de Brasília - CEB, a implantação de iluminação pública na QNN 28, área especial L, em frente a Fundação Bradesco, Ceilândia Sul - Região Administrativa da Ceilândia – RA IX.

JUSTIFICAÇÃO

A solicitação tem por objetivo iluminar a área que circunda a Fundação Bradesco, já que a iluminação é precária colocando em risco a integridade física de todas as pessoas que transitam naquela rua, principalmente dos alunos que estudam na referida Fundação, e no período noturno os riscos aumentam.

Com a falta de iluminação, os alunos e a própria população ficam expostos a riscos de assaltos e acidentes.

Diante do exposto, rogo aos nobres pares o apoio para a aprovação da presente Indicação.

Sala das Sessões, em.....


RAFAEL PRUDENTE
Deputado Distrital



> SETAS - 000021 <



SETAS - 000022

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Rafael Prudente - MDB

L I D O
Em. 22.08.19
Secretaria Legislativa

IND 2194/2019

INDICAÇÃO 19
(Do Senhor Deputado Rafael Prudente - MDB)

Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, através do Serviço de Limpeza Urbana – SLU, que promova a colocação de lixeiras na Quadra 08, conjuntos E/G/H e J - Região Administrativa do Paranoá – RA VII.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, vem por meio desta proposição sugerir ao Poder Executivo do Distrito Federal, através do Serviço de Limpeza Urbana – SLU, que promova a colocação de lixeiras na Quadra 08, conjuntos E/G/H e J - Região Administrativa do Paranoá – RA VII.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de justa reivindicação dos moradores e transeuntes do Paranoá que convivem com o acúmulo de lixo nas ruas e por não haver locais apropriados para os moradores depositarem o lixo enquanto aguardam a coleta.

Os problemas do acúmulo de lixo refletem na saúde, gerando riscos para desenvolvimento de doenças causadas por roedores e insetos.

Por se tratar de justo pleito, que visa contribuir para a garantia da saúde e do bem-estar da comunidade do Paranoá, conclamo os nobres Deputados no sentido de aprovarmos a presente proposição.

Sala das Sessões, em


RAFAEL PRUDENTE
Deputado Distrital



SET/16 - 000023

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Rafael Prudente - MDB

L I D O
Em 22/08/19
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº 2195/2019
(Do Deputado Rafael Prudente - MDB)

Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, a revitalização das calçadas com implantação de rampa de acessibilidade localizadas na Quadra 12, conjuntos A/C e D, do Paranoá - Região Administrativa do Paranoá RA VII.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, vem por meio desta proposição sugerir ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, a revitalização das calçadas com implantação de rampa de acessibilidade localizadas na Quadra 12, conjuntos A/C e D, do Paranoá - Região Administrativa do Paranoá – RA VII.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de reivindicação da comunidade local, considerando que os mesmos sofrem com as consequências da má conservação, ausência do calçamento e rampa de acessibilidade, ocasionando problemas para a comunidade que fica exposta aos riscos de caminhar em terrenos irregulares. Destaca-se a situação de risco que os transeuntes portadores de necessidades especiais estão sujeitos, por serem impedidos de usufruírem da acessibilidade garantida em lei.

Por se tratar de justo pleito, que visa a melhoria da qualidade de vida da comunidade do Paranoá, solicito o apoio dos nobres pares no sentido de aprovarmos a presente Indicação.

Sala das Sessões, em


RAFAEL PRUDENTE
Deputado Distrital



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Rafael Prudente - MDB

Em 22/08/19
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO IND 2196/2019 2019
(Do Deputado Rafael Prudente - MDB)

Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, a substituição de tampa da boca de lobo localizada na Quadra 08, conjuntos E/G/H e J - Região Administrativa do Paranoá - RA VII.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, vem por meio desta proposição sugerir ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP a substituição de tampa da boca de lobo localizada na Quadra 08, conjuntos E/G/H e J - Região Administrativa do Paranoá - RA VII.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem como objetivo sugerir ao Poder Executivo, a substituição de tampa da boca de lobo localizada na Quadra 08 - RA VII.

A providência ora solicitada, torna-se necessária, diante das péssimas condições de manutenção e o perigo que a população pode vir a sofrer com a falta desta tampa, podendo ocasionar acidentes naquele setor.

Dar condições de conforto e segurança aos moradores daquela comunidade e das demais pessoas que por ali transitam é um dever que o Estado não pode se furtar.

Por se tratar de justo pleito, que visa a melhoria da qualidade de vida da nossa comunidade, solicito o apoio dos nobres pares no sentido de aprovarmos a presente Indicação.

Sala das Sessões, em

RAFAEL PRUDENTE
Deputado Distrital



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado Rafael Prudente - MDB

L I D O
Em 22/08/19
K
Secretaria Legislativa

IND 2197/2019 /2019
INDICAÇÃO
(Do Deputado Rafael Prudente - MDB)

Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio da Companhia Energética de Brasília – CEB, a substituição das lâmpadas queimadas nos postes de iluminação pública da Quadra 08, que atende aos Conjuntos E/G/H e J - Região Administrativa do Paranoá – RA VII.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, vem por meio desta proposição sugerir ao Poder Executivo do Distrito Federal por intermédio da Companhia Energética de Brasília – CEB a substituição das lâmpadas queimadas nos postes de iluminação pública da Quadra 08, que atende aos conjuntos E/G/H e J - Região Administrativa do Paranoá – RA VII.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de reivindicação dos moradores e frequentadores da referida quadra 08 do Paranoá, os quais reivindicam pela reposição dessas lâmpadas já há algum tempo.

No período noturno a comunidade que utiliza o trecho acima citado, está em risco constante, em razão da falta de iluminação pública. As lâmpadas dos postes de iluminação estão queimadas e cumprem sua função precípua, qual seja, iluminar as vias de circulação dos pedestres. Desta forma, todos que circulam naquela região, no período noturno, ficam expostos a riscos de acidentes e assaltos.

Por se tratar de justo pleito, que visa a segurança dos moradores do Paranoá solicito o apoio dos nobres pares no sentido de aprovarmos a presente Indicação.

Sala das Sessões, em


RAFAEL PRUDENTE
Deputado Distrital



SETAS - 000028

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado Daniel Donizet

L I D C
Em 22/08/19
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO IND 2198/2019, DE 2019
(Do Senhor Deputado DANIEL DONIZET)

Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal que, por intermédio da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, promova estudos para viabilização de isenção do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA aos veículos pertencentes aos centros de formação de condutores devidamente credenciados pelo Detran/DF.

A **CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**, nos termos do artigo 143 do seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal que, por intermédio da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, promova estudos para viabilização de isenção do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA aos veículos pertencentes aos centros de formação de condutores devidamente credenciados pelo Detran/DF.

JUSTIFICAÇÃO

A presente indicação busca a realização de estudos para viabilização de isenção do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA aos veículos pertencentes aos centros de formação de condutores devidamente credenciados pelo Detran/DF.



> SETAS – 000027 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado Daniel Donizet



A emissão de carteiras de motorista está em queda. No Distrito Federal a emissão total de CNHs (incluindo novas, renovação, mudança de categoria e segunda via) vem caindo ano a ano. Em 2015 foram emitidas 554.554 carteiras; em 2016, foram 386.422; em 2017, 392.147; em 2018, 333.952 CNHs.

Ainda se verifique uma tendência no aumento da procura por compartilhamento de veículos e uso de soluções alternativas, como bicicletas e patinetes, não se deve perder de vista que a crise pela qual passa o segmento tem reduzido o faturamento e o número de empregos.

Reconhecendo esta situação, o Governo do Estado de Goiás aprovou a Lei n. 19.867, de 17 de outubro de 2017, que alterou o código tributário estadual (Lei n. 11.651, de 26 de dezembro de 1991) prevendo a isenção de IPVA dos Centro de Formação de Condutores.

A redução de custos, notadamente de tributos, se reverte em importante medida para conceder um pequeno alívio para o segmento, refletindo no preço final da aquisição e renovação da CNH (carteira nacional de habilitação), contribuindo para o aquecimento do setor. Com tal medida se espera a redução dos preços praticados, o aumento da demanda e da competitividade do segmento, e, principalmente, a manutenção do nível de emprego nesse ramo de atividade econômica.

Por se tratar de justo pleito desses condutores, solicito o apoio dos nobres pares no sentido de aprovarmos a presente indicação.

Sala das Sessões, em ...


Deputado Daniel Donizet
PSDB/DF

SETAS - 000028



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS

LIDO
Em 21.08.19
Secretaria

REQUERIMENTO Nº 878 /2019 E 2019

(Do Senhor Deputado ROBÉRIO NEGREIROS)

DATA RESERVADA NA AGENCIA GERAL DE EVENTOS
11/09/2019
HORA 19h LOCAL
Bnf
11.68

REQUER A REALIZAÇÃO DE SESSÃO
SOLENE EM COMEMORAÇÃO AO
"ANIVERSÁRIO DA FERCAL".

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Nos termos do artigo 145, inciso V do Regimento Interno desta Casa, requiero a realização de Sessão Solene no dia 11 de setembro de 2019, às 19 horas, em local externo, em comemoração ao "Aniversário da Fercal".

JUSTIFICATIVA

SECRETARIA LEGISLATIVA
Recebi em 21.08.19 às 16h15
Assinatura Mairicula

A Comunidade da Fercal nasceu em meados de 1956, mas foi em 1961 a partir da autorização do então Presidente do Brasil à época, Juscelino Kubitschek, para Manoel Demóstenes instalar uma mineradora, a Sociedade Fertilizantes Calcários Ltda. (Fercal), na então denominada Fazenda Sobradinho, pertencente ao município de Planaltina, em Goiás, (a Fazenda Sobradinho teve vários donos e já existia em 1854) que a região teve maior crescimento. Com a instalação dessa mineradora na região, teve-se a oferta de emprego como atrativo para pessoas que vinham de todas as regiões do país, principalmente da região nordeste do país, povoando-a e dando-lhe o nome da mineradora.

P SETAG - 000029



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS



Atualmente, é a região maior geradora de impostos de todo o Distrito Federal, oriundo das grandes empresas produtoras de cimento, usinas de asfalto e derivados, instaladas em nossa região, que também dão preferência à mão-de-obra dos moradores das comunidades da Grande Fercal, contribuindo para a diminuição do desemprego na Região. Desta forma, a Fercal, é a 1ª Cidade Operária do Distrito Federal, considerando a sua existência em função das grandes e pequenas empresas instaladas.

Fercal é formada por 14 comunidades habitacionais, por nome de Rua do Mato, Bananal, Engenho Velho, Alto Bela Vista, Fercal Leste, Fercal Oeste, Boa Vista, Caatingueiro, Ribeirão, Queima Lençol, Lobeiral, P.A. Contagem, Córrego do Ouro e Sonhém de Cima. Segundo estudos realizados pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), em 2013, a região possuía uma população urbana de cerca de 8.536 habitantes. Tem como característica principal possuir moradores de longa data, onde a maioria dos habitantes, conhecem uns aos outros. É também, um dos únicos lugares do Distrito Federal que mais da metade dos moradores trabalham na própria região.

A cidade tornou-se a 31ª Região Administrativa, por meio da Lei nº 4.745, de 29.01.2012 e completa nesse ano de 2019 seus 7 anos de criação e seus 63 anos de existência.

Contamos, assim, com o apoio dos nobres Deputados para a provação deste requerimento, em reconhecimento ao tema ora tratado.

Sala de Sessões em,

de 2019

Felipe Farias

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS
PSD/DF

JOÃO CARLOS

Prça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 4º andar – Gabinete 19 Fone: +55(61)3348-8192 - Brasília - DF - Brasil CEP: 70.094-902
E-mail: dep.roberionegreiros@cl.df.gov.br - www.roberionegreiros.com.br

Classificação



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Distrital Reginaldo Sardinha - Avante

LEND. O
21/08/19
K
Secretaria Legislativa

REQUERIMENTO Nº 879 /2019 019

(Do Sr. Deputado **Reginaldo Sardinha**)

SETAS - 000000 <
DATA RESERVADA NA AGENDA GERAL DE EVENTOS
09.09.2019
HORAS LOCAL: 19h
Pauco
11.08

Requer a realização de Audiência Pública, no dia 09 de setembro de 2019, às 19 horas, no Plenário desta Casa, para debater sobre a carreira dos Agentes Policiais de Custódia da Polícia Civil do Distrito Federal.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito

Federal:

Nos termos do art. 85, 145, inciso VIII, e, 239, 240 e 241 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, requeiro a realização de Audiência Pública no plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, a ser realizada no dia 09 de setembro de 2019, às 19 horas.

JUSTIFICAÇÃO

A carreira de Agentes Policiais de Custódia exerce papel primordial no sistema prisional. No Distrito Federal, a precariedade do sistema associada à falta de condições adequadas de trabalho tem tornado necessária a urgente melhoria aos servidores da carreira. Para isso, faz-se necessário debater com os Agentes sobre a carreira, com a finalidade de encaminhar providências ao Poder Executivo, para providências que, sendo atendidas, resultará na melhor prestação dos serviços no sistema prisional.

Sendo assim, conclamo os nobres pares para aprovação da presente proposição.

Sala das sessões, agosto de 2019.

Reginaldo Sardinha
DEPUTADO DISTRITAL

SECRETARIA LEGISLATIVA
Recebido em 21/08/19 às 16:08
Assinatura: [assinatura] Matrícula: 22638

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	1	

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 68ª
(SEXAGÉSIMA OITAVA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DEBATER A GESTÃO PÚBLICA DEMOCRÁTICA
DE 22 DE AGOSTO DE 2019.**

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Reginaldo Sardinha a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO REGINALDO SARDINHA – Sra. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

– Ata da 67ª Sessão Ordinária.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 786, de 2019, de autoria da Deputada Arlete Sampaio e do Deputado Leandro Grass, a sessão ordinária de hoje, quinta-feira, dia 22 de agosto de 2019, fica transformada em comissão geral para a realização de debate sobre a gestão democrática do sistema público do Distrito Federal.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22	08	2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	2

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Neste momento, então, autorizamos a entrada das pessoas para participarem da comissão geral.

Está suspensa a reunião.

(Suspensa às 15h13min, a reunião é reaberta às 15h29min.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Está reaberta a comissão geral.

Sob a proteção de Deus, reiniciamos os nossos trabalhos.

Quero dar as boas-vindas a todos que aceitaram o convite para, nesta tarde, debatermos sobre a gestão democrática, que é um tema extremamente importante neste momento preciso na educação do Distrito Federal. Eu quero convidar o companheiro Deputado Leandro Grass, que foi comigo autor do requerimento para realização desta comissão geral. S.Exa. já está aqui à minha direita. Quero convidar também o Deputado Chico Vigilante para compor a Mesa. (Palmas.)

Convido para integrar a Mesa as seguintes pessoas: o Assessor Especial da Secretaria de Educação do Distrito Federal – representando aqui, neste momento, o Sr. João Pedro Ferraz, que é o novo Secretário, pelo menos, no momento –, Sr. Tiago Cortinaz; a Professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília e ex-integrante dos quadros da Secretaria de Educação do Distrito Federal, Sra. Edileusa Fernandes da Silva, a quem eu disse que, no dia em que eu for governadora, será a minha Secretária de Educação; o Coordenador do Fórum Distrital de Educação, Sr. Júlio Barros; a Diretora do Sindicato dos Professores do DF, Sra. Berenice D'Arc Jacinto, a Berê; o Vice-Diretor do Centro de Ensino Especial 1 de Taguatinga, Sr. Helder Ferreira Gonçalves, representando aqui todos os gestores; o Vice-Presidente da União dos Estudantes Secundaristas do DF, Sr. Marcelo Acácio.

Dando início aos nossos trabalhos, eu queria fazer algumas considerações iniciais que eu julgo importantes, depois passaremos a palavra a todos os integrantes da Mesa. A dinâmica da comissão geral é que a Mesa vai falar e, depois, a gente vai abrir a palavras para as pessoas do plenário que queiram fazer uso da palavra.

Primeiro, eu quero dizer que Brasília já nasceu com tendência à gestão democrática tendo em vista que a primeira escola do Distrito Federal, a Escola Classe Júlia Kubitschek, já começou praticando a gestão democrática quando reuniu os professores e estes elegeram uma diretora, que foi a Sra. Santa Alves Soyer. Então, já se começou com uma experiência de gestão democrática.

A segunda experiência de gestão democrática foi tida na gestão do ex-Senador Pompeu de Sousa, como Secretário de Educação, e do Diretor-Executivo da Fundação, Fábio Bruno. Mas essa foi uma experiência não institucionalizada.

Depois, no Governo Cristovam, já no primeiro período da sugestão, nos primeiros dias do governo, foi encaminhado à Câmara Legislativa o projeto de gestão

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	3	

democrática. E, por fim, temos a atual lei que está em vigor, a Lei nº 4.751, de 2012, que foi feita na gestão Agnelo Queiroz.

Obviamente que essa discussão, a questão da gestão democrática, está presente em todos os dispositivos legais que debatem a educação. A Constituição Federal, no seu art. 206, defende o princípio da gestão democrática. A LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu art. 14, também fala que é necessária a construção de normas para a gestão democrática. O PNE – Plano Nacional de Educação, também na sua Meta 19, dá um prazo de 2 anos para que todos os estabelecimentos constituam a gestão democrática.

Aqui, no Distrito Federal, a Lei Orgânica do Distrito Federal, no seu art. 222, também propugna pela gestão democrática. O Plano Distrital de Educação – PDE, Lei nº 5.499, de 2015, que é o primeiro Plano Distrital de Educação do Distrito Federal, também propugna pela gestão democrática. Esse PDE foi amplamente e democraticamente debatido na Conferência Distrital de Educação e prevê agora a adequação da Lei de Gestão Democrática, tendo em vista os princípios também da gestão democrática. Ele propõe que se adequa a Lei da Gestão Democrática ao PDE.

E também eu quero dizer aqui, puxando um pouco a brasa para minha sardinha, que foi uma emenda à Lei Orgânica de minha autoria que definia a necessidade de se ter um plano decenal de educação para o Distrito Federal.

Nós sabemos que o Brasil vive hoje um momento extremamente delicado para a educação. A educação tem se tornado alvo dos ataques do atual Governo Federal e isso é um grave problema. Desde a Emenda Constitucional nº 95, que restringe os gastos públicos para educação, saúde, assistência e políticas públicas por 20 anos, até essa gestão atual, a gente tem assistido, inclusive, a uma grande mobilização da área educacional contra esses cortes de verbas para a educação, não só corte de verba, mas também as restrições à gestão democrática, como aconteceu recentemente agora no CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro e na Universidade Federal do Ceará. Então, tem ataques àquilo que nós consideramos fundamental, tendo em vista, inclusive, os princípios do próprio Paulo Freire, que fala que não se pode ter educação sem um ambiente de liberdade, de democracia.

A conjuntura atual, então, é muito adversa à educação, mas eu acho que é importante que a gente esteja fazendo este debate e esteja disposto a seguir firme no sentido de defender a educação pública de qualidade não só para o Distrito Federal, mas para todo o Brasil.

Para vocês terem ideia, nós estamos olhando aqui, com relação ao PDE, nós temos a Meta nº 20, que definia um cronograma para o crescimento dos gastos com educação ao longo de 10 anos. Eles propunham um indicador em relação ao PIB – Produto Interno Bruto que, no ano de 2014, seria de 3,23% e que, no ano de 2024, dez anos depois, atingiria 6,12%. Para vocês terem ideia, no ano de 2014, aqui no Distrito Federal, portanto, a perspectiva era de se gastar 3,23% do orçamento, e nós gastamos 3,61%. Em 2015, a meta era alcançar 3,76%, e foram gastos 3,14%. No

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22	08	2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	4

ano de 2016, a meta era 3,96 e se gastou 2,57; no ano de 2017, a meta era 4,17 e se gastou 2,96.

Também uma outra questão importante é a meta 17, que fala da valorização dos profissionais de nível superior, dos professores da carreira magistério, como também uma meta do PDE, e a gente observa o seguinte: a média salarial do GDF para as carreiras de nível superior, para o início de carreira de todos os trabalhadores é R\$ 9.151,84 (nove mil, cento e cinquenta e um reais e oitenta e quatro centavos), e no final de carreira é R\$ 12.364,74 (doze mil, trezentos e sessenta e quatro reais e setenta e quatro centavos), nas mesmas condições: 40 horas.

No caso do magistério, considerando o vencimento básico mais a GAPED, que é 30%, o inicial é R\$ 5.016,52 (cinco mil, dezesseis reais e cinquenta e dois centavos) e o final é R\$ 7.757,60 (sete mil, setecentos e cinquenta e sete reais e sessenta centavos). Portanto, há uma defasagem em relação àquilo que é a meta definida no PDE.

Então, eu queria fazer essas considerações, por último, para dizer que a gente vive um momento crítico – eu já disse isso antes – da educação. Mas um dos agravantes que nos preocupa muito – não é o objetivo de debate aqui hoje, espero que a gente não fale só sobre isso, mas tem que estar isso também permeando o nosso debate – é a opção do governo de fazer a tal da militarização, que eles chamam de gestão compartilhada, mas que, na verdade, significa a militarização das escolas.

E uma das coisas graves é que, por meio da atitude do Governador de auscultar a comunidade, das seis escolas que ele pretende militarizar, quatro aprovaram a gestão compartilhada e duas não, e agora ele quer impor às duas – pelo menos a uma – a gestão compartilhada, quando a comunidade rejeitou. Então, é um descumprimento daquilo que está previsto na Lei de Gestão Democrática. É uma coisa que nós não podemos aceitar, temos que lutar contra isso também.

Então, era isso que eu queria falar inicialmente. Quero, então, agora, passar a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Pessoal, boa tarde a todas e a todos. Eu hoje estou aqui muito mais para ouvir. Agora, Arlete, esses dados que você está colocando aí nos mostram muito claramente qual é o objetivo de quem domina o Brasil hoje. Para você manter esse tipo de governo que está aí, tem que ter uma sociedade, que é preparada a partir dos nossos filhos e netos, totalmente ignorante. E é isso que está sendo proposto. Se pegar esse que está aí na Presidência, que eu chamo de Capitão capiroto – agora já estão chamando também de Capitão motosserra... Aí eu pergunto: qual é o plano de educação desse governo? Não existe! Os caras trocam de Ministro da Educação como troca de camisa. Não tem uma diretriz, não tem um plano, não tem um objetivo. Mas, infelizmente, parece que a mesma coisa está acontecendo aqui com a Secretaria de Educação do Distrito Federal, que eu considero a principal secretaria,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	5	

Eu visito muitas escolas e sempre digo que talvez não haja uma profissão mais difícil hoje do que ser educador no Distrito Federal. Há alguns locais do Distrito Federal em que a única ponta do Estado é a escola, onde a diretora é tudo: delegada, polícia, psicóloga... é tudo, porque tudo desemboca na escola, e sem a estrutura necessária.

Inclusive, ser diretor ou diretora de escola hoje é um verdadeiro desafio, porque estão pagando para trabalhar. A gratificação que recebem não dá nem para os deslocamentos, fora os riscos que correm com os carros e tudo. Aí, de uma hora para outra, inventam essa história de gestão compartilhada. Gente, vamos pensar sério: se não há polícia nem para fazer a segurança pública de todos nós que precisamos de segurança, como é que vai haver polícia para compartilhar nas escolas? Não existe!

Portanto, nós precisamos de polícia fora das escolas, nas ruas, e não dentro das escolas. Estão inibindo as pessoas. Os meninos e as meninas não podem mais usar o cabelo do jeito que gostariam de usar. Isso é cerceamento da liberdade. Isso não é possível! Aí você pega as condições... Eu tenho conversado muito com a Rosilene e com o Júlio, do Sinpro, e tenho dito que a maioria das escolas do Distrito Federal é insalubre. É muito ruim trabalhar dentro dessas escolas. Sem nenhuma condição! Ainda continuam professores e professoras tendo que se cotizar, muitas vezes, até para pagar passagem de alunos que vêm do Entorno. Não dá para continuar desse jeito.

E agora a gente vê, de maneira abrupta, sendo trocado o Secretário de Educação sem nenhuma explicação, simplesmente porque discordou. Tinha feito um entendimento de que onde a comunidade escolar decidisse que não seria compartilhada não seria e pronto. Isso é democracia. E eu tenho dito: ninguém reclamou no lugar onde o governo ganhou. Ganhou, ganhou, executa. Agora, onde ele perdeu tem que respeitar, porque senão é o jogo do vale-tudo, não é a democracia. Mas, infelizmente...

Eu tenho dito também que o Governador do Distrito Federal não pode administrar Brasília como ele administra o escritório de advocacia dele, é diferente. Tem complexidade. Mas eu vou ter a oportunidade de dizer para ele o que eu já falei para vários governadores e até fiz um vídeo dizendo isso: não conheço um governador que tenha se metido de besta com os professores e professoras e que tenha se dado bem. Aponte-me um.

Quando o Arruda resolveu ir para cima dos professores, quando disse que a categoria não trabalhava, que havia 30% de pessoas doentes, eu fui conversar com ele e disse para ele na oportunidade: Governador Arruda, o Roriz ficou vinte anos combatendo os professores e onde está o Roriz? Depois foi o Cristovam Buarque, que era do nosso campo, saiu, infelizmente, que ficou quatro anos e resolveu desafiar os professores. Perdeu a eleição. Eu falei "E você, vai fazer a mesma coisa?". E falei para ele que a única saída era o diálogo com os educadores. Aí, naquele tempo, ele resolveu dialogar.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22	08	2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	6

Depois, o Rollemberg também resolveu, de birra, brigar com os professores. Portanto, espero que o Governador Ibaneis não venha brigar com os professores e as professoras porque não vai se dar bem. Não se dará bem em hipótese nenhuma. Acho que em vez, e aí para concluir, de fazer o que está fazendo, deveria chamar os diretores que têm experiência para uma conversa franca, honesta e pedir a sugestão de vocês. Devia ser feito isso. Vocês têm sugestão para dar. Vocês precisam ser ouvidos.

Portanto, ainda é tempo, espero que ele reflita, faça isso e pare com esse negócio de compartilhamento, que é um arremedo de escola militar, simplesmente para agradar o Capitão capiroto, e isso é inaceitável.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Obrigada, Deputado Chico Vigilante.

Eu anuncio a presença do Deputado Fábio Felix, que está convidado para vir à Mesa. Como não tem lugar, V.Exa. fica aí e, na hora em que quiser falar, a gente abre o microfone para V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Leandro Grass.

DEPUTADO LEANDRO GRASS – Boa tarde a todos e a todas: professores, diretores, técnicos, servidores da educação e, principalmente, aos estudantes que estão hoje conosco. Sejam bem-vindos os estudantes do Setor Leste e de outras escolas também. Que bom que vocês vieram para acompanhar essa discussão, porque ela tem tudo a ver com a vida de vocês, ela afeta diretamente o presente e o futuro de vocês.

Hoje o nosso desejo era de estar aqui já pensando do ponto de vista mais técnico, do ponto de vista efetivo da lei em si, da lei da gestão democrática, mas, infelizmente, diante dos últimos acontecimentos, precisaremos fazer uma reflexão um pouco maior, um pouco mais ampla. Claro, pensando também na lei que queremos, na lei que vocês querem, porque a lei da gestão democrática tem que ser representativa do interesse de quem está no chão da escola e não do interesse de quem está fora do chão da escola. Poderemos encaminhar isso aqui, com a presença da Secretaria de Educação, ainda que de uma maneira até um tanto quanto indefinida sobre o seu futuro, o que é representativo do desejo da visão dos professores, dos estudantes, dos diretores.

O Deputado Chico Vigilante e a Deputada Arlete Sampaio já foram aqui bem felizes e diretos sobre a situação que nós estamos vivendo. Hoje, a escola pública sofre um ataque muito severo, já vem sofrendo há muitos anos, como já dizia o Darcy Ribeiro, nesse projeto de destruição de tudo o que é público, mas, principalmente, da educação pública.

Em um momento de profundo autoritarismo, de ações, de projetos, de propósitos antidemocráticos, a escola se torna um alvo, porque é na escola pública

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
22 08 2019		15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral		7

onde democratizamos a sociedade, é na escola pública onde exercitamos os direitos e garantias fundamentais, onde exercitamos a liberdade e o senso comunitário.

Então, qualquer governo que tenha o objetivo de destruir a democracia, ele vai, em primeiro lugar, destruir a escola pública, destruir a arte, destruir a inovação, destruir tudo aquilo que acontece de bonito dentro da escola pública, impondo mais rigor, silenciamento, cortando o cabelo dos alunos. É assim que o projeto antidemocrático vai se consolidando: de baixo para cima, até tomar conta de toda a sociedade.

A lei da gestão democrática traz alguns propósitos, alguns princípios que eu queria aqui relembrar até para os nossos estudantes começarem a entender melhor porque a presença deles é tão importante. Entre esses princípios estão:

1. A participação da comunidade escolar na definição e na implementação de decisões pedagógicas, administrativas e financeiras por meio de órgãos colegiados e na eleição de diretor e vice-diretor da unidade escolar.

Esse princípio é um grande avanço especialmente se considerarmos o passado do Distrito Federal, quando Secretários e Secretárias de Educação apontavam o dedo para quem deveria ser o diretor da escola ou o coordenador regional de ensino. A lei da gestão democrática possibilitou romper isso, viabilizando uma gestão que fosse representativa do interesse da comunidade e não de interesse meramente partidário, político, às vezes com a indicação de um Deputado Distrital, de um Deputado Federal, de um Senador. Isto é muito importante: o diretor tem que ser alguém que tenha um vínculo com a comunidade e não um vínculo único e exclusivo com o governo.

2. Outro ponto importante é o respeito à pluralidade, à diversidade, ao caráter laico da escola pública e aos direitos humanos em todas as instâncias da rede pública de ensino do Distrito Federal. Por isso que o projeto de militarização é uma violação gravíssima da lei da gestão democrática.

Nós apontamos isso tanto no projeto de decreto legislativo que foi derrotado nesta Casa por ampla maioria – o projeto visava suspender a gestão compartilhada – quanto na representação apresentada por nós ao Tribunal de Contas do Distrito Federal e que está lá ainda sendo analisada. Isso fere a pluralidade, fere a diversidade, fere a decisão da comunidade. Quando o governo decide cortar o cabelo dos meninos e das meninas, colocar-lhes uma roupa, enquadrá-los dentro de um padrão de comportamento, dando-lhes zero capacidade de se expressarem, isso viola diretamente a legislação, é um crime.

3. Autonomia das unidades escolares nos termos da legislação, nos aspectos pedagógicos, administrativos e de gestão financeira. Outro ponto que para nós também está em risco diante desse cenário, não só da militarização, mas também de imposições que vêm sendo feitas à gestão.

Nós tivemos ao longo deste ano um secretário que tinha uma visão interessante do que era educação e que, apesar de estar subordinado a um governador

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	8	

autoritário, vinha construindo esse diálogo. A exoneração de um secretário sem sequer comunicá-lo, sem conversar com os próprios diretores – aproveitando-se disso para dizer: “Eu sou o dono da cidade, eu que mando aqui.” –, é muito ruim, é muito ruim, gera uma instabilidade muito negativa para o ambiente da educação.

Então, aqui repudiamos mais uma vez o procedimento com o qual o governador decidiu exonerar o atual secretário e a forma como ele vem se relacionando com as escolas desde o início do ano. É importante lembrar ao governador que ele não é o dono do Distrito Federal, ele não é o rei da cidade. Governador é um servidor público e o interesse que tem de prevalecer é o interesse da comunidade. Portanto, se o Ibaneis não respeitar a decisão das duas escolas que decidiram não aceitar a gestão compartilhada, nós vamos recorrer, nós vamos ver quais medidas serão adotadas, porque isso é crime de responsabilidade. Não é apenas um desrespeito à comunidade, ele está passando por cima da Lei de Gestão Democrática, passando por cima, inclusive, da própria portaria da gestão compartilhada que diz que a consulta vai ser feita. É crime de responsabilidade e já deixamos isso muito claro para o governo. Esperamos que eles revejam a postura.

Sobre as escolas que receberam a gestão compartilhada, sob a justificativa de serem escolas com problemas de violência e com baixos índices educacionais, o exemplo do CED nº 3 de Sobradinho contraria esse argumento. O CED nº 3 teve 5,8% de reprovação no último ano, enquanto outras escolas da mesma região chegaram a 18%. Então, não há nenhum problema de rendimento escolar ali e também algumas dessas escolas não estavam na mancha de violência. Portanto, são argumentos que a gente não aceita para qualquer tipo de intervenção que passe por cima da vontade da comunidade.

É importante frisar aqui – acho que é o espírito da Lei de Gestão Democrática – que qualquer solução, que qualquer mudança estruturante na educação pública tem que contemplar, tem que valorizar e escutar os professores, os estudantes, os profissionais da educação. Não se pode construir uma lei sem essa escuta atenta, sem esse diálogo e sem participação social profunda, ativa daqueles que estão ali todos os dias cuidando dos nossos estudantes. É isso o que a gente deseja.

E já estamos sinalizando ao novo secretário ou a qualquer outro que possa eventualmente substituí-lo que nós não aceitaremos nesta Casa uma lei que não seja representativa do interesse de quem está no chão da escola.

Este momento de hoje é muito sintomático. Estamos aqui um tanto quanto ansiosos, preocupados também com o futuro dessa lei que vinha sendo dialogada, que vinha sendo construída. E mais ainda: eu acho que hoje marcamos uma posição muito importante de que nós não vamos mais tolerar nenhum tipo de ataque à educação pública. Chega de estigmas sobre a escola pública. Eu, como professor que passou pela escola pública e também pela escola privada, tenho dito e afirmado: o melhor da educação não está na escola privada, está na escola pública, que merece ser reconhecida, valorizada e, principalmente, ser o espaço do exercício para a democracia. (Palmas.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22	08	2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	9

Portanto, qualquer tipo de imposição à escola pública é antes de tudo um crime contra a democracia. Estamos aqui hoje para dialogar e para construir com vocês. Ficamos muito felizes por este plenário estar cheio, por haver tanta gente interessada nessa construção. Vimos aqui nos colocar, na verdade, à disposição de vocês para isso.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Obrigado, Deputado Leandro Grass.

Quero anunciar a presença do Deputado João Cardoso, que também é professor da rede pública, além de ser auditor do Ibram. S.Exa. é um Deputado que está sempre atento às questões que interessam à nossa população.

Anuncio as seguintes presenças: Natália Duarte, diretora da Associação Nacional de Política e Administração Educacional – ANPAE/DF; Clerton Evaristo, do Fórum Distrital de Educação; Marlúcia, assessora da Deputada Erika Kokay; Denise Soares, diretora LGBT da UNE; Vânia Rego, nossa querida amiga e articuladora da Unieb/Ceilandia; Alberto Ribeiro, do Conselho de Educação; Kênia Nunes Soares, diretora do CEF nº 5 do Gama; Lafaiete Formiga, diretor do Cemi do Gama; Marcos, Diretor Nacional do MST, grande Marcos; Jesiel Ferreira, Deputado jovem do colégio Setor Leste – muito bem, Jesiel –; Elaene Mendes, coordenadora da equipe técnica do Plano Distrital de Educação; Leilane Costa, do colegiado do Sinpro; Ana Célia, Diretora do Centro Educacional 7, de Taguatinga – cara amiga Ana Célia –; Wilson Barbosa, do Colégio Setor Leste – sejam bem-vindos todos vocês do Setor Leste –; Luciana Custódio, diretora do Sinpro.

Concedo a palavra à nossa amiga Edlleuza Fernandes da Silva, que além de ser professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – UnB, já foi por muitos anos da Secretaria de Educação na função de Coordenadora Regional do Recanto das Emas, integrante do Núcleo Central da Subsecretaria de Educação Básica – SUDEB/SEEDF.

SRA. EDILEUZA FERNANDES DA SILVA – Boa tarde a todas e todos. Cumprimento todos da Mesa. Gostaria de iniciar destacando que, como cidadã nascida em Brasília, educadora há trinta e três anos nesta cidade, muitos vividos e trabalhados sob a égide de governos autoritários e com pouca ou quase nenhuma disposição e tendência para a democracia, devo declarar a minha total indignação com os discursos e práticas do atual Governo do Distrito Federal, por extensão aos discursos e práticas do Governo Federal.

Por isso, quero iniciar minha fala recuperando que gestão democrática não é apenas uma opção política de um dado governo. É um princípio constitucional e, sendo princípio, é inegociável. Dele não podemos e não vamos abrir mão. É a nossa crença e compromisso em defesa da gestão democrática no sistema público de ensino do DF que nos reúne aqui neste coletivo nesta tarde.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22	08	2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	10

Espero que consigamos sair deste debate com encaminhamentos que fortaleçam a nossa organização em defesa da democracia nas escolas, no Distrito Federal e na defesa de um projeto educativo emancipatório para as nossas crianças, jovens, adultos e idosos que hoje frequentam as nossas escolas. Eu defendo inclusive que o primeiro encaminhamento seja na verdade um manifesto de que não vamos aceitar de um chefe de governo o não reconhecimento à decisão de uma comunidade escolar não aderir à militarização, como vimos noticiarem os jornais locais neste final de semana, e como muitos aqui já colocaram.

Esse fato reforça a compreensão de que discutir gestão democrática é muito mais amplo e muito mais complexo do que debater critérios para eleição de gestores escolares, embora eles também sejam importantes. A defesa da gestão democrática requer que a entendamos em seu movimento histórico e também como reflexo das contradições da realidade político-educacional do momento atual.

Assim, entendo que as ações políticas empreendidas desde o início deste ano no campo educacional representam, na verdade, a disputa em torno de um projeto de educação e escola para atender interesses do Governo Federal e de grupos conservadores que hoje ocupam o Parlamento brasileiro, de conglomerados econômicos de olho em um mercado educacional que atende cerca de 80% dos estudantes da educação básica no Brasil na rede pública de ensino.

É um projeto educacional que visa na verdade, ao contrário do que proclamam, a reprodução de uma ordem que historicamente se efetiva pela seleção do conhecimento que deve ser transmitido aos grupos populares, pelo aligeiramento da formação dos nossos jovens, como nós estamos vendo pela proposta da Base Nacional Comum Curricular – BNCC e pela manipulação ideológica das consciências.

Nesse sentido, as investidas de movimentos em defesa de uma escola sem partido – como se o apartidarismo fosse possível – e da militarização da escola, transvestida de gestão compartilhada, emergem do receio quanto ao inegável potencial da escola pública do Distrito Federal e do Brasil em se constituir como espaço de luta de grupos sociais desprivilegiados, com vistas a melhorias no campo social e à emancipação dos sujeitos.

Essas investidas são também à nossa Lei de Gestão Democrática do Sistema Público de Ensino, Lei nº 4.751, de 2012, que foi construída.

Aqui eu quero inclusive destacar a presença do Professor Erasto, que esteve à época como secretário adjunto; da Professora Regina Vinhaes, que não está mais entre nós, que era a nossa secretária, e da Vânia Rego, que também está aqui. Muitos companheiros e companheiras estão hoje aqui neste espaço e estiveram conosco na realização de 42 plenárias regionais, nos três turnos de cada regional de ensino. Essas plenárias eram abertas à comunidade.

No texto da lei há princípios identificados no artigo 2º, como o Deputado Leandro Grass colocou aqui, e eu penso que a gente não pode perdê-los de vista. O texto do atual governo acresce, apresenta, alguns outros princípios aos já

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22	08	2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	11

apresentados no art. 2º da Lei nº 4.751. No entanto, nós não estamos vendo disposição política de respeito aos princípios da lei em vigor, quicá aos que estão propondo no texto da minuta. Quem teve acesso a ele pôde perceber que há uma ampliação com algumas propostas. Inclusive há uma leitura para a qual nós devemos ter muita atenção porque sugere alguns aspectos que não estão claros em uma primeira leitura.

Os mecanismos administrativos, políticos, pedagógicos, jurídicos para minar a democracia no sistema público de ensino são inúmeros e usados com os argumentos de busca da melhoria da qualidade da educação. Eu penso que nós também precisamos discutir de qual qualidade falam. Que perspectiva de qualidade é essa que divide e estigmatiza as escolas entre militarizadas e não militarizadas? A qualidade medida pelos testes externos à escola?

Dentre os mecanismos para minar a gestão democrática, destacam-se:

a) a falácia de garantia de segurança por meio da inserção de agentes públicos externos à escola com o intuito de adotar práticas de manipulação ideológica e a disciplina de corpos e mentes. Na contramão de uma educação verdadeiramente democrática e libertadora, adotam a pedagogia do vigiar e punir, recuperando Foucault;

b) a aprovação de alterações no regimento escolar da rede pública de ensino do DF no primeiro semestre de 2019 é um exemplo de um modo invertido de compreender e atuar assumido pelo Governo do Distrito Federal e pela Secretaria de Educação, visando solucionar problemas disciplinares nas escolas. Entre arbitrariedades como a revista de estudantes, a retirada deles de atividades de sala de aula, podendo chegar até mesmo à transferência compulsória, o regimento contém agora normas que legalizam um verdadeiro comércio de notas, elegendo o comportamento como moeda de troca.

A vivência de situações punitivas instituídas via regimento e militarização constitui, para os estudantes, humilhação capaz de gerar constrangimento e revolta, ou a aceitação e assunção de posturas incompreendidas porque não são refletidas. Em ambos os casos, a escola trabalha na contramão do seu sentido de existir, inviabilizando processos educativos formadores de sujeitos críticos e conscientes e reforçando que o acesso aos conhecimentos que veicula é restrito aos que se comportam conforme seus preceitos. Que escola democrática é essa?

Assim, com argumentos de melhoria da qualidade da educação, chama atenção a inversão de ordem para o tratamento de questões disciplinares por parte do atual Governo do Distrito Federal e da Secretaria de Estado de Educação. As consequências dessa inversão sobre a organização do trabalho pedagógico da escola e da sala de aula são inúmeros: sobre o currículo, sobre a avaliação, sobre a relação pedagógica professor e aluno, sobre o ideário de educação integral para além da ampliação do tempo de jornada escolar.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22	08	2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral
				12

Dessa forma, o processo educativo, sob a ótica dos atuais governantes do DF, deve se organizar para garantir a ordem e a estabilidade social por meio do seu poder de força e coerção social, através do qual os estudantes serão impelidos a assimilar normas, hábitos, costumes e valores para a manutenção de uma forma de organização social que é na origem excludente.

Quanto ao trabalho docente, a afronta à gestão democrática contraria o princípio basilar da docência, que é a organização, por parte do professor, de práticas educativas significativas e arranjos didático-pedagógicos que viabilizem a construção do conhecimento pelo aluno, processo que implica partilha, troca de ideias, conflitos cognitivos, intensa atividade mental, e sobretudo envolve interação entre o sujeito que aprende e o objeto de conhecimento que está sendo aprendido. Ou seja, promove a desprofissionalização docente, pois este vai perder a sua autonomia para falar e agir legitimamente em nome de um grupo social.

Por fim, como nos ensina Paulo Freire, quem denuncia precisa anunciar, então aponto algumas ações que podem nos ajudar a pensar a escola no seu tempo presente sem negar a sua história e perspectivas futuras: investir na implementação do Plano Distrital de Educação, como já foi dito aqui, que apresenta um conjunto de metas e estratégias que visam à melhoria da qualidade da educação; reforçar as equipes pedagógicas das escolas com formação continuada, recursos materiais e tecnológicos, apoio das equipes gestoras e do Estado para que possam elaborar, implementar seu PPP que, a propósito, no atual governo, perde o qualificativo político, agora é proposta pedagógica; promover discussão nas escolas e com as comunidades sobre o papel da educação e sobre a qualidade do trabalho desenvolvido; implementar o currículo da rede; melhorar a estrutura das escolas; valorizar os profissionais da educação. Essas são algumas das inúmeras ações possíveis de serem implementadas.

Para finalizar, destaco que é em tempo de crise que são retomadas velhas fórmulas sob nova maquiagem, principalmente no que diz respeito a métodos para reorganizar a sociedade e para naturalizar os novos tempos. Lavar as mãos em face da opressão é reforçar o poder do opressor, é optar por ele. Como nos ensina o mestre Paulo Freire, minha opção é pela democracia, pelos estudantes, pelos educadores e contrária aos que defendem um projeto conservador sem clareza de que, na verdade, sua opção é pelo opressor! (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Obrigada, Professora Edileusa Você foi precisa nos seus dez minutos.

Quero lembrar a todos da Mesa que são dez minutos de tempo. Naquele relógio tem um cronômetro para vocês olharem.

DEPUTADO LEANDRO GRASS – Agradeço à professora mais uma vez.

Quero registrar a presença do Luciano Matos, orientador educacional e Diretor do Sinpro; do Jairo Mendonça que também é da direção do Sinpro; da Mônica Caldeira e do Bernardo Távora, todos diretores do Sinpro.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	13	

Convido agora, para fazer uso da palavra, o nosso querido Deputado Fábio Felix.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Boa tarde a todos e a todas.

Eu queria parabenizar, pela iniciativa, o Deputado Leandro Grass e a Deputada Arlete Sampaio. S.Exas. são parceiros. A gente atua sempre juntos aqui.

Também quero saudar todos os professores e professoras que estão aqui hoje, o Sindicato dos Professores também aqui representado. É um sindicato fundamental, que não pode ser criminalizado. É um sindicato que tem que ter voz, que se envolve com a comunidade e discute todos os temas relacionados à comunidade escolar e à educação no Distrito Federal.

É importante fazer esse desagravo ao Sindicato dos Professores que tem sido atacado nesses últimos dias. O nosso mandato também quer fazer esse desagravo a vocês e a todos os professores e professoras. (Palmas.)

Uma saudação também aos estudantes que estão aqui de diversas escolas, os do Setor Leste, bem-vindos e bem-vindas à Câmara Legislativa. Este é um espaço nosso.

Do CED São Francisco, o Chicão, maravilhoso, de São Sebastião, arrasou, bem-vindos e bem-vindas aqui também.

Eu queria saudar a Mesa. Eu acho que este é um debate fundamental. Eu não vou repetir. Eu acho que as pessoas conhecem e muito a nossa posição sobre a gestão democrática e a importância de fortalecer a gestão democrática.

Eu queria fazer um alerta que tem a ver com o debate da militarização das escolas, mas não só com esse debate. A gente tem feito um combate muito duro ao significado dessa militarização e à forma como o governo tem tentado impor a militarização das escolas, mas a militarização das escolas agora acendeu um alerta maior para nós que é o ataque à gestão democrática e àquilo que os professores e professoras, estudantes, pais e familiares conquistaram no Distrito Federal que é o direito de escolher sobre a gestão da escola, quem vão ser os nomes dirigentes da escola e sobre o projeto da escola, especialmente o projeto pedagógico da escola. Eu acho que isso hoje está em risco. Está em risco através de discursos autoritários do Governador do Distrito Federal, infelizmente, autoritários e repetidos da pior forma possível. Está em risco porque querem silenciar, o que a gente já sabe, projetos como o Escola Sem Partido, a nossa diversidade, a nossa liberdade, a liberdade de cátedra, a discussão em sala de aula livre, inclusive elaborada pelo professor e pela professora; a gestão democrática também está em risco porque querem mudar a legislação. E a mudança na legislação pode ser uma porta positiva ou a mudança na legislação pode ser uma porta muito arriscada. E a gente tem que se preocupar com esse processo da mudança na legislação.

Nós não estamos vivendo, no Brasil, tempos normais. São tempos de ataque à democracia, são tempos de relativização de valores fundamentais como os da

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 08 2019			15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	14

participação, de silenciamento das instituições. Esta semana, a própria Câmara Legislativa foi atacada, que é um Poder independente, que deveria ter autonomia e voz para falar sobre si e sobre seus posicionamentos. Porque há um momento duro de ataque à democracia e aos valores diversos, plurais. Então, essa é uma preocupação nossa.

A militarização das escolas é um sintoma dessa imposição, porque é um projeto vazio de conteúdo e autoritário no método como se impõe. Isso não é um ataque à Polícia Militar, de forma alguma. A militarização das escolas não é um projeto da Polícia Militar. A militarização das escolas, além de ser uma ficção, é um projeto de *marketing* de um governo que não entrega resultados em nenhuma das áreas fundamentais. E a militarização das escolas é uma bandeira que tem sido bem avaliada porque existe uma crise de segurança pública e as pessoas acreditam, genuinamente, que a militarização pode resolver o problema da segurança pública. Só que o problema da segurança pública não está nas escolas, está nas cidades. Militarizar as escolas não resolve um problema de segurança pública que está na comunidade, no bairro, na esquina, na loja, na UPA, no Cras, no Creas. O problema de segurança pública é estrutural, e a militarização é uma solução muito, muito artificial e esvaziada.

Eu queria dizer a vocês que a gente tem que ter cuidados estratégicos para os encaminhamentos que a gente vai tirar aqui. Eu acho que um dos encaminhamentos, como proposta, Deputado Leandro Grass, é uma audiência com o novo Secretário de Educação, urgentemente, para pautar a questão da gestão democrática e também a não aceitação – que, inclusive, acho que a gente tem que judicializar – da imposição da gestão militarizada em Samambaia. Eu acho que é intolerável, independentemente da posição de cada um.

E foi isso que eu disse ao Governador: não importa se você é de esquerda ou de direita, não importa se você é contra ou a favor da militarização. Tem uma coisa na política que é fundamental, que é a palavra. E ele deu a palavra dele de que iria respeitar o resultado das consultas, e agora precisa respeitar. Eu acho que isso é muito importante, e esta luta nós precisamos fazer: respeitar o resultado da gestão democrática. (Palmas.)

Então, eu passei aqui, primeiramente, para me somar nessa luta com o Deputado Leandro Grass e com a Deputada Arlete Sampaio, e colocar o nosso mandato, Gabinete 24 da Câmara Legislativa, um gabinete que respeita a diversidade, a pluralidade de ideias, à disposição da luta em defesa da gestão democrática e contra a militarização das escolas.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEANDRO GRASS) – Obrigado, Deputado Fábio Felix.

Temos aqui o Chicão e o Setor Leste, que são duas escolas que exemplificam bem esse espírito do qual a professora falou, que é o espírito democrático, escolas que dão autonomia a seus estudantes, escolas que têm projetos artísticos e culturais,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22	08	2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	15

projetos que dão essa autonomia, essa capacidade ao estudante de se expressar. A gente fica muito feliz que escolas assim façam parte da nossa rede. Que sejam escolas inspiradoras para as outras.

E o Deputado Fábio Felix trouxe aqui, muito bem, o fato de que essa construção vem sendo feita desde o início do ano de uma maneira muito pouco dialogada com a Câmara. A gente está se sentindo aqui muito desprestigiado pelo próprio governo. Quando a gente faz algumas audiências, os secretários não aparecem, sempre mandam alguém para representá-los. Não que as representações não sejam também nobres e importantes, mas a gente quer sempre os representantes de fato, aquele que responde pela pasta, aqui nesta Mesa.

Em decorrência de um compromisso que surgiu, de urgência, passaremos a palavra ao Sr. Tiago Cortinaz, que representa a Secretaria de Educação, para que ele possa falar para nós um pouco sobre a Lei da Gestão Democrática, como vem percebendo essa construção e o que deve ser encaminhado daqui para frente.

(Manifestação da galeria.)

SR. TIAGO CORTINAZ – Eu agradeço o convite para compor essa importante Mesa em nome da Secretaria de Estado de Educação.

Vou, então, brevemente, relatar o processo que está sendo vivido, de construção da adequação da Lei de Gestão Democrática, e peço desculpas, de antemão, por ter que sair. Há uma reunião à qual tenho que comparecer na sede da Secretaria de Estado de Educação.

Há alguns meses nós estamos trabalhando junto a diferentes entidades representativas, como o Fórum Distrital de Educação e, a partir das reuniões e dos debates com o Fórum Distrital de Educação, tivemos reuniões que se desdobraram por segmentos específicos. Reunimo-nos com o Sindicato de Professores do Distrito Federal, reunimo-nos também com representantes do movimento estudantil para tratar de pontos que tocam especificamente na organização estudantil, e estamos construindo essa adequação com muito diálogo.

Seguimos acolhendo contribuições não só das entidades representativas, mas também diretamente dos gestores escolares. Recentemente iniciamos uma série de escutatórias junto aos gestores escolares nas diferentes CREs – Coordenações Regionais de Ensino.

É importante frisar isto: a proposta de adequação da Lei de Gestão Democrática, essa minuta a qual todas e todos vocês tiveram acesso, ela é fruto, resultado de diálogos com diferentes entidades representativas, partindo também de algumas propostas da Secretaria de Estado de Educação.

Venho aqui para trazer esse relato, para também acolher as demandas, as solicitações, as críticas e as sugestões que vão ser postas hoje, para levar à Secretaria de Estado de Educação todas as contribuições, não só desta Casa, mas da sociedade como um todo.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	16	

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Obrigada, Tiago, pela sua fala. Infelizmente você vai precisar sair, mas nós trataremos de fazer um relatório de tudo que foi discutido nessa comissão geral de hoje e o encaminharemos ao Governador e ao Secretário de Educação. Nós sempre procedemos assim em todas as nossas audiências públicas e comissões gerais.

Concedo a palavra ao Sr. Júlio Barros, representante do Fórum Distrital de Educação.

SR. JÚLIO BARROS – Eu vou tentar ser objetivo e até mesmo pragmático.

Primeiro, quero saudar a Sra. Deputada Arlete Sampaio; o Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, Deputado Leandro Grass; o companheiro Deputado Chico Vigilante, que teve um problema de saúde, e a gente fica muito feliz de ele estar junto conosco nessa luta; o assessor especial da Secretaria de Educação do DF, Tiago Cortinaz; a companheira Edileusa Fernandes da Silva, da Universidade de Brasília, professora da Faculdade de Educação; a minha companheira Berenice D’Arc Jacinto, diretora do SINPRO – Sindicato de Professores do Distrito Federal, na pessoa de quem cumprimento todos os meus companheiros diretores e diretoras do Sindicato dos Professores presentes; o Vice-Diretor do Centro de Ensino Especial 1 de Taguatinga, Helder Ferreira Gonçalves, na pessoa de quem eu saúdo todos os gestores e gestoras presentes; e o meu companheiro do Fórum Distrital de Educação, Marcelo Acácio, na pessoa de quem eu saúdo os estudantes do Gisno – e os estudantes do Setor Leste.

Quando eu digo que vou ser pragmático, é que nós temos uma eleição prevista para novembro, Deputada. E, se esse projeto de lei sobre a revisão da gestão democrática, de acordo com o art. 11, não chegar aqui até a semana que vem, há sérios riscos de as eleições não ocorrerem em novembro. Essa é a questão central.

Aqui nós vamos ter pontos em que vamos consensuar, pontos em que vai haver dissenso, mas o fundamental é protocolar o projeto.

Então, o que queremos inicialmente? Que se faça uma pressão no Poder Executivo, porque não vamos aceitar zerar o debate. Já existe uma minuta pronta. Podem não estar contemplados todos os pontos que defendemos, mas que se faça o debate aqui, com os 24 Deputados, com as representações classistas – dos estudantes, dos professores, dos funcionários de educação –, para ver nossas divergências e construir um projeto que tenha o menor número de destaques aqui no plenário.

Acho até que temos de radicalizar: se não chegar na semana que vem, acho que os Deputados do campo progressista têm de travar a pauta! Não se vota mais nada enquanto não se protocolar o projeto da gestão democrática! É esse o nosso primeiro entendimento.

Quero aqui destacar algo também. A Deputada Arlete Sampaio fez um breve histórico da gestão democrática, mas quero destacar que o primeiro processo de

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22	08	2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	17

eleição direta de 1985 foi por meio de um acordo coletivo com o sindicato dos professores. Então, é o Sinpro sempre presente, tanto nas questões pedagógicas, como nas questões econômicas.

Quero destacar também isto: que a gente não caia no erro de reduzir o debate da gestão democrática ao processo eleitoral para gestores e conselhos escolares. Muitos companheiros e companheiras ficam dizendo: "Ah, a gestão democrática não funciona, não funciona!" Espera aí, vocês conhecem os princípios da gestão democrática?

Um dos princípios é a participação. Sem participação, obviamente, não tem gestão democrática. Outro princípio é a autonomia. Vamos colocar aqui, por exemplo, a oportunidade que a escola tem de recompor o seu calendário quando fazemos uma paralisação! Então, está garantida na lei, e é essencial a autonomia. Não é o sindicato dos professores que vai doar a autonomia para a escola, a autonomia tem de ser conquistada.

Há princípios como a questão da qualidade. O nosso conceito é de qualidade social, que defende a educação pública, gratuita, emancipacionista, democrática, laica. O conceito do campo conservador é de gerência de qualidade total, querer transformar a escola em uma empresa pública, com os princípios capitalistas.

Temos o princípio da transparência. Essa lei de gestão democrática tem instrumentos de democratização da escola e do sistema, ela é avançada. Temos a assembleia geral escolar, instância maior da unidade escolar, que pode, inclusive, destituir o gestor. Claro, não vamos banalizar isso, mas falo disso para vocês verem como é uma lei interessante.

Tem a questão do conselho escolar, do conselho de classe participativo, do grêmio estudantil – ao contrário das escolas militares, estudantes. Imaginem que nas escolas militares querem colocar um militar no grêmio estudantil! Isso fere de morte a gestão democrática. Por isso o combate ostensivo, duro, a essa proposta de militarização das escolas – vamos ver se sobra um tempinho para falarmos disso.

Temos também os instrumentos de democratização do sistema, como o Fórum Distrital de Educação, que teve papel de destaque na construção do Plano Distrital de Educação – PDE.

Falando em Plano Distrital de Educação, vamos sempre ter de fazer o *link* de gestão democrática com o debate da militarização. Aqui está o PDE, composto de 21 metas e 411 estratégias. Temos aqui dezenas e dezenas de estratégias para combater a questão da violência escolar, para discutir a questão da qualidade. Isso já desmonta o discurso deste governo ao dizer que a questão da militarização é necessária porque temos problemas de qualidade. Mentira! Mentira! Não temos problemas de qualidade!

Temos a categoria dos profissionais do magistério mais qualificada do País: temos quase 2 mil mestres em educação; temos quase 600 doutores; 80% dos profissionais do magistério são especialistas em educação, têm pós-graduação. Então,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	18	

vamos discutir qualidade de educação? Pegue a Educação Fundamental, tanto nos anos iniciais, quanto nos anos de fundamental: somos o quinto lugar no IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de 2017. No Ensino Médio, que é o calcanhar de aquiles da Educação Básica, somos a quarta melhor unidade da Federação. Então, é falsa essa questão da qualidade da educação.

Nós reconhecemos os problemas de disciplina, mas o Plano Distrital de Educação, por exemplo, oferece alternativas. Vocês sabem que há uma escola atrás no Caseb, na 908 Sul, Proem – Escola do Parque da Cidade, que é uma escola vocacionada para famílias desestruturadas, famílias com problemas de vulnerabilidade social? Com o estudantado com problema de disciplina, o Plano Distrital de Educação fala que se deve construir um Proem em cada regional de ensino.

Então, o sistema não conhece o sistema. Essa questão da militarização das escolas é só uma jogada eleitoreira para agradar o Governo Federal. Que fique claro aqui que faltam 7 mil homens e mulheres nos quadros da Polícia Militar, e vai ter para dentro das escolas? Interessante esse governo autoritário. Assim como o que o antecedeu foi caloteiro, esse governo se caracteriza por ser déspota, autoritário.

Vejam só, nós vimos agora que um jovem foi esfaqueado no CEF – Centro de Ensino Fundamental 407 da Samambaia, e o governo diz: “Olha, estão vendo? A escola não quis se militarizar.” Mas o problema foi fora dos muros da escola. O problema da violência escolar não está dentro das escolas, nossos estudantes não são marginais, não são bandidos. Eles dizem que têm que militarizar as escolas e que, se ela fosse militarizada, não teria acontecido a facada. E ontem, no CED – Centro Educacional 07, da Ceilândia? O que aconteceu no CED 07 da Ceilândia? Uma escola militarizada. (Palmas.)

Vejam a contradição do discurso governamental. O nosso problema na educação é questão de investimento, de financiamento. Enquanto, nas escolas militarizadas, são investidos 19 mil por estudante; nas escolas públicas, na média nacional, são investidos 6 mil reais. Aqui no Distrito Federal, em torno de 9 mil a 10 mil reais. Nós temos exemplos muito bons de escolas públicas de qualidade, que são os institutos federais, onde se investe muito menos e não são militarizados, são escolas democráticas. Dentro da própria rede, nós temos o Centro de Ensino Médio Integrado – CEMI, lá no Gama, que é a melhor escola pública do País, ganhadora de vários prêmios nacionais e internacionais. O que o Cemi inventou? Ele inventou o micro-ondas ao contrário. Em menos de um minuto, gela uma latinha de refrigerante ou de cerveja. Em menos de um minuto. Isso é invenção da nossa educação pública. Por isso o combate ostensivo a esse tipo, na prática, de escola sem partido.

Nós não somos contra os militares, que fique claro isso. Nós queremos que os policiais militares tenham bons salários, que haja recursos humanos suficientes, mas, para nós, é o seguinte: o papel da Polícia Militar é no batalhão escolar, do portão da escola para fora. É esse o papel da polícia militar. A realidade é que nós somos quase setecentas escolas, e o batalhão escolar não cobre nem duzentas delas e cobre em sistema de rodízio, de revezamento. Nós, do Fórum Distrital de Educação, nós, do

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22	08	2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	19

Sindicato dos Professores, vamos fazer o debate em todas as unidades da rede pública de ensino combatendo a questão da intervenção militar.

Tenho aqui um panfleto do governo que é intitulado *Verdades e Mentiras*. Está aqui, do governo. Olhem só o que eles colocam como verdades: “A comunidade escolar é quem decide se aceita participar do programa.” Está aqui. Então, não vamos cair nessa ilusão. Tem de colocar em prática as metas e as estratégias do Plano Distrital de Educação. A mídia pega um caso isolado de violência e o transforma num espetáculo midiático, para comover. A gente sabe do problema da violência urbana.

Gente, vamos defender a gestão democrática, as eleições em novembro. Digo mais: assim como a gente quer que os Deputados radicalizem trancando a pauta aqui, nós, da direção do Sindicato dos Professores, vamos realizar essa eleição. Nós já confrontamos o Governo Roriz. Quando ele quis cassar a eleição direta, nós fizemos as eleições paralelas. Então, queira ou não o governo, nós vamos realizar as eleições em novembro, custe o que custar. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Obrigada, Júlio, que tocou em dois pontos fundamentais. Tem de haver o batalhão escolar e não policiais dentro das escolas. Acho que isso é essencial. Já dissemos isso em todos os momentos, aqui nesta Casa, ao Governador e em todos os fóruns a que vamos.

Quero passar a palavra agora ao Vice-Diretor do Centro de Ensino Especial de Taguatinga, Sr. Helder Ferreira Gonçalves. (Palmas.)

SR. HELDER FERREIRA GONÇALVES – Boa tarde a todos e todas. Quero saudar a Mesa na pessoa da Deputada Arlete Sampaio e agradecer o convite para ouvir novos gestores que estão lá na ponta executando as políticas públicas com muito afinho, às vezes, sem recursos, mas temos que executar. Quero saudar aqui todos os professores e professores gestores. Não podemos esquecer que o cargo dos gestores da escola pública tem como prerrogativa ser professor, ao menos um, com a categoria dos assistentes. Não podemos perder o foco de que somos professores que executam um belo trabalho dentro das escolas.

Toda essa movimentação que está acontecendo aqui na questão da lei da gestão nos deixa apreensivos e inseguros, não só a nós gestores que estamos hoje em exercício, mas os demais colegas que estão em sala de aula e pretendem participar do pleito. Não sabemos que modelo iremos adotar, apesar de haver uma lei vigente, que não foi revogada, mas que o Plano Distrital de Educação, no art. 11, prevê que precisa ser adequada, assim como a lei do sistema prevê também a regulamentação da responsabilidade educacional.

A lei da gestão imputa ao gestor diversos pesos bastante duros. Nós somos o responsável. O CPF do gestor está lá na carga patrimonial, na segurança e integridade de cada aluno, de cada servidor que atua no ambiente escolar, no PDAF. Cada dia, a gente é afrontado e atacado ainda mais. Quando a gente percebe que uma lei de gestão democrática que baliza o trabalho das escolas e o sistema de ensino não recebe o devido respeito, a gente percebe que há alguma coisa errada.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22	08	2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	20

Errada em que ponto? A gente teve uma audiência pública aqui proposta pela Deputada Arlete Sampaio e pelo Deputado Prof. Reginaldo Veras no dia 15 de março. Não havia nenhum representante da secretaria. E a resposta que nós tivemos foi que essa lei iria chegar até o final de abril ou maio. E foi protelando: abril, maio, junho. Agora estamos em agosto e nada. E temos uma minuta que circulou em todos os grupos. Ela foi para Casa Civil e não foi protocolada ainda. A gente exige também que ela seja protocolada para assegurar eleição direta para gestor escolar sem aquelas etapas subjetivas que há ali: entrevista sem critérios, provas – que tipo de provas? Só para quem não está na atual gestão? Esse processo é democrático com etapas para uns e sem etapas para outros? A gente aqui não está defendendo só quem está na gestão. A gente está defendendo o processo, todo o sistema. A gente precisa pensar qual o interesse por trás disso, qual o interesse desse protelamento da lei da gestão.

A gente sabe que a lei atual não permite reeleição de alguns gestores por terem cumprido os dois mandatos. Uma das nossas propostas pacificadas junto com as outras entidades é que haja reeleição, e fique a cargo da comunidade escolher. Há até o número colocado pelo companheiro Júlio de que 87% das atuais chapas de escolas não podem se reeleger. São quase 620 escolas. No mínimo, trezentas não terão chapa para concorrer. Será que é a porta que eles estão querendo para fazer a ingerência, de fato, nas escolas? A gente precisa pensar.

Há outros pontos. Eu vou ser bem objetivo nos pontos que colocamos aqui. Outro ponto é o tempo de mandato. Temos um mandato hoje de três anos. Levantamos a proposta. Conseguimos junto ao fórum e ao sindicato entrar em consenso sobre a questão dos quatro anos. Por que quatro anos? A próxima eleição seria no ano de 2022, ano de eleição geral. Você imagina o tumulto que será isso.

Há outros fatores. Quem é de CEF, com mandato de três anos, não consegue iniciar um ciclo no sexto ano e terminar no nono ano. Quem é de uma escola classe que vai desde a educação infantil até o quinto ano, em dois mandatos, também não fecha esse ciclo. Então, a gente precisa pensar nesses pontos.

A gente não pode se esquecer da Lei do PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira – em consonância com a Lei da Gestão Democrática, uma vez que, no ano passado, mais de duzentas escolas receberam o calote. Aí, peço aos Deputados encaminhamento de qual providência a secretaria tomará em relação às escolas que tiveram o calote do ano passado.

Não temos nem a segunda portaria deste ano, que garante o repasse. Nós estamos findando o mandato. Eu tenho certeza que a maioria dos gestores atuais estão devendo na praça, e não é pouco, porque a gente só recebeu a primeira parcela, que deu para pagar o que ficou do ano passado. Como a gente vai finalizar isso?

(Intervenção fora do microfone.)

SR. HELDER FERREIRA GONÇALVES – Então, a gente precisa, de fato, ter uma posição como encaminhamento, Deputada e Deputado. O que se fará a respeito das escolas que estão devendo? A portaria do segundo semestre não foi nem publicada.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22	08	2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	21

Imaginem o recurso a ser creditado na conta! E nós estamos encerrando o mandato no dia 31 de dezembro.

A gente, aqui, defende também que essa lei seja debatida, que ela chegue aqui e seja debatida, Deputado. Que todos os entes que têm força e participação nessa lei sejam ouvidos. De fato, a lei da gestão não pode se personificar somente na eleição de diretor e vice. Todos os entes fazem parte. Todas as entidades aqui representadas fazem parte desse processo, e a gente quer, de fato, que essa parte seja efetivada.

Quando as assembleias gerais têm autonomia, a gente também não pode aceitar o que está no § 1º do art. 61 da minuta que foi publicada – e a gente vai trabalhar em cima dela porque pode ser que seja ela que chegue aqui. O parágrafo fala que os diretores e vices que forem mal avaliados pela comunidade escolar com base na avaliação institucional, realizada anualmente pela SEEDF – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, poderão ter sua exoneração do cargo indicado pela Secretaria de Educação.

Avaliação institucional é uma avaliação processual. Ela é de todo o processo. Os gestores não têm autonomia para todo o processo. Gestor não tem autonomia para contratação de professor. Gestor não tem autonomia para saber quando esse recurso vai ser creditado e de que forma total ele poderá ser executado. Então, a gente precisa pensar em alguns pontos dessa minuta que está presente – a gente tem que trabalhar em cima dela, que é que foi divulgada – e que não foram contemplados.

A gente não pode também deixar que a avaliação seja elaborada de forma posterior à votação dessa lei. Aí, a gente está dando, de fato, o poder da caneta a quem não tem. Se é uma lei que baliza a gestão democrática, o poder da caneta não pode ser do Governador. Ela tem que ser balizada em critérios que sejam objetivos, e o gestor que tiver, de fato, infringindo situações da lei tem que ser penalizado.

Quem tem que puxar essa corda para esse debate é a própria Secretaria, que é omissa em alguns casos. Nessa atual legislatura, ela não foi às escolas que ela diz que têm problemas e nem fez intervenções. A Secretaria tem as responsabilidades dela. Não é só imputar ao gestor todas as responsabilidades.

Eu quero agradecer a todos os gestores que tiveram coragem de sair do trabalho que têm diariamente nas salas de aula e enfrentar todo esse processo. O que a gente propõe aqui, Deputado, enquanto comissão de gestores, é que haja mais diálogo. É só através do diálogo que nós vamos conseguir, de fato, efetivar a lei da gestão.

Não podemos, de maneira alguma, a cada três anos – ou daqui para frente, a cada quatro anos – ter que revisar essa lei ou ter alguma coisa que precisa ser consertada. A lei tem que ser coesa para que, no mínimo, nos próximos vinte anos, as pessoas tenham disposição para concorrer a um cargo de gestão.

Eu vou te falar: isso é um desafio enorme, mas, mesmo diante de todas as dificuldades, é prazeroso ver o resultado que nós temos diariamente dentro das escolas

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22	08	2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	22

e as práticas exitosas. Em cada escola que você for, você vai ter a certeza de que há uma prática exitosa dentro dessa secretaria. Meu muito obrigado a todos.

DEPUTADO LEANDRO GRASS – Muito obrigado, professor. A gente agradece sua participação com pontos muito importantes.

Sobre o PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira, nós temos cobrado do governo, desde janeiro, a parcela de 2018, que não havia sido paga. Existe um problema hoje que está dentro da Secretaria de Fazenda que não está esclarecido. Por que eles não pagaram e por que, mesmo ainda em 2019, não têm pago em dia? Existem escolas que receberam a primeira parcela em abril, maio. A primeira parcela tem que ser paga em janeiro, fevereiro e a segunda em julho, agosto, para que os diretores se organizem. Então, há muitos diretores devendo. Há diretores com muita dificuldade em suas escolas, comprando fiado. Isso não pode acontecer. Isso é um amadorismo por parte da Secretaria de Fazenda e da Secretaria de Educação, é um absurdo.

Então, a gente tem cobrado, sim. Já fizemos vários ofícios. Já questionamos a Secretaria de Fazenda em diversos momentos e aqui no plenário também. Estou até pedindo para que nos mandem para podermos atualizar essa execução do PDAF, além das emendas parlamentares que foram direcionadas e pouquíssimo delas foi desbloqueado e liberado para as escolas até o momento.

A gente também quer já anunciar que vai passar uma lista. Conversei com a Deputada Arlete Sampaio. A gente está passando uma lista com o ofício solicitando a urgência no envio da minuta. A gente não queria assinar apenas aqui entre os Parlamentares. A gente queria que todos assinassem, tudo bem? Então, a gente está passando o ofício com a lista solicitando a urgência do envio da minuta, conforme eles se comprometeram, apenas para incrementar essa pressão política.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – O próximo orador é o nosso estudante aqui presente, representante da UBES – União dos Estudantes Secundaristas do Distrito Federal, Marcelo Acácio.

SR. MARCELO ACÁCIO – Olá a todos. Boa tarde. Quero saudar a Mesa, mas primeiramente saúdo os estudantes que estão aqui hoje e que estão mobilizados para discutir a Lei de Gestão Democrática e também a militarização.

Primeiramente vou me apresentar. Eu sou o Marcelo. Eu sou Vice-Presidente da Ubes, que é a União brasileira dos Estudantes Secundaristas. Também construo a UESDF – União dos Estudantes Secundaristas do Distrito Federal, uma entidade nossa que também esteve na discussão do Plano Distrital de Educação e também da Lei de Gestão Democrática.

Essa lei, para nós, enquanto estudantes, foi conquistada com muita luta. Foi um prazer enorme poder eleger nosso diretor, porque, primeiramente, quantos aqui são estudantes? Levantem a mão, por favor. (Pausa.) Quantos aqui participam do cotidiano da discussão política da escola, do que perpassa sobre o pedagógico e

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22	08	2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	23

também do que vai ser direcionado no orçamento? (Pausa.) Gestores, não é? A maioria. Já essa lei de gestão democrática garante, por exemplo, que nós estudantes podemos também discutir e apresentar nossas posições do que deve ser a escola e esse ambiente.

Há um caso, por exemplo, ocorrido recentemente numa das escolas em que já estudei, o Centro de Ensino Fundamental Caseb. No início do segundo semestre de 2019, aconteceu um incêndio numa parte onde se concentrava a maior parte dos estudantes. Isso simplesmente não é nada mais nada menos que também uma falha do próprio governo de não repassar a verba adequadamente para essas instituições. Isso ocorre não só nas escolas do Plano Piloto, mas também nas escolas que estão ali nas regiões administrativas.

O governo simplesmente vem apresentar um discurso de que um dos motivos da militarização das escolas é a má gestão. A má gestão não é por conta da direção, mas por conta do governo, que não está primeiramente aqui na Câmara, porque vem um representante e fala poucos minutos e simplesmente se retira. Então, nós não estamos satisfeitos, mas já sabíamos que a Secretaria de Educação se retiraria, porque essa não é a primeira vez.

E, para nós também mobilizarmos os estudantes, eu acho que a lei de gestão democrática garante, por exemplo, a nossa participação no Fórum Distrital de Educação e também no Conselho de Educação, que hoje está sendo ocupado por uma entidade cartorial. Para nós custa muito caro essa representação, porque quem indica é o próprio governo.

Então, existe o Conselho de Educação. O Conselho de Educação investe e também participa da discussão do Plano Distrital de Educação, que neste mês conclui o seu quarto ano de vigência e que precisa ser cumprido.

Como o próprio Júlio apresentou para nós, esse plano simplesmente garante também rever as metas necessárias para garantia de uma educação de qualidade e também do seu próprio investimento. Sem falar que hoje nós, o próprio Sinpro, em conjunto com os estudantes, apresentamos uma alternativa para essa militarização das escolas, que é colocar mais gestores e mais investimentos nessas escolas, porque nas escolas que estão sendo militarizadas está entrando recurso para montagem de salas para os policiais ficarem. Sem falar também de casos... Os próprios estudantes, por exemplo, do CED 7, do grêmio estudantil, foram retirados de suas salas para permanência dos policiais. Então, essa militarização simplesmente cala a voz dos estudantes, cala a voz da comunidade escolar e cala a voz dos professores da direção também.

Para concluir, eu acho que é muito importante todos nós aqui montarmos uma discussão mais ampla, para além do que está acontecendo na Câmara Legislativa, mas também na comunidade, seja nas praças e nas escolas: é a discussão da lei de gestão democrática, porque vamos passar por um período de eleição, quando é fundamental essa discussão sobre a militarização das escolas. Qual a escola, primeiramente, que

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22	08	2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	24

nós queremos? É uma escola em que haja investimento, estrutura, ou simplesmente uma escola em que haja um policial que dite qual deve ser o comportamento ou qual deve ser o aprendizado nas escolas? Porque, pela visão do governo, quem está sendo o bandido, quem está sendo criminalizado está dentro da escola. Mas nós que estamos dentro das escolas no dia a dia, no chão das escolas todos os dias estamos a Deus dará.

Então, acredito que, mais uma vez, é importante toda a comunidade estar organizada para além das eleições. A organização e o fortalecimento dos grêmios estudantis são uma ferramenta que coloca em discussão, como um todo, a vida do estudante, que é muito importante. E sem falar que, ao mesmo tempo que o governo apresenta, fala que os sindicatos e as entidades estudantis não podem estar nos espaços de educação, nas escolas, nós temos, sim, legitimidade, porque nós passamos por um processo eleitoral, em que os estudantes, os professores, a comunidade elegeu, assim como ele também foi eleito nas urnas, para estar representando a sua comunidade.

Então, se ele está incomodado com a presença dos estudantes, dos professores, do Sindicato dos Professores dentro das salas de aula, ele vai ficar mais incomodado ainda, porque nós estudantes estamos nos mobilizando para estarmos nas ruas, apresentando uma carta para este governo, porque nós não somos a favor dessa gestão compartilhada, que não convém com a nossa realidade.

Nós queremos mais investimento na educação, queremos que o projeto que está sendo discutido de educação seja simplesmente um viés de um sonho, que as pessoas possam sonhar com os olhos abertos, não simplesmente um sonho que, na hora de acordar, não vai se realizar.

Então, já coloco aqui a posição dos estudantes, que nós não estamos satisfeitos e vamos nos colocar contrários a toda a movimentação deste governo, a não discutir esse projeto, que é uma farsa.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Muito obrigada, Marcelo Acácio, pela sua fala.

Eu gostaria de anunciar a presença do Movimento Chay pela Humanização da Educação por meio da Pedagogia Waldorf; do Sr. Cleber Ribeiro Soares, Diretor do Sinpro; e do Sr. Isley Marth, Diretor do Gisno. Muito obrigada pela presença.

Agora, passamos a palavra para a Diretora do Sinpro, Sra. Berenice D'Arc Jacinto.

Antes, porém, eu gostaria de convidar a Deputada Federal Erika Kokay para estar conosco à Mesa.

SRA. BERENICE D'ARC JACINTO – Boa tarde a todas e a todos. Quero dar um especial boa tarde aos estudantes, essa parte fundamental do processo democrático nas escolas, do processo de discussão. Quero fazer um agradecimento aqui, em nome

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22	08	2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	25

da Deputada Arlete Sampaio e do Deputado Leandro Grass, por esse espaço de debate garantido por esta Casa, Casa esta que, quando a gente passa na rua, a gente vê que é a Casa do povo.

Então, é esta Casa, com essa disposição, que precisa receber todas e todos aqui para fazer debates como este. Debates como este, no momento em que nós vivemos, na conjuntura em que nós vivemos da cassada da democracia no Brasil e no Distrito Federal é fundamental. E quando ele acontece numa Casa Legislativa, empodera não só o parlamento, mas empodera toda uma sociedade. Então, é fundamental essa discussão que a gente faz aqui hoje da gestão democrática, que é uma discussão caríssima para os trabalhadores da educação, para os profissionais da escola, para os estudantes e para a comunidade escolar.

A Edileuza lembrava aqui de vários nomes que contribuíram muitíssimo, principalmente da forma acadêmica, de dar para nós, através da pesquisa, muitos instrumentos e argumentos para discutirmos a gestão democrática. E aí ela lembra da professora Regina Vinhais, que foi uma parceira muito importante nossa no Sinpro para que a gente pudesse fazer grandes debates e fundamentou bastante as nossas discussões. Então, boa lembrança, Edileuza, lembrança que, neste momento de debate da construção dessa nova discussão da gestão democrática, é fundamental.

A gestão democrática nas escolas, hoje, no Distrito Federal, podemos dizer que é um processo ainda em construção, uma jovem democracia sendo construída nas escolas. Jovem democracia porque, apesar de a gente já estar construindo esse processo.... E a Deputada Arlete Sampaio lembra da história, o Júlio, a Edileuza lembram dos vários momentos da discussão da gestão democrática em Brasília. Mas nós passamos, e o processo de gestão se constrói também a partir de um momento político de governos. Então, a gente passou aí por momentos de discussão da gestão democrática, da atuação democrática na escola, da gestão democrática na escola, interrompidos por governos autoritários. Eu estou frisando essa coisa do governo autoritário para a gente lembrar em que momento nós vivemos.

Quando nós tivemos interrompido, em 98/99, o processo da gestão democrática, nós tivemos advindo um governo antidemocrático. Quando nós tivemos esse período todo um governo de gestão compartilhada, nós tínhamos um governo de compreensão que não era o modelo democrático que servia a ele. E nós tivemos aí, em outro momento, na lei, já em 2012, uma influência importante de um momento democrático, de governos democráticos populares. É importante que se diga isso para que a gente observe em que momento nós estamos vivendo hoje e que governo está atuando. Então, nesse momento em que a gente busca a revisão da lei, é importante que a gente saiba que nós vamos ter que usar de muita unidade, de muita organização do nosso processo de construção com a comunidade, na escola, na sociedade... Esse debate se faz aqui da minuta que deve vir para a Casa. E aí nós queríamos, inclusive o Sinpro, já cobrar do governo que mande essa minuta para que a gente possa, nesse espaço, fazer essa construção. É um espaço em que, claro, tem as suas disputas, mas

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLÊNARIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22	08	2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	26

é o momento em que a gente vai buscar de cada parlamentar um debate mais aberto e livre.

E eu acho que o Marcelo tem razão: nós precisamos construir mais espaços para que a gente possa debater para além aqui da Casa também, para que a gente possa ganhar uma população, uma comunidade para a importância que é a discussão da gestão democrática nas escolas públicas do DF.

E aí, quando eu digo que é jovem a nossa gestão democrática nas escolas, porque nós não entendemos ainda. E o Marcelo fez uma provocação: Quem aqui que dá opinião na gestão do recurso para além dos gestores e dos professores? Os estudantes silenciaram lá em cima. Então, quando a gente diz da jovem democracia, do exercício jovem da gestão democrática, nós entendemos que temos muito que caminhar. Nós precisamos envolver mais ainda, fazer aquele exercício importante de trazer para dentro da discussão outros elementos fundamentais para a gestão democrática. Precisamos fortalecer os conselhos escolares. Fortalecer os conselhos escolares não significa trazê-los apenas aos debates que nos interessam, mas para fazer a discussão inclusive sobre a violência.

Outro dia, em Planaltina, quando nós fomos discutir a militarização nas escolas, eu disse que tinha uma grande plenária e eu perguntei para os pais: "Quando foi a última plenária como essa a que vocês foram chamados?" E outro silêncio, porque a plenária foi chamada apenas para discutir a militarização, mas nunca foi chamada para discutir as drogas na escola. Nunca foi chamada para discutir como é que nós utilizaríamos recursos financeiros do PDAF para a escola. O que é que a comunidade quer para essa escola? Então, essa democracia precisa ainda de um exercício grande da nossa parte, principalmente de nós profissionais, que estamos no dia a dia da escola, fazendo acontecer a democracia, ainda que com limitações – precisamos envolver.

Penso que a gestão democrática cumpre um papel importante que é o papel de inclusão dos setores sociais dentro da escola. Quando esses setores se agregam na escola, temos um fortalecimento da discussão, temos um fortalecimento do setor social. Penso eu que, quando se fortalece a escola, quando se fortalece o debate, quando se fortalece a sociedade, se fortalece também o Estado – acho que precisamos fazer esse exercício.

O Sindicato dos Professores, em sua história de lutas, sempre primou pelo debate da gestão democrática. Estivemos em todas as lutas – o Júlio lembra aqui –, em alguns momentos sem a participação do governo, mas fizemos de forma dura. Lutas que não foram fáceis, mas foi para impor a nossa opinião que era a opinião da comunidade escolar. Ela foi debatida e construída com plenárias e debates.

Fomos às escolas fazer a eleição dos gestores, que é uma parte da gestão democrática, mas é importante que garantamos outros instrumentos, como um PPP – Projeto Político-Pedagógico – discutido com a comunidade, o que vai garantir os princípios da gestão democrática.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22	08	2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	27

Alguns aqui falaram sobre isto, o Deputado Leandro Grass e a Professora Edileusa reforçaram: são princípios caros para nós a autonomia da escola, a participação, a diversidade. Esses princípios, a participação principalmente, são para nós muito caros e importantes. Então, a lei da gestão democrática precisa vir a esta Casa para que possamos fazer essa construção. Que possamos ter uma lei que contemple a diversidade do debate colocado, mas que, principalmente, possamos ainda este ano fazer a eleição dos diretores e das diretoras que vão coordenar o processo democrático dentro das escolas.

Para terminar, eu gostaria ainda de fazer este desafio, este convite aos vários estudantes que aqui estão, aos professores e professoras, a esta Casa: que façamos uma grande luta, uma grande unidade de atividades e ações para que possamos garantir que ainda este ano realizemos eleições nas escolas públicas, que são um mobilizador. Eu penso que as eleições nas escolas públicas ficam próximas à eleição de um Deputado Distrital, reunimos uma comunidade de 678 escolas em todas as cidades, basicamente mais de 20 escolas por cidade, e essa mobilização ganha um peso importante porque nós temos a comunidade toda discutindo a escola, discutindo a política educacional, discutindo a gestão da escola pública.

Esse movimento é um mobilizador da sociedade, é um mobilizador importante porque trazemos para dentro da escola o olhar de atores que às vezes não olham. Trazemos para dentro dos muros da escola um debate fundamental: Que escola queremos? Que escola é essa que pode vencer a violência, que pode vencer a diversidade, que pode ganhar a pluralidade? Que escola é essa que vamos construir a partir do projeto de gestão democrática? Então, é fundamental que este ano realizemos, mobilizemos e ganhemos a comunidade para este debate que é fundamental para nós.

A gestão democrática é um instrumento que pode ser, com o financiamento, com toda a população participando, um instrumento de fortalecimento da escola pública, trazendo possivelmente a qualidade que nós desejamos, uma qualidade social para o espaço escolar.

Então, eu queria, em nome do Sinpro, falar da importância e do fundamento que é realizarmos as eleições este ano. Eu digo isso porque, quando ouvimos o Governador do Distrito Federal dizendo que não respeita a posição de uma escola que diz "não" à militarização, a gente muito se preocupa. Quando ele diz que não respeita o voto da população, significa que ele pode inclusive desrespeitar um processo construído há muitos anos por nós que é a lei da gestão democrática. Isso é preocupante. Acho que ser governador e dizer como serão as coisas é muito ditatorial. Não podemos conviver, neste momento em que discutimos a gestão democrática, com um processo em que o governo quer ditar o modo de indicação dos diretores. Isso para a gente é muito ruim.

A gestão democrática hoje precisa ser nossa bandeira central, precisa ser a bandeira principal, inclusive para vencer esse debate da militarização que está colocado. Não aceitamos nenhum tipo de imposição do governo. Queremos trazer para

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22	08	2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	28

a discussão da gestão democrática todos os atores e para isso é fundamental que esta Casa faça o papel que está cumprindo hoje.

Parabéns a vocês e a esta Casa por este debate, por propiciar este momento de construção hoje.

Eu agradeço! (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Muito obrigada, Berenice.

Quero anunciar a presença do Sr. Giovanni Zamprogno Gozzi, advogado da Comissão de Direitos Humanos da OAB/DF; da Sra. Filomena Barros, do Projeto Peace; da Sra. Uiara Brauna, advogada da Comissão de Direitos Humanos da OAB/DF e da Sra. Soraia Mendes, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/DF.

Agora, nós vamos abrir a palavra para os presentes. Eu tenho de dizer a vocês que, como vocês não são membros da Mesa, terão um tempo muito reduzido. Serão três minutos *per capita*. O painel mostrará os três minutos. Então, prestem atenção porque, na hora que terminarem os três minutos, será cortada a fala. Daremos mais um minutinho para vocês concluírem, se for o caso, mas tentem concluir nos três minutos.

A primeira pessoa a fazer uso da palavra é a Professora Michele, Diretora da Escola Classe nº 10 de Ceilândia. Depois da Michele, falará a Sra. Clara Silva.

DEPUTADO LEANDRO GRASS – Sra. Presidente, antes de a professora fazer uso da palavra, como comentamos há pouco sobre o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira – PDAF, é muito importante que vocês tenham noção do quanto esse governo tem negligenciado o Pdaf.

Duzentos e dezoito milhões de reais foram autorizados no orçamento. Para os meninos, para os nossos estudantes, o que é o Pdaf? É o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira. O que isso significa? É o dinheiro que cai na escola para o diretor poder pintar a escola, comprar materiais, manter a escola funcionando. Certo? Então, para todas as escolas havia duzentos e dezoito milhões previstos. Até agora foram noventa e seis milhões empenhados, porém só setenta e sete milhões liquidados, ou seja, nem cinquenta por cento dos recursos do Pdaf o Governo do Distrito Federal liberou e executou, não colocou nas mãos dos diretores e nós já estamos em agosto.

Essa é uma demanda para a qual temos de pressionar, de fato, o Secretário André Clemente, que é o grande responsável por essa demora na liberação dos recursos. (Palmas.)

SRA. MICHELE – Boa tarde a todos! É uma grande honra está aqui representando todos os meus colegas porque os anseios de um diretor, em muitos pontos, são os mesmos, mudam só as especificidades dos problemas dentro da escola.

Juntamente com alguns colegas de várias regionais de ensino, nós fizemos uma comissão na qual o Helder ali está nos representando. Essa Lei de Gestão

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22	08	2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	29

Democrática, dentro dos seus princípios, não é só buscar alguém que vá dirigir uma escola por um determinado tempo. Não é só isso porque, no final, chegará a um de nós – não é, Helder? Vai chegar a um de nós para administrar as mazelas de cima para baixo.

Como bem disse o Deputado Chico Vigilante, o Deputado Leandro Grass e a Deputada Arlete Sampaio, tudo o que eles disseram é real. A gente está administrando prédios antigos – e não é só isso – e um dinheiro que não chega. Quando ele chega, já está defasado há mais de dez anos, sem ser reajustado o valor por aluno.

Já que temos de fazer, então vamos fazer a coisa certa. Quando a minuta chegou, a gente disse: "Olhe, vai chegar na avaliação?" Está correto. O nosso trabalho tem que ser avaliado. Se está errado, temos de ir para outro prumo para ele dar certo. Ele tem que alcançar o estudante, o aluno tem que sair aprendendo, ele tem de ter aula todos os dias. Mas, como bem disse cada um aqui, eu só estou aqui para reforçar os dizeres de que a gente é uma autonomia que tem, mas não tem... É democracia para escolha, mas a gente não tem condições de trabalho. Hoje, diretor de escola não tem condições de trabalho. É a menor gratificação para dizer, assim, que é o dinheiro que move. Não são os R\$ 1.380,00 (um mil, trezentos e oitenta reais) de uma escola classe que movem, enquanto um DF-10 de um PM, que não estudou o quanto eu estudei, para chamar a atenção de um aluno para receber o que eu recebo, para colocar o meu CPF numa compra, para o meu CPF ir para um tribunal de contas, para o meu CPF ir para todo lugar, para o meu nome ser visto como caloteira, isso ou aquilo, porque se a gente não pagar, vai ser assim que vai ser visto. Aquela gestão foi ruim por isso, por isso e por isso.

Não é só no campo pedagógico. Eu tenho que dar suporte para o aluno ficar na escola e permanecer na escola. Enquanto gestora, eu tenho que tornar o ambiente agradável para o aluno permanecer na escola, querer ficar na escola, para o professor ter material para trabalhar. Não é só o meu estudo que vai fazer acontecer. Também é, mas não é só. É um conjunto.

Quando a gente fala em avaliação, para um gestor de escola, a gente tem que ver de cima para baixo o prazo que ele tem que dar o recurso. Não é só recurso, não. Viu, Leandro, mas faz parte. É o de pessoal também. Como é que o cara coloca 25 policiais militares em uma escola e as outras não têm porteiro? Não contratou porteiro! Sabe por que não entra? Porque o portão tem cadeado. Aí não entra quem quer, não. Mas poderia haver um porteiro. Não tem o mesmo mecanismo de autoridade, porque a gente corrige com carinho. Não é um corrigir para exclusão, não. É um corrigir para voltar para o caminho, para ter reflexão se aquele ato é um ato que está de acordo. Só isso. E dá certo, muitas vezes dá certo.

Eu quero, diante desse processo da gestão, pedir que os gestores façam parte das decisões, porque a autonomia acontece em partes. Quando saem as portarias, nós somos os últimos a saber. Nós somos só para cumprir. A gente só cumpre. A gente tem um sistema educacional que a gente tem que fazer acontecer. A gente vai dar um jeitinho para ele acontecer. É só isso. Autonomia não são esses 100% que diz na lei,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22	08	2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	30

não. A gente dá transparência. É para todo mundo saber o que está acontecendo e todo mundo contribuir para que aquela política aconteça.

O diretor de escola, juntamente com a sua comunidade, quando ele é eleito, ele vira líder e torna-se a voz daquela comunidade, tanto para a Secretaria quanto para os outros órgãos nos quais aqueles problemas estão acontecendo. A gente pede que os gestores sejam vistos com carinho, sejam vistos como o fim, pois é ali que vai terminar. Fora o aprendizado da criança, é ali que vai ser executado, é ele que coloca em prática as políticas que são pensadas de cima para baixo.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – A professora usou quase cinco minutos. Só quero alertar a todos que se nós todos falarmos cinco minutos, vamos terminar com o plenário esvaziado. Então peço para as pessoas usarem a palavra realmente por três minutos, porque nós temos doze pessoas ainda para falar.

Concedo a palavra à Srta. Clara, estudante de São Sebastião.

SRTA. CLARA – Boa tarde a todos e a todas. Meu nome é Clara. Eu vou ler para vocês, para que eu não me esqueça de nada.

Sou estudante de escola pública. Estou no 3º ano, terminando já. Assim que eu soube desta audiência, senti-me na obrigação de subir aqui hoje representando o grêmio estudantil e a maioria dos estudantes do CED São Francisco, de São Sebastião, para nos posicionar e dizer o que estamos achando dos acontecimentos dos últimos seis meses, e me peguei procurando um bom argumento para explicar por que a militarização das escolas é um projeto falho e por que não concordamos que seja aplicado nas escolas.

Então me dei conta de que o melhor exemplo de que existem outros meios para uma boa educação hoje é a nossa própria escola, um lugar onde não só temos a oportunidade de aprender, mas também de ensinar, onde somos livres para nos expressar, onde temos direito de fala, somos ouvidos, onde os alunos são estimulados a pensar, se posicionar e procurar meios de fazer com que a democracia prevaleça.

Sem medo de se posicionar, sem medo da repressão, sem medo daquele velho julgamento imposto pela sociedade, onde temos aprendizado para a vida e não somente dentro do currículo escolar; onde podemos propor novas atividades e melhorias para a escola. Um ensino muito diversificado, que inclui muitos projetos. Um lugar onde dá vontade de ir, tanto que temos ex-alunos que frequentam a escola até hoje.

Não temos os melhores resultados do Distrito Federal. Não, a gente não tem. Mas temos os melhores aprendizados, temos alunos muito esforçados. Consequentemente, com mais investimentos, seríamos grande referência, apesar de já sermos. Ficaria muito feliz se em vez de um projeto que reprime, assusta e cala, fosse aplicado o projeto do Chicão, que dá voz e educa jovens fortes e saudáveis. Ficaria ainda mais, se a democracia fosse respeitada neste país e os representantes

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22	08	2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	31

respeitassem a vontade do seu povo. E também que saúde, educação, segurança e a preservação do meio ambiente fossem prioridade no momento, sem precisar passar por cima do dever de ninguém. Até porque não estamos mandando professores para auxiliar no trabalho deles, apesar de eu achar que eles seriam bem mais eficientes.

Convido vocês a conhecerem o projeto do Chicão e que se dê oportunidade a outros jovens de terem esse privilégio. Deixo aqui a mensagem de que enquanto houver ameaça à educação de qualidade, haverá resistência.

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Muito bem, Clara.

Concedo a palavra à Professora Vânia Rego.

SRA. VÂNIA REGO – Boa tarde, em especial aos estudantes.

Quando nós elaboramos essa versão da lei de gestão democrática a partir de mais de quarenta plenárias em todas as regionais, depois fomos sistematizar, em especial a Regina, o Erasto, eu e o Professor Adilson. O que resultou dali, nós herdamos a tradição democrática do Distrito Federal. Aqui se fez a primeira eleição, à revelia do primeiro governo biônico do Joaquim Roriz, em 1985.

Eu acho que falta um entendimento para nós. O entendimento de que nessa lei nós colocamos gestão democrática do sistema de ensino, e não da escola. Se a gente só vê crise na lei quando ela fala em eleição de diretor é porque a gente não compreendeu a lei como um todo e a sua riqueza, como no seu art. 2º, com os seus princípios.

A gestão proposta é para o sistema, por isso ela tem um capítulo que é pedagógico, outro que é administrativo, e outro financeiro. Por isso ela estabelece como gestão democrática dois mecanismos de participação. A eleição dos diretores é um mecanismo; o outro mecanismo são os colegiados.

Eu acho bom que a gente esteja em crise. Sabe por que nós estamos em crise? Porque não valorizamos os colegiados. Nós estamos em crise porque os gestores, depois que são eleitos, muitos, na sua maioria, comportam-se como cargos comissionados do governo eleito e ficam cumprindo ordens. Não problematizam, não fazem valer as duas assembleias gerais escolares que devem acontecer ao ano. Não reúnem ordinariamente os conselhos escolares como conquista dos mecanismos de participação; não implementam os conselhos de classe participativos, que é outro colegiado; e não cobram dos conselheiros, do Conselho Nacional de Educação do Distrito Federal o que realmente eles devem fazer. Eles, muito a contragosto, em 2012, vieram como um dos colegiados do segundo mecanismo de gestão.

É necessário, sim, que a gente tenha coragem, no momento de crise, de conversar com a categoria e ver o quanto ela valoriza a gestão da escola pública para as camadas menos favorecidas. Que ela valorize que o currículo em movimento está correndo risco, e valorize as 21 metas do PDE que foram construídas democraticamente, porque agora pode vir pela lei de gestão democrática, mas a

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	32	

categoria trata o currículo em movimento como um dos instrumentos de garantir a inclusão dos alunos na sua forma heterogênea de aprender.

A categoria entende os ciclos como uma conquista. A categoria entende as estratégias de aprendizagem como direito de participação, na sociedade, dos alunos.

O sindicato tem conversado com a categoria sobre a importância que é a nossa carga horária no País, que nós conquistamos com 72 dias de greve, como uma forma democrática de estar dentro da escola. Nós precisamos cortar na nossa carne.

Eu vou falar uma coisa que vocês não vão gostar. Eu sou favorável, sim, que não se reduza a eleição de diretores, e ele está aclamado como o Governador acha que está. É preciso ter critérios discutidos por nós, sim, Júlio.

Nós vamos ter que criar critérios dentro da avaliação institucional, sim, para que o gestor tenha compromisso com a comunidade que o elegeu e não com o governo de plantão.

Esses critérios precisam garantir que os alunos das escolas públicas, das classes menos favorecidas tenham o maior direito que hoje nós precisamos brigar na essência da democracia que é o aprender, a escola plural, a escola de todos, a escola dos pioneiros da escola nova que não basta ser pública, tem que ser democrática, tem que ser de todos, e não pode ser quintal da igreja ou do governo de plantão de ninguém. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEANDRO GRASS) – Muito bom, professora, muito obrigado.

Chamo aqui o Melquisedek, Diretor do Sinpro. Enquanto isso, quero dizer que uma das coisas que a gente fez nos últimos dias foi questionar o novo regimento escolar que foi publicado pela secretaria. Entramos com uma representação no Tribunal de Contas em cima do regimento, porque um dos itens do regimento dizia que o aluno não pode se expressar política ou religiosamente dentro das escolas. Isso é uma afronta às liberdades.

Está aqui o melhor sinal de que política tem que estar, sim, dentro da escola e de que o estudante tem todo o direito de se expressar politicamente, do jeito que ele quiser, porque a gente está na democracia.

Já chamo a Renata Batista, Diretora do CIL 1.

SR. MELQUISEDEK AGUIAR GARCIA – Boa tarde a todas e a todos, principalmente aos estudantes que estão aqui, que se fazem presentes nesta importante discussão sobre a gestão democrática.

Primeiro, é importante ressaltar o tom que o Governador tem adotado referente à questão da gestão democrática e principalmente da educação. Essa postura de desqualificar a educação é algo que procura deslegitimar aquilo que foi construído com muito sacrifício, aquilo que foi construído com muita luta entre

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22	08	2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	33

estudantes, professores, inclusive, por esta própria Casa, que é a Lei de Gestão Democrática.

Como a Berê falou aqui, realmente é uma lei muito cara para a educação do Distrito Federal, e o Governador tem feito esse processo de desqualificação. Ele nem procura fazer o levantamento de experiências exitosas que têm na nossa educação pública do Distrito Federal.

Nós temos aqui o Chicão, como bem falou a nossa estudante, ele tem um projeto excelente, que dá voz aos estudantes, que permite ao estudante apontar o planejamento da escola, que permite ao estudante falar para a escola em que ela está equivocada, em que ela pode replanejar e pode inclusive apontar soluções para a própria sociedade. É um projeto que tem repercussão social, é um projeto de cinema.

Gente, eu ressalto que a luta contra a militarização, a intervenção militar, como bem disse o Júlio, é dentro do chão da escola. Isso é que tem que ser feito. Nós temos que ganhar os corações, temos que ganhar a comunidade, e isso tem sido feito em algumas experiências que têm se desenvolvido no Distrito Federal.

Então, este momento é um momento importante porque os estudantes também estão tendo voz nesta Casa. Infelizmente, uma proposta como essa que está sendo colocada, chamada de compartilhada, que não é nada compartilhada, realmente é uma intervenção militar, vai calar a voz dos estudantes, vai inviabilizar os projetos que estão colocados aí para fortalecer esse aspecto da gestão democrática.

É com esse sentimento, é com esse espírito que nós do Sinpro conclamamos toda a comunidade, os Deputados Distritais, assim como toda a sociedade a fortalecer a gestão democrática, a fortalecer esse princípio que faz com que as pessoas participem e não que as pessoas fiquem arredias.

Porque, com essa forma de postura do Governador, inclusive tornando o Sinpro inimigo de uma discussão que o Sinpro ajudou a construir, construiu com muito custo. Então, este momento é o momento de nos fortalecer.

E aí dizemos para o Governador o seguinte: que a gestão democrática não vai baixar a cabeça, nós não vamos baixar a cabeça, e a luta da gestão democrática é de interesse não só da escola, não só da educação, mas também de toda a sociedade do Distrito Federal.

Muito obrigado. (Palmas.)

DEPUTADO LEANDRO GRASS – Antes de passarmos a palavra à Sra. Renata, passamos ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Eu vou ter que sair agora, mas eu queria fazer um alerta aos diretores e diretoras que estão aqui.

Estamos no mês de agosto. Daqui para frente não se endividem, não empenhem nada no nome de vocês. Nós não temos garantia nenhuma de que o Pdaf vai ser pago. Por mais pressão que vamos fazer, não tem garantia. Portanto, muitas

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22	08	2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	34

vezes você está se endividando e está cumprindo uma responsabilidade que é do governo de deixar uma escola aparentemente arrumada.

Por último, eu quero expressar minha opinião com relação à avaliação que querem fazer. A avaliação não pode cassar o voto democrático da comunidade escolar. (Palmas.)

Eu, da minha parte, considero que isso é inegociável. Avaliação para cassar o voto da comunidade escolar é inaceitável. E é isso que o governo quer, porque a avaliação é subjetiva e aí vai ficar quem ele quer.

Portanto, o voto é soberano: foi eleito, permanece, e aí a comunidade escolar determina o destino. E não o governo querer, por meio secretário, baixar norma de avaliação.

Obrigado. (Palmas.)

DEPUTADO LEANDRO GRASS – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Esse é um compromisso que já podemos fazer com vocês. A partir da minuta, qualquer elemento de subjetividade que possa provocar interferência política no processo eleitoral, nós não vamos deixar que passe nesse projeto aqui dentro desta Casa. (Palmas.)

Passamos a palavra à Sra. Renata, Diretora do CIL 1, de Brasília.

SRA. RENATA BATISTA SOUSA CORCINO – Boa tarde a todos, colegas, alunos. Que bonitinho, todo mundo aí. Isso mesmo. Venham mesmo. Tomem posse do que é de vocês.

A primeira coisa que eu gostaria de falar é o tanto que eu lamento que o representante da Secretaria de Educação tenha se retirado antes mesmo de nos ouvir, o que é bem coerente com o que temos visto desde o dia 1º de janeiro deste ano.

E a minha maior vontade de estar aqui falando e pedindo é que a Câmara Legislativa nos garanta que essa eleição vai acontecer, porque temos nos sentido vulneráveis enquanto gestores, dados todos os problemas que todos... Eu não vim aqui para relatar todo o problema que a gente vive, mas é uma garantia que a escola tem, uma conquista que temos, e não podemos abrir mão disso.

Sucatear as escolas e depois colocar um militar dentro da escola para trazer como salvação para aquilo que o gestor aparentemente não deu conta de fazer? Nós demos conta de fazer, sim. Temos escolas muito lindas e muito boas, que têm funcionado com pouco dinheiro, com poucos supervisores, sem professores até, porque a contratação temporária demora a chegar. Então, nós, gestores, com a nossa equipe, nós fazemos um trabalho muito além daquilo que ganhamos, como a colega falou. A nossa gratificação... Não é por essa gratificação que a gente está fazendo o que a gente faz. Nós fazemos porque acreditamos, fazemos porque fomos eleitos; fazemos porque representamos um plano de trabalho que apresentamos, fomos avaliados por esse plano de trabalho, passamos por uma formação após a eleição.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	35	

Então, somos profissionais que merecemos respeito, merecemos melhores condições de trabalho.

Temos feito, sim, um bom trabalho. Há escolas que não têm feito melhor, mas não por falta de formação ou por falta de competência do gestor, mas é por situação de condição precária para o trabalho.

Ontem eu fiquei sabendo que a escola... Sou diretora de uma escola que tem mais de seis mil alunos. Nós temos mais de cem servidores na folha de ponto, porém nem todos os servidores estão presentes por direitos seus. No dia em que muitos faltam, é a equipe gestora que tem que ir para a sala de aula. E agora recebemos uma portaria segundo a qual perdemos mais um supervisor. Como é que eu vou trabalhar com um supervisor a menos? Fica inviável.

Então, que Câmara Legislativa garanta essa nossa eleição ainda em 2019 porque nós temos medo de que as coisas possam piorar. É isso.

Obrigada. (Palmas.)

DEPUTADO LEANDRO GRASS – Obrigado, professora.

Concedo a palavra ao Juan Pablo, estudante do Chicão.

Esse encaminhamento sobre a gratificação dos diretores de escola classe nas séries iniciais a gente já sinalizou ao governo, inclusive. Isso é uma loucura. É um absurdo. É uma distorção que a gente tem na educação brasileira, justamente na primeira infância. São os anos iniciais da vida de uma pessoa que são de fato os mais importantes, então a gente precisa cuidar. Por isso, essa disparidade não faz nenhum sentido, dos pontos de vista político, pedagógico, orçamentário.

Então já fizemos um encaminhamento e já fizemos essa indicação, mas temos reforçado com o governo e vamos continuar reforçando, porque isso tem que acabar. Diretor é diretor, gestor é gestor. Não importa o nível que ele está liderando, ele tem que ser reconhecido da mesma maneira, com o mesmo prestígio.

Concedo a palavra ao Juan Pablo, estudante do Chicão, de São Sebastião.

Depois, já convido também aqui para ficar a postos a Natália de Souza Duarte, diretora da Associação Nacional de Política e Administração da Educação do Distrito Federal.

SR. JUAN PABLO – Primeiramente, boa tarde a todos. Sou muito grato por estar aqui falando e gostaria de agradecer primeiramente à gestão democrática porque, se não fosse por ela, eu não estaria aqui no momento.

Eu destaquei alguns pontos para falar sobre a gestão, e o primeiro deles é que gestão democrática promove a diversidade na escola. Assim, com essa diversidade, ela propõe mais chances de qualquer um ter voz, assim como eu estou tendo no momento.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	36	

Outro ponto importante é que, na outra proposta, a gestão pública gasta bastante com a militarização. É um ponto que eu não queria pegar porque já foi feita uma palestra antes dessa, sobre a militarização, em eu queria ter estado, mas não pude. É muito gasto, e esse gasto podia ser investido em ensino, em educação. Na minha opinião, lugar de militar podia ser mais nas ruas do que dentro de escola. A gente está precisando de militarização mais na rua do que na escola. Um pouquinho mais de polícia agradaria – não a militarização completa. É no que acredito.

Tópico três: eu peguei o livro aqui do Paulinho, que já foi citado, o Paulo Freire, *Pedagogia do Oprimido*. (Manifestações na galeria.) É porque ele é muito amigo meu, o Paulinho. (Risos.) Tem um ponto aqui na página 52, segundo parágrafo, que eu gostaria de destacar. Ele fala sobre essa parte de influência excessiva, porque existem duas formas de se ganhar respeito e de se conquistar respeito: pelo amor ou pela dor. Eu prefiro o amor, não sei vocês. Mas Paulo Freire fala: "Não poderia deixar de ser assim. Se a humanização dos oprimidos é subversão, sua liberdade também o é. Daí a necessidade de seu constante controle. E, quanto mais controlam os oprimidos, mais os transformam em 'coisa', em algo que é como se fosse inanimado". Essa é a classificação que ele dá quando você usa a dor. Para você conseguir respeito com a dor, você acaba tratando as outras pessoas a seu redor como coisa. E é nesse ponto que ele fala que a gente acaba perdendo o nosso senso comum.

A proposta final do meu discurso é uma poesia que eu fiz. No CED São Francisco, que estou representando no momento, nós somos muito diversificados. Nós gostamos bastante de diversificação e valorizamos bastante a poesia e os nossos alunos. Então, vou recitar uma poesia que já fiz há algum tempo, que foi inspirada no livro do Chicão, que é o nosso segundo nome da escola.

"Somos a ponta da navalha,
fruto de uma podridão,
os guerreiros da batalha,
o futuro na Nação.
Protegemos esta terra
cujo ouro já acabou,
mas que ainda tem uma mente fértil
para plantarmos o amor."
É isso. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Muito obrigada.

Quero anunciar a presença aqui da Deputada Júlia Lucy, que está entre nós.

Concedo a palavra à Sra. Natália de Souza Duarte, Diretora da Associação Nacional de Política e Administração da Educação do Distrito Federal.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLÊNARIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22	08	2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	37

SRA. NATÁLIA DE SOUZA DUARTE – Boa tarde a todos e todas. Sem muito para completar, pois a Mesa já fez uma análise de diferentes ângulos, muito interessante.

Eu gosto de abordar a militarização das escolas como um projeto de criminalização da pobreza. Essa é a discussão e a posição que defendo no Fórum Distrital de Educação, defendo como professora de escola pública, como coordenadora pedagógica de uma escola pública, mas defendo também teoricamente.

Como hoje temos de disputar não é nem a interpretação de fatos, eu trouxe alguns dados. Hoje, o que você tem de disputar são os fatos. Você tem que dizer que aconteceu a escravidão no Brasil e você tem de disputar isso, porque tem gente que acha que não aconteceu. Você tem que disputar isso porque tem gente que acha que a Terra não é redonda! Não é?

Enfim, eu trouxe alguns dados. Os dados estão cada vez mais difíceis de serem recolhidos nos sistemas de informação, dados que o governo deveria deixar transparente. No Brasil, temos 17,6 milhões de estudantes beneficiários do programa Bolsa Família, dentre os 34 milhões da Educação Básica. Ser beneficiário do Bolsa Família, significa viver com R\$ 95,00 (noventa e cinco reais) por mês. Isso quer dizer que 1 em cada 2 estudantes, na escola pública brasileira, vive com R\$ 95,00 (noventa e cinco reais) por mês!

O DF tem um índice baixo. Ano passado, o DF tinha 121.419 beneficiários do programa Bolsa Família dentre os seus 370.353 estudantes – 1 em cada 3. Um em cada três estudantes vive com R\$ 95,00 (noventa e cinco reais) por mês! A média é essa no Distrito Federal.

A média de beneficiários nas escolas militarizadas é a seguinte: temos 78% dos estudantes beneficiários do programa Bolsa Família no CED Condomínio Estância III de Planaltina; temos 63% dos estudantes do CEF 05 do Paranoá beneficiários do programa Bolsa Família; temos 72% dos estudantes do CED 01 da Estrutural beneficiários do Bolsa Família. E assim vai. A média é 54%. É quase o dobro da média do Distrito Federal.

Para vocês terem uma ideia, a escola em que trabalho, a Escola Classe 115 Norte, tem 25 alunos beneficiários do Bolsa Família, dos 303 que estudam lá. E os 25 são quase todos do Santuário dos Pajés, porque a minha escola é a que atende a terra indígena do Distrito Federal.

Então, o projeto de militarização das escolas é um projeto de criminalização da pobreza. (Palmas.) É um projeto que interpreta a nossa juventude, é um projeto que vai de mãos dadas com o projeto de diminuição da maioria penal, com a escola sem esquerda – não é escola sem partido, é escola sem esquerda –, com um projeto que invisibiliza a pobreza e um projeto que quer tirar da escola pública aquilo que é mais forte nela: ela é o lugar para todo mundo.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	38	

O processo de militarização – acompanhado pela ANPAE/DF – Associação Nacional de Política e Administração da Educação, que tem uma publicação vinculada a isso, e a CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação também – é um projeto que expulsa os estudantes que não se adaptam. E quais são os estudantes que não se adaptam? São os estudantes pobres, são os estudantes em situação de pobreza. A pobreza é violadora de direitos. A pobreza é a maior violadora de direitos. A pobreza viola o direito à educação, e como não violaria o direito à segurança? A pobreza é hoje o maior problema do mundo, ela não é um problema do Brasil. Ela é um problema do mundo. Mas a pobreza está na escola pública. Ela é a única instituição que tem presente a população em situação de pobreza. (Palmas.)

Eu acho que é esta a defesa: não à militarização das escolas, porque nós sabemos que o que tem na escola pública – uma escola laica, gratuita, universal – é uma diversidade linda que quer um País diferente. Recapitulando Anísio Teixeira: “A escola pública é a máquina de fazer democracia.” Não existe democracia sem escola pública. Então, não à militarização das escolas. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Obrigada, Natália.

Agora, falará a Dara. Depois, será o Professor Erasto Fortes.

SRA. DARA – Uma boa tarde a todos. Eu sou diretora de políticas educacionais do Grêmio Estudantil do Centro de Ensino Médio Setor Leste e vim aqui falar sobre a gestão democrática, na nossa visão.

A gente acredita que ela seja uma conquista histórica que deve ser mantida nas escolas, pois ela é o caminho da comunicação entre o corpo docente, o discente e os gestores. Inclusive, nós do grêmio estudantil fomos eleitos de forma democrática e servimos o corpo discente dessa forma. Utilizamos de recursos democráticos para gerir decisões coletivas sobre assuntos a serem abordados – tanto político-pedagógicos quanto culturais.

Em relação à gestão compartilhada, utilizaremos os recursos democráticos para fazer emergir uma opinião acerca desse assunto da política educacional do governo atual.

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Obrigada.

Concedo a palavra ao Professor Erasto. Depois, falará a Professora Luciana.

SR. ERASTO FORTES – Boa tarde. Primeiro, um agradecimento à propositura dos Deputados para esta comissão geral. Eu acho que é importante a gente ter uma clareza de que a comissão geral é um esvaziamento do Plenário para que seja debatido um tema. Isso dá importância a este momento em que estamos aqui. Cada estudante que vem aqui neste plenário falar nos dá a certeza de que nós estamos em um bom caminho, dentre as nossas escolas.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLÊNARIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22	08	2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	39

Eu queria, em primeiro lugar, lembrar que a Constituição, quando estabeleceu a gestão democrática como um princípio do ensino público, lá no art. 206, isso não foi um presente dos deputados e dos senadores constituintes. Isso foi arrancado a fórceps do Parlamento naquele momento instituído como um fórum para redigir a Constituição. Em particular, os professores, mas partes mais organizadas da sociedade também, se rebelaram com a forma como os diretores chegavam às escolas públicas: indicados por políticos encastelando-se nas escolas como diretores durante anos a fio e se transformando praticamente em donos das escolas. Isso fez com que experiências no sistema de ensino dos estados e dos municípios ocorressem a partir dessa reação dos professores, experiências de escolhas democráticas de diretores.

Como bem nos lembrou aqui a Deputada Arlete Sampaio, o Distrito Federal tem uma situação até afetivamente particular, devido à forma da primeira escola que nós tivemos aqui, a Júlia Kubitschek, na Candangolândia – hoje, infelizmente, tombada, não pelo patrimônio, mas tombada ao chão –, uma escola que passou por essa participação dos professores na escolha do diretor antes de Brasília ser inaugurada. Então, é importante lembrar que Brasília é vocacionada para essa gestão democrática.

Eu queria lembrar aqui também um ato do Governador Roriz que, num determinado momento, numa assembleia na cidade do Gama, quando os professores exigiam, através do seu sindicato dos professores, que fosse realizada a eleição de diretores, ele bateu na mesa disse: “Não faremos eleição de diretores. Quem quiser eleição de diretores escolha outro governador”. Alguns anos depois, foi escolhido outro governador. Eu acho que isso poderia servir de exemplo para o Governador que hoje diz a mesmíssima coisa. Quem não quer militarização escolha outro governador. Organizemo-nos, então, para escolher outro governador. (Palmas.)

Como a comissão geral é sobre gestão democrática, eu imaginei que seria também discutida alguma questão sobre uma proposta que circula – não sei se é oficial – como minuta para discussão. Eu queria chamar atenção aqui para duas ou três coisas rapidamente. A primeira delas é o Conselho de Educação do Distrito Federal. Como bem lembrou aqui a Vânia, eleição de diretores não é sinônimo de gestão democrática. Nós temos colegiados, inclusive o Conselho de Educação do Distrito Federal, que faz parte da legislação. Eu estranho um pouco o aumento de conselheiros no Conselho de Educação do Distrito Federal, que passa a 22, sendo 11 escolhidos pelo governo e 11 representantes da sociedade civil do Distrito Federal, nominadas aqui cada uma das entidades. Chama atenção o fato de que sete serão indicados pelo Secretário de Educação. Quatro deles são membros natos – isso já é de rotina nos conselhos –, mas três serão indicados a bel-prazer do secretário. Serão sete. Portanto, mais quatro serão de livre escolha possivelmente do Governador.

Aparecem aqui na sociedade civil algumas representações que não estão hoje. A representação da instituição pública distrital de ensino superior, que formalmente não existe – existe legalmente, mas não de fato. Digo como universidade. Existem instituições de educação superior, mas não como universidade. Também uma

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22	08	2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	40

representação da entidade sindical representativa da categoria profissional da administração escolar dos estabelecimentos privados de ensino – sabe Deus o que pode significar isso. Eu não consigo entender que representação é essa. Um representante do segmento de mães, pais ou responsáveis de entidade representativa dos conselhos. Aqui eu acho que é uma representação importante. Eu acho que isso coloca para fora, talvez definitivamente, uma representação artificial de uma associação de pais e mestres que não existe no Distrito Federal de fato, mas existe um senhor que se diz representante, que está em todos os lugares, inclusive no Conselho de Educação do Distrito Federal.

Eu acho que uma lei de gestão democrática talvez pudesse enfrentar uma questão recorrente em todos os conselhos de educação, inclusive o nacional. É o fato de ele ser um órgão de Estado – ele não é um órgão do governo, mas um órgão de Estado –, mas que em tudo é dependente do Estado, inclusive para homologar as decisões que o Conselho de Educação toma. Eu acho que é certo que algumas decisões tomadas sejam homologadas pelo Governador, mas não todas. Por que uma decisão doutrinária, pedagógica do Conselho de Educação precisa ser homologada por um indivíduo que não conhece nada de educação? Eu acho que talvez a lei pudesse enfrentar essa competência do Conselho de Educação do Distrito Federal.

Por fim, eu queria chamar a atenção para as eleições de diretores, porque aqui nós temos a inclusão de uma coisa que é uma aberração ao meu juízo. Não só minha, mas quem estuda gestão democrática costuma colocar isso como um dos problemas de afastamento da democracia nesses simulacros de processo de gestão democrática. É a realização de escolha de candidato, ou seja, escolher para saber se a pessoa pode ser candidata. Isso não existe em lugar nenhum. Como você pode impedir que uma pessoa na escola, que seja professor concursado, de assistência ou técnico, dentro das condições estabelecidas em lei, que ele possa querer ter a atribuição de ser um diretor da escola. Ele precisa, primeiro, passar por um verdadeiro crivo, que inclui – o Deputado falou – questões de subjetividade. Aqui tem uma que é uma beleza: realização de entrevista por uma banca instituída pela Secretaria de Educação. Que banca é essa? Vai saber o quê? Uma entrevista para saber se a pessoa pode ser candidatar!

Por fim, há a questão da exoneração do diretor, que foi aqui tratada por algumas pessoas. Eu acho que ela está estabelecida em lei, em geral. São processos administrativos que levam à exoneração do diretor. Mas essa proposta que está colocada aqui tem coisas estranhíssimas, que chegam a um grau de subjetividade que eu acho não ser possível aceitar numa lei.

Nós estamos vivendo um momento importante, um momento de inflexão da Lei de Gestão Democrática em função do processo de militarização nas escolas. Acho que é muito importante que a Câmara Legislativa, inclusive, exija do governo a chegada de um projeto de lei que institua um programa que eles chamem como quiserem: compartilhada, militarização, PMs, ação da escola. Mas a Câmara tem a competência legal de dizer que uma proposta pedagógica, uma proposta de política

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22	08	2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	41

educacional, ao mudar radicalmente, tem que ter o aval da Câmara Legislativa. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEANDRO GRASS) – Obrigado, Professor Erasto. Quero registrar a presença da Professora Angelita Amarante, Diretora do Caseb, uma escola histórica que passou por uma grande dificuldade nos últimos dias com um incêndio. Nós estamos aqui em solidariedade, sempre em apoio ao Caseb. Quero convidar todos vocês, também, a ajudarem a nossa escola.

Chamo para fazer uso da palavra a Sra. Luciana Custódio, Diretora do Sinpro – Sindicato dos Professores.

SRA. LUCIANA CUSTÓDIO DE CASTRO – Boa noite quase. Quero cumprimentar a Mesa na pessoa da Deputada Arlete. Muito nos honra estar aqui com você e com essa Mesa extremamente qualificada. Peço desculpas por ter que falar e sair, porque tenho uma reunião no Cedep, o Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá e Itapoã, para discutir o PED – Programa de Especialização Docente, que está em vias de construção.

Ouvindo aqui o estudante, em tempos de legitimidade do ódio, nunca o legado de Paulo Freire foi tão forte nas nossas vidas: amar é um ato de coragem. É isso. Amar vai ser, cada dia mais, um ato de coragem, porque, quando se nega a diversidade nas escolas, nega-se o que se tem de central na nossa vida, que é ser humano, é a nossa humanidade.

Não tem como debater a gestão democrática sem debater tudo que vem no contexto e no acúmulo de gestão democrática. Eu estou Diretora do Sinpro, mas sou professora da rede pública há 25 anos e fui aluna da escola pública. Eu piso o chão da escola pública há 39 anos.

Estando como dirigente sindical, quanta dificuldade nós temos, muitas vezes, de estar na escola e debater algumas questões como a questão da retirada da Petrobras como prioritária na exploração do pré-sal, o que é essencial no investimento da educação para o cumprimento das metas do PNE – Plano Nacional de Educação e do PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola. Isto também faz parte da gestão democrática na escola: debater essas questões; debater a reforma do ensino médio; debater as alterações, o retrocesso e o golpe na BNCC – Base Nacional Comum Curricular; debater a reforma da Previdência. Todas essas questões fazem parte do dia a dia do fazer pedagógico.

É o que Miguel Arroyo diz sempre e nos deixou como ensinamento – deixamos, porque ainda está vivo – no livro dele *Currículo, Território em Disputa*. O currículo é um território que a gente tem que disputar todos os dias, e isso nunca foi tão urgente nas escolas.

Então, qual a minha reflexão aqui, hoje, para que nós não façamos como o Governador fez agora recentemente? A intenção dele de expor o Sinpro é porque o

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22	08	2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	42

Sinpro conseguiu fazer a disputa da narrativa que estava acontecendo, naquele momento, de que a militarização seria a solução para a crise nas escolas públicas.

Quando o Governador disse que a democracia é o momento do voto, ele está trazendo um conceito de democracia da forma mais autoritária possível. Defender a gestão democrática não é só defender o direito do voto, é defender a democratização das relações da escola no dia a dia. É horizontalizar as relações escolares. É, por exemplo, se apropriar e se empoderar do dia letivo temático e trazer temas pertinentes da educação para serem discutidos com toda a comunidade escolar, e não transformar o dia letivo temático em mera coordenação pedagógica. A gente precisa discutir política nas escolas. E aí vem um governo que retira do projeto político-pedagógico o termo político. A gente precisa discutir sobre isso nas escolas, o porquê disso. Por que retirar o termo político do projeto político-pedagógico?

Pessoal, falarei sobre a avaliação, para encerrar. Essa avaliação é extremamente perigosa porque ela é unilateral. É uma avaliação unilateral que retrocede no seu conceito mais progressista de uma avaliação dialógica e dialética. A gente sempre não defende que a avaliação tem que fazer parte do processo? A avaliação é importante. Ninguém aqui está desmerecendo a avaliação. Mas não essa avaliação como parte de uma etapa que precede a eleição. A avaliação tem que fazer parte do processo de gestão.

E aí a gente tem que pensar numa forma coletiva de que critérios serão avaliados. Quem fará parte dessa avaliação? Eu estive, agora nessa semana, na noite em que o secretário foi exonerado, com uma conversa, eu e Rosilene, ainda era o secretário, e a gente colocava essas questões. Ele dizia: "não, mas a escola vai ser avaliada ela com ela mesma". Mas como você vai avaliar unidades escolares com realidades diferentes, com situações diferentes? Não tem como você fazer uma avaliação com tanta...

Como você vai avaliar, por exemplo, uma escola do Paranoá que está funcionando em caráter provisório lá no curral com uma escola que tem toda estrutura? E aí a responsabilidade vai ficar para a gestão da escola, com suas limitações, do ponto de vista de produção, porque esse é um governo meritocrático. É isso o que ele pensa. Quando ele pensa numa avaliação unilateral, ele está pensando exatamente numa perspectiva da meritocracia. E a gente precisa conversar sobre isso com o coletivo da escola, com os pais, as mães e os estudantes.

Então, pessoal, é isso. O Sinpro não abre mão das eleições este ano. Novembro é a data limite que nós estamos colocando e vamos trabalhar para isso. Eu acho que a gente tem condições, com a ajuda aqui desta Casa, de fortalecer, vamos implementar esforços para que isso aconteça e romper com as questões que trazem na verdade esse caráter subjetivo desse processo de eleição de direção e vice.

Passado o processo de eleição, vamos realmente fortalecer a Lei de Gestão Democrática no seu dia a dia. Não vamos vivê-la apenas como uma questão de eleger os gestores da escola. Obrigada. Boa noite.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22	08	2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	43

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Obrigada, Luciana Custódio, diretora do Sinpro. Concedo a palavra à Sra. Edilene Abreu.

SRA. EDILENE ABREU – Eu sou a professora Edilene Abreu. Estou na Escola de Música de Brasília. É uma pena que o Chicão não está mais aqui, porque ele é uma prova do quanto a questão que foi implementada do currículo em movimento deu certo, do quanto a gestão democrática, quando é feita com responsabilidade, acontece. Eu fiquei muito feliz de ter os alunos do Chicão demonstrando essa questão.

Eu queria colocar que eu fui muito contemplada na fala do professor Erasto por conta de ele ter trazido questões da minuta. A minuta está aqui na minha mão. Eu tenho lido essa minuta junto com grupos de diretores que estão na luta pelo estudo e pela qualidade da educação do Distrito Federal, pela qualidade de uma gestão.

E eu penso que, junto com as questões que o Erasto colocou que a gente tinha elencado como preocupação, vem também uma parte que eles falam, inclusive, que vai ter um conselho escolar, que é um grupo lá no CRECE – Conselho de Representantes dos Conselhos Escolares. E precisava ser explicado o que é o Crece. Para que o Crece? A gente diz tanto que o Conselho Escolar precisa ser empoderado e aí na minuta vem a criação de mais um outro conselho.

A dificuldade de fazer com que um conselho escolar aja nas escolas é fato. A teoria seria muito boa se a gente conseguisse que eles estivessem lá e que não fossem chamados só em momento x ou y, mas a dificuldade é grande. Porém, quem está realmente agindo, conforme a lei da gestão democrática, tem conseguido. Agora criar mais um Crece, eu não tenho entendimento de porque isso está na minuta.

Isso me traz uma reflexão, e aí eu agradeço principalmente aos membros da Mesa que sempre têm estado presentes nas questões da Escola de Música de Brasília da Escola de Música de Brasília e das escolas também que nós precisamos de tempo, de tempo para discutir essas questões que estão colocadas na minuta, e que estão colocadas como dúvidas. Foi colocado pela Professora Edileusa, por quem eu tenho o maior respeito, e pela Professora Vânia, que nós tivemos quarenta plenárias para discutir alguns pontos. E aí eu quero que a gente pense: como fazer com que a eleição e a gestão democrática aconteçam até dezembro, visto que hoje é dia 22 de agosto, e nem a minuta chegou até esta Casa. A gente vai fazer um documento agora e impor que chegue tal dia. Nós estamos extremamente atrasados.

Mais uma vez, eu queria lembrar... E aí de novo com o Paulo Freire – ele chamou de Paulinho, eu fiquei tão emocionada de ser de São Sebastião e ele falar essa questão –, que nos diz o seguinte: “É preciso diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, até que a sua prática seja a sua fala”.

Nós estamos vindo de um momento de eleição, quando vocês foram escolhidos. Vocês entraram na minha casa e, com todo respeito, não teve um candidato que entrasse, nesse momento, e não colocasse a educação como prioridade. Todos diziam. E eu não acho isso ruim não. Eu acho isso excelente. Tem que se falar

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22	08	2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	44

mesmo, que é prioridade. Mas a gente tem que fazer com que isso agora aconteça de fato. Muitos de vocês eu olho e digo assim: "ah, que orgulho, acontece de fato". Mas e os outros? E como é que a gente vai fazer para que essa lei seja discutida? E aí me perdoe o Sinpro, eu acho precipitado dizer: vai ter que... Entendeu? Vamos discutir, a gente precisa ser democrático. Eu não vejo como devolver na mesma moeda o que está acontecendo: imposição com imposição. Em algum momento a gente vai se perder no meio.

Eu queria muito que a prioridade fosse: nós vamos buscar aquela qualidade que foi dita, que foi dita quando entrou na minha casa e quando eu dei o voto para muitos, por quem eu tenho o maior respeito. Que a educação do Distrito Federal, porque a lei da gestão democrática trata da gestão das escolas do Distrito Federal, aconteça de fato com qualidade.

Fala-se de uma avaliação institucional e aí, embora... O Tiago está sempre com pressa, ele vai sempre embora porque ele tem uma reunião, nunca vi. Está responsável por essa questão e tem tanta pressa! Que avaliação institucional é essa que nunca me foi apresentada? Que diálogo foi esse que ele disse que teve que eu não tive? Eu tive um momento que foi também com pressa. "Eu tenho que ir embora". E fica a reflexão: quando é que a nossa fala vai ser a nossa prática? Ou a gente vai sempre estar precisando ter uma lei que não consegue ser exequível, que não conversa com uma outra que dá condições de financiamento? Enfim: o que nós estamos querendo e eu tenho certeza – quando eu olho para esta Mesa eu me sinto super-representada, principalmente pelos Deputados que aqui estão – de que a gente vai conseguir discutir e virar a questão.

A prioridade não vai ser a data da eleição, mas vai ser o momento em que nós vamos discutir todos os pontos para ter uma lei que garanta uma educação de qualidade no Distrito Federal.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Muito obrigada.

Há três pessoas inscritas e mais gente pedindo inscrição. Não vai ser possível, porque nós temos que liberar esta sala para um outro evento que vai acontecer daqui a pouco. Então, a gente vai passar para os três, depois para a Deputada Federal Erika Kokay e para a Mesa, para a gente encerrar, até porque está se esvaziando também o plenário.

Concedo a palavra ao Professor Gadelha, Diretor do CEM 9, de Ceilândia.

SR. GADELHA – (Passa a palavra.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Muito bem, Gadelha. Muito obrigada por sua compreensão.

Chamo para fazer uso da palavra a Sra. Renata Calaça, Professora da EAPE.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22	08	2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	45

SRA. RENATA CALAÇA – Boa noite! Muito obrigada pelo evento de hoje, pelas audiências, pela oportunidade e pela abertura da Casa.

Pensando democraticamente, a gente ainda precisa de outros Deputados que se apoiem na democracia para nos dar o suporte aqui. Deputados que sejam de direita, porque a gente tem democracia liberal, tem outras correntes democráticas, mas se eles, de fato, se empenham por democracia, eles precisam ouvir o que a gente tem para dizer.

A minha fala aqui vai ser bem breve: eu sou professora de geografia da Casa, então a minha carreira é magistério. Estou hoje como coordenadora do Curso de Gestão Escolar Democrática da EAPE e sou professora do Departamento de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília. Minha disciplina é Gestão Educacional e Gestão Escolar na Universidade.

A gente vem crescendo bastante o campo de públicas, do qual meu colega Deputado Leandro Grass também faz parte, foi meu colega de doutorado. O campo tem crescido bastante, e a gente vê o quanto a carreira do diretor hoje, que na verdade não é uma carreira, é uma função, eles estão na função de gestor escolar, é uma função que se aprende cotidianamente na prática, porque não houve formação. Alguns estados fazem processo seletivo para carreira de gestor. Isso nós não temos. Grande parte dos nossos gestores é da carreira de administração e da carreira magistério. Essas duas carreiras compõem um quadro de gestores de escolas que precisam de formação. E a minha fala aqui vai exatamente neste ponto: tocar na formação continuada dos profissionais da educação que estão na função de gestores públicos, de escolas públicas, para a garantia de uma governança cada vez mais colaborativa, participativa, de uma escola, de um serviço de público.

Num momento em que a gente tem estados pós-democráticos, com frases tipo “Democracia aconteceu quando vocês me elegeram, daqui para a frente eu faço o que eu quero”, momento de pós-verdade, quando não se discute se é verdade ou não, pouco importa, “eu vou assumir aquele discurso como verdadeiro, porque assim me interessa”, pensar na formação continuada dos gestores é conceder a eles capacidade cada vez mais de gestão pública. E é para isso que o curso esse ano foi um pouco modulado, foi desenhado, voltado para as experiências e as práticas em metodologias de teorias e gestão pública. Tem uma teoria que define profissionais da educação, da saúde, aquele que está em contato direto com o cidadão de “Burocratas do nível de rua”, Nós somos burocratas do nível de rua diante dessa teoria de Michael Lipsky. Nós podemos fazer políticas públicas, nós estamos ali no dia a dia em contato direto com aquele para o qual nós estamos no cargo: para servir o público. E o curso tem sido, graças a Deus – ou à entidade superior em que cada um acredita ou não –, muito valorizado pelos gestores que estão fazendo. A EAPE, no ano passado, teve uma certa dificuldade de fazer o curso, só tinha dois a três professores da rede trabalhando no curso de gestão e não conseguiu dar o peso que era preciso à formação continuada. Hoje nós temos um quadro da equipe de gestão de doze pessoas, comigo treze. Nós somos treze formadores desenhando um curso.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22	08	2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	46

Acredito que a gente precisa, realmente, enquanto profissionais da educação imbuídos da responsabilidade de continuar essa formação de servidores e profissionais da educação, estar junto com os diretores no pleito por uma gestão democrática.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Obrigada, professora.

Concedo a palavra ao Sr. Paulo Gileno.

SR. PAULO GILENO – Boa noite a todos! Cumprimento a Mesa, especialmente meus ex-professores, minha amiga Edileuza, meu amigo Erasto que estão ali. Quando a gente fala de educação, a gente tem que lembrar que a democracia deve imperar dentro da educação. Eu já tenho bastante tempo de casa e já vivemos muitas situações. Então, posso falar com total tranquilidade que, todas as vezes que pudemos escolher aqueles que iriam nos liderar, os nossos gestores, a escola caminhou. Todas as vezes que a escola teve pessoas indicadas politicamente, a escola caiu em todos os aspectos. Uma vez, inclusive, o indicado por um certo político na nossa escola foi preso. Para vocês terem uma ideia do quanto é nociva essa questão de indicações.

Como aconteceu essa questão do projeto de lei? Num domingo tivemos notícia desse projeto de lei pelas redes sociais. Depois veio a indignação de todos, principalmente de nós gestores, porque somos nós que acordamos de madrugada, sem saber a hora que vamos chegar, somos nós que almoçamos engolindo, somos nós que dedicamos a nossa vida profissional e até em alguns momentos pessoal, para ver a nossa escola a melhor possível. Como dizem os colegas, o nosso CPF está ali, na linha de tiro. Assim, o projeto de lei apareceu sem notícia de que alguém tivesse sido ouvido. Depois começou, na minha visão, uma correria para se tentar resolver o problema.

Então, fico feliz de saber que na Casa temos representantes que defendem ainda a educação, fico feliz de saber que o sindicato tem se posicionado na luta pela gestão democrática. O que eu peço é que sejamos respeitados, nós não podemos mais aceitar essa falta de respeito, que sejamos ignorados, parece que tudo o que nós fizemos não valeu nada, todo esforço que nós dedicamos esse tempo todo.

Eu voltei a ser diretor da minha escola porque a minha escola estava um lixo por conta de gestões pífias, de pessoas que foram indicadas. O que eu percebo nesse projeto de lei? Existe um monte de armadilhas, não são brechas, são buracos, para que, daqui a pouco, todos os gestores sejam indicados. Já vemos hoje que existem redutos políticos aqui no Distrito Federal e o que estamos com medo de acontecer é isso.

Eu quero mais uma vez lembrar: eu estou aqui não porque estou diretor, mas porque sou professor. Um dia fui como esses meninos que estão aqui, sempre fui desse jeito, fui de grêmio, sempre fui desse jeito, sempre tive esse espírito de lutar pela democracia e não vai ser agora que vou deixar de seguir o meu sonho de ver esse país, sim, um país democrático.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22	08	2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	47

Agradeço a todos e contem conosco. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Muito bem, professor, siga sendo democrático e lutador.

Queria comunicar que recebemos uma carta do Deputado Reginaldo Sardinha parabenizando a realização da nossa comissão geral e se desculpando por não poder estar presente.

Passo agora a palavra à Deputada Erika Kokay.

Depois vamos ver quem da Mesa vai querer fazer o uso da palavra brevemente para podermos encerrar a nossa comissão geral e liberar a sala para o próximo evento.

DEPUTADA FEDERAL ERIKA KOKAY – Deputada Arlete Sampaio, fiz questão de estar aqui porque penso que temos sofrido muitas ameaças, coisas que não ficam só no campo das ameaças. Elas se concretizam na retirada de direitos e nas feridas que estão postas na nossa democracia.

Nós estamos vivenciando, digamos assim, uma falta de modéstia do absurdo, uma falta de modéstia do fascismo, uma falta de modéstia do arbitrário, que acha que pode tirar inclusive seus próprios véus. Estamos vivenciando isso em nível federal e estamos vivenciando isso aqui no Distrito Federal. Muitas vezes eu acho que Ibaneis está para Bolsonaro assim como Bolsonaro está para Trump. Então, nós fomos criando uma cadeia de reprodução de uma lógica autoritária e de negação da diversidade e da alteridade. Isso representa um risco absolutamente grave no país.

Todos os dias nós enfrentamos um ataque aos direitos. Todos os dias! Todos os dias eles arrancam um pedaço dos direitos dos trabalhadores, eles arrancam um pedaço das nossas aposentadorias ou arrancam as nossas aposentadorias. Estão destruindo a CLT e, além disso, estão destruindo ao mesmo tempo toda a política ambiental e toda a política de defesa dos direitos humanos com a estratégia de se apropriarem dos instrumentos que nós construímos para o desenvolvimento de políticas para que passem a ser instrumentos do contrário.

Nós temos um Ministério do Meio Ambiente que é uma sucursal do Ministério da Agricultura. Ontem eles queriam aprovar uma emenda constitucional em que metade dos territórios indígenas iria ficar à disposição da Funai, sem consultar os indígenas, ferindo a Convenção nº 169 da OIT. Simplesmente eles se sentem no direito de dizer quem é indígena e quem não é. Então, se você defende o que estou defendendo, eu o considero indígena; senão você não é indígena. Isso é arrancar o outro do seu próprio lugar e fazer com que não se reconheça a diversidade e a alteridade. A diversidade passa a ser sinônimo de inferioridade ou de algo a ser combatido, calado e destruído.

Nós estamos vendo a reprodução disso aqui no Distrito Federal. É óbvio que todos os regimes autoritários têm que eleger os seus inimigos imaginários, os seus inimigos internos e a educação sempre é inimiga do autoritarismo. Não que nós não tenhamos na educação a reprodução do controle dos corpos, como tivemos tantas

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 08 2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	48	

vezes, mas potencialmente é a educação que transforma e que resiste como espaço de diversidade.

Este país tem uma resiliência imensa. Nós estivemos na Marcha das Mulheres Indígenas, na Marcha das Margaridas. Estivemos a manhã inteira com as pessoas em situação de rua que têm uma consciência imensa dos seus direitos. E aqui tivemos, nesta tarde, várias expressões da necessidade de resistência de educadores, de professores, daqueles que educam através de sua condição de estudante também.

Vejam que estamos vivenciando um nível de autoritarismo explícito que age tendo a educação como inimiga. Nós temos um projeto de bancarização da educação. Nós estamos prevendo um futuro de bancarização das universidades, ou seja, transformar as universidades num processo de busca de conseguir resultados que não são os resultados discutidos e construídos pela própria comunidade.

Portanto, não há educação - e concordo com quem falou isso -, se não há democracia. Não há! Até porque educação é troca de saber. Educação não é transmissão de conteúdo, não é a lógica neutralista que querem impor por meio de projetos para tentar tirar do âmbito das escolas a discussão dos fenômenos humanos e as discussões das realidades sociais, para libertar e considerar os corpos, porque os corpos ficam muito moídos e doídos em todo regime autoritário.

O que nós estamos vivenciando com o processo de militarização das escolas é isso, porque o processo de mediação de conflitos faz parte do processo pedagógico, ele faz parte da função do educador. A construção da cidadania, da autonomia e da consciência crítica faz parte de um processo de educação e nós avançamos na construção dos projetos políticos e pedagógicos e nas consultas nos fóruns, na institucionalização dos fóruns de consulta de troca de saberes, de troca de opiniões, e não é possível que se retroceda acerca disso.

Alguém já disse – e eu concordo – que gestão democrática não é só eleição de diretor de escola, até porque há diretores eleitos e nós vamos conviver com a entrada de policiais para discutir e combater uma violência que não se constrói na escola, ela se constrói na própria sociedade. Sociedade que elimina praças, que elimina espaços coletivos, que tem cultura de medo. Portanto, nós estamos vivenciando essa proposta que o Sinpro faz do batalhão escolar, em substituição à internalização dos policiais. Parece-me que ela é importante.

Eu estive recentemente em Goiás. Nós da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados vamos fazer uma diligência para militarização de Goiás e Brasília, mas em Goiás eles estão revendo a militarização porque a população está reclamando que não há policial nas comunidades. Poderia haver dois policiais. Você coloca vinte policiais dentro da escola para exercer uma função para a qual ele não foi capacitado. Ele não está na condição precípua da sua própria atuação de contenção. Assim você cria o esvaziamento da existência dos policiais.

Eu conversava com a Secretária de Educação de Goiás em função da morte do professor em Valparaíso, e ela dizia: “Bom, se queriam militarizar cem escolas, a

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22	08	2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	49

gente não vai ter condição de fazer porque não há policial para isso”. Se são vinte policiais por escola, e se vão militarizar cem escolas, são 2 mil policiais. É mais de 20% do contingente de policiais para estarem dentro das escolas, para fazerem um processo de eliminar a diversidade, de reafirmar controle de corpo, de eliminar as possibilidades de expressão.

Aqui nós escutamos sobre a criminalização. É criminalização também do contraponto, da liberdade. É criminalizar, porque o aluno vai ter que sair. Eu vivi o “ame ou deixe-o”. “Este País me pertence”, diziam os militares, e isso é reproduzido hoje. Este País me pertence. Ou você se adequa a ele, ou você tem que sair dele. É um pouco esse processo que nós estamos vivenciando.

Portanto, eu queria dizer que nós vamos criar essa comissão, vamos fazer parceria com vários órgãos para que nós possamos fazer de forma conjunta, em rede. É preciso reagir, porque ferida no tecido democrático não fica limitada; ela vai esgarçando o tecido da democracia. Para quem achava que o Golpe de 2016 era apenas um trampolim para que aqueles que não conseguiram chegar à eleição chegassem ao Palácio do Planalto, nós estamos vendo que todos os dias o golpe continua, ele adquire outras formas e vai se reproduzindo.

É fundamental que nós possamos conter os arroubos autoritários do próprio Governador do Distrito Federal, que repete como um sabujo ventríloquo, penso eu, os arroubos autoritários do Presidente da República, que repete os arroubos autoritários, como um ventríloquo e um sabujo do Presidente dos Estados Unidos, Trump.

Portanto, contra tudo isso é que nós seguimos em luta e seguimos reagindo em defesa da gestão democrática, que é muito mais do que a eleição, embora a eleição seja simbólica e fundamental, para que nós possamos fazer do chão da escola um chão de consciência crítica de entendimento dos fenômenos humanos e para que possamos falar aquilo que Paulo Freire diz da boniteza da vida. Diz Paulo Freire – também me calo com ele –: amar é um ato de coragem, resistir é um ato de coragem, bailar é um ato de coragem, sorrir é um ato de coragem.

Por isso, por mais que eles teimem, nós somos mais teimosos. A gente não abre mão nem do riso, nem do pensamento, nem do amor.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Obrigada, Deputada Federal Erika Kokay, sempre brilhante nas suas falas.

Concedo a palavra ao Deputado Leandro Grass, para suas considerações finais.

DEPUTADO LEANDRO GRASS – Sendo bem breve aqui, agradeço à Deputada Arlete Sampaio por essa parceria, mais uma grande parceria aqui em defesa do Distrito Federal. Agradeço aos gestores que se fizeram presentes, às gestoras. Foi uma tarde importante para podermos entender melhor algumas questões que vocês trouxeram.

Como encaminhamento, a gente vai fazer um ofício que muitos aqui assinaram, se não todos, solicitando o envio do projeto de lei o mais rápido possível, com urgência.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22	08	2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	50

Outro encaminhamento que nós estamos construindo, já com a participação de alguns de vocês, é a formação de um grupo que possa envolver diretores, sindicatos, representações, fórum, e também assessorias parlamentares, para que se comece, assim que a minuta chegar, ou até mesmo antes de ela chegar, um processo de avaliação, de construção coletiva, a exemplo do que aconteceu em 2012 e do que aconteceu em outras legislações. A própria lei do PDAF, a Lei Orgânica da Cultura, foi um processo que a Casa fez com o envolvimento das assessorias, das representações, e deu muito certo. A gente quer repetir agora na lei de gestão democrática.

Nós estamos à disposição para escutá-los e encaminhar as demandas que vocês trouxeram em defesa da educação pública de qualidade, livre e democrática, e que possa, de fato, reduzir as desigualdades e garantir um futuro às nossas crianças, aos nossos jovens. Então, parabéns para o trabalho que vocês fazem. Muito nos orgulha ter diretores e diretoras tão dedicados.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Obrigado, Deputado Leandro Grass.

Olha, só para dizer a vocês uma historinha, há poucos dias o Governador Ibaneis esteve aqui na Câmara Legislativa. Ele veio trazer um projeto e fez menção à gestão democrática, com a eleição dos diretores, dizendo que era muito importante esses gestores todos que forem eleitos, inclusive com o Pdaf, porque havia uma economia muito grande no governo ter o Pdaf.

Nós já solicitamos, tanto ao Governador quanto ao Secretário de Educação que saiu, e também ao secretário de governo que acabou de assumir, a regulamentação do Pdaf, porque tem coisas absurdas em relação aos valores. Tem escola com alunos especiais, que demandam um tempo maior para se tomar conta do aluno, e tem um número menor de estudantes, com uma mixaria para tocar as coisas da escola. Então, muita coisa precisa ser repensada. Nós também estamos cobrando isso. Nós fizemos aqui uma audiência pública e colocamos essa questão, tanto eu quanto o Deputado Prof. Reginaldo Veras, e essa é uma coisa que vamos tocar para a frente.

Com relação à gestão democrática, eu queria dizer, primeiro, que não tem projeto de lei. Alguém disse que não se discutiu sobre o projeto de lei. Não tem projeto de lei. Tem uma minuta que está circulando. Não chegou formalmente à Câmara Legislativa nenhuma mensagem do Governador enviando o projeto de lei.

Nós adotamos aqui a ideia do Deputado Leandro Grass, e passamos um ofício para todos assinarem, a fim de enviarmos ao Governador o pedido para que eles mandem. Na hora que eles mandarem, nós vamos provocar um debate sobre o texto que eles mandarem. Nós estamos esperando que eles façam isso.

Segundo, eu acho que alguns tópicos são importantes para nós com relação ao projeto de lei que virá. Ao nosso ver, não é um projeto novo, é uma adequação da

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22	08	2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	51

lei existente ao Plano Distrital de Educação – PDE. É disso que se trata. Uma das coisas importantes é que a gente brigue, brigue mesmo, para que ocorram eleições este ano. Não podemos deixar que não aconteçam eleições este ano. Então, temos que ter eleições este ano.

Terceiro, temos que ter a duração do mandato. Essa é uma questão que tem de ser debatida. Alguém falou aqui, estou de acordo. O ideal é que o mandato seja de quatro anos, eleito do primeiro ano do governo que assumiu, até o próximo, e vai ultrapassar o mandato do governador, para que a gente não tenha coincidência com as eleições, pois traz uma confusão muito grande. Então, esse ponto eu acho importante.

Outro ponto importante é a possibilidade de reeleição dos diretores. Eu acho que é central, porque se não houver essa possibilidade, nós vamos ter muitas escolas que não vão ter nenhum candidato a diretor. Essa é a chance que eles têm para ficarem indicando pessoas.

Outra coisa é o curso para os gestores eleitos. Não devem retornar prova nem entrevista, e o curso de formação ser posterior à eleição, logo após a posse. É um curso de formação do diretor, mas não um pré-requisito que seja colocado para a eleição.

A avaliação das equipes gestoras, caso ocorra, deverá ser efetivada com critérios objetivos, previamente estabelecidos por comissão paritária. Outro ponto é garantir a eleição em qualquer cenário, mesmo que o prazo esteja curto para a tramitação, discussão das adequações, para evitar a indicação política para os cargos de direção. Ou seja, este ano, tem que ter eleição, se não vai ter indicação política, aí essa indicação política a gente não sabe quanto tempo vai durar. Não é isso?

Esse é o início do processo de adequação. Nós estamos conversando aqui. Não só vamos pedir que eles mandem o projeto de lei, mas também vamos encaminhar ao governo e ao Secretário de Educação um resumo desta nossa comissão geral com os pontos mais importantes que foram colocados aqui. Vamos fazer um relatório e vamos encaminhar aos dois, ao Governador e ao Secretário de Educação, que nós não sabemos ainda se vai ser esse que vai ser nomeado, porque a última novidade foi o Governador dizer que vai fundir Secretaria de Educação com a do Trabalho. Quer dizer, é o típico personograma. A pessoa que está lá está cá, então vamos fazer essa junção! Não dá, não é? Então a gente precisa muito tocar essas questões.

Eu quero agradecer de todo coração a cada um e a cada uma de vocês que vieram para a nossa comissão geral, que debateram, que participaram. Quero agradecer a toda a nossa Mesa: à professora Edlleusa, à Berenice, ao Júlio Barros, ao Helder, ao Marcelo Acácio, a todos vocês. MUITÍSSIMO obrigada pela contribuição que deram. Muito obrigada a todos que aqui falaram e que trouxeram também importantes contribuições.

Neste momento, nós encerramos a nossa comissão geral. Vamos à luta. Um grande abraço a todos vocês.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22	08	2019	15h10min	68ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	52

Declaro encerrada a comissão geral, bem como a sessão ordinária.
(Levanta-se a sessão às 18h32min.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

LIDO
28/08/19
Pina
Secretaria Legislativa

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA SUCINTA DA 69ª
(SEXAGÉSIMA NONA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 27 DE AGOSTO DE 2019

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Reginaldo Sardinha, Rafael Prudente, Iolando Almelda e Telma Rufino

SECRETARIA: Deputados Leandro Grass, Telma Rufino e Rafael Prudente

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

INÍCIO: 15 horas e 16 minutos

TÉRMINO: 19 horas e 21 minutos

Observação: A lista de presença está anexa à ata.

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Reginaldo Sardinha):

– Declara aberta a sessão.

1.1 LEITURA DE ATA

– Dispensada a leitura, o Presidente considera aprovada, sem observações, a Ata da 68ª Sessão Ordinária.

1.2 LEITURA DE EXPEDIENTE

Observação: Os expedientes lidos estão anexos à ata.

– **Mensagem nº 214, de 2019**, de autoria do Governador do Distrito Federal, que encaminha o **Projeto de Lei Complementar nº 13, de 2019**.

– **Mensagens nºs 215 a 219, de 2019**, de autoria do Governador do Distrito Federal.

– **Mensagem nº 220, de 2019**, de autoria do Governador do Distrito Federal, que encaminha o **Projeto de Lei nº 599, de 2019**.

ATA SUCINTA DA 69ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 27 DE AGOSTO DE 2019

Revisora:

Ilmar

Chefe do Setor:

JBSBignol

(L/A/G/SN/SR/TO)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

2

- Mensagem nº 221, de 2019, de autoria do Governador do Distrito Federal, que dá origem ao Processo nº 11, de 2019.
- Mensagem nº 222, de 2019, de autoria do Governador do Distrito Federal.
- Mensagem nº 225, de 2019, de autoria do Governador do Distrito Federal, que encaminha o Projeto de Lei nº 607, de 2019.
- Projeto de Lei nº 600, de 2019, de autoria do Deputado Robério Negreiros.
- Projeto de Lei nº 601, de 2019, de autoria da Deputada Jaqueline Silva.
- Projetos de Lei nºs 602 e 603, de 2019, de autoria do Deputado Leandro Grass.
- Projeto de Lei nº 604, de 2019, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa.
- Projeto de Lei nº 605, de 2019, de autoria do Deputado Martins Machado.
- Projeto de Lei nº 606, de 2019, de autoria da Deputada Arlete Sampaio.
- Indicações nºs 2.199 a 2.201, de 2019, de autoria do Deputado Daniel Donizet.
- Indicação nº 2.202, de 2019, de autoria do Deputado Hermeto.
- Moção nº 134, de 2019, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes e outros.
- Moção nº 135, de 2019, de autoria do Deputado Robério Negreiros.
- Moção nº 136, de 2019, de autoria do Deputado Martins Machado.
- Moção nº 137, de 2019, de autoria do Deputado Agaciel Maia.
- Moção nº 138, de 2019, de autoria do Deputado Leandro Grass e outros.
- Moção nº 139, de 2019, de autoria do Deputado Chico Vigilante.
- Moção nº 140, de 2019, de autoria do Deputado Daniel Donizet.
- Requerimento nº 880, de 2019, de autoria da CFGTC.
- Requerimentos nºs 881 e 882, de 2019, de autoria de vários deputados.
- Requerimento nº 883, de 2019, de autoria do Deputado Iolando Almeida.
- Requerimento nº 884, de 2019, de autoria do Deputado Leandro Grass.
- Requerimentos nºs 885 e 886, de 2019, de autoria do Deputado Reginaldo Sardinha.
- Requerimento nº 887, de 2019, de autoria da Deputada Arlete Sampaio.
- Requerimento nº 888, de 2019, de autoria do Deputado Jorge Vianna.
- Requerimento nº 890, de 2019, de autoria da Deputada Telma Rufino.
- Requerimento s/nº, de 2019, de autoria do Deputado Jorge Vianna (a cópia do documento não foi entregue ao Setor de Tramitação, Ata e Súmula para publicação).

2 PEQUENO EXPEDIENTE

Observação: A íntegra dos discursos consta da ata circunstanciada desta sessão.

2.1 COMUNICADOS DE LÍDERES

DEPUTADO CHICO VIGILANTE

- Apoiar a criação da Secretaria Extraordinária da Pessoa com Deficiência, mas reclama a garantia de que as Secretarias de Educação e de Trabalho não serão unificadas.
- Atribuir a culpa pela destruição causada por incêndios na Amazônia ao Governo Federal.

ATA SUCINTA DA 69ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 27 DE AGOSTO DE 2019

Revisora:

[Assinatura]

Chefe do Setor:

[Assinatura]

(L/A/G/SN/SR/Tof)

[Assinatura]



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

3

– Critica o Presidente Bolsonaro pelo comentário feito em relação à primeira-dama da França.

DEPUTADO FÁBIO FELIX

- Lamenta o desfecho trágico do caso da advogada Letícia Sousa.
- Reforça que a violência contra mulheres constitui fenômeno estrutural no Brasil que, juntamente aos demais temas de gênero e raça, requer políticas públicas específicas.
- Solicita aos parlamentares apoio para a rejeição do veto a projeto de sua iniciativa que dispõe sobre a prevenção do assédio no transporte público do DF.
- Divulga que proporá moção de pesar pelo falecimento de Letícia.

DEPUTADO LEANDRO GRASS

- Exprime o seu pesar pelos casos de feminicídio ocorridos no País, e lembra que a Câmara Legislativa aprovou, em março deste ano, diversos projetos em defesa das mulheres.
- Cita os nomes das mulheres assassinadas este ano no Distrito Federal, em homenagem à sua memória.
- Acentua a necessidade de implementação de políticas de prevenção à violência contra as mulheres e de acolhimento às vítimas, e destaca a importância da construção de uma cultura de respeito e paz em todos os ambientes sociais.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES

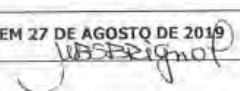
- Considera inaceitável o assassinato da jovem moradora de Planaltina, e alerta que as investigações revelam a existência de um *serial killer* no Distrito Federal.
- Anuncia a apresentação de moção de pesar pelo falecimento da advogada.
- Assegura que o Governador Ibaneis Rocha ficou comovido com o crime e apenas fez uma advertência sobre a utilização do transporte pirata.
- Aplauda o trabalho realizado pela Polícia Civil do Distrito Federal, e comunica que irá apresentar moção de louvor aos policiais envolvidos nessa investigação.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA

- Tece comentários sobre a tragédia ocorrida com sua prima Letícia Sousa Curado Melo.
- Corrobora o discurso proferido pelo Deputado Cláudio Abrantes quanto ao excelente trabalho realizado pela Polícia Civil pelo.
- Agradece a todos que se solidarizaram e manifestaram apoio à família da vítima.
- Relata que a Comissão de Segurança, a qual preside, tem realizado discussões sobre a questão da violência contra a mulher no Distrito Federal.

ATA SUCINTA DA 69ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 27 DE AGOSTO DE 2019

Revisora: 

Chefe do Setor: 

(L/A/G/SN/SR/ToF)





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



DEPUTADO AGACIEL MAIA

– Relaciona as principais matérias tratadas na reunião de hoje da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

2.2 COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO

– Pleiteia ao Presidente, Deputado Rafael Prudente, a anulação de recente decisão da Mesa Diretora de cancelar a outorga do Troféu Câmara Legislativa, no âmbito do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro.

– Repudia o crime praticado contra a advogada Letícia Curado.

DEPUTADO FÁBIO FELIX

– Adverte que a situação da Amazônia tem impacto concreto sobre o Centro-Sul brasileiro, comprovado pelo apagão cinza ocorrido em São Paulo.

– Informa que participou, na última sexta-feira, no Museu da República, de ato cívico para exigir do Governo federal respeito ao meio ambiente.

– Opõe-se à tentativa sistemática do Executivo federal de desmonte das políticas ambientais do País, e recomenda a demissão de Ricardo Salles do cargo de Ministro do Meio Ambiente.

– Defende a preservação dos povos e territórios indígenas, e reprovava a postura depreciativa adotada pelo presidente Jair Bolsonaro em reunião com governadores da região amazônica no tocante ao tema.

– Frisa a importância de um pacto em defesa de políticas ambientais para a região Centro-Oeste.

DEPUTADA JÚLIA LUCY

– Externa a sua comoção com a morte de Letícia Sousa Curado.

– Ressalta que a existência do transporte pirata se deve à precariedade do serviço de transporte público do Distrito Federal.

– Salienta que muitas pessoas sobrevivem em razão dessa atividade e que não se deve generalizar o comportamento de um indivíduo para culpar outros prestadores do serviço.

– Advoga políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher, e avisa que está trabalhando junto à Secretaria de Educação no desenvolvimento de material a ser utilizado nas escolas durante a *Semana Maria da Penha*.

– Apresenta as suas condolências à família de Letícia.

– Convida os interessados para a audiência pública sobre atenção primária, a realizar-se amanhã, dia 28, às 19 horas, nesta Casa.

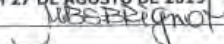
– Cumprimenta às famílias presentes na galeria que lutam em defesa do projeto que trata do teste do pezinho, e pede aos pares prioridade na apreciação da proposição.

Revisora:



ATA SUCINTA DA 69ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 27 DE AGOSTO DE 2019

Chefe do Setor:

 (UA/G/SN/SR/ToF)





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

5

DEPUTADO HERMETO

- Manifesta o seu pesar com o assassinato de Letícia Sousa Curado.
- Transmite os seus pêsames ao Senador Izalci Lucas pelo falecimento de sua mãe.
- Participa que, hoje, se reuniu com autoridades do GDF para tratar de uma pauta positiva em favor dos servidores da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, atendendo aos pleitos das corporações.

DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA

- Solidariza-se com a família da jovem assassinada em Planaltina.
- Congratula-se com as pessoas que vieram prestigiar a criação da Secretaria Extraordinária da Pessoa com Deficiência.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE

- Cobra do Poder Executivo a correção de erros constatados no projeto que dispõe sobre a criação da Secretaria da Pessoa com Deficiência.
- Rechaça ataques do Presidente Jair Bolsonaro ao Papa Francisco em decorrência de manifestação do pontífice em prol da preservação da Amazônia.
- Opina que as atitudes do Presidente Bolsonaro constituem motivo para a sua interdição.

DEPUTADO LEANDRO GRASS

- Reconhece a importância de uma secretaria que atue como articuladora de políticas públicas, mas ressalva que os direitos das pessoas com deficiência devem ser prioridade de todos os órgãos do Governo e da CLDF.
- Chama a atenção para o trabalho realizado nesta Casa com legislações e fiscalizações orientadas à inclusão e efetivação dos direitos dessas pessoas, e comenta que a Comissão de Assuntos Sociais criou uma subcomissão para tratar, especificamente, do espectro autista.
- Protesta contra a intenção do GDF de inscrever pessoas com dívidas referentes a impostos na SERASA (Centralização de Serviços dos Bancos).

3 ORDEM DO DIA

Observações:

- As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa/CLDF.
- As folhas de votação nominal constam da ata circunstanciada desta sessão.

(1º) **ITEM EXTRAPAUTA:** Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 881, de 2019, de autoria de vários deputados, que "requer a dispensa de publicação

ATA SUCINTA DA 69ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 27 DE AGOSTO DE 2019

Revisora:



Chefe do Setor:

 (L/A/G/SN/SR/ToF)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

6

da redação final dos projetos aprovados nas sessões ordinária e extraordinária do dia 27 de agosto de 2019 para votação imediata da redação final".

– Votação da proposição em turno único. **APROVADA** por votação em processo simbólico (15 deputados presentes).

(2º) **ITEM 30:** Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.994, de 2018, de autoria da Deputada Celina Leão, que "altera a Lei nº 4.190, de 6 de agosto de 2008, que 'assegura a todas as crianças nascidas nos hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde do Distrito Federal o direito ao teste de triagem neonatal, na sua modalidade ampliada'".

– Votação da proposição em 2º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (15 deputados presentes).

– Apreciação da redação final. **APROVADA.**

(3º) **ITEM 29:** Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 58, de 2019, de autoria do Deputado José Gomes, que "institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o Dia do Trabalhador Terceirizado".

– Votação da proposição em 2º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (15 deputados presentes).

– Apreciação da redação final. **APROVADA.**

(4º) **ITEM 31:** Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.087, de 2018, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que "dispõe sobre a possibilidade de os órgãos de segurança pública doarem a seus integrantes as armas de fogo por eles utilizadas quando em serviço ativo, por ocasião de sua aposentadoria ou transferência para a inatividade, bem como lhes garante o porte de arma nessas situações".

– Parecer do relator da CS, Deputado Hermeto, favorável, na forma da subemenda nº 3. **APROVADO** por votação em processo simbólico (15 deputados presentes).

– Parecer do relator da CCJ, Deputado Reginaldo Sardinha, favorável à proposição, na forma da emenda substitutiva nº 3. **APROVADO** por votação em processo simbólico (17 deputados presentes).

– Votação da proposição em 2º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (17 deputados presentes). Houve 3 votos contrários.

– Apreciação da redação final. **APROVADA.**

(5º) **ITEM 41:** Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 90, de 2019, de autoria do Deputado Jorge Vianna, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de brigada profissional, composta exclusivamente por bombeiros civis, pelas unidades e estabelecimentos das redes pública e privada de saúde do Distrito Federal com frequência diária superior a 500 pessoas".

– Parecer da relatora da CS, Deputada Telma Rufino, favorável, na forma da subemenda nº 2. **APROVADO** por votação em processo simbólico (17 deputados presentes). Houve 1 voto contrário.

ATA SUCINTA DA 69ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 27 DE AGOSTO DE 2019

Revisora:

Assunto

Chefe do Setor:

Justiça (L/A/G/SN/SR/Ta)

8.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

7

- Parecer da relatora da CESC, Deputada Telma Rufino, favorável, na forma da subemenda nº 2. **APROVADO** por votação em processo simbólico (17 deputados presentes). Houve 2 votos contrários.
- Parecer do relator da CCJ, Deputado Prof. Reginaldo Veras, contrário à proposição e à emenda e à subemenda apresentadas. **REJEITADO** por votação em processo nominal, com 9 votos contrários, 5 votos favoráveis e 3 abstenções. Houve 7 ausências.
- Parecer do relator do voto vencido, Deputado Martins Machado: favorável à proposição, na forma da subemenda nº 2. **PROFERIDO**.
- Parecer da relatora da CEOF, Deputada Jaqueline Silva, sobre a subemenda nº 2: favorável. **APROVADO** por votação em processo simbólico (17 deputados presentes). Houve 5 votos contrários e 1 abstenção.
- Votação da proposição em 1º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (18 deputados presentes). Houve 5 votos contrários e 1 abstenção.

(6º) **ITEM 46:** Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 2019, de autoria do Deputado Reginaldo Sardinha, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao sr. Nefi Cordeiro, Ministro do Superior Tribunal de Justiça".

- Votação da proposição em turno único. **APROVADA** por votação em processo nominal, com 16 votos favoráveis e 2 abstenções. Houve 6 ausências.
- Apreciação da redação final. **APROVADA**.

(7º) **ITEM EXTRAPAUTA:** Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 594, de 2019, de autoria do Poder Executivo, que "cria a Região Administrativa de Arniqueira – RA XXXIII, e dá outras providências".

- Parecer da relatora da CAF, Deputada Telma Rufino, favorável à proposição. **APROVADO** por votação em processo simbólico (16 deputados presentes). Houve 1 abstenção.
- Parecer do relator da CDESCTMAT, Deputado Eduardo Pedrosa, favorável à proposição. **APROVADO** por votação em processo simbólico (17 deputados presentes). Houve 1 abstenção.
- Parecer do relator da CCJ, Deputado Reginaldo Sardinha, favorável à proposição. **APROVADO** por votação em processo simbólico (17 deputados presentes).
- Votação da proposição em 1º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (19 deputados presentes).

Obs.: O presidente da sessão, Deputado Iolando Almeida, torna sem efeito a votação, pelo processo simbólico, em 1º turno, e convoca nova votação, pelo processo nominal.

- Votação da proposição em 1º turno. **APROVADA** por votação em processo nominal, com 19 votos favoráveis e 1 abstenção. Houve 4 ausências.

ATA SUCINTA DA 69ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 27 DE AGOSTO DE 2019

Revisora:

[Assinatura]

Chefe do Setor:

[Assinatura] (L/A/G/SN/SR/TO)

[Assinatura]



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

8

(8º) **ITEM EXTRAPAUTA:** Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 597, de 2019, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 4.159, de 13 de junho de 2008, que dispõe sobre a criação do programa de concessão de créditos para adquirentes de mercadorias ou bens e tomadores de serviços, nos termos que especifica".

– Parecer do relator da CCJ, Deputado Martins Machado, favorável à proposição. **APROVADO** por votação em processo simbólico (19 deputados presentes).

– Votação da proposição em 1º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (19 deputados presentes).

(9º) **ITEM 39:** Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 204, de 2019, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa, que "dispõe sobre a notificação e o registro compulsórios em caso de falhas detectadas em implantes de órteses e próteses pelas entidades públicas e privadas do sistema de saúde do Distrito Federal, e dá outras providências".

– Votação da proposição em 1º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (19 deputados presentes).

(10º) **ITEM EXTRAPAUTA:** Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 607, de 2019, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 6.216, de 17 de agosto de 2018, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2019, e dá outras providências".

– Parecer do relator da CEOF, Deputado Agaciel Maia, favorável à proposição. **APROVADO** por votação em processo simbólico (19 deputados presentes). Houve 1 voto contrário.

– Votação da proposição em 1º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (19 deputados presentes). Houve 1 voto contrário.

(11º) Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

ITEM 48: Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 132, de 2019, de autoria dos Deputados Telma Rufino e Roosevelt Vilela, que "manifesta votos de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Distrito Federal e pela brilhante trajetória profissional de cada um, os corretores de imóveis que menciona".

ITEM 49: Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 133, de 2019, de autoria do Deputado Jorge Vianna, que "parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, na ocasião da sessão solene em comemoração aos 38 anos do Hospital Regional de Ceilândia – HRC".

ATA SUCINTA DA 69ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 27 DE AGOSTO DE 2019

Revisora:

Revisora

Chefe do Setor:

José Signor

(L/A/G/SN/SR/Tot)

f



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

9

ITEM 50: Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 836, de 2019, de autoria do Deputado Hermeto, que "requer a realização de audiência pública, no dia 7 de outubro de 2019, às 19h, no plenário desta Casa Legislativa, para discutir sobre a regularização das áreas intersticiais, lotes de becos, das Regiões Administrativas de Brazlândia, Ceilândia e Gama".

ITEM 51: Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 869, de 2019, de autoria do Deputado Delmasso, que "requer a transformação da sessão ordinária da Câmara Legislativa do Distrito Federal do dia 5 de setembro de 2019 em comissão geral para debater sobre o projeto de construção da Transbrásilia".

ITEM 52: Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 871, de 2019, de autoria do Deputado João Cardoso, que "requer a realização de audiência pública no dia 5 de setembro de 2019, às 19 horas, no Setor Habitacional Jardins Mangueiral, em São Sebastião, para debater a destinação de equipamentos públicos para aquela localidade e a sua possível transformação em Região Administrativa". **RETIRADO DE PAUTA PELO AUTOR.**

ITEM 53: Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 875, de 2019, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "requer a realização de audiência pública para discutir a atribuição do nome *Governador Joaquim Roriz* à praça cívica localizada em frente à Câmara Legislativa do Distrito Federal".

ITEM 54: Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 879, de 2019, de autoria do Deputado Reginaldo Sardinha, que "requer a realização de audiência pública, no dia 9 de setembro de 2019, às 19 horas, no plenário desta Casa, para debater sobre a carreira dos Agentes Policiais de Custódia da Polícia Civil do Distrito Federal".

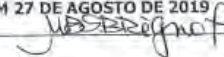
ITEM 55: Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 380, de 2019, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que "requer a retirada de tramitação e arquivamento do Projeto de Lei nº 549/2015, que 'dispõe sobre a instalação de biombos, painéis de material opaco ou estruturas similares entre os caixas e os clientes em todas as agências bancárias e postos de atendimento bancário localizados no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências'".

ITEM 56: Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 750, de 2019, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "requer a retirada de tramitação e o arquivamento do Projeto de Lei nº 1.676/2017".

ITEM 57: Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 795, de 2019, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "requer a retirada de tramitação e o arquivamento do Projeto de Lei nº 396/2015".

ATA SUCINTA DA 69ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 27 DE AGOSTO DE 2019

Revisora: 

Chefe do Setor: 

(L/A/G/SN/SR/ToI)





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

10

ITEM 58: Discussão e votação, em turno único, da Mensagem nº 309, de 2019, de autoria do Poder Executivo, que "solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 128/2017, que 'autoriza a representação judicial e extrajudicial de agentes públicos pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, e dá outras providências'".

ITEM EXTRAPAUTA: Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 137, de 2019, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que "manifesta repúdio pelo assassinato da jovem Letícia Curado Melo, ocorrido no dia 23 de agosto de 2019, no bairro Arapoanga, em Planaltina – DF, e protesto pelos altos índices de violência contra a mulher no Distrito Federal".

ITEM EXTRAPAUTA: Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 134, de 2019, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que "manifesta votos de pesar pelo falecimento da advogada e funcionária do Ministério da Educação Letícia Sousa Curado Melo, de 26 anos de idade, sequestrada e morta em Planaltina – DF, entre os dias 23 e 24 de agosto do corrente ano".

ITEM EXTRAPAUTA: Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 135, de 2019, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "manifesta votos de louvor pelos relevantes serviços prestados da Região Administrativa da Fercal".

ITEM EXTRAPAUTA: Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 136, de 2019, de autoria do Deputado Martins Machado, que "manifesta votos de louvor e homenageia voluntários dos grupos da Igreja Universal do Reino de Deus que especifica, pelos excelentes serviços prestados à população do Distrito Federal".

ITEM EXTRAPAUTA: Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 883, de 2019, de autoria do Deputado Iolando Almeida, que "requer a realização de audiência pública para discussão do programa *Setembro Amarelo – Vamos dar as mãos? – Prevenção ao Suicídio de Crianças e Adolescentes*".

ITEM EXTRAPAUTA: Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 140, de 2019, de autoria do Deputado Daniel Donizet, que "manifesta votos de pesar pelo falecimento da senhora Maria Ferreira de Melo, mãe do Senador Izalci Lucas – PSDB-DF".

ITEM 47: Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 131, de 2019, de autoria do Deputado Fábio Felix, que "manifesta protesto ao desrespeito às deliberações da comunidade escolar referente ao projeto de militarização de escolas no DF".

– Votação das proposições, em turno único. **APROVADAS** por votação em processo simbólico (20 deputados presentes).

ATA SUCINTA DA 69ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 27 DE AGOSTO DE 2019

Revisora:



Chefe do Setor:



(L/A/G/SN/SR/Tof)





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

11

(12º) **ITEM EXTRAPAUTA:** Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 139, de 2019, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “manifesta repúdio ao comentário ofensivo do Presidente da República, Jair Bolsonaro, à primeira-dama da França, ao tempo em que manifesta votos de apoio e solidariedade à sra. Brigitte Macron”.

– Votação da proposição em 1º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (20 deputados presentes).

4 COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA

Presidente (Deputado Rafael Prudente):

– Anuncia a presença de professores e alunos do Centro de Ensino Fundamental nº 5, de Taguatinga Sul, que participam do projeto *Conhecendo o Parlamento*, sob a coordenação da Escola do Legislativo.

– Agradece a Alexandre Ferreira de Castro e Simone Moura, por interpretar a sessão na Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

– Cumprimenta o Subsecretário de Difusão e Diversidade Cultural, presente para acompanhar a votação de hoje.

Presidente (Deputado Iolando Almeida):

– Registra as presenças da Deputada Federal do Amapá, Patrícia Ferraz; do diretor da Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência, Paulo Vieira; da diretora administrativa do FENAE-DF, Mariana Cerqueira; e do professor da Universidade de Brasília – UnB, Messias Ramos.

5 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Rafael Prudente):

- Convoca os deputados para sessão extraordinária a realizar-se em seguida.
- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a)-Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a)-Secretário(a)

ATA SUCINTA DA 69ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 27 DE AGOSTO DE 2019

Revisora:

Silvana

Chefe do Setor:

ABRIL

(L/A/G/SN/SR/Tot)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

12

ANEXO I

LISTA DE PRESENÇA

ATA SUCINTA DA 69ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 27 DE AGOSTO DE 2019

Revisora:



Chefe do Setor:



(L/A/G/SN/SR/Tor)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



13



RECERDADO
Em 28/08/2019 às 10h49
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Ata e Súmula - SETAS
JBSB/ignat 22/10/19

LISTA DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS

Sessão Ordinária: 69ª		Data: 27 de agosto de 2019	
Início: 15 horas 16 minutos		Encerramento: 19 horas 27 minutos	
DEPUTADOS - LEGENDAS		DEPUTADOS - LEGENDAS	
AGACIEL MAIA - PR		JORGE VIANNA - PODEMOS	
ARLETE SAMPAIO - PT		JOSÉ GOMES - PSB	
CHICO VIGILANTE - PT		JÚLIA LUCY - NOVO	
CLAUDIO ABRANTES - PDT		LEANDRO GRASS - REDE	
DANIEL DONIZET - PSDB		MARTINS MACHADO - PRB	
DELMASSO - PRB		PROF. REGINALDO VERAS - PDT	
EDUARDO PEDROSA - PTC		RAFAEL PRUDENTE - MDB	
FÁBIO FÉLIX - PSOL		REGINALDO SARDINHA - AVANTE	
HERMETO - MDB		ROBÉRIO NEGREIROS - PSD	
IOLANDO ALMEIDA - PSC		ROOSEVELT VILELA - PSB	
JAQUELINE SILVA - PTB		TELMA RUFINO - PROS	
JOÃO CARDOSO - AVANTE		VALDELINO BARCELOS - PP	
JAQUELINE MELO BONFIM Matrícula nº 22.633 Chefe da Divisão de Taquigrafia e Apoio ao Plenário		MANOEL ÁVARO DA COSTA Matrícula nº 15.030 Chefe da Secretaria Legislativa	

ATA SUCINTA DA 69ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 27 DE AGOSTO DE 2019

Revisora:

Chefe do Setas:

(L/A/G/SN/SR/ToF)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

14

ANEXO II

EXPEDIENTE LIDO NA 69ª SESSÃO ORDINÁRIA

ATA SUCINTA DA 69ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 27 DE AGOSTO DE 2019

Revisora:

Alcides

Chefe do Setor:

J. B. Dignato

(L/A/G/SN/SR/ToR)

SETAS - 000015



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

L 1 0 0
Em 27/08/19
Amma
Secretaria L

MENSAGEM

Nº 214 /2019-GAG

Brasília, 22 de agosto de 2019.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa,

Dirijo-me a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais para submeter à apreciação dessa Casa o anexo Projeto de Lei Complementar *que "Define parâmetros de uso e ocupação do solo para o Setor de Indústrias Gráficas – SIG, da Região Administrativa Plano Piloto – RA I, e dá outras providências"*.

A justificação para a apreciação do Projeto ora proposto encontra-se na Exposição de Motivos do Senhor Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal.

Dado que a matéria necessita de apreciação com relativa brevidade, solicito, com base no art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que a presente Proposição seja apreciada em regime de urgência.

Atenciosamente,


IBANEIS ROCHA
Governador

A Sua Excelência o Senhor
Deputado RAFAEL PRUDENTE
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
NESTA

1070256

SETAI - 000016



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 013 /2019 DE 2019

(Autoria: Poder Executivo)

Define parâmetros de uso e ocupação do solo para o Setor de Indústrias Gráficas – SIG, da Região Administrativa Plano Piloto – RA I, e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Em cumprimento às disposições contidas no art. 66, art. 110, parágrafos 1º e 2º, art. 111, § 3º, art. 112 e art. 113, inciso III, da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, ficam definidos os parâmetros de uso e ocupação do solo para as Quadras 1, 2, 3, 4, 6 e 8 do Setor de Indústrias Gráficas - SIG, da Região Administrativa Plano Piloto – RA I, na forma dos Anexos I e II desta Lei Complementar.

Art. 2º A implantação dos usos e atividades previstos no art. 1º desta Lei Complementar fica condicionada ao pagamento da outorga onerosa de alteração do uso – ONALT, de que trata a Lei Complementar nº 294, de 27 de junho de 2000, e respectivas alterações.

§1º A aplicação da ONALT de que trata o caput deve considerar como norma original:

I – a norma vigente para a unidade imobiliária em 29 de janeiro de 1997, data da publicação da Lei Complementar nº 17, de 28 de janeiro de 1997;

II – a primeira norma estabelecida para a unidade imobiliária, quando publicada após 28 de janeiro de 1997.

§2º Nos casos em que a ONALT já tenha sido paga, o novo cálculo deve tomar como referência o uso ou a atividade objeto do último pagamento efetivado.

§3º Para fins de incidência da ONALT de que trata o caput, não configura alteração, extensão de uso ou de atividade a mudança de grupo, classe ou subclasse em uma mesma atividade de um uso específico, constante da Tabela de Classificação de Usos e Atividades Urbanas e Rurais do Distrito Federal, exceto:

a) as mudanças de qualquer grupo da atividade comércio varejista para o grupo comércio varejista de combustível;

b) as mudanças de qualquer grupo da atividade de alojamento para o grupo hotéis e similares;



BETAS - 000017 <



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

c) quando o arranjo resultante dos usos ou atividades configurar edificação caracterizada como shopping center ou centro comercial.

Art. 3º A utilização do coeficiente de aproveitamento máximo previsto no Anexo II desta Lei Complementar para os Lotes A, E, F e G da Quadra 3 do Setor de Indústrias Gráficas - SIG, fica condicionado à aplicação da Outorga Onerosa do Direito de Construir - ODIR de que trata a Lei nº 1.170, de 24 de julho de 1996, e suas alterações, bem como o Decreto nº 19.436, de 16 de julho de 1998, que a regulamenta.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

X

SECTOR DE INDÚSTRIAS GRÁFICAS - SIG	
ANEXO I	
ENDEREÇO	USO/ATIVIDADES PERMITIDAS
Q 1- módulos 305 a 1055	INDUSTRIAL
Q 2- módulos 300 a 590, 625 e 668.	18-C Impressão e reprodução de gravações.
Q 4- lotes 25, 75, 83, 125, 127, 173, 175, 217, 283, 327, 373, 417, 525, 575, 625 e 675	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
	33-C Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos;
	41-F Construção de Edifícios;
Q 6- lotes 1100, 1205 à 1355 e 1395 a 1515 e módulos 2000 à 2240 e 2260 a 2390.	42-F Obras de infraestrutura;
Q 8- módulos 2005 a 2235 e lotes 2265 a 2398	43-F Serviços especializados para construção;
	45-G Comércio e reparação de veículos automotores;
	45-20-0/05 Lubrificação e polimento de veículos automotores;
	45-20-0/06 Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores;
	49-H Transporte terrestre:
	49-23-0/01 Serviço de taxi
	49-24-8/00 Transporte escolar
	52-H Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes:
	52-23-1/00 Estacionamento de veículos (edifícios, garagem e parques de estacionamento)
	53-H Correios e outras atividades de entrega;
	56-I Alimentação;
	58-I Edição e edição integrada à impressão;
	61-J Telecomunicações;
	62-J Atividades dos serviços de tecnologia da informação;
	63-J Atividades de prestação de serviços de informação;
	64-K Atividades de serviços financeiros;
	65-K Seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde;
	66-K Atividades auxiliares dos serviços financeiros, seguros, previdência complementar e planos de saúde;
	68-L Atividades imobiliárias;
	69-M Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria;
	70-M Atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão empresarial;
	71-M Serviços de arquitetura e engenharia, testes e análises técnicas;
	72-M Pesquisa e desenvolvimento científico;
	73-M Publicidade e pesquisa de mercado;
	74-M Outras atividades profissionais, científicas e técnicas;
	75-M Atividades veterinárias;
	77-N Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos intangíveis não-financeiros;
	78-N Seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra;
	79-N Agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas;
	80-N Atividades de vigilância, segurança e investigação;
	81-N Serviços para edifícios e atividades paisagísticas;
	82-N Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados principalmente às empresas;
	93-R Atividades esportivas e de recreação e lazer:
	93-29-8/01 Discotecas, dançeterias, salões de dança e similares
	93-29-8/02 Exploração de boliches
	93-29-8/03 Exploração de jogos de sinuca, bilhar e similares
	93-29-8/04 Exploração de jogos eletrônicos recreativos
	93-29-8/99 Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente
	95-S Reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação e de objetos pessoais e domésticos;
	96-S Outras atividades de serviços pessoais:
	96-01-7/01 Lavanderias

9601-7/03	Toalheiros (aluguel e lavagem de roupas de cama, mesa e banho, de uniformes de trabalho e artigos relacionados)
9602-5/01	Cabeleireiros, manicure e pedicure
9602-5/02	Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza (depilação, massagem, limpeza de pele, ...)
9609-2/02	Agências matrimoniais
9609-2/04	Exploração de máquinas de serviços pessoais adicionadas por moeda (fotografia, balança, ...)
9609-2/05	Atividades de sauna e banhos
9609-2/06	Serviços de tatuagem e colocação de piercing
9609-2/07	Alojamento de animais domésticos
9609-2/08	Higiene e embelezamento de animais
9609-2/99	Outras atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente (astrologos, videntes, engravates, mensagens fonadas, sanitários públicos)
97-7	Serviços domésticos:-
COMERCIAL	
47-6	Comércio varejista:
4711-3/02	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados
4712-1/00	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns
4713-0/01	Lojas de departamentos ou magazines
4713-0/02	Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines (comércio varejista não especializado sem predominância de gêneros alimentícios em estabelecimentos de pequeno porte que oferecem miudezas, quinilhanias e outras mercadorias variadas)
4721-1/02	Padaria e confeitaria com predominância de revenda
4721-1/03	Comércio varejista de laticínios e frios
4721-1/04	Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes
4722-9/01	Comércio varejista de carnes - açougues
4722-9/02	Pelaria
4723-7/00	Comércio varejista de bebidas
4724-5/00	Comércio varejista de hortifrutigranjeiros
4729-6/01	Tabacaria
4729-6/02	Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência
4729-6/99	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente
4731-6/00	Comércio varejista de lubrificantes
4741-5/00	Comércio varejista de tintas e materiais para pintura
4742-3/00	Comércio varejista de material elétrico
4743-1/00	Comércio varejista de vidros
4744-0/01	Comércio varejista de ferragens e ferramentas
4744-0/02	Comércio varejista de madeira e artefatos
4744-0/03	Comércio varejista de materiais hidráulicos
4744-0/04	Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas
4744-0/05	Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente
4744-0/06	Comércio varejista de pedras para revestimento
4744-0/99	Comércio varejista de materiais de construção em geral
4751-2/01	Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
4751-2/02	Recarga de cartuchos para equipamentos de informática
4752-1/00	Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação
4753-9/00	Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
4754-7/01	Comércio varejista de artigos de colchoaria
4754-7/02	Comércio varejista de móveis
4754-7/03	Comércio varejista de artigos de iluminação
4755-5/01	Comércio varejista de tecidos
4755-5/02	Comércio varejista de artigos de armário
4755-5/03	Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho

P SETAS - 000000

4756-3/00	Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios
4757-1/00	Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação
4758-8/01	Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas
4759-8/99	
4761-0/01	Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente (vidro, cristal, porcelana, porcelana, plástico, metal, madeira, vime, bambu e outros similares - painéis, louças, garrafas térmicas, escovas domésticas, escovas, vassouras, cabides etc., artigos de cortelaria, toldos e similares, papel de parede e similares e sistema de segurança residencial não associado a instalação ou manutenção)
4761-0/02	Comércio varejista de jornais e revistas
4761-0/03	Comércio varejista de artigos de papelaria
4762-8/00	Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas
4763-6/01	Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos (brinquedos, jogos - eletrônicos ou não - e artigos recreativos)
4763-6/02	Comércio varejista de artigos esportivos (equipamentos e materiais esportivos, artigos do vestuário e acessórios especializados para a prática de esportes)
4763-6/03	Comércio varejista de bicicletas e triciclos, peças e acessórios
4763-6/04	Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping
4763-6/05	Comércio varejista de embarcações e outros veículos recreativos; peças e acessórios (embarcações para esporte e lazer, chales, asa deltas, ultraleves, kart, jet ski, veleiros, ... e suas peças e acessórios)
4771-7/01	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas
4771-7/02	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas
4771-7/03	Comércio varejista de produtos farmacêuticos homeopáticos
4771-7/04	Comércio varejista de medicamentos veterinários
4772-5/00	Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
4773-3/00	Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos
4774-1/00	Comércio varejista de artigos de óptica
4781-4/00	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
4782-2/01	Comércio varejista de calçados
4782-2/02	Comércio varejista de artigos de viagem
4783-1/01	Comércio varejista de artigos de joalheria
4783-1/02	Comércio varejista de artigos de relógaria
4785-7/01	Comércio varejista de antiguidades
4785-7/99	Comércio varejista de outros artigos usados (funismática, filatelia, selos, móveis, utensílios domésticos, materiais de demolição e outros)
4789-0/01	Comércio varejista de souvenirs, bijuterias e artesanatos
4789-0/02	Comércio varejista de plantas e flores naturais
4789-0/03	Comércio varejista de objetos de arte
4789-0/04	Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação (cães, gatos, peixes ornamentais, morçaga, focinheira, caminha, aquários, gaiolas, ração, ... - petshop)
4789-0/05	Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários (detergentes, desinfetantes, fungicidas, inseticidas, desodorizantes, ...)
4789-0/06	Comércio varejista de fogos de artifício e artigos pirotécnicos
4789-0/07	Comércio varejista de equipamentos para escritório
4789-0/08	Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem
4789-0/09	Comércio varejista de armas e munições
4789-0/99	Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente (artigos religiosos, artigos eróticos, funerais, para festas, plantas artificiais, perucas, artigos para bebê, carrão e lenha, redes de dormir, extintores, cartões telefônicos, molduras, quadros, ...)

INSTITUCIONAL

- 59-J Atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão; gravação de som e edição de música;
- 60-J Atividades de rádio e de televisão;
- 84-O Administração pública, defesa e segurança social;
- 85-P Educação;

Q 3 - Centro Comercial Blocos B, lotes 4, 5, 12, 13, 18, 19, 24, 25, 30, 31, 36, 37, 42, 43, 48, 49, 54, 55, 60, 61, 66, 67, 72, 73, 78, 79, 86 e 87.	47-11-3/02	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados	86-Q Atividades de atenção à saúde humana:	
			8630-5/01	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos
			8630-5/02	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares
Q 3 - Centro Comercial Blocos B, lotes 4, 5, 12, 13, 18, 19, 24, 25, 30, 31, 36, 37, 42, 43, 48, 49, 54, 55, 60, 61, 66, 67, 72, 73, 78, 79, 86 e 87.	47-11-3/02	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados	8630-5/03	Atividade médica ambulatorial restrita a consultas
			8630-5/04	Atividade odontológica
			8630-5/06	Serviços de vacinação e imunização humana
Q 3 - Centro Comercial Blocos B, lotes 4, 5, 12, 13, 18, 19, 24, 25, 30, 31, 36, 37, 42, 43, 48, 49, 54, 55, 60, 61, 66, 67, 72, 73, 78, 79, 86 e 87.	47-11-3/02	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados	8630-5/07	Atividades de reprodução humana assistida
			8630-5/99	Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente
			8640-2/01	Laboratórios de anatomia patológica e citológica
Q 3 - Centro Comercial Blocos B, lotes 4, 5, 12, 13, 18, 19, 24, 25, 30, 31, 36, 37, 42, 43, 48, 49, 54, 55, 60, 61, 66, 67, 72, 73, 78, 79, 86 e 87.	47-11-3/02	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados	8640-2/02	Laboratórios clínicos
			8640-2/03	Serviços de diálise e nefrologia
			8640-2/04	Serviços de tomografia
Q 3 - Centro Comercial Blocos B, lotes 4, 5, 12, 13, 18, 19, 24, 25, 30, 31, 36, 37, 42, 43, 48, 49, 54, 55, 60, 61, 66, 67, 72, 73, 78, 79, 86 e 87.	47-11-3/02	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados	8640-2/05	Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia
			8640-2/06	Serviços de ressonância magnética
			8640-2/07	Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética
Q 3 - Centro Comercial Blocos B, lotes 4, 5, 12, 13, 18, 19, 24, 25, 30, 31, 36, 37, 42, 43, 48, 49, 54, 55, 60, 61, 66, 67, 72, 73, 78, 79, 86 e 87.	47-11-3/02	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados	8640-2/08	Serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos
			8640-2/09	Serviços de diagnóstico por métodos ópticos - endoscopia e outros exames análogos
			8640-2/10	Serviços de quimioterapia
Q 3 - Centro Comercial Blocos B, lotes 4, 5, 12, 13, 18, 19, 24, 25, 30, 31, 36, 37, 42, 43, 48, 49, 54, 55, 60, 61, 66, 67, 72, 73, 78, 79, 86 e 87.	47-11-3/02	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados	8640-2/11	Serviços de radioterapia
			8640-2/12	Serviços de hemoterapia
			8640-2/13	Serviços de litotripsia
Q 3 - Centro Comercial Blocos B, lotes 4, 5, 12, 13, 18, 19, 24, 25, 30, 31, 36, 37, 42, 43, 48, 49, 54, 55, 60, 61, 66, 67, 72, 73, 78, 79, 86 e 87.	47-11-3/02	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados	8640-2/14	Serviços de bancos de células e tecidos humanos
			8640-2/99	Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente
			8650-0/01	Atividades de enfermagem
Q 3 - Centro Comercial Blocos B, lotes 4, 5, 12, 13, 18, 19, 24, 25, 30, 31, 36, 37, 42, 43, 48, 49, 54, 55, 60, 61, 66, 67, 72, 73, 78, 79, 86 e 87.	47-11-3/02	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados	8650-0/02	Atividades de profissionais da nutrição
			8650-0/03	Atividades de psicologia e psicanálise
			8650-0/04	Atividades de fisioterapia
Q 3 - Centro Comercial Blocos B, lotes 4, 5, 12, 13, 18, 19, 24, 25, 30, 31, 36, 37, 42, 43, 48, 49, 54, 55, 60, 61, 66, 67, 72, 73, 78, 79, 86 e 87.	47-11-3/02	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados	8650-0/05	Atividades de terapia ocupacional
			8650-0/06	Atividades de fonoterapia
			8650-0/07	Atividades de terapia de nutrição enteral e parenteral
Q 3 - Centro Comercial Blocos B, lotes 4, 5, 12, 13, 18, 19, 24, 25, 30, 31, 36, 37, 42, 43, 48, 49, 54, 55, 60, 61, 66, 67, 72, 73, 78, 79, 86 e 87.	47-11-3/02	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados	8650-0/99	Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente
			8660-7/00	Atividades de apoio à gestão de saúde (centrais de regulação da saúde)
			8690-9/01	Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana (cromoterapia, shiatsu, dorin e similares)
Q 3 - Centro Comercial Blocos B, lotes 4, 5, 12, 13, 18, 19, 24, 25, 30, 31, 36, 37, 42, 43, 48, 49, 54, 55, 60, 61, 66, 67, 72, 73, 78, 79, 86 e 87.	47-11-3/02	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados	8690-9/02	Atividades de bancos de leite humano
			8690-9/03	Atividades de acupuntura
			8690-9/04	Atividades de podologia
Q 3 - Centro Comercial Blocos B, lotes 4, 5, 12, 13, 18, 19, 24, 25, 30, 31, 36, 37, 42, 43, 48, 49, 54, 55, 60, 61, 66, 67, 72, 73, 78, 79, 86 e 87.	47-11-3/02	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados	8690-9/99	Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente (parteiros, curandeiros e outros)
			88-Q	Serviços de assistência social sem alojamento;
			90-R	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos;
Q 3 - Centro Comercial Blocos B, lotes 4, 5, 12, 13, 18, 19, 24, 25, 30, 31, 36, 37, 42, 43, 48, 49, 54, 55, 60, 61, 66, 67, 72, 73, 78, 79, 86 e 87.	47-11-3/02	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados	91-R	Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental:
			9101-5/00	Atividades de bibliotecas e arquivos
			9102-3/01	Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares
Q 3 - Centro Comercial Blocos B, lotes 4, 5, 12, 13, 18, 19, 24, 25, 30, 31, 36, 37, 42, 43, 48, 49, 54, 55, 60, 61, 66, 67, 72, 73, 78, 79, 86 e 87.	47-11-3/02	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados	9102-3/02	Restauração e conservação de lugares e prédios históricos
			93-R	Atividades esportivas e de recreação e lazer;
			94-S	Atividades de Organizações Associativas.

Q.3 - Centro Comercial Blocos C, lotes 4, 5, 12, 13, 18, 19, 24, 25, 30, 31, 36, 37, 42, 43, 48, 49, 54, 55, 60, 61, 66, 67, 72, 73, 78, 79, 86 e 87.

SETAS - 000022

4713-0/01	Lojas de departamentos ou magazines
4713-0/02	Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines (comércio varejista não especializado sem predominância de gêneros alimentícios em estabelecimentos de pequeno porte que oferecem miudezas, quinilinhas e outras mercadorias variadas)
4721-1/02	Padaria e confeitaria com predominância de revenda
4721-1/03	Comércio varejista de laticínios e frios
4721-1/04	Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes
4722-9/01	Comércio varejista de carnes - açougues
4722-9/02	Peixaria
4723-7/00	Comércio varejista de bebidas
4724-5/00	Comércio varejista de hortifrutigranjeiros
4729-6/01	Tabacaria
4729-6/02	Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência
4729-6/03	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente
4729-6/04	Comércio varejista de lubrificantes
4732-6/00	Comércio varejista de tintas e materiais para pintura
4741-5/00	Comércio varejista de material elétrico
4742-3/00	Comércio varejista de material elétrico
4743-1/00	Comércio varejista de vidros
4744-0/01	Comércio varejista de ferragens e ferramentas
4744-0/02	Comércio varejista de madeira e artefatos
4744-0/03	Comércio varejista de materiais hidráulicos
4744-0/04	Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas
4744-0/05	Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente
4744-0/06	Comércio varejista de pedras para revestimento
4744-0/09	Comércio varejista de materiais de construção em geral
4751-2/01	Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
4751-2/02	Recarga de cartuchos para equipamentos de informática
4752-1/00	Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação
4753-9/00	Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
4754-7/01	Comércio varejista de móveis
4754-7/02	Comércio varejista de artigos de colchão
4754-7/03	Comércio varejista de artigos de iluminação
4755-5/01	Comércio varejista de tecidos
4755-5/02	Comércio varejista de artigos de armário
4755-5/03	Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho
4756-3/00	Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios
4757-1/00	Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação
4759-8/01	Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas
4759-8/99	Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente (vidro, cristal, porcelana, loachia, plástico, metal, madeira, vime, bambu e outros similares - painéis, louças, garrafas térmicas, escovas, vassouras, cabides etc., artigos de cuelelaria, toldos e similares, papel de parede e similares e sistema de segurança residencial não associado a instalação ou manutenção)
4761-0/01	Comércio varejista de livros
4761-0/02	Comércio varejista de jornais e revistas
4761-0/03	Comércio varejista de artigos de papelaria
4762-8/00	Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas
4763-6/01	Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos (brinquedos, jogos - eletrônicos ou não - e artigos recreativos)

SEITAS - 000023

4763-6/02	Comércio varejista de artigos esportivos (equipamentos e materiais esportivos, artigos do vestuário e acessórios especializados para a prática de esportes)
4763-6/03	Comércio varejista de bicicletas e triciclos; peças e acessórios
4763-6/04	Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping
4763-6/05	Comércio varejista de embarcações e outros veículos recreativos; peças e acessórios (embarcações para esporte e lazer, calques, aba deltas, ultraleves, kart, jet ski, veleiros, ... e suas peças e acessórios)
4771-7/01	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas
4771-7/02	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas
4771-7/03	Comércio varejista de produtos farmacêuticos homeopáticos
4771-7/04	Comércio varejista de medicamentos veterinários
4772-5/00	Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
4773-3/00	Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos
4774-1/00	Comércio varejista de artigos de óptica
4781-4/00	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
4782-2/01	Comércio varejista de calçados
4782-2/02	Comércio varejista de artigos de viagem
4783-1/01	Comércio varejista de artigos de joalheria
4783-1/02	Comércio varejista de artigos de relojoaria
4785-7/01	Comércio varejista de antiguidades
4785-7/99	Comércio varejista de outros artigos usados (numismáticas, filatelia, sebo, móveis, utensílios domésticos, materiais de demolição e outros)
4789-0/01	Comércio varejista de souvenirs, bijuterias e artesanatos
4789-0/02	Comércio varejista de plantas e flores naturais
4789-0/03	Comércio varejista de objetos de arte
4789-0/04	Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação (cães, gatos, peixes ornamentais, mordaga, focinheira, caminha, aquários, gaiolas, ração, ... - petshop)
4789-0/05	Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários (detergentes, desinfetantes, fungicidas, inseticidas, desodorizantes, ...)
4789-0/06	Comércio varejista de fogos de artifício e artigos pirotécnicos
4789-0/07	Comércio varejista de equipamentos para escritório
4789-0/08	Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem
4789-0/09	Comércio varejista de armas e munições
4789-0/99	Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente (artigos religiosos, artigos eróticos, funerais, para festas, plantas artificiais, perucas, artigos para bebê, carvão e lenha, redes de dormir, extintores, cartões telefônicos, molduras, quadros,...)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	
33-C Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos;	
49-H Transporte terrestre:	
4923-0/00	Transporte rodoviário de táxi
53-H Correio e outras atividades de entrega;	
56-I Alimentação;	
58-I Edição e edição integrada à impressão;	
62-I Atividades dos serviços de tecnologia da informação;	
63-I Atividades de prestação de serviços de informação;	
64-K Atividades de serviços financeiros;	
65-K Seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde;	
66-K Atividades auxiliares dos serviços financeiros, seguros, previdência complementar e planos de saúde;	
68-L Atividades imobiliárias;	
69-M Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria;	
70-M Atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão empresarial;	
71-M Serviços de arquitetura e engenharia; testes e análises técnicas;	
72-M Pesquisa e desenvolvimento científico;	

X SETAS = 000024

73-M Publicidade e pesquisa de mercado;	
74-M Outras atividades profissionais, científicas e técnicas;	
75-M Atividades veterinárias	
77-N Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos intangíveis não-financeiros:	
77.2 Aluguel de objetos pessoais e domésticos;	
78-N Seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra;	
79-N Agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas;	
80-N Atividades de vigilância, segurança e investigação;	
81-N Serviços para edifícios e atividades paisagísticas;	
82-N Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados principalmente às empresas;	
95-5 Reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação e de objetos pessoais e domésticos;	
96-5 Outras atividades de serviços pessoais:	
9601-7/01 Lavanderias	
9601-7/02 Tinturarias	
9601-7/03 Tóalheiros (aluguel e lavagem de roupas de cama, mesa e banho, de uniformes de trabalho e artigos relacionados)	
9602-5/01 Cabeleiros, manicure e pedicure	
9602-5/02 Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza (depilação, massagem, limpeza de pele, ...)	
9609-2/02 Agências matrimoniais	
9609-2/04 Exploração de máquinas de serviços pessoais acionadas por moeda (fotografia, balança, ...)	
9609-2/05 Atividades de sauna e banhos	
9609-2/06 Serviços de tatuagem e colocação de piercing	
9609-2/07 Alojamento de animais domésticos	
9609-2/08 Higiene e embelezamento de animais	
9609-2/99 Outras atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente (astrologos, videntes, engravatas, mensagens fonadas, sanitários públicos)	
97-T Serviços domésticos.	
INSTITUCIONAL	
59-J Atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão; gravação de som e edição de música;	
85-P Educação:	
85.91-1 Ensino de esportes;	
85.92-9 Ensino de arte e cultura;	
85.93-7 Ensino de idiomas;	
85.99-6 Atividades de ensino não especificadas anteriormente.	
90-R Atividades artísticas, criativas e de espetáculos;	
91-R Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental:	
9101-5/00 Atividades de bibliotecas e arquivos	
9102-3/01 Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares	
9102-3/02 Restauração e conservação de lugares e prédios históricos	
93-R Atividades esportivas e de recreação e lazer	
93.13-1 Atividades de condicionamento físico;	
94-5 Atividades de organizações associativas	
94.91-0 Atividades de organizações religiosas;	
9420-1/00 Atividades de organizações sindicais	
INDUSTRIAL	
10-C Fabricação de produtos alimentícios;	
10-9 Fabricação de outros produtos alimentícios;	
14-C Confeção de artigos do vestuário e acessórios;	
15-C Fabricação de artigos de couro, artigos para viagem e calçados:	
1521-1/00 Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material (couro, tecido, plástico, papelão, madeira)	

Q 3 - Centro Comercial lote D LHS	1529-7/00	Fabricação de artefatos de couro não especificados anteriormente (porta notas, porta documentos, artefatos de selenia e artigos de couro para pequenos animais, correias de transmissão e artigos de couro para máquinas, pulseiras não-metálicas para relógios)
	1531-9/01	Fabricação de calçados de couro
Q 3 - Centro Comercial lote A - ECT	1531-9/02	Acabamento de calçados de couro sob contrato
	1532-7/00	Fabricação de tênis de qualquer material
Q 3 - Lote E Centro Comercial- DTUI	1533-5/00	Fabricação de calçados de material sintético
	1539-4/00	Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente (madeira, tecidos, fibras, borracha e outros)
Q 3 - Lote F Centro Comercial- DAE	1540-8/00	Fabricação de partes para calçados, de qualquer material
	18-C Impressão e reprodução de gravagens	
Q 3 - Lote G Centro Comercial - DFL	21-C Fabricação de produtos farmacêuticos e farmaceuticos.	
	32-C Fabricação de produtos diversos.	
Q 3 - Centro Comercial lote D LHS		
Q 3 - Centro Comercial lote A - ECT	47-G Comércio Varejista:	
	47.61-0	Comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria.
Q 3 - Lote E Centro Comercial- DTUI	COMPLEMENTAR	
	COMERCIAL	
Q 3 - Lote F Centro Comercial- DAE	47-G Comércio Varejista:	
	4721-1/04	Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes:
Q 3 - Lote G Centro Comercial - DFL	4723-7	Comércio varejista de bebidas:
	4729-6/01	Tabacarias;
Q 3 - Lote H Centro Comercial- DFI	47.82-8	Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas;
	4789-0/02	Comércio varejista de plantas e flores naturais.
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		
Q 3 - Lote I Centro Comercial- DFI	56- Alimentação:	
	5611-2/03	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares;
Q 3 - Lote J Centro Comercial- DFI	77-N Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos intangíveis não-financeiros:	
	77.22-5	Aluguel de fitas de vídeo, DVDs e similares;
Q 3 - Lote K Centro Comercial- DFI	82-N Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados principalmente às empresas:	
	8219-9/01	Fotocópias;
Q 3 - Lote L Centro Comercial- DFI		
Q 3 - Lote M Centro Comercial- DFI	8219-9/99	Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente (digitação, plotagem,...);
	INSTITUCIONAL	
Q 3 - Lote N Centro Comercial- DFI	84-0 Administração pública, defesa e segurança social.	
	COMERCIAL	
Q 3 - Lote O Centro Comercial- DFI	47-G Comércio varejista:	
	4711-3/02	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados;
Q 3 - Lote P Centro Comercial- DFI	4712-1/00	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns
	4713-0/01	Lojas de departamentos ou magazines
Q 3 - Lote Q Centro Comercial- DFI	4713-0/02	Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines (comércio varejista não especializado sem predominância de gêneros alimentícios em estabelecimentos de pequeno porte que oferecem misturas, quinquilharias e outras mercadorias variadas)
	4721-1/02	Padaria e confeitaria com predominância de revenda
Q 3 - Lote R Centro Comercial- DFI	4721-1/03	Comércio varejista de laticínios e frios
	4721-1/04	Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes
Q 3 - Lote S Centro Comercial- DFI	4722-9/01	Comércio varejista de carnes - açougues
	4722-9/02	Peixaria
Q 3 - Lote T Centro Comercial- DFI	4723-7/00	Comércio varejista de bebidas
	4724-5/00	Comércio varejista de hortifrutigranjeiros
Q 3 - Lote U Centro Comercial- DFI	4729-6/01	Tabacaria
	4729-6/02	Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência

920600 - 5435

4729-6/99	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente
4732-6/00	Comércio varejista de lubrificantes
4741-5/00	Comércio varejista de tintas e materiais para pintura
4742-3/00	Comércio varejista de material elétrico
4743-1/00	Comércio varejista de vidros
4744-0/01	Comércio varejista de ferragens e ferramentas
4744-0/02	Comércio varejista de madeira e artefatos
4744-0/03	Comércio varejista de materiais hidráulicos
4744-0/04	Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas
4744-0/05	Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente
4744-0/06	Comércio varejista de pedras para revestimento
4744-0/99	Comércio varejista de materiais de construção em geral
4751-2/01	Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
4751-2/02	Recarga de cartuchos para equipamentos de informática
4751-3/00	Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação
4753-9/00	Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
4754-7/01	Comércio varejista de móveis
4754-7/02	Comércio varejista de artigos de colchoaria
4754-7/03	Comércio varejista de artigos de iluminação
4755-5/01	Comércio varejista de tecidos
4755-5/02	Comércio varejista de artigos de armário
4755-5/03	Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho
4756-3/00	Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios
4757-1/00	Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação
4758-8/01	Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas
4759-8/99	Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente (vidro, cristal, porcelana, borracha, plástico, metal, madeira, vime, bambu e outros similares - panelas, louças, garrafas térmicas, escadas domésticas, escovas, vassouras, cabides etc., artigos de cueleira, todos e similares, papel de parede e similares e sistema de segurança residencial não associado a instalação ou manutenção)
4761-0/01	Comércio varejista de livros
4761-0/02	Comércio varejista de jornais e revistas
4761-0/03	Comércio varejista de artigos de papelaria
4762-8/00	Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas
4763-6/01	Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos (brinquedos, jogos - eletrônicos ou não - e artigos recreativos)
4763-6/02	Comércio varejista de artigos esportivos (equipamentos e materiais esportivos, artigos do vestuário e acessórios especializados para a prática de esportes)
4763-6/03	Comércio varejista de bicicletas e triciclos, peças e acessórios
4763-6/04	Comércio varejista de artigos de casa, peça e camping
4763-6/05	Comércio varejista de embarcações e outros veículos recreativos, peças e acessórios (embarcações para esporte e lazer, caiaques, jás deltas, ultraleves, kart, jet ski, veleiros, ... e suas peças e acessórios)
4771-7/01	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas
4771-7/02	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas
4771-7/03	Comércio varejista de produtos farmacêuticos homeopáticos
4771-7/04	Comércio varejista de medicamentos veterinários
4772-5/00	Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
4773-3/00	Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos
4774-1/00	Comércio varejista de artigos de óptica
4781-4/00	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
4782-2/01	Comércio varejista de calçados
4783-7/03	Comércio varejista de artigos de vestuário

4783-1/01	Comércio varejista de artigos de joalheria
4783-1/02	Comércio varejista de artigos de relojoaria
4785-7/01	Comércio varejista de antiguidades
4785-7/99	Comércio varejista de outros artigos usados (numismática, filatelia, selos, móveis, utensílios domésticos, materiais de demolição e outros)
4789-0/01	Comércio varejista de souvenirs, bijuterias e artesanatos
4789-0/02	Comércio varejista de plantas e flores naturais
4789-0/03	Comércio varejista de objetos de arte
4789-0/04	Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação (cães, gatos, peixes ornamentais, mordax, fofinho, camilha, aquários, gaiolas, ração, ... - petshop)
4789-0/05	Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários (detergentes, desinfetantes, fungicidas, inseticidas, desodorizantes, ...)
4789-0/06	Comércio varejista de fogos de artifício e artigos pirotécnicos
4789-0/07	Comércio varejista de equipamentos para escritório
4789-0/08	Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem
4789-0/09	Comércio varejista de armas e munições
4789-0/99	Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente (artigos religiosos, artigos eróticos, funerários, para festas, plantas artificiais, perucas, artigos para bebê, canção e lenha, redes de dormir, extintores, cartões telefônicos, molduras, quadros, ...)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	
33-C Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos;	
49-H Transporte terrestre:	
4923-0/00	Transporte rodoviário de taxi
53-M Correio e outras atividades de entrega;	
56-I Alimentação;	
58-J Edição e edição integrada à impressão;	
62-J Atividades dos serviços de tecnologia da informação;	
63-J Atividades de prestação de serviços de informação;	
64-K Atividades de serviços financeiros;	
65-K Seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde;	
66-K Atividades auxiliares dos serviços financeiros, seguros, previdência complementar e planos de saúde;	
68-L Atividades imobiliárias;	
69-M Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria;	
70-M Atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão empresarial;	
71-M Serviços de arquitetura e engenharia; testes e análises técnicas;	
72-M Pesquisa e desenvolvimento científico;	
73-M Publicidade e pesquisa de mercado;	
74-M Outras atividades profissionais, científicas e técnicas;	
75-M Atividades veterinárias;	
77-M Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos intangíveis não-financeiros;	
77.2 Aluguel de objetos pessoais e domésticos;	
78-M Seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra;	
79-M Agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas;	
80-M Atividades de vigilância, segurança e investigação;	
81-M Serviços para edifícios e atividades paisagísticas;	
82-M Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados principalmente às empresas;	
95-S Reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação e de objetos pessoais e domésticos;	
96-S Outras atividades de serviços pessoais;	
9601-7/01	Lavanderias
9601-7/02	Tinturarias
9601-7/03	Talhoiros (aluguel e lavagem de roupas de cama, mesa e banho, de uniformes de trabalho e artigos relacionados)
9602-5/01	Cabeleiros, manicure e pedicure
9602-5/02	Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza (depilação, massagem, limpeza de pele)

Q 3 - Iotes H e I PL - Posto de Lubrificação e Lavagem	9609-2/02 9609-2/04 9609-2/05 9609-2/06 9609-2/07 9609-2/08 9609-2/99 97-T Serviços domésticos. INDUSTRIAL 10-C Fabricação de produtos alimentícios: 10.9 11-C Fabricação de Bebidas: 1113-5/02 14-C Confeção de artigos do vestuário e acessórios. 15-C Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados: 1521-1/00 1529-7/00 1531-9/01 1531-9/02 1532-7/00 1533-5/00 1538-4/00 1540-8/00 18-C Impressão e reprodução de gravações 21-C Fabricação de produtos farmacêuticos e farmacêuticos. 32-C Fabricação de produtos diversos. OBRIGATORIO COMERCIAL 47-6 Comércio Varejista: 47.3 COMPLEMENTAR 45-G Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas: 4530-7/03 4530-7/05 47-6 Comércio Varejista: 4721-1/04 47.23-7 4729-6/01 4729-6/02 4761-0/01 4761-0/02 47.84-9 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 45-G Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas: 4520-0/05 4520-0/06 56-I Alimentação:	Agências matrimoniais Exploração de máquinas de serviços pessoais acionadas por moeda (fotografia, balança, ...) Atividades de sauna e banhos Serviços de tatuagem e colocação de piercing Alojamento de animais domésticos Higiene e embelezamento de animais Outras atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente (astrologos, videntes, engravates, mensagens fonadas, sanitários públicos) Fabricação de produtos alimentícios: Fabricação de outros produtos alimentícios. Fabricação de cervejas e chopes Fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados: Fabricação de artefatos de couro não especificados anteriormente (porta notas, porta documentos, artefatos de xelaria e artigos de couro para pequenos animais, correias de transmissão e artigos de couro para máquinas, pulseiras não-metálicas para relógios) Fabricação de calçados de couro Acabamento de calçados de couro sob contrato Fabricação de tênis de qualquer material Fabricação de calçados de material sintético Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente (madeira, tecidos, fibras, borracha e outros) Fabricação de partes para calçados, de qualquer material Fabricação de gravações Fabricação de produtos farmacêuticos e farmacêuticos. Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores. Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes; Comércio varejista de bebidas; Tabacaria; Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência; Comércio varejista de livros; Comércio varejista de jornais e revistas. Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP). Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores; Serviços de borracharia para veículos automotores;
---	---	---

Q 6 - Lote 800 Imprensa Nacional	5611-2/03	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares.
OBRIGATORIO INSTITUCIONAL		
84-0 Administração pública, defesa e segurança social.		
85-0 Educação:		
85-1		Educação profissional de nível técnico e tecnológico.
91-R Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental:		
91.01-5		Atividades de bibliotecas e arquivos.
91.02-3		Atividades de museus e de exploração, restauração artística e conservação de lugares e prédios históricos e atrações similares.
INDUSTRIAL		
18-C Impressão e reprodução de gravações.		
COMPLEMENTAR		
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		
56-1 Alimentação:		
5611-2/01		Restaurantes e similares
5611-2/03		Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares
58-1 Edição e edição integrada à impressão:		
58-1 K Atividades de serviços financeiros.		

Observações:

1. Deve ser garantida a existência de, pelo menos, uma das atividades obrigatórias quando discriminadas no quadro de Usos e Atividades Permitidas.
2. Os usos e atividades descritos no Anexo I estão contidos na Tabela de Classificação de Usos e Atividades Urbanas e Rurais do Distrito Federal, publicado no Decreto nº 37.966, de 20 de janeiro de 2017.
3. Aplicam-se subsidiariamente as Notas Explicativas da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE Subclasses versão 2.2, oficialmente editadas pela Comissão Nacional de Classificação - CONCLA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou versão superveniente, no caso de atualização.

SETOR DE INDÚSTRIAS GRÁFICAS - SIG
Anexo II - Critérios de Ocupação

ENDEREÇO	TAXA DE OCUPAÇÃO	AFASTAMENTOS OBRIGATORIOS	COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO	ALTURA DAS EDIFICAÇÕES
Q.1 - Módulos 305 a 1055 Q.2 - Módulos 300 a 590 (obs. 10)	TO: decorrente dos afastamentos Subsolo(s): 100% (obs. 2 e 4)	Frete: 15,00 m Fundos: 10,00 m Laterais: 3,00 m (obs. 3 e 5)	2,0 (obs. 8)	15,00 m (obs. 6 e 7)
Q.2 - Lotes 625 e 668	TO: decorrente dos afastamentos Subsolo(s): 100% (obs. 2 e 4)	Todas as divisas: 1,50 m (obs. 3 e 5)	2,0 (obs. 8)	15,00 m (obs. 6 e 7)
Q.3 Centro Comercial: Lote A - ECT Lote E - DTUI Lote F - DAE Lote G - DFL	TO: 100% Subsolo(s): 100% (obs. 11 e 12)	-	CA Básico: 1,0 CA Máximo: 2,0	6,00 m (obs. 6)
Q.3 - Centro Comercial: Bloco B, Lotes 4, 5, 12, 13, 18, 19, 24, 25, 30, 31, 36, 37, 42, 43, 48, 49, 54, 55, 60, 61, 66, 67, 72, 73, 78, 79, 86 e 87. Q.3 - Centro Comercial: Bloco C, Lotes 4, 5, 12, 13, 18, 19, 24, 25, 30, 31, 36, 37, 42, 43, 48, 49, 54, 55, 60, 61, 66, 67, 72, 73, 78, 79, 86 e 87.	TO = 100% Subsolo(s): 100% (obs. 11 e 12)	(obs. 13)	-	8,00 m (obs. 6)
Q.3 Centro Comercial: Lote D - LRS	TO = 100%	-	1,0	3,50 m (excluída a caixa d'água)
Q.3 - Lotes H e I PLL - Posto de Lubrificação e Lavagem (obs. 16)	Térreo e Sobreloja: 25% Cobertura: de acordo com afastamentos Subsolo(s) optativo(s): decorrente dos afastamentos da edificação	a) Edificação (Frete/fundos: 3,00m e Laterais: 4,00m) b) Cobertura (Fundos: 3,00m e Laterais: 4,00m) c) Pilares e bombas (Frete: 3,00m)	0,25	6,00 m

> (020000) - 59135 <

Q.4 - Lotes 25, 75, 125, 175, 525, 575, 625 e 675	TO = decorrente dos afastamentos Subsolo(s): 100% (obs. 2 e 4)	Frete: 5,00m Fundos: 5,00m Laterais: 3,00m (obs. 3 e 5)	2,0 (obs. 8)	15,00 m (obs. 6 e 7)
Q.4 - Lotes 283, 327, 373, 417	TO = decorrente dos afastamentos Subsolo(s): 100% (obs. 2 e 4)	Frete: 10,00m Fundos: 5,00m Lateral direita: 5,00m (obs. 3 e 5)	2,0 (obs. 8)	15,00 m (obs. 6 e 7)
Q.4 - Lotes 83, 127, 173, 217	TO = decorrente dos afastamentos Subsolo(s): 100% (obs. 2 e 4)	Frete: 10,00m Fundos: 5,00m Lateral esquerda: 5,00m (obs. 3 e 5)	2,0 (obs. 8)	15,00 m (obs. 6 e 7)
Q.6 - Lote 800 Imprensa Nacional	TO = decorrente dos afastamentos Subsolo: 100% (obs. 2 e 4)	Frete: 20,00m Laterais: 3,00 m (obs. 3 e 5)	2,0 (obs. 8)	15,00 m (obs. 6 e 7)
Q.6 - Lote 1100	TO = 100% Subsolo: 100% (obs. 11)	-	2,0	15,00 m (obs. 6)
Q.6 - Lotes 1205 a 1515	TO = 80% Subsolo: 100% (obs. 2 e 4)	Lateral direita: 3,00m (obs. 3 e 5)	2,0 (obs. 8)	15,00m (obs. 6 e 7)
Q.6 - Módulos 2000 a 2240 e 2260 a 2390 (obs. 10)	TO = decorrente dos afastamentos Subsolo: 100% (obs. 2 e 4)	Frete: 10,00m Fundos: 5,00m Laterais: 3,00m (obs. 3 e 5)	2,0 (obs. 8)	15,00m (obs. 6 e 7)
Q.8 - Módulos 2005 a 2235 (obs. 10)	TO = decorrente dos afastamentos Subsolo(s): 100% (obs. 2 e 4)	Frete: 20,00m Fundos: 10,00m Laterais: 3,00m (obs. 3 e 5)	2,0 (obs. 8)	15,00m (obs. 6 e 7)
Q.8 - Lotes ímpares 2267 a 2397 e 2265 a 2395	TO = decorrente dos afastamentos Subsolo(s): 100% (obs. 2 e 4)	Frete: 4,00m Lateral esquerda: 3,00m (obs. 3 e 5)	2,0 (obs. 8)	15,00m (obs. 6 e 7)
Q.8 - Lotes pares 2268 a 2398 e 2266 a 2396	TO = decorrente dos afastamentos Subsolo(s): 100% (obs. 2 e 4)	Frete: 4,00m Lateral direita: 3,00m (obs. 3 e 5)	2,0 (obs. 8)	15,00m (obs. 6 e 7)

3.100000 - QH135, 7

Observações:

- 1) Deve ser determinada uma cota de soleira para cada edificação ou para cada acesso de pedestres à edificação.
- 2) As rampas de acesso à garagem e os poços de iluminação e ventilação do subsolo devem ser desenvolvido dentro dos limites do lote, podem localizar-se nas áreas dos afastamentos obrigatórios. Não é permitida a aplicação da Lei Complementar nº755/2008 para ocupação da área pública.
- 3) É permitida a construção de subestação elétrica na área de afastamento frontal do lote, desde que distante 0,60m desta divisa, podendo incidir sobre o afastamento lateral.
- 4) É permitido cercamento na testada voltada para a via de acesso ao lote. Nesta divisa pode ser construído um cercamento de tipo misto, alvenaria e grade, desde que garantida um mínimo de 70% de transparência visual, de sua área em elevação.
- 5) É permitida a construção de marquise para proteção dos acessos do pavimento térreo, desde que a distância de seu limite (beiral) até a divisa do lote não seja inferior 1,00m.
- 6) Ficam excluídas da altura máxima das edificações caixa d'água e casa de máquinas, cujas alturas são limitadas a 3,00m.
- 7) É permitida a construção de castelo d'água com altura maior do que a altura máxima da edificação, desde que justificada tecnicamente por profissional habilitado, devendo ser respeitados os afastamentos mínimos obrigatórios.
- 8) É permitida a existência de uma unidade residencial para zeladora, com área máxima de 68,00m², computada na taxa máxima de construção.
- 9) É permitida a construção de guarita dentro dos afastamentos mínimos obrigatórios.
- 10) Entende-se por módulo a unidade de 10m de testada, repetitiva, formadora de conjuntos ou quadras. O remembramento desses módulos não necessita de anuência prévia da Coordenação de Preservação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (COPRESB/SEDUH). Os afastamentos mínimos obrigatórios são aplicados à unidade imobiliária resultante da união obrigatória dos seguintes módulos:
 - a) Quadra 01 - Módulos 305 a 1055 - Mínimo de 3 módulos.
 - b) Quadra 02 - Módulos 300 a 590 - Mínimo de 2 módulos.
 - c) Quadra 02 - Módulos 2000 a 2390 - Mínimo de 2 módulos.
 - d) Quadra 06 - Módulos 2000 a 2390 - Mínimo de 2 módulos.
 - e) Quadra 08 - Módulos 2005 a 2235 - Mínimo de 4 módulos.
- 11) É permitida a construção de poço de ventilação para o subsolo em área pública, em até 1,00m, contíguo à divisa frontal do lote.
- 12) O subsolo destina-se apenas a depósitos.
- 13) É obrigatória a previsão de galeria de 3,00m de largura em área pública no terreno (em todas as divisas com área pública) com altura mínima de 3,00m. O subsolo é optativo, sendo permitida a sua construção sob galeria em áreas públicas. É obrigatória a ocupação do 1º pavimento sobre a galeria. A ocupação em área pública é não onerosa.
- 14) O acesso de veículos ao lote deve ser feito pela via principal. Para a quadra 1, o acesso de veículos não pode ser feito pela via EPIG.
- 15) No caso de haver coberturas nas quadras esportivas e piscinas das escolas, a área coberta não será computada na taxa de ocupação e no coeficiente de aproveitamento desde que sejam atendidas as seguintes condições:
 - a) a área coberta não ultrapasse 25% da área do lote, limitada a 3.500m²;
 - b) a altura da cobertura de áreas esportivas e recreativas não ultrapasse 13m, respeitada a altura máxima prevista nas normas de edificação, uso e gabarito em vigor para a edificação;
 - c) a implantação das coberturas das áreas esportivas e recreativas respeite os afastamentos mínimos obrigatórios exigidos para o lote;
 - d) seja respeitada a taxa de permeabilidade do lote exigida na legislação específica, garantido o percentual mínimo de 10% da área do lote onde esta taxa não for determinada na legislação específica.

2330006 - 11 - 0000033
CÂMARA LEGISLATIVA
DISTRITO FEDERAL

e) seja resguardada área mínima para pátio descoberto dentro do lote, obtida pela multiplicação do número de alunos do estabelecimento de ensino, considerada a capacidade do estabelecimento por turno, por 1,50m², com dimensão mínima de 6,00m, que não deve ser computada como área permeável;

f) a área coberta não pode prejudicar a ventilação e iluminação de outras edificações e deve respeitar os parâmetros definidos no Código de Obras e Edificações do

Distrito Federal;

g) seja observado que são permitidas sob as áreas de quadras cobertas apenas, arquibancadas, sanitário, vestiário e depósito de apoio às atividades esportivas.

16) É obrigatória a previsão de, no mínimo, 5 vagas para veículos no caso de existir loja de conveniência. Fica facultada a construção de muros nas divisas laterais e de fundo, com altura máxima de 1,20m. Os muros das divisas laterais deverão ter um afastamento frontal mínimo de 4,00m. É permitida concessão de área pública não onerosa para os acessos aos lotes e para instalação de lavajato, calibrador e gaiola de gás. Nos acessos é vedada a instalação dos equipamentos citados anteriormente. Ao longo da divisa frontal do lote é obrigatória a execução de grade ou solução equivalente, que assegure a correta captação e escoamento das águas servidas.

17) O movimento de terra não pode provocar o afloramento do subsolo da edificação em relação ao perfil natural do terreno, à exceção para projetos habilitados e obras licenciadas.

18) É permitido o remembramento de 2 lotes e/ou módulos do Setor. Os afastamentos mínimos obrigatórios são aplicados na unidade imobiliária resultante. Os demais casos, devem ser analisados pela COPRESB/SEDUH.

19) Para o cálculo de número exigido de vagas para veículos dentro do lote e de área computável devem ser aplicados os dispositivos do Código de Obras e Edificações do DF e seu regulamento, até que se aprove o PPCUB.

20) Embora não haja obrigatoriedade de taxa de permeabilidade, os lotes do setor estão sujeitos à aplicação da Lei Complementar nº 929/2017, no que couber.

19 SET 19 - 000033

22/08/2019

SEI/GDF - 26256611 - Exposição de Motivos



SETAS - 000034

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO
FEDERAL

Exposição de Motivos SEI-GDF n.º 28/2019 - SEDUH/GAB

Brasília-DF, 06 de agosto de 2019

Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal,

Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência a anexa minuta do Projeto de Lei Complementar (26255126) e seus respectivos Anexo I (25891262) e II (25892177), que dispõem sobre a flexibilização de usos e atividades para o Setor de Indústrias Gráficas – SIG, da Região Administrativa Plano Piloto – RA I.

A presente propositura atende à disposição contida no art. 110 da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprovou a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT, que trata da Estratégia de Revitalização de Conjuntos Urbanos em áreas indicadas no Anexo II da referida Lei. Além disso, teve como base a proposta preliminar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB, que se encontra em fase adiantada de elaboração nesta Secretaria.

Ressalta-se que a norma proposta foi submetida à apreciação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Superintendência no Distrito Federal- IPHAN-DF, que por meio do PARECER TÉCNICO N.º 26 /2019 (21064382), em 11/04/2019, aprovou a presente proposta de PLC e fez algumas sugestões em relação à inclusão de usos e atividades.

Cabe salientar que a proposta de Projeto de Lei Complementar do Setor de Indústrias Gráficas - SIG, possibilita a legalização da maioria das atividades que vem sendo instaladas ao longo dos anos naquele Setor, uma vez que estão sendo contemplados, além dos usos e atividades permitidos pelas normas atuais, os usos: industrial, prestação de serviços, comercial e institucional, incluindo diversas classes de atividades, contribuindo para a dinamização do setor, para o cumprimento da função social da propriedade, além de melhorar a conexão com os setores adjacentes, como o Setor de Habitações Coletivas Sudoeste (SHCSW) e a Praça Municipal (PMU).

Merece destaque que a implantação dos novos usos e atividades no SIG, bem como o aumento do potencial construtivo de quatro lotes localizados na Quadra 3, está condicionada à aplicação dos instrumentos urbanísticos das Outorgas Onerosas da Alteração de Uso – ONAL e do Direito de Construir – ODIR.

Cumprе enfatizar, que a proposta legislativa ora submetida à apreciação de Vossa Excelência foi submetida à avaliação prévia do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN, em sua 163ª Reunião Ordinária, tendo sido aprovada por aquele Colegiado por meio da Decisão nº 06/2019.

Da mesma forma, no dia 3/6/2019, a norma proposta foi submetida à apreciação pública por meio de Audiência Pública realizada no âmbito desta Secretaria, conforme publicação do DODF nº 82 de 03/05/2019 (23470192).

Neste contexto, encaminho a referida Minuta de Projeto de Lei Complementar para a apreciação de Vossa Excelência, oportunidade em que renovo minhas expressões de apreço e consideração.

22/08/2019

SEI/GDF - 26256611 - Exposição de Motivos

Respeitosamente,

> SETAS - 000035 <

MATEUS LEANDRO DE OLIVEIRA

Secretário de Estado

A Sua Excelência o Senhor

IBANEIS ROCHA

Governador do Distrito Federal

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Brasília-DF



Documento assinado eletronicamente por **MATEUS LEANDRO DE OLIVEIRA - Matr.2715678**, Secretário(a) de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, em 07/08/2019, às 10:33, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **26256611** código CRC= **8A786A8C**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 13/14 2º andar - Bairro Asa Sul - CEP 70306918 - DF

3214-4101

00390-00000885/2019-09

Doc. SEI/GDF 26256611

Criado por marcia.barbosa, versão 8 por marcia.barbosa em 06/08/2019 19:34:22.

22/08/2019

SEI/GDF - 26132742 - Declaração de Orçamento



SEI - 000036

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

**SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO
DISTRITO FEDERAL**

Coordenação de Orçamento e Finanças

DECLARAÇÃO DE ORÇAMENTO

Em referência a minuta de Projeto de Lei Complementar, para definição dos parâmetros de uso e ocupação do solo para o Setor de Indústrias Gráficas – SIG, da Região Administrativa Plano Piloto – RA I, conforme Doc. SEI nº 25890420, atendendo ao disposto nos incisos I e II do artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, e mediante a informação emitida pela Coordenação de Orçamento e Finanças (26112809), de que não há a expansão da ação governamental e que não acarretará aumento da despesa para esta Secretaria, não necessitando assim da estimativa de Impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, **DECLARO** a adequação orçamentária e financeira para fins de cumprimento do artigo 12, inciso III, do Decreto nº 39.680, de 21 de fevereiro de 2019.

ADRIANA ROSA SAVITE

Subsecretária de Administração Geral



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANA ROSA SAVITE - Matr.273627-6**, Subsecretário(a) de Administração Geral, em 05/08/2019, às 16:59, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= 26132742 código CRC= 03222803.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 13/14 - Bairro Asa Sul - CEP 70306918 - DF

00390-00000885/2019-09

Doc. SEI/GDF 26132742

Criado por josenilda.rocha, versão 3 por adriana.savite em 05/08/2019 16:59:45.

SET165 - 000037

Nº 195, sexta-feira, 1 de maio de 2019

Diário Oficial do Distrito Federal

PÁGINA 55

**COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL
DO DISTRITO FEDERAL**

EXTRATOS DE ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato 8612/2016, publicado no DODF em 25/04/2016. ASSINATURA: CHUVA/2019. ALTERAÇÃO DE CLAUSULAS. PREÇO/VALOR: R\$ 4.024.000,00 (quatro milhões e vinte e quatro mil e setecentos e noventa e sete reais e sete centavos). PRAZO DE VIGÊNCIA: Prolongado por 185 (cento e sessenta e cinco) dias consecutivos. GARANTIA: 5% (cinco por cento) sobre o valor da obra. ASSINANTES: Pela CAESB: Carlos Eduardo Borges Pereira - Presidente. Pela Companhia de Saneamento Ambiental: Paulo Cesar Ribeiro dos Santos - Diretor de Engenharia. Pela TDM CELULAR S/A: Bernard Heske - Gerente Geral. São Paulo, 19 de setembro de 2019.

2º Termo Aditivo ao Contrato 8714/2017, publicado no DODF em 06/09/2017. ASSINATURA: 28/09/2019. ALTERAÇÃO DE CLAUSULAS. PRAZO DE EXECUÇÃO/VIGÊNCIA: Prolongado por 185 (cento e sessenta e cinco) dias. ASSINANTES: Pela CAESB: Fernando Rodrigues Ferreira Leite - Presidente. Pela Companhia de Saneamento Ambiental: Paulo Cesar Ribeiro dos Santos - Diretor de Engenharia. Pela TDM CELULAR S/A: Bernard Heske - Gerente Geral. São Paulo, 19 de setembro de 2019.

3º Termo Aditivo ao Contrato 8914/2018, publicado no DODF em 07/06/2018. ASSINATURA: 28/09/2019. ALTERAÇÃO DE CLAUSULAS. PRAZO DE EXECUÇÃO/VIGÊNCIA: Prolongado por 90 (noventa) dias. PREÇO/VALOR: R\$ 208.165,40 (duzentos e oito mil e sessenta e seis reais e quarenta e cinco centavos). ASSINANTES: Pela CAESB: Carlos Eduardo Borges Pereira - Presidente. Pela Companhia de Saneamento Ambiental: Paulo Cesar Ribeiro dos Santos - Diretor de Engenharia. Pela TDM CELULAR S/A: Bernard Heske - Gerente Geral. São Paulo, 19 de setembro de 2019.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 092.001/09/2019. OBJETO: Registro de preços para aquisição de peças e acessórios para substituição das peças. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Desconto. VALOR ESTIMADO: R\$ 4.884.290,00. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UO: 22.202. PROGRAMA DE TRABALHO: 12.122.600.1/17-6477. NATUREZA DE DESPESA: 33.90.30. Código de Aplicação: 12.403.402.200.4. FONTE DE RECURSO: Recursos Próprios. CÓDIGO: 11.101.000.000.1. ENTREGA: 30 dias. VIGÊNCIA: 365 dias. ABERTURA: 21/05/2019, às 09 horas no site www.compras.gov.br (UASG: 074309). INFORMAÇÕES: O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site: www.caesb.df.gov.br - menu Licitações, a partir da data 03/05/2019. Fone: (61) 3213-7233. E-mail: licitacao@caesb.df.gov.br. PAULO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS - Proprietário

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 092.001/09/2019. OBJETO: Registro de preços para aquisição de peças e acessórios para substituição das peças. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Desconto. VALOR ESTIMADO: R\$ 5.203.975,00. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UO: 22.202. PROGRAMA DE TRABALHO: 12.122.600.1/17-6477. NATUREZA DE DESPESA: 33.90.30. Código de Aplicação: 12.403.402.200.4. FONTE DE RECURSO: Recursos Próprios. CÓDIGO: 11.101.000.000.1. ENTREGA: 30 dias. VIGÊNCIA: 365 dias. ABERTURA: 21/05/2019, às 09 horas no site www.compras.gov.br (UASG: 074309). INFORMAÇÕES: O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site: www.caesb.df.gov.br - menu Licitações, a partir da data 03/05/2019. Fone: (61) 3213-7233. E-mail: licitacao@caesb.df.gov.br. PAULO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS - Proprietário

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 092.001/09/2019. OBJETO: Registro de preços para aquisição de peças e acessórios para substituição das peças. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Desconto. VALOR ESTIMADO: R\$ 5.203.975,00. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UO: 22.202. PROGRAMA DE TRABALHO: 12.122.600.1/17-6477. NATUREZA DE DESPESA: 33.90.30. Código de Aplicação: 12.403.402.200.4. FONTE DE RECURSO: Recursos Próprios. CÓDIGO: 11.101.000.000.1. ENTREGA: 30 dias. VIGÊNCIA: 365 dias. ABERTURA: 21/05/2019, às 09 horas no site www.compras.gov.br (UASG: 074309). INFORMAÇÕES: O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site: www.caesb.df.gov.br - menu Licitações, a partir da data 03/05/2019. Fone: (61) 3213-7233. E-mail: licitacao@caesb.df.gov.br. PAULO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS - Proprietário

CONSELHO DE CONSUMIDORES DA CAESB

**HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DO FÓRUM PARA ESCOLHA DOS MEMBROS
DAS CATEGORIAS INDUSTRIAL E RURAL**

A CAESB torna público o resultado do Fórum para escolha dos membros do Conselho de Consumidores das categorias Industrial e Rural, realizado em 22/04/2019, conforme está disponível no site da Companhia, em conformidade com a Resolução ADASA nº 09 de 13 de julho de 2018. O resultado e todos os documentos pertinentes ao Fórum estão disponíveis no site da Companhia: <http://www.caesb.df.gov.br/portal/licitacoes/comunicacoes>.

EDUARDO ROMUALDO SOARES
Secretário Executivo do Conselho

**SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
URBANO E HABITAÇÃO**

1º AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, convoca a população para a Audiência Pública de apresentação do minuta do Projeto de Lei Complementar - PLC, que define parâmetros de uso e ocupação do solo para o Setor de Indústrias Gráficas - SIG, localizado na Região Administrativa Plano Piloto - RA I, e dá outras providências. A AUDIÊNCIA PÚBLICA será realizada no dia 19 de junho de 2019, às 18 horas, no sala de reuniões (2º andar) da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH, localizada no endereço SCS Quadra 08 Bloco "A". A minuta do PLC encontra-se disponível para consulta no site eletrônico da SEDUH: <http://www.seduh.df.gov.br/audencias-publicas>.

DO REGULAMENTO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.seduh.df.gov.br/audencias-publicas>.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A Audiência Pública refere-se à (com a finalidade de discutir) proposta do Projeto de Lei Complementar que define parâmetros de uso e ocupação do solo para o Setor de Indústrias Gráficas - SIG, da Região Administrativa Plano Piloto - RA I.

Art. 2º Este regulamento define o procedimento que será adotado para o andamento da Audiência Pública.

1º A Audiência Pública possui caráter consultivo e terá o objetivo de discutir, registrar critérios e contribuições da população com vistas a demonstrar, conferir transparência e assegurar a participação popular.

2º A Audiência Pública terá acesso livre a qualquer pessoa, bem como nos meios de comunicação.

3º A Audiência Pública será registrada por gravação de áudio, o material produzido comporá o histórico do processo.

Art. 3º O público presente deverá assinar lista de presença, que conterá:

I - nome legível, endereço, endereço eletrônico (e-mail) e telefone;

II - a entidade pública ou privada a que pertencer e;

III - assinaturas.

Parágrafo único: A lista de presença ficará disponível durante toda a sessão na recepção do evento.

CAPÍTULO II

DA CONDUÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Art. 4º A Audiência Pública será conduzida pelo Presidente da mesa e equipe técnica da SEDUH, responsáveis pelo planejamento da Audiência Pública, os quais comporão a mesa.

Parágrafo único: O Presidente da mesa da Audiência Pública terá designado pelo Secretário do Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação.

Art. 5º São prerrogativas do Presidente:

I - designar a apresentação dos objetivos e regras de funcionamento da audiência, ordenando a ordem das manifestações;

II - decidir sobre a pertinência das intervenções orais;

III - decidir sobre a pertinência das questões formuladas além do escopo da proposta da Audiência Pública;

IV - dispor sobre a interrupção, suspensão, prorrogação ou postergação da sessão, bem como, na reabertura ou continuação, quando o regular conveniente, de ofício ou a pedido de algum participante;

V - alongar o tempo das intervenções, quando considerar necessário;

Art. 6º A Assessoria Técnica do Órgão Colegiado ou apoio à condução da Audiência Pública não tem atribuições:

I - interferir na pertinência de serem ou não feitas as intervenções;

II - controlar o tempo das intervenções orais;

III - fornecer apoio ao Presidente e integrantes da mesa;

IV - a guarda da documentação produzida na audiência.

CAPÍTULO III

DOS PARTICIPANTES

Art. 7º Será considerado participante da Audiência Pública qualquer cidadão ou entidade, sem distinção de qualquer natureza, interessado em contribuir com a discussão sobre a desatualização de áreas públicas para criação de unidades habitacionais no Gama.

Art. 8º São direitos dos participantes:

I - manifestar livremente sobre as questões tratadas no âmbito da Audiência Pública, respondendo as perguntas previstas neste Regulamento;

II - debater as questões tratadas no âmbito da audiência pública;

Art. 9º São deveres dos participantes:

I - registrar o Regulamento desta Audiência Pública;

II - respeitar o tempo estabelecido para intervenção e o orden de inserção;

III - manter o respeito e a civilidade em relação aos participantes da audiência e aos organizadores;

Art. 10. Participantes, sugeridos ou recomendados aos participantes no Processo de seleção, poderão, por meio de inscrições orais ou por escrito em formulários específicos, disponibilizados no momento do evento.

Art. 11. E condição para a participação nos debates é a prévia inscrição para a organização do evento durante a Audiência Pública. Parágrafo único: A ordem de inserção determinará a sequência dos debates.

CAPÍTULO IV

DA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA

Art. 12. A Audiência Pública será a seguinte ordem:

I - leitura do regulamento e regras de funcionamento da audiência;

II - apresentação;

III - exposição resumida de conteúdos da proposta;

IV - debate oral;

V - encerramento.

Art. 13. Nos debates as perguntas recebidas serão respondidas pela Coordenação ou técnicos, conforme sua disponibilidade, a critério da Secretaria.

Art. 14. Para os debates orais, a manifestação dos participantes deverá seguir o ordem de inserção e responder no seguintes tempos de duração: 4 minutos, quando se tratar de representante de entidades, duração de 2 minutos no caso de manifestações individuais. Parágrafo único: O Presidente poderá, após consultado aos participantes, aumentar o tempo disponível para exposição oral, a depender do número de inscrições e do tempo restante para o final da audiência, sendo-lhe facultado reduzi-lo posteriormente, pelas mesmas razões.

Art. 15. Os integrantes da mesa se manifestarão de forma concisa e direta em relação às intervenções orais e escrita dos participantes.

Art. 16. Durante a Audiência Pública, serão permitidas filmagens gravadas em outras formas de registro pelas participações do evento.

Art. 17. A Audiência Pública, assim como suas deliberações, será registrada em áudio, anexada à proposta a ser aprovada e publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e no site da SEDUH, link da Audiência Pública no portal eletrônico de 30 dias (trinta) dias, contados de sua realização, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 3.081, de 11 de março de 2013.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. As opiniões, sugestões, críticas ou intervenções emitidas durante a Audiência Pública (com caráter consultivo e não-votativo, destinando-se à motivação do Executivo Distrital, quando da tomada das decisões em face dos debates realizados, bem como edito pelo princípio de transparência e assegurar a participação popular, na forma da lei, no contexto dos interesses públicos.

MATEUS LEANDRO DE OLIVEIRA

Secretário de Estado

Documento assinado eletronicamente conforme MP nº 2.204-2 de 24/04/2019, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

[illegible][illegible]SECRETARIA DE ESTADO DE
OBRAS E INFRAESTRUTURA

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 105, parágrafo único, incisos I III e V da Lei Orgânica do Distrito Federal, e na art. 2º, parágrafo único do art. 7º do § 1º do art. 9º da Constituição de 2002, e considerando o disposto no Decreto nº 39.768, de 09 de abril de 2019, resolve:

Art. 1º Esta Portaria institui as ações e os procedimentos de correção administrativa realizados pela Assessoria de Correção – ASCOR, no âmbito do Sistema de Gestão Integrada à Organização Administrativa e Infraestrutura da Diretoria Federal – SODIF.

Art. 2º As ações da Assessoria de Correção – ASCOR dos envolvidos em atos ilegais, irregulares ou ilícitos praticados por servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e nos municípios pertencentes ao regime jurídico de Direito Público, sob a forma de denúncia, serão submetidos para análise e decisão nº 39.768, de 09 de abril de 2019, que altera a estrutura administrativa da Secretaria de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal, e suas alterações.

Art. 3º A Lei nº 4.938, de 19 de setembro de 2012, que dispõe sobre o Sistema de Correção do Distrito Federal – SICORDEF.

Art. 4º – No Decreto nº 37.096, de 02 de dezembro de 2016, que define procedimentos para atuação em casos de corrupção, no âmbito do Poder Executivo do Distrito Federal e altera o inciso III, do § 1º do art. 4º e o art. 122, alínea do Decreto nº 22.598, de 14 de dezembro de 2010, o qual reorganiza a estrutura do SICORDEF.

Art. 5º – A Lei nº 4.938, de 19 de setembro de 2012, de Controle-Geral do Distrito Federal – CGDF, que estabelece normas de instauração, organização e processamento de processos de responsabilidade no âmbito do Poder Executivo do Distrito Federal.

Art. 6º – A Instrução Normativa nº 1.000, de 14 de julho de 2016, do Controlador-Geral do Distrito Federal – CGDF, que estabelece os procedimentos de atuação no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Distrito Federal.

Art. 7º – No Decreto nº 31.301, de 28 de abril de 2019, que estatui os modos de boas práticas governamentais e o processo de avaliação de desempenho institucional.

Art. 8º – No Decreto nº 39.773, de 29 de março de 2019, que dispõe sobre a Política de Governança Pública e Compliance no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Funcional do Poder Executivo do Distrito Federal.

Art. 9º A Assessoria de Correção está anexa à subordinação hierárquica do Controlador-Geral do Distrito Federal – CGDF, devendo observar a normatização, a sistematização e a padronização das procedimentos administrativos, relativos às atividades de investigação, identificação, reconhecimento, ordenação e encaminhamento de decisões judiciais relativas a infrações disciplinares decorra ser feita pela Assessoria de Correção.

Art. 10º Os Procedimentos Investigativos Preliminares – IIP, as atividades das Comissões Permanentes de Inquérito – CPI, as Atividades de Monitoramento e Avaliação de Desempenho Institucional – ADI, e demais procedimentos concernentes realizados no âmbito da Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal serão realizados sob supervisão da ASCOR.

Art. 11º Os procedimentos concernentes serão produzidos pelo Conselho Superior de Controle de Gestão do Distrito Federal – COSCORG.

Art. 12º Os dados e informações relacionados às investigações Preliminares, Sindiciais, Processuais e Administrativas, Trazidas para Foco, e demais procedimentos de correção decorrentes desta Portaria, estarão disponíveis com relação às atividades da Assessoria de Correção é dada somente.

Art. 13º As denúncias, atas, portarias aplicadas e os atos de correção que se encontrarem no tipo de documento, deverão ser publicados no Diário Oficial do Distrito Federal.

Art. 14º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
URBANO E HABITAÇÃO

CONSELHO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL

ATA DA 163ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE PLANEJAMENTO

[illegible]

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.206-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

- SETAG - (XXXX40) -

Nº 151, segunda-feira, 12 de agosto de 2019

Diário Oficial do Distrito Federal

PÁGINA 15

[illegible][illegible]

MATEUS LEANDRO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado
Presidente em exercício

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E
SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHO N.º 117, DE 08 DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL, em uso de atribuições regimentais, conforme o disposto no § 6º, artigo 89 do Regulamento Interno da Adesa, inciso IV da Lei Distrital nº 2.824 de 07 de dezembro de 2009, artigos 56 e 53 da Lei nº 9.784, de 3 de janeiro de 1999, e considerando:

a) Perfil de qualidade fornecido pela empresa Virpro Planalto Ltda., em face da localização geográfica e características físicas e químicas das águas captadas e tratadas;

b) Decisão emanada pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB, que definiu o valor máximo em R\$ 1.452,00, por m³, para o tratamento e quantidade de água distribuída aos consumidores;

c) Resolução ANEP Nº 02/06-2007, de 17/07, e suas atualizações emitidas nos termos do Preceito SEI Nº 00197-006-2007/2019-SU, relativo ao controle de perfis de qualidade fornecidos pela empresa Virpro Planalto Ltda. - VPLAN, nas regiões administrativas de Brasília e Gama;

Pelo exposto, resolve-se autorizar a distribuição de água potável pelo Distrito Federal.

GABRIEL SALLES

PAULO SALLES

DISPACHO Nº 118 DE 05 DE AGOSTO DE 2019

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL, em ato das autoridades que lhe compete o art. 27, inciso I da Lei nº 2.885, de 26 de dezembro de 2000, Puntada Adida nº 231, de 26 de setembro de 2018, de acordo com deliberação de Diretoria Colegiada, e que consta em nome do Processo SEJ nº 2018-00000000232018-13, resolve: aprovar o Plano de Trabalho, Missão e Resultados em Coordenação de Qualidade - COQUA, sob a direção da Superintendência de Recursos Humanos - SRH, para o período compreendido de 2018 a 2025.

PAULO CALLES

SECRETARIA DE ESTADO DE ATENDIMENTO À
COMUNIDADE

PORTARIA Nº 1 DE 04 DE AGOSTO DE 2019

O Sistema SFI denominado SÉCIA/ATENDIMENTO é a única providência.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ATENDIMENTO À COMUNIDADE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais previstas Decreto 39.448 de 31 de janeiro de 2019 e tendo em vista o disposto no art. 14 do Decreto Nº 39.236, de 28 de março de 2019, resolve: emitir a seguinte Portaria:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1.º Fica criado no âmbito da Secretaria de Estado de Atendimento à Cidadania o Subgrupo no Sistema SEI SEAC/ATENDIMENTO para o qual deverão ser encaminhados todos os procedimentos referentes aos atendimentos de cidadãos, sejam os atuando nesta SEAC, sejam aqueles e não encaminhados pela Governadoria.

Parágrafo Único. – Encerrado o disposto acima os presentes que estão sob as reservas da Comissão Provisória de Análise dos Assentamentos à Comunidade, instituída pela Portaria n. 91/2014, Publicadas ODOF em 05/05/2014 e, após uma vigência estabelecida, todos os processos existentes serão transmitidos para uma Unidade.

Art. 2º Todos os servidores da SEAC terão acesso ao subgrupo SEI: SEAC-ATENDIMENTO.

Art. 4º Uma das formas de resposta aos atendidos será por meio do endereço eletrônico atendimento@seal.org.br.

SEVERINO CAIAZEIRAS DE SOUSA OLIVEIRA

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24.08.2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico: <http://www.is.gub.br/antimicrobico.html>
ou no número 0201 751001/200015

22/08/2019

SEI/GDF - 26017834 - Nota Técnica



> SETAS - 006041 <

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

**SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO
FEDERAL**

Coordenação de Preservação

Diretoria de Preservação

Nota Técnica SEI-GDF nº 1/2019 - SEDUH/SUGEST/COPRESB/DIPRE

Brasília-DF, 01 de agosto de 2019

Trata o processo administrativo SEI-GDF nº 00390.00000885/2019-09 relativo ao Projeto de Lei Complementar que define parâmetros de uso e ocupação do solo para o Setor de Indústrias Gráficas – SIG, da Região Administrativa Plano Piloto – RA I.

Em 11 de março de 2019 o gabinete encaminhou, por meio do Memorando SEI-GDF Nº 1/2019 - SEDUH/GAB/ASSESP, a esta Diretoria, a proposta de minuta de Lei Complementar (19231878) e os Anexos I (19233115) e II (19233259).

A análise desta Diretoria foi realizada, principalmente, com base na proposta de minuta do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB, que se encontra em fase avançada de elaboração, como é possível acompanhar pelo sítio eletrônico disponibilizado pela Secretaria. A última versão da minuta foi apresentada à Câmara Técnica do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - CONPLAN na 37ª reunião, que ocorreu em 23/08/2018. O mesmo texto da minuta foi encaminhado para análise e manifestação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Superintendência no Distrito Federal- IPHAN-DF. As discussões com a Câmara Técnica foram encerradas em 2018 com a 54ª reunião, que ocorreu no dia 03/12/2018.

Foram considerados, também, nesta análise os debates decorrentes da apresentação da minuta na Câmara Técnica, as avaliações e revisões internas realizadas pelo corpo técnico e os dois estudos realizados por esta Secretaria. Além de verificar a compatibilidade da proposta com as normas vigentes, especialmente, com as normas de proteção incidentes sobre o Conjunto Urbanístico de Brasília.

O primeiro estudo considerado foi desenvolvido pela Diretoria do Conjunto Urbano Tombado – DCT/SUPLAN/SEDUMA, em 2010, em atendimento à demanda surgida à época e que tratou sobre a revisão dos usos e atividades permitidos para o SIG sob o título “Setor de Indústrias Gráficas - Extensão das Atividades” (19543689). Neste, verificou-se que a proximidade com o centro urbano de Brasília e a consolidação do Setor Sudoeste contribuíram para a instalação de atividades diversas daquelas permitidas para o setor. Como conclusão deste estudo foram destacados os seguintes itens:

“(…)O presente estudo não permite alteração do potencial construtivo no SIG. As novas NGBs detalharão a ocupação da coberta já admitida nas NGBs atuais. Estabeleceremos parâmetros de afastamento e excluiríamos a ocupação já admitida da altura máxima. Usos diversificados, porém mantem-se a proibição do uso residencial (recomendação do IPHAN e do MPDFT. Citar ata). Este estudo será complementado por avaliação do impacto sobre o tráfego e questionamentos sobre pagamento de outorga onerosa pela extensão dos usos. Espera-se que a diversificação dos usos traga maior dinamismo para o setor, provoque melhoria dos espaços públicos e ofereça maior conforto aos usuários.” (Setor de Indústrias Gráficas - Extensão das Atividades).

O segundo estudo foi realizado em 2015, pela Diretoria de Estudos de Impacto e de Pós-ocupação (19543828), na estrutura da Secretaria de Gestão do Território e Habitação - Segeth. Teve como objetivo o estabelecimento da metodologia para análise da pós-ocupação dos parcelamentos urbanos, no intuito de desenvolver instrumento de controle e monitoramento. O SIG foi escolhido para este estudo devido ao fato de ser um setor implantado contemporaneamente ao Plano Piloto, ter mais de noventa por cento dos lotes já ocupados, ter uso original previsto bastante específico em contraponto com a diversidade de usos em funcionamento no setor, a despeito da norma urbanística vigente. A conclusão decorrente desta primeira etapa evidenciou que a ocupação que ocorreu ao longo dos anos comprometeu, principalmente, o zoneamento de uso previsto inicialmente.

22/08/2019

SEI/GDF - 26017834 - Nota Técnica

Após análise da primeira versão do PLC do SIG, foi elaborado Parecer Técnico SEI-GDF n.º 1/2019 - SEDUH/COPRESB/DIPRE (19577848), que concluiu que a flexibilização e ampliação dos usos propostos pelo PLC estavam de acordo com a proposta de minuta de lei do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB e com os estudos realizados por esta Secretaria.

Sugeriu-se que fossem realizados os seguintes ajustes e complementações:

- incluir a atividade “41- F Construção de Edifícios” classificada como uso Prestação de Serviços, pois foi constatado pelo grupo técnico que se trata de atividade pertinente com as demais propostas;
- excluir a atividade “92-R Atividades de exploração de jogos de azar e apostas em Prestação de Serviços”, que embora tenha sido avaliada tecnicamente como atividade que guarde pertinência com os demais do setor, não possui respaldo legal para sua instalação imediata;
- excluir a subclasse “96.03-3 Atividades funerárias e serviços relacionados”, pois esta subclasse foi direcionada para setores que admitem a instalação de hospitais e de cemitérios;
- atualizar a nomenclatura referente à subclasse “96.03-3 Atividades funerárias e serviços relacionados”, excluindo o termo: “manipulação de cadáver”, porque na Tabela de Classificação de Usos e Atividades Urbanas e Rurais do Distrito Federal esta atividade foi descrita sem este termo;
- individualizar e manter os usos e atividades para o lote D da quadra 3 – LRS, como está previsto na planilha do PPCUB;
- incluir a atividade 84-O Administração pública, defesa e seguridade social e a subclasse 47.61-0 Comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria do uso comercial, para o lote da Quadra 6 – Lote 800, Imprensa Nacional;
- retirar os termos “Obrigatório” e “Complementar” definidos para os lotes da Quadra 3 – Lote A – ECT, Lote E - DTUI, Lote F - DAE e Lote G – DFL;
- incluir os lotes 2387, 2388, 2397 e 2398 da Quadra 8, que foram suprimidos por meio do Decreto nº 7.698, de 27 de setembro de 1983, mas que foram mantidos, posteriormente, pelo Decreto nº 21.156, de 26 de abril de 2000.

Os termos “apenas” e “exceto” geraram dificuldade no entendimento das planilhas do PPCUB. O Anexo I foi atualizado com as sugestões citadas acima e retirando os termos “apenas” e “exceto”.

Embora havia verificação de ocorrência de uso residencial em alguns lotes do setor, não foi recepcionado no Projeto de Lei encaminhado, acompanhando a conclusão do estudo desenvolvido em 2010 (Setor de Indústrias Gráficas - Extensão das Atividades/2010).

No intuito de complementar e orientar a aplicação do ANEXO II, em relação aos parâmetros urbanísticos não contemplados na tabela, visando ao processo de licenciamento de obras, sugeriu-se que fossem anotadas as seguintes informações:

- A taxa de ocupação definida para os lotes, na qual há definição do termo “corpo”, este diz respeito à parte da edificação que aflora em relação ao perfil natural do terreno;
- Para o cálculo de número exigido de vagas para veículos dentro do lote e de área computável devem ser aplicados os dispositivos do Código de Edificações do DF e seu regulamento, até que se aprove o PPCUB;
- Embora não haja obrigatoriedade de taxa de permeabilidade, os lotes do setor estão sujeitos à aplicação da Lei Complementar nº 929/2017, no que couber.

Com relação aos instrumentos de política urbana incidentes sobre os lotes do setor, coube a aplicação da Outorga Onerosa do Direito de construir – ODIR, para os lotes Q 3 Lote A – ECT, Lote E DTUI, Lote F – DAE e Lote G – DFL, para os quais há a previsão de coeficiente básico e máximo.

Quanto à incidência de Outorga Onerosa da Alteração de Uso - ONALT, o PPCUB propôs que sua aplicação fosse tratada à semelhança da Lei de Uso e Ocupação do Solo do DF - LUOS. Por esse

22/08/2019

SEI/GDF - 26017834 - Nota Técnica

motivo foi sugerida a inclusão dos art. 111 ao 114 da minuta do PPCUB, caso fosse pertinente, na proposta de PLC do SIG.

Ainda neste Parecer foi solicitado que fossem realizadas consultas às concessionárias de serviços públicos para avaliação das redes existentes e projetadas, frente à nova demanda proposta pelo PLC do SIG. Além disso, que fosse elaborado estudo urbanístico para proporcionar espaços de convívio, qualificar as calçadas, visando o desenho universal aplicado aos passeios públicos, além de verificar a possibilidade de aumento de vagas de estacionamento na área pública.

Os ajustes foram realizados no PLC do SIG (19793850), Anexos I (19794887) e II (19796011).

Em 20/3/2019 foi enviado Ofício SEI-GDF Nº 459/2019 – SEDUH/GAB ao IPHAN no Distrito Federal (19955203), no intuito de submeter à apreciação a minuta de Projeto de Lei Complementar e seus Anexos I e II, que dispõem sobre a flexibilização dos usos e das atividades hoje permitidas para o Setor de Indústrias Gráficas – SIG, na Região Administrativa Plano Piloto – RA I.

A resposta do IPHAN/DF foi dada por meio do PARECER TÉCNICO N.º 26 /2019 (21064382), em 11/04/2019, a qual aprovou a proposta do PLC do SIG e fez algumas sugestões em relação à inclusão de usos e atividades.

Os ajustes solicitados no Anexo I, Usos/Atividades Permitidas, foram:

- O código 93-R aparece duas vezes na lista referente às quadras 1, 2, 4, 6 e 8, inserido nos usos “prestação de serviços” e “institucional”; no primeiro, aparece de forma restritiva (apenas algumas atividades desse uso); esclarecer/corrigir, mantendo preferencialmente aquele que não possui restrições, de forma a admitir atividades de condicionamento físico (como academias de condicionamento físico e crossfit), comuns no setor;
- Quadra 3, centros comerciais B e C: sugerimos eliminar a classificação “obrigatório” e “complementar”, como já foi feito com os demais lotes da quadra, exceto LRS e posto de combustíveis;
- Quadra 6, Lote 800: considerar como “uso obrigatório” apenas 84-O – Administração pública, defesa e seguridade social, transferindo os demais para “complementares”. Da forma como está, ao classificar museus e arquivos como “usos obrigatórios”, a lei cristalizaria os usos existentes nesse lote da União, impedindo que a Imprensa Nacional e seu museu possam sair dali para dar lugar a outros órgãos públicos, o que seria uma interferência indevida na gestão que a União faz de seu patrimônio imobiliário.
- Em alguns casos, subdivisões da mesma classe de usos foram grafadas sem o recuo, podendo gerar erros de interpretação.

Os ajustes solicitados no Anexo II, Critérios de Ocupação, foram:

- Quadra 3, lotes A, E, F e G: considerar TO: 100% (ao invés de "TO: decorrente dos afastamentos"), uma vez que não estão definidos afastamentos para esses lotes;
- Quadra 4, lotes 283, 327, 373, 417: considerar CA: 2,0, repetindo a NGB 52/88, como nos demais casos (o campo está em branco).

Foi elaborado o Parecer SEI-GDF nº 8/2019 - SEDUH/SUGEST/COPRESB/DIPRE (21258391) que concluiu pelo atendimento à inclusão de usos e atividades, exceto o uso residencial (do tipo misto) e a atividade de alojamento (hotel e flat).

Em 23/04/2019 foi solicitada a complementação ao Parecer SEI-GDF nº 8/2019- SEDUH/SUGEST/COPRESB/DIPRE, com a inclusão da atividade 56-I - Alimentação / 5611-2/01 - Restaurantes e similares / 5611-2/03 - Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares para o lote 800 da Q 6 (Imprensa Nacional).

Os Anexos I (21340567) e II (21258175) foram, novamente, ajustados para atender às solicitações.

22/08/2019

SEI/GDF - 26017834 - Nota Técnica

Em 22/04/2019 foi solicitada a realização da audiência pública para aprovação do PLC do SIG.

No dia 3/6/2019, ocorreu nesta Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH-DF), a audiência pública do projeto de Lei Complementar, conforme 1º Aviso de Convocação para Audiência Pública, marcada por meio da publicação do DODF nº 82 de 03/05/2019 (23470192).

Foi elaborado o Parecer Técnico SEI-GDF n.º 4/2019 - SEDUH/SUGEST/COPRESB/DIPRE (24286892), para análise do resultado da audiência pública. A comunidade participou fazendo elogios, sugestões, questionamentos e complementações ao PLC que resultaram em algumas demandas. Como resultado da análise das demandas, decorreram as seguintes propostas de alterações no texto da minuta do PLC e no Anexo II:

Texto da minuta do PLC do SIG

No art. 2º §5º, em relação às exceções propostas para a aplicação da Outorga Onerosa de Alteração de Uso no Distrito Federal – ONALT, concluímos que não havia motivos para se incentivar algumas atividades (como 85.1, 85.91-1, 85.92-9, 86.5, 86.9, 91.0), uma vez que o setor já se encontra em pleno processo de transformação. Então, foi sugerida a supressão deste parágrafo.

Anexo II (Critérios de Ocupação)

Houve a solicitação para ocupação total do subsolo: atualmente, a NGB 52/88 (Quadras 1, 2, 4, 6 e 8) define que caso o subsolo destine-se apenas a depósitos e/ou garagem poderá ocupar até 100% da área do lote. Quando o subsolo se destinar a outras atividades deve respeitar os afastamentos mínimos obrigatórios. Entende-se que caso o projeto arquitetônico tenha atividades no subsolo, que não seja de garagem, estes serão considerados no cálculo do coeficiente de aproveitamento. Concluiu-se que a permissão de ocupar 100% do subsolo não representaria ganho em área construída, porque a garagem já era permitida ocupar a totalidade do subsolo. Além disso, a norma atual não exigia taxa mínima de permeabilidade. Portanto, entendeu-se pelo atendimento do pleito.

Em relação aos usos e atividades propostos no Anexo I, não houve sugestão de alteração, apenas pedidos de esclarecimentos.

Em decorrência dos questionamentos realizados pela comunidade, foi realizado estudo interno (24286659) para verificar a possibilidade de atendimento à quantidade mínima de vagas de veículos, dentro do lote, exigida pelo Código de Obras e Edificações do DF. Como resultado desse estudo, foram sugeridas algumas alterações no PLC, permitindo:

- o remembramento de dois lotes em todo o Setor, sem que seja necessária a avaliação prévia desta Coordenação de Preservação (neste caso, os afastamentos mínimos obrigatórios são aplicados à unidade imobiliária resultante);
- o remembramento dos módulos cuja modulação mínima esteja descrita na observação 10, sem que seja necessária a avaliação desta Coordenação de Preservação (neste caso, os afastamentos mínimos obrigatórios são aplicados à unidade imobiliária resultante);
- a construção de mais de um subsolo para todos lotes e módulos;
- a taxa de ocupação do subsolo igual a 100% para todos os lotes.

Além disso, foi verificado na norma vigente que apenas os lotes 2265 a 2395 da quadra 8 têm a taxa de ocupação igual a 70% e que para os demais lotes da Quadra 8 (lotes ímpares 2267 a 2397, lotes pares 2268 a 2398 e 2266 a 2396) a taxa de ocupação era decorrente dos afastamentos.

Após realização de algumas simulações, percebeu-se que a taxa de 70% era maior do que a taxa de ocupação decorrente dos afastamentos obrigatórios. Devido a essa incoerência, adotou-se a taxa de ocupação decorrente dos afastamentos obrigatórios, para todos esses lotes.

Outros ajustes foram realizados no Anexo II, alguns como correção e outros em decorrência das alterações citadas acima. Por exemplo, faltou incluir os lotes 2387 e 2397 da quadra 08.

22/08/2019

SEI/GDF - 26017834 - Nota Técnica

Retirou-se das observações a informação "corpo", pois não se aplicava ao PLC e sim ao PPCUB. O texto que tratava sobre a forma de definição da cota-de-soleira que fazia remissão ao corpo da lei do PPCUB.

Para esclarecer quanto à realização de consultas às concessionárias de serviços públicos, foi anexado ao 00390-00000885/2019-09, o processo SEI nº 00390-00001533/2019-62, no qual constam os Ofícios expedidos pela Unidade de Aprovação e Licenciamento de Infraestruturas Urbanas e Parcelamento do Solo da Coordenação Intersetorial de Regularização e Novos Parcelamentos (20049734,20050623,20050962,20051173).

- A CEB respondeu por meio da Carta SEI-GDF nº 407/2019 - CEB-D/DD/DC/GCAC (20121918), emitida em 27/03/2019, que "(...) há viabilidade técnica de fornecimento de energia elétrica ao empreendimento, objeto da consulta, desde que o responsável pelo empreendimento satisfaça as condições regulatórias (...)".
- A NOVACAP respondeu por meio do Despacho SEI-GDF NOVACAP/PRES/DU (20180774), em 28/03/2019 " (...) informamos que caso sejam mantidas as características da urbanização atual, inclusive com a taxa de impermeabilização no interior dos lotes, o sistema de drenagem existente e projetado atendem"

Cabe esclarecer que a norma urbanística vigente para o SIG (NGB 52/88, NGB 54/88, NGB 55/88, entre outras) não determinava taxa de permeabilidade para os lotes e, da mesma forma, não foi prevista a obrigatoriedade no PLC.

- A CAESB respondeu por meio do Despacho SEI-GDF CAESB/DE/EPR/EPRC (20412735), em 02/04/2019, que "Mantidas as características urbanísticas e considerando os usos/atividades permitidas, conforme apresenta-se na Planilha – Anexo I da Proposta de Lei Complementar do SIG, os sistemas de abastecimento de água e de esgotos têm condições de dar continuidade ao atendimento do Setor."

A OI respondeu por meio da CT nº044/2019 (24251366), em 03/06/2019, "que existe impacto com relação a rede de telecomunicações no Setor de Indústrias Gráficas - SIG - Brasília/DF, para melhor análise solicitamos croqui com a Identificação dessas alterações. Quanto à possibilidade de remanejamento da rede telefônica, será através de orçamento cobrável, onde precisaremos do projeto construtivo com as devidas cotas e amarrações."

Encontra-se em elaboração na Coordenação de Projetos da Subsecretaria de Planejamento Urbano – COPROJ/SUPLAN o projeto de requalificação viária e de acessibilidade do SIG, relativo ao processo nº SEI 00390-00000945-2019-85.

Após a realização das alterações, o PLC do SIG (24257567) Anexo I (24257184) e Anexo II (24285838) foram encaminhados para apreciação do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN.

Foram destacados para a elaboração do relato do PLC os conselheiros **Carolina Baima Cavalcanti**, membro titular – IAB e **Ovídio Maia Filho**, membro suplente representante – FECOMÉRCIO.

No dia 25/07/2019 foi realizada, nesta Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH, a 163ª Reunião Ordinária do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN na qual foram apresentados os relato e voto acerca do Projeto de Lei Complementar do Setor de Indústrias Gráficas – PLC do SIG.

Após a leitura do relato, foi realizada a votação. O PLC do SIG foi aprovado por unanimidade.

Embora o relato apresentado tenha aprovado o PLC, sugeriu caso fosse possível, o atendimento às seguintes recomendações:

Anexo I e Anexo II

1. Inclusão do uso residencial nas Quadras 3, 6 e 8, em edifícios de uso misto (com comércio e serviços no térreo);

22/08/2019

SEI/GDF - 26017834 - Nota Técnica

2. Inclusão uso "academia de ginástica" para as Quadras 1, 2, 4, 6 e 8;
3. Inclusão de atividade de educação profissionalizante para o lote 800 (Imprensa Nacional) Quadra 6;
4. Incluir possibilidade de instalação de antenas para celulares, com a definição dos respectivos parâmetros.
5. Quadra 3, Lotes – A, E, F e G; excluir a caixa d'água da contabilização da altura máxima de 6,0m, pois tal altura é insuficiente para a pressão adequada da água; e incluir a possibilidade de subsolo optativo, não computado na taxa máxima de construção conforme regra aplicada tanto para os módulos quanto para os lotes maiores.
6. Excluir da observação 17 os lotes das Quadra 1 e 8 onde já existe um grande desnível, mesmo sem movimentação de terra.
7. Incluir a possibilidade de remembramento sem a análise da COPRESB/SUGEST/SEDUH, na observação 18, para até 4 lotes na Quadra 6, onde os lotes são menores.

As recomendações foram analisadas tecnicamente e concluídas da seguinte forma:

1. O uso habitacional será analisado no PPCUB com a realização de estudos para subsidiar sua inclusão;
2. A atividade 93.13-1 "Atividades de condicionamento físico" dentro do uso institucional, já compreende academia de ginástica e está prevista para as Quadras 1,2,4,6 e 8, à exceção do lote 800 da Quadra 6 (Imprensa Nacional);
3. Sobre a possibilidade de instalação de antenas de celulares, deve aguardar a aprovação da legislação específica;
4. Foi incluída a atividade de educação profissionalizante para o lote 800 (Imprensa Nacional) Quadra 6, sem prejuízo das demais atividades propostas para o lote;
5. Para os lotes A, E, F e G da Quadra 3: foi excluída a caixa d'água da altura máxima de 6m; não foi aceita a possibilidade de o subsolo ser desconsiderado do cálculo do coeficiente de aproveitamento, devido ao fato deste assunto ser pertinente ao Código de Obras e Edificações do DF;
6. Não se justifica a exceção para os lotes da Quadra 1 e 8 da observação 17, pois a proibição é para provocação de afloramento. Se o perfil natural do terreno for inclinado, o subsolo pode naturalmente ser aflorado. Entretanto, justifica-se que a proibição recaia somente para os novos empreendimentos. Logo, sugere-se que a proibição de provocar o afloramento do subsolo não recaia sobre projetos habilitados e obras licenciadas.
7. A solicitação para a permissão de remembramento de até 4 lotes para a Quadra 6, sem a análise prévia da COPRESB/SUGEST/SEDUH, não é coerente com a dinâmica que se pretende para o SIG. Pois entende-se que seja importante que haja variedade de portes de edificações.

Ante o exposto, considerando concluídos os procedimentos técnicos pertinentes a esta unidade, encaminhamos a minuta do Projeto de Lei Complementar (25890420), Anexo I (25891262) e Anexo II (25892177).

Scylla Watanabe

Diretora da Diretoria de Preservação
DIPRE/COPRESB/SUGEST/SEDUH

Laura Girade Corrêa Borges

Coordenadora Substituta da Coordenação de Preservação
COPRESB/SUGEST/SEDUH

22/08/2019

SEI/GDF - 26017834 - Nota Técnica

SEI/AS - 000047



Documento assinado eletronicamente por SCYLLA SETSUKO GUIMARAES WATANABE MAZZONI - Matr.0126498-2, Diretor(a) de Preservação, em 02/08/2019, às 11:32, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por LAURA GIRADE CORREA BORGES - Matr. 0274712-X, Diretor(a) de Gestão do Conjunto Urbanístico de Brasília Área 1, em 02/08/2019, às 11:35, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= 26017834 código CRC= 84387368.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 13/14 - Bairro Asa Sul - CEP 70306918 - DF

00390-00000885/2019-09

Doc. SEI/GDF 26017834



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL – SETAS – 000048
Secretaria de Estruturação, Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH
Subsecretaria de Política e Planejamento Urbano – SUPLAN
Coordenação de Planejamento e Sustentabilidade Urbana – COPLAN
Quartel de Engenharia e Estudos Territoriais – DIMOT

Nota Técnica nº 02/2019 – DIMOT/COPLAN/SUPLAN/SEDUH

IMPACTO NA MOBILIDADE URBANA A PARTIR DA DINAMIZAÇÃO DE USOS PARA O SETOR DE INDÚSTRIAS GRÁFICAS – SIG

I. Introdução

Esta nota técnica (nº 02/2019) tem como objetivo fornecer informações estimadas acerca do impacto na mobilidade do Setor de Indústrias Gráficas – SIG, que seria esperado a partir da aprovação de Projeto de Lei Complementar – PLC desta secretaria, que visa a dinamização e a regularização de usos e atividades na localidade.

O PLC absorveu os usos implantados atualmente no SIG, resultando na regularização da situação de empreendimentos que se estabeleceram na localidade após um processo de queda da atividade de gráficas e serviços de transmissão e recepção de rádio e televisão, previstos na norma original e vigente.

Espera-se que o impacto local na mobilidade esteja relacionado com a diversidade de usos e atividades previstos para a localidade, ou seja, a capacidade desta nova situação configurar ou não elemento atrativo de viagens. Espera-se que com o PLC aprovado ocorra um aumento da dinâmica imobiliária, com uma conversão dos usos originais, e um maior aproveitamento do solo enquanto forma de garantir a função social da propriedade. Entende-se ainda que os empreendimentos locais que operam de maneira irregular já refletem um maior diversidade de usos que a norma vigente.

Procurou-se estimar o impacto na mobilidade local, qualitativamente e quantitativamente, a partir do incremento de viagens atraídas para o Setor após o possível desenvolvimento desses novos empreendimentos. Ao fim, é realizada uma breve descrição do projeto de requalificação do SIG, objeto de projeto em desenvolvimento pela Coordenação de Projetos da Subsecretaria de Planejamento e Política Urbana – COPROJ/SUPLAN.

II. Metodologia

A simulação de impacto na mobilidade apresentada por este estudo foi estruturada no cálculo aproximado do acréscimo de viagens que serão atraídas a partir da implantação dos usos propostos pelo PLC, considerando o SIG como uma área que atraiem viagens, organizando-os em cenários, que consideram o incremento de área construída ao longo dos anos. A definição dos cenários de estudo foi estruturada a partir da expectativa do comportamento das dinâmicas urbanas a partir da permissão de novos usos no SIG, ainda que tais usos já se encontrem em operação de maneira irregular.

O estudo efetuou uma avaliação da ocupação atual no Setor por meio de vistorias no intuito de identificar imóveis que apresentam potencial de renovação frente à possibilidade de implantação dos novos usos e atividades do PLC.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO, HABITAÇÃO, SANEAMENTO E PLANEJAMENTO URBANO – SEDUH
 SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO – SUPLAN
 CONSELHO DE PLANEJAMENTO SUSTENTABILIDADE URBANA – COPOLU
 COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO – COMDET

SETAS – 000049

Em análise da evolução temporal, foi possível perceber que houve pouca variação da dinâmica de usos operante do Setor desde de 2016, data da pesquisa Origem – Destino (O-D) utilizada como referência, até os dias atuais. Foi considerada, portanto, a dinâmica de usos e atividades em 2016 e 2019 similares para fins deste estudo. Essa aproximação permitiu o cálculo da Taxa de Geração de Viagens – TGV, que estima o número de viagens por m² em determinada configuração urbana, por meio da razão entre o número de viagens destinadas ao Setor (Pesquisa O-D¹) e a área total construída dos imóveis na localidade (dados da Restituição da Secretaria de Estado de Fazenda - 2016²).

$$TGV = \frac{\text{Número total de viagens destinadas ao SIG}^3}{\text{Área total construída em 2016}}$$

A consolidação edilícia obtida em levantamento de restituição por sensoriamento remoto efetuado em 2016 apresenta a área construída total para cada lote implantado no território, sendo a mesma base de cálculo utilizada para cobrança do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU. Para o dimensionamento do número de viagens atraídas para o Setor foram utilizados os dados fornecidos pela pesquisa Origem/Destino elaborada para o Plano de Desenvolvimento do Transporte Público sobre Trilhos do Distrito Federal – PDTT/DF, em que foram adotados os resultados para a Zona de Tráfego n° 12106, coincidente com a localidade do SIG (Figura 1).

¹ A pesquisa Origem e Destino foi realizada no âmbito do Plano Diretor de Transporte sobre Trilhos, disponível em: http://www.metro.df.gov.br/?page_id=40044. Acessado em: 20 de agosto de 2019.

² A restituição dos imóveis encontra-se disponível em: https://www.geoportal.seduh.df.gov.br/static/shapes_download/Edifica%C3%A7%C3%A3o.zip. Acessado em: 20 de agosto de 2019.

³ O Setor de Indústrias Gráficas – SIG compreende uma única Zona de Tráfego (12106) da Pesquisa Origem – Destino do PDTT.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SETAS - 000050

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH
Subsecretaria de Política e Planejamento Urbano - SUPPLAN
Coordenação de Planejamento e Sustentabilidade Urbana - COPLAU
Diretoria de Planejamento e Estudos Territoriais - DIPAOT



REBRAS - PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO TRANSPORTE PÚBLICO SOBRE TRILHOS DO DISTRITO FEDERAL - PDTH/DF
VERSÃO 04/2014
Cópia: 1/1/14

Projeto de Lei nº 1.311/2014 - Lei nº 1.311/2014 - Lei nº 1.311/2014 - Lei nº 1.311/2014

Figura 1 – Zona de Tráfego do SIG conforme zoneamento do PDTH

A metodologia consiste na construção e comparação entre o cenário base e os cenários I e II, de modo a identificar as variações no volume de viagens atraídas para o setor.

No Cenário I é definido pela quantidade de viagens atraídas para o Setor por modo (transporte individual, coletivo e alternativo – à pé e de bicicleta) e motivo (trabalho, estudo e outros). Além da definição dos valores absolutos e relativos da quantidade de viagens atraídas, posteriormente verifica-se a curva de viagens de forma a delimitar o Fator de Hora Pico (Figura 2), que será empregado como referência para os demais cenários de comparação.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
> SETAS - 000061 <
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDU
Subsecretaria de Políticas de Planejamento Urbano - SUPPLAN
Coordenação de Planejamento e Sustentabilidade Urbana - COPPLAN
Diretoria de Monitoramento e Estudos Territoriais - DETAOT



Figura 2 – Distribuição de Viagens por período e modo

Para definição da taxa de geração foi extraída da área total edificada o total correspondente aos imóveis identificados como “abandonados” pela vistoria técnica realizada. O número de viagens atraídas para o Setor foi calculada, e posteriormente aplicada a

$$\text{Cenário I} = \left| \begin{array}{l} \text{Área total} \\ \text{construída} \\ \text{em 2016} \end{array} - \begin{array}{l} \text{Área construída} \\ \text{dos imóveis} \\ \text{abandonados} \end{array} \right| \times \text{TGV}$$

No Cenário II buscou-se calcular aproximadamente o incremento de área construída nos terrenos que configuram empreendimentos que não se consolidaram até o momento (imóveis abandonados, à venda, subutilizados e em obras). Esse cenário considera que a alteração da legislação urbanística vigente impulsionará a abertura de novos empreendimentos e a busca pelo desenvolvimento do máximo potencial construtivo desses imóveis.

$$\text{Cenário II} = \text{Cenário I} + \left| \begin{array}{l} \text{diferença para a área} \\ \text{máxima do potencial} \\ \text{construtivo nos imóveis} \\ \text{não consolidados} \end{array} \right| \times \text{TGV}$$

O Cenário III, ilustra uma situação onde os imóveis vazios seriam objeto de empreendimentos novos que atuariam implantando o máximo do aproveitamento construtivo permitido pela nova legislação urbanística proposta. Este seria o cenário mais crítico do ponto de vista da mobilidade, onde se espera que o máximo do potencial construtivo ainda não edificado seja implementado, mesmo que isso ocorra a longo prazo.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

> SETAS - 000052 <

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH

Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano - SUPPLAN

Coordenação de Planejamento e Sustentabilidade Urbana - COPPLAN

Unidade de Planejamento e Estudos Territoriais - DITAGT

$$\text{Cenário III} = \text{Cenário II} + \left| \begin{array}{c} \text{Área máxima do} \\ \text{potencial construtivo} \\ \text{nos imóveis vazios} \end{array} \right| \times \text{TGV}$$

Complementarmente aos Cenários II e III, foi realizado um ajuste de forma a simular o efeito da alteração de uso do SIG ao longo do tempo. Nesse sentido, adotou-se como hipótese que a distribuição vigente do SIG tende a se aproximar à distribuição presente no Distrito Federal no longo prazo, com uma melhor distribuição entre as atividades e o modal de deslocamento (tabela 1).

Tabela 1 – Distribuição dos Usos e Motivos de Viagens do Distrito Federal e do SIG

Localidade	Modo			Motivo		
	TA	TC	TI	Estudo	Outros	Trabalho
DF	21,6%	32,5%	45,9%	24,5%	26,7%	48,7%
SIG	6,5%	26,8%	66,7%	9,1%	24,4%	66,5%

Fonte: Pesquisa Origem e Destino – 2016. Plano Diretor de Transporte sobre trilhos.

Disponível em: http://www.metro.df.gov.br/?page_id=40044. Acessado em: 20 de agosto de 2019.

III. Resultados

a. Análise temporal da evolução da dinâmica de usos no Setor

Utilizou-se os dados produzidos para subsidiar o Plano de Desenvolvimento do Transporte Público sobre Trilhos do Distrito Federal – PDTT/DF para buscar compreender a dinâmica de mobilidade na região do SIG. Os dados utilizados foram calculados para a Zona de Tráfego nº12106. O SIG atrai 11.308 viagens durante o dia típico, com uma concentração no período das 06 às 09 horas da manhã (Figura 1), com o motivo principal de trabalho (66,5% do total de viagens atraídas pelo setor), seguido de outros motivos (24,4% do total de viagens) e, por fim, estudo (aproximadamente 9% do total de viagens).

Observando a distribuição espacial da origem, se destaca uma relação direta de proximidade entre as cidades e o setor, com uma concentração das viagens originadas nas Regiões Administrativas do Plano Piloto (2.304 viagens) e do Sudoeste / Octogonal (1.594 viagens), sendo maior parte delas realizadas pelo transporte individual (Figura 3). Nesse sentido cabe apontar um importante potencial de conversão dos modos deste deslocamento, com investimentos em infraestrutura de mobilidade ativa e de transporte público coletivo.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

> GETAG - 000053 <

Agência de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDIH)

Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano - SUPLAB

Coordenação do Planejamento e Sustentabilidade Urbana - ECUPL

Departamento de Planejamento e Estudos Territoriais - DPLAT

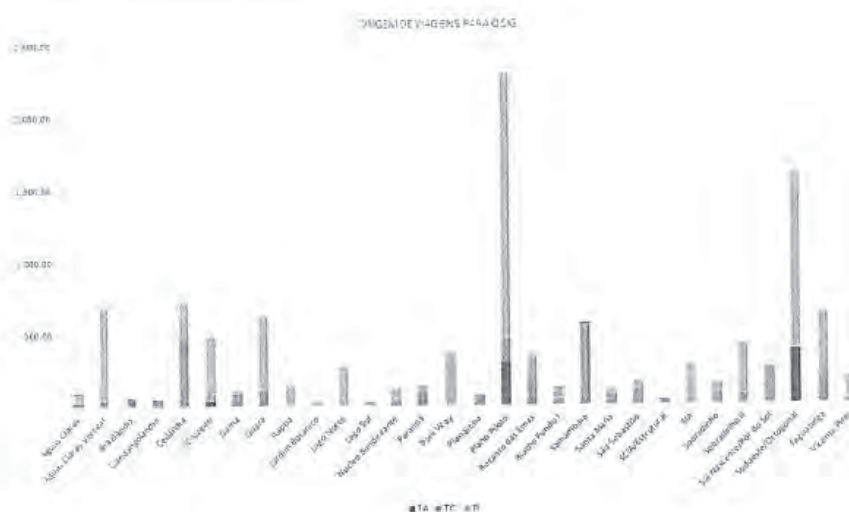


Figura 3 – Distribuição de viagens por Região Administrativa com destino ao SIG

b. Análise da dinâmica de uso e ocupação do solo

A configuração atual do Setor apresenta diversidade de usos muito similar à composição proposta pelo PLC. Por meio de vistoria da equipe técnica foi possível identificar que 37% dos usos do setor permanece com o Uso Industrial da proposta original do SIG, enquanto observa-se um crescimento dos usos de prestação de serviços (28%).

	área dos terrenos	nº de terrenos	%
Comercial	20.315,23	31,00	4%
Industrial	197.868,75	32,00	37%
Institucional	83.197,60	23,00	16%
PMU	27.783,51	3,00	5%
Prestação de serviços	152.629,43	56,00	28%
Inativo	54.483,24	21,00	10%
Total Geral	536.277,75	166,00	

Observou-se que a dinâmica de substituição de usos continua a ocorrer de maneira contida, onde são observadas edificações em processo de renovação e alguns anúncios de venda e aluguel de imóveis, muitos voltados para o uso habitacional. As situações de uso residencial observadas se apresentam em configurações de uso misto, em sobrelojas ou pavimentos superiores às atividades de indústria e comércio.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

> SETAS - 000054 <

Secretaria de Estudos e Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano - SUPPLAN
Coordenação de Planejamento e Sustentabilidade Urbana - COPLAN
Departamento de Planejamento e Estudos Territoriais - DITOT



USO E OCUPAÇÃO DO SOLO - 199
Setor de Indústrias em 1992/1993

Uso não consolidado
Comercial
Industrial
Prestação de serviços
Agricultural
Residencial

Imagem: 1992-1993, 1993-1994, 1994-1995, 1995-1996, 1996-1997, 1997-1998, 1998-1999, 1999-2000, 2000-2001, 2001-2002, 2002-2003, 2003-2004, 2004-2005, 2005-2006, 2006-2007, 2007-2008, 2008-2009, 2009-2010, 2010-2011, 2011-2012, 2012-2013, 2013-2014, 2014-2015, 2015-2016, 2016-2017, 2017-2018, 2018-2019, 2019-2020, 2020-2021, 2021-2022, 2022-2023, 2023-2024, 2024-2025, 2025-2026, 2026-2027, 2027-2028, 2028-2029, 2029-2030, 2030-2031, 2031-2032, 2032-2033, 2033-2034, 2034-2035, 2035-2036, 2036-2037, 2037-2038, 2038-2039, 2039-2040, 2040-2041, 2041-2042, 2042-2043, 2043-2044, 2044-2045, 2045-2046, 2046-2047, 2047-2048, 2048-2049, 2049-2050, 2050-2051, 2051-2052, 2052-2053, 2053-2054, 2054-2055, 2055-2056, 2056-2057, 2057-2058, 2058-2059, 2059-2060, 2060-2061, 2061-2062, 2062-2063, 2063-2064, 2064-2065, 2065-2066, 2066-2067, 2067-2068, 2068-2069, 2069-2070, 2070-2071, 2071-2072, 2072-2073, 2073-2074, 2074-2075, 2075-2076, 2076-2077, 2077-2078, 2078-2079, 2079-2080, 2080-2081, 2081-2082, 2082-2083, 2083-2084, 2084-2085, 2085-2086, 2086-2087, 2087-2088, 2088-2089, 2089-2090, 2090-2091, 2091-2092, 2092-2093, 2093-2094, 2094-2095, 2095-2096, 2096-2097, 2097-2098, 2098-2099, 2099-2100, 2100-2101, 2101-2102, 2102-2103, 2103-2104, 2104-2105, 2105-2106, 2106-2107, 2107-2108, 2108-2109, 2109-2110, 2110-2111, 2111-2112, 2112-2113, 2113-2114, 2114-2115, 2115-2116, 2116-2117, 2117-2118, 2118-2119, 2119-2120, 2120-2121, 2121-2122, 2122-2123, 2123-2124, 2124-2125, 2125-2126, 2126-2127, 2127-2128, 2128-2129, 2129-2130, 2130-2131, 2131-2132, 2132-2133, 2133-2134, 2134-2135, 2135-2136, 2136-2137, 2137-2138, 2138-2139, 2139-2140, 2140-2141, 2141-2142, 2142-2143, 2143-2144, 2144-2145, 2145-2146, 2146-2147, 2147-2148, 2148-2149, 2149-2150, 2150-2151, 2151-2152, 2152-2153, 2153-2154, 2154-2155, 2155-2156, 2156-2157, 2157-2158, 2158-2159, 2159-2160, 2160-2161, 2161-2162, 2162-2163, 2163-2164, 2164-2165, 2165-2166, 2166-2167, 2167-2168, 2168-2169, 2169-2170, 2170-2171, 2171-2172, 2172-2173, 2173-2174, 2174-2175, 2175-2176, 2176-2177, 2177-2178, 2178-2179, 2179-2180, 2180-2181, 2181-2182, 2182-2183, 2183-2184, 2184-2185, 2185-2186, 2186-2187, 2187-2188, 2188-2189, 2189-2190, 2190-2191, 2191-2192, 2192-2193, 2193-2194, 2194-2195, 2195-2196, 2196-2197, 2197-2198, 2198-2199, 2199-2200, 2200-2201, 2201-2202, 2202-2203, 2203-2204, 2204-2205, 2205-2206, 2206-2207, 2207-2208, 2208-2209, 2209-2210, 2210-2211, 2211-2212, 2212-2213, 2213-2214, 2214-2215, 2215-2216, 2216-2217, 2217-2218, 2218-2219, 2219-2220, 2220-2221, 2221-2222, 2222-2223, 2223-2224, 2224-2225, 2225-2226, 2226-2227, 2227-2228, 2228-2229, 2229-2230, 2230-2231, 2231-2232, 2232-2233, 2233-2234, 2234-2235, 2235-2236, 2236-2237, 2237-2238, 2238-2239, 2239-2240, 2240-2241, 2241-2242, 2242-2243, 2243-2244, 2244-2245, 2245-2246, 2246-2247, 2247-2248, 2248-2249, 2249-2250, 2250-2251, 2251-2252, 2252-2253, 2253-2254, 2254-2255, 2255-2256, 2256-2257, 2257-2258, 2258-2259, 2259-2260, 2260-2261, 2261-2262, 2262-2263, 2263-2264, 2264-2265, 2265-2266, 2266-2267, 2267-2268, 2268-2269, 2269-2270, 2270-2271, 2271-2272, 2272-2273, 2273-2274, 2274-2275, 2275-2276, 2276-2277, 2277-2278, 2278-2279, 2279-2280, 2280-2281, 2281-2282, 2282-2283, 2283-2284, 2284-2285, 2285-2286, 2286-2287, 2287-2288, 2288-2289, 2289-2290, 2290-2291, 2291-2292, 2292-2293, 2293-2294, 2294-2295, 2295-2296, 2296-2297, 2297-2298, 2298-2299, 2299-2300, 2300-2301, 2301-2302, 2302-2303, 2303-2304, 2304-2305, 2305-2306, 2306-2307, 2307-2308, 2308-2309, 2309-2310, 2310-2311, 2311-2312, 2312-2313, 2313-2314, 2314-2315, 2315-2316, 2316-2317, 2317-2318, 2318-2319, 2319-2320, 2320-2321, 2321-2322, 2322-2323, 2323-2324, 2324-2325, 2325-2326, 2326-2327, 2327-2328, 2328-2329, 2329-2330, 2330-2331, 2331-2332, 2332-2333, 2333-2334, 2334-2335, 2335-2336, 2336-2337, 2337-2338, 2338-2339, 2339-2340, 2340-2341, 2341-2342, 2342-2343, 2343-2344, 2344-2345, 2345-2346, 2346-2347, 2347-2348, 2348-2349, 2349-2350, 2350-2351, 2351-2352, 2352-2353, 2353-2354, 2354-2355, 2355-2356, 2356-2357, 2357-2358, 2358-2359, 2359-2360, 2360-2361, 2361-2362, 2362-2363, 2363-2364, 2364-2365, 2365-2366, 2366-2367, 2367-2368, 2368-2369, 2369-2370, 2370-2371, 2371-2372, 2372-2373, 2373-2374, 2374-2375, 2375-2376, 2376-2377, 2377-2378, 2378-2379, 2379-2380, 2380-2381, 2381-2382, 2382-2383, 2383-2384, 2384-2385, 2385-2386, 2386-2387, 2387-2388, 2388-2389, 2389-2390, 2390-2391, 2391-2392, 2392-2393, 2393-2394, 2394-2395, 2395-2396, 2396-2397, 2397-2398, 2398-2399, 2399-2400, 2400-2401, 2401-2402, 2402-2403, 2403-2404, 2404-2405, 2405-2406, 2406-2407, 2407-2408, 2408-2409, 2409-2410, 2410-2411, 2411-2412, 2412-2413, 2413-2414, 2414-2415, 2415-2416, 2416-2417, 2417-2418, 2418-2419, 2419-2420, 2420-2421, 2421-2422, 2422-2423, 2423-2424, 2424-2425, 2425-2426, 2426-2427, 2427-2428, 2428-2429, 2429-2430, 2430-2431, 2431-2432, 2432-2433, 2433-2434, 2434-2435, 2435-2436, 2436-2437, 2437-2438, 2438-2439, 2439-2440, 2440-2441, 2441-2442, 2442-2443, 2443-2444, 2444-2445, 2445-2446, 2446-2447, 2447-2448, 2448-2449, 2449-2450, 2450-2451, 2451-2452, 2452-2453, 2453-2454, 2454-2455, 2455-2456, 2456-2457, 2457-2458, 2458-2459, 2459-2460, 2460-2461, 2461-2462, 2462-2463, 2463-2464, 2464-2465, 2465-2466, 2466-2467, 2467-2468, 2468-2469, 2469-2470, 2470-2471, 2471-2472, 2472-2473, 2473-2474, 2474-2475, 2475-2476, 2476-2477, 2477-2478, 2478-2479, 2479-2480, 2480-2481, 2481-2482, 2482-2483, 2483-2484, 2484-2485, 2485-2486, 2486-2487, 2487-2488, 2488-2489, 2489-2490, 2490-2491, 2491-2492, 2492-2493, 2493-2494, 2494-2495, 2495-2496, 2496-2497, 2497-2498, 2498-2499, 2499-2500, 2500-2501, 2501-2502, 2502-2503, 2503-2504, 2504-2505, 2505-2506, 2506-2507, 2507-2508, 2508-2509, 2509-2510, 2510-2511, 2511-2512, 2512-2513, 2513-2514, 2514-2515, 2515-2516, 2516-2517, 2517-2518, 2518-2519, 2519-2520, 2520-2521, 2521-2522, 2522-2523, 2523-2524, 2524-2525, 2525-2526, 2526-2527, 2527-2528, 2528-2529, 2529-2530, 2530-2531, 2531-2532, 2532-2533, 2533-2534, 2534-2535, 2535-2536, 2536-2537, 2537-2538, 2538-2539, 2539-2540, 2540-2541, 2541-2542, 2542-2543, 2543-2544, 2544-2545, 2545-2546, 2546-2547, 2547-2548, 2548-2549, 2549-2550, 2550-2551, 2551-2552, 2552-2553, 2553-2554, 2554-2555, 2555-2556, 2556-2557, 2557-2558, 2558-2559, 2559-2560, 2560-2561, 2561-2562, 2562-2563, 2563-2564, 2564-2565, 2565-2566, 2566-2567, 2567-2568, 2568-2569, 2569-2570, 2570-2571, 2571-2572, 2572-2573, 2573-2574, 2574-2575, 2575-2576, 2576-2577, 2577-2578, 2578-2579, 2579-2580, 2580-2581, 2581-2582, 2582-2583, 2583-2584, 2584-2585, 2585-2586, 2586-2587, 2587-2588, 2588-2589, 2589-2590, 2590-2591, 2591-2592, 2592-2593, 2593-2594, 2594-2595, 2595-2596, 2596-2597, 2597-2598, 2598-2599, 2599-2600, 2600-2601, 2601-2602, 2602-2603, 2603-2604, 2604-2605, 2605-2606, 2606-2607, 2607-2608, 2608-2609, 2609-2610, 2610-2611, 2611-2612, 2612-2613, 2613-2614, 2614-2615, 2615-2616, 2616-2617, 2617-2618, 2618-2619, 2619-2620, 2620-2621, 2621-2622, 2622-2623, 2623-2624, 2624-2625, 2625-2626, 2626-2627, 2627-2628, 2628-2629, 2629-2630, 2630-2631, 2631-2632, 2632-2633, 2633-2634, 2634-2635, 2635-2636, 2636-2637, 2637-2638, 2638-2639, 2639-2640, 2640-2641, 2641-2642, 2642-2643, 2643-2644, 2644-2645, 2645-2646, 2646-2647, 2647-2648, 2648-2649, 2649-2650, 2650-2651, 2651-2652, 2652-2653, 2653-2654, 2654-2655, 2655-2656, 2656-2657, 2657-2658, 2658-2659, 2659-2660, 2660-2661, 2661-2662, 2662-2663, 2663-2664, 2664-2665, 2665-2666, 2666-2667, 2667-2668, 2668-2669, 2669-2670, 2670-2671, 2671-2672, 2672-2673, 2673-2674, 2674-2675, 2675-2676, 2676-2677, 2677-2678, 2678-2679, 2679-2680, 2680-2681, 2681-2682, 2682-2683, 2683-2684, 2684-2685, 2685-2686, 2686-2687, 2687-2688, 2688-2689, 2689-2690, 2690-2691, 2691-2692, 2692-2693, 2693-2694, 2694-2695, 2695-2696, 2696-2697, 2697-2698, 2698-2699, 2699-2700, 2700-2701, 2701-2702, 2702-2703, 2703-2704, 2704-2705, 2705-2706, 2706-2707, 2707-2708, 2708-2709, 2709-2710, 2710-2711, 2711-2712, 2712-2713, 2713-2714, 2714-2715, 2715-2716, 2716-2717, 2717-2718, 2718-2719, 2719-2720, 2720-2721, 2721-2722, 2722-2723, 2723-2724, 2724-2725, 2725-2726, 2726-2727, 2727-2728, 2728-2729, 2729-2730, 2730-2731, 2731-2732, 2732-2733, 2733-2734, 2734-2735, 2735-2736, 2736-2737, 2737-2738, 2738-2739, 2739-2740, 2740-2741, 2741-2742, 2742-2743, 2743-2744, 2744-2745, 2745-2746, 2746-2747, 2747-2748, 2748-2749, 2749-2750, 2750-2751, 2751-2752, 2752-2753, 2753-2754, 2754-2755, 2755-2756, 2756-2757, 2757-2758, 2758-2759, 2759-2760, 2760-2761, 2761-2762, 2762-2763, 2763-2764, 2764-2765, 2765-2766, 2766-2767, 2767-2768, 2768-2769, 2769-2770, 2770-2771, 2771-2772, 2772-2773, 2773-2774, 2774-2775, 2775-2776, 2776-2777, 2777-2778, 2778-2779, 2779-2780, 2780-2781, 2781-2782, 2782-2783, 2783-2784, 2784-2785, 2785-2786, 2786-2787, 2787-2788, 2788-2789, 2789-2790, 2790-2791, 2791-2792, 2792-2793, 2793-2794, 2794-2795, 2795-2796, 2796-2797, 2797-2798, 2798-2799, 2799-2800, 2800-2801, 2801-2802, 2802-2803, 2803-2804, 2804-2805, 2805-2806, 2806-2807, 2807-2808, 2808-2809, 2809-2810, 2810-2811, 2811-2812, 2812-2813, 2813-2814, 2814-2815, 2815-2816, 2816-2817, 2817-2818, 2818-2819, 2819-2820, 2820-2821, 2821-2822, 2822-2823, 2823-2824, 2824-2825, 2825-2826, 2826-2827, 2827-2828, 2828-2829, 2829-2830, 2830-2831, 2831-2832, 2832-2833, 2833-2834, 2834-2835, 2835-2836, 2836-2837, 2837-2838, 2838-2839, 2839-2840, 2840-2841, 2841-2842, 2842-2843, 2843-2844, 2844-2845, 2845-2846, 2846-2847, 2847-2848, 2848-2849, 2849-2850, 2850-2851, 2851-2852, 2852-2853, 2853-2854, 2854-2855, 2855-2856, 2856-2857, 2857-2858, 2858-2859, 2859-2860, 2860-2861, 2861-2862, 2862-2863, 2863-2864, 2864-2865, 2865-2866, 2866-2867, 2867-2868, 2868-2869, 2869-2870, 2870-2871, 2871-2872, 2872-2873, 2873-2874, 2874-2875, 2875-2876, 2876-2877, 2877-2878, 2878-2879, 2879-2880, 2880-2881, 2881-2882, 2882-2883, 2883-2884, 2884-2885, 2885-2886, 2886-2887, 2887-2888, 2888-2889, 2889-2890, 2890-2891, 2891-2892, 2892-2893, 2893-2894, 2894-2895, 2895-2896, 2896-2897, 2897-2898, 2898-2899, 2899-2900, 2900-2901, 2901-2902, 2902-2903, 2903-2904, 2904-2905, 2905-2906, 2906-2907, 2907-2908, 2908-2909, 2909-2910, 2910-2911, 2911-2912, 2912-2913, 2913-2914, 2914-2915, 2915-2916, 2916-2917, 2917-2918, 2918-2919, 2919-2920, 2920-2921, 2921-2922, 2922-2923, 2923-2924, 2924-2925, 2925-2926, 2926-2927, 2927-2928, 2928-2929, 2929-2930, 2930-2931, 2931-2932, 2932-2933, 2933-2934, 2934-2935, 2935-2936, 2936-2937, 2937-2938, 2938-2939, 2939-2940, 2940-2941, 2941-2942, 2942-2943, 2943-2944, 2944-2945, 2945-2946, 2946-2947, 2947-2948, 2948-2949, 2949-2950, 2950-2951, 2951-2952, 2952-2953, 2953-2954, 2954-2955, 2955-2956, 2956-2957, 2957-2958, 2958-2959, 2959-2960, 2960-2961, 2961-2962, 2962-2963, 2963-2964, 2964-2965, 2965-2966, 2966-2967, 2967-2968, 2968-2969, 2969-2970, 2970-2971, 2971-2972, 2972-2973, 2973-2974, 2974-2975, 2975-2976, 2976-2977, 2977-2978, 2978-2979, 2979-2980, 2980-2981, 2981-2982, 2982-2983, 2983-2984, 2984-2985, 2985-2986, 2986-2987, 2987-2988, 2988-2989, 2989-2990, 2990-2991, 2991-2992, 2992-2993, 2993-2994, 2994-2995, 2995-2996, 2996-2997, 2997-2998, 2998-2999, 2999-3000, 3000-3001, 3001-3002, 3002-3003, 3003-3004, 3004-3005, 3005-3006, 3006-3007, 3007-3008, 3008-3009, 3009-3010, 3010-3011, 3011-3012, 3012-3013, 3013-3014, 3014-3015, 3015-3016, 3016-3017, 3017-3018, 3018-3019, 3019-3020, 3020-3021, 3021-3022, 3022-3023, 3023-3024, 3024-3025, 3025-3026, 3026-3027, 3027-3028, 3028-3029, 3029-3030, 3030-3031, 3031-3032, 3032-3033, 3033-3034, 3034-3035, 3035-3036, 3036-3037, 3037-3038, 3038-3039, 3039-3040, 3040-3041, 3041-3042, 3042-3043, 3043-3044, 3044-3045, 3045-3046, 3046-3047, 3047-3048, 3048-3049, 3049-3050, 3050-3051, 3051-3052, 3052-3053, 3053-3054, 3054-3055, 3055-3056, 3056-3057, 3057-3058, 3058-3059, 3059-3060, 3060-3



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL > SETAG - 000055 <
Secretaria do Distrito do Desenvolvimento Urbano e Habitação - SUDH
Subsecretaria de Planejamento Urbano - SUPH
Coordenação de Planejamento e Sustentabilidade Urbana - COPAL
Área de Planejamento e Estudos Territoriais - QTH01

Entende-se como terreno subutilizado aquele edificado em situações de baixo aproveitamento de seu potencial construtivo, nos termos do art. 157, §3º, I, II e III:

Art. 157. O parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios poderão ser aplicados nos imóveis não edificados, subutilizados ou não utilizados localizados na Zona Urbana, excetuando-se:

§ 3º Considera-se solo urbano subutilizado o lote, a projeção ou a gleba edificados nas seguintes condições:

I – destinados exclusivamente ao uso residencial unifamiliar que contenham edificação cuja área seja inferior a 5% (cinco por cento) do potencial construtivo prevista na legislação urbanística;

II – destinados aos demais usos que contenham edificação cuja área seja inferior a 20% (vinte por cento) do potencial construtivo prevista na legislação urbanística;

III – áreas ocupadas por estacionamentos ou atividades em lotes, projeções ou glebas com uso ou atividade diferente do estabelecida na legislação urbanística, com ou sem edificações precárias, desde que o uso não seja justificado por estudo de demanda.

Atualmente, encontram-se na situação de terrenos subutilizados 7 terrenos, o que representa 9% da área total, cerca de 47.667m², configurando área significativa para aplicação do instrumento de Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios no intuito de promover a dinamização de áreas centrais como o SIG.



CONFIRMAÇÃO DOS USOS APÓS APROVAÇÃO DO PUC
Cantone (Amarelo) - Lote 1218 (12/10/2019)

LEGENDA
Cantone Desconhecido

Imagem de satélite de 2019

Imagem de satélite de 2019 (Imagem de satélite de 2019)

Coordenadora de Planejamento Urbano - SUPH
Coordenadora de Planejamento Urbano - SUPH
Coordenadora de Planejamento Urbano - SUPH



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SETAS – 000056 <
Secretaria de Planejamento Urbano e Habitação – DPUH
Subsecretaria de Planejamento Urbano – SUPUH
Comitê Especial de Planejamento e Sustentabilidade Urbana – CESPUR
Secretaria de Administração – SEAD/DF – 3040

Por fim, identificamos que a diversidade de usos proposta pelo PLC seria capaz de regularizar todas as atividades implantadas atualmente no SIG, com exceção das situações de uso misto residencial, que foram identificadas na vistoria realizada.

c. Análise cenários

Definição da TGV

Para definição do TGV, foi considerado um total de 11.308 viagens e um 696.976,14 m² de área construída no setor. Aplicando os valores à equação definida para determinação do TGV tem-se como resultado o valor de 0,0162 viagens/m², compreendendo a dinâmica vigente do setor.

Definição da Fator Hora Pico - FHP

Foi calculado o FHP conforme distribuição horária do setor, resultando na concentração de 39,8% do total de viagens no período de 4 horas da manhã.

Cenário 1 – Situação 2016 (atual)

O resultado base do cenário de referência é destacado nas Tabelas 2 e 3. O volume de viagens atraídas durante o dia típico (Tabela 2) e o horário pico (Tabela 3) por modo e motivo encontram-se fortemente pautados no transporte individual – contudo, com um leve incremento do uso do Transporte Coletivo no horário pico. Destaca-se ainda a necessidade para estimar um valor de referência para viagens atraídas por motivo estudo no modo Alternativo e Coletivo, sendo resultado da aplicação do FHP no valor diário para os respectivos campos, cujos valores encontram-se grifados na Tabela 3.

CENÁRIO 1 – Dia Típico				
Distribuição SIG/2016 - viagens geral				
	Estudo	Outros	Trabalho	Total Geral
TA	33	373	319	726
TC	129	129	2.761	3.019
TI	866	2.236	4.500	7.502
Total Geral	1.028	2.739	7.480	11.247
	9%	24%	67%	

Tabela 2 – Cenário 1 (Dia Típico)



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL > SETAS - 000057 <
Secretaria do Estado de Infraestrutura Urbana e Habitação - SEIU
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano - SUPLAN
Coordenação de Planejamento e Sustentabilidade Urbana - COPPLU
Área de Desenvolvimento e Estudos Territoriais - TUMOT

CENÁRIO 1.1 – Hora Pico					
Distribuição SIG/2016 – viagens geral					
	Estudo	Outros	Trabalho	Total Geral	
TA	13	66	106	185	4%
TC	51	75	1.445	1.571	35%
TI	452	457	1.839	2.747	61%
Total Geral	516	597	3.390	4.503	
	11%	13%	75%		

Tabela 3 – Cenário I (Hora pico)

Cenário II – Projeção em 5 anos

O segundo cenário considera a ocupação dos imóveis abandonados, além da conversão dos imóveis que se encontram subutilizados nos termos definidos pelo Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, aprovado pela Lei Complementar nº 803, de 5 de abril de 2009. Nesse sentido, os lotes que apresentam potencial construído inferior a 20% do coeficiente permitido, além das áreas utilizadas como estacionamentos, foram considerados como construídos neste cenário. Ainda, para a determinação da área total deste cenário foram agregadas as áreas dos imóveis identificados como em obras, resultando em um acréscimo à área do primeiro cenário de 144.821,37m², totalizando 841.797,50 m² de área construída.

A quantidade de viagens foi definida aplicando a TGV ao total construído do cenário, resultando em 13.657 viagens/dia, e 5.534 viagens na hora pico, considerando a mesma distribuição do Cenário 1 (Tabela 4), resulta em um impacto linear nos modos de deslocamento e no total de viagens na ordem de 21% em relação ao cenário base.

CENÁRIO 2 – Hora Pico				
FHP = 0,397909 (Pico - 06 as 10) - distribuição SIG				
	Trabalho	Estudo	Outros	Total Geral
TA	168	26	30	223
TC	1.427	217	251	1.896
TI	2.496	380	440	3.315
Total Geral	4.091	623	721	5.434
	11%	13%	75%	

Tabela 4 – Cenário II (Hora pico)

No entanto, conforme descrito na metodologia, adota-se como hipótese a aproximação da distribuição modal e dos motivos de viagens com o padrão observado para o Distrito Federal (Tabela 1), com uma consolidação do SIG como setor de serviços e comércio, com os usos permitidos pelo PLC. Nesse caso, tem-se como resultado um impacto proporcional à distribuição modal (não linear) – Tabela 5, sendo maior no caso do Transporte Alternativo (a pé e bicicleta – 533% em relação ao cenário base), seguido do Transporte Coletivo 13% em relação ao cenário base) e podendo ocorrer uma redução do percentual de viagens por Transporte Individual (-9%



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL > SETAS - 000058 <
Secretaria de Estudos e Planejamento Urbano e Habitacional - SEDH
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano - SUPH
Coordenação de Planejamento e Sustentabilidade Urbana - COPLUR
Diretoria de Modelos e Estudos Territoriais - DDET

em relação ao cenário I), especialmente se houver uma migração de modos – do TI para o TA, propiciado pelo investimento na infraestrutura de mobilidade ativa, resultante em parte pelo projeto de qualificação urbana do SIG.

CENÁRIO 2.1 – Hora Pico				
FHP = 0,397909 (Pico - 06 as 10) - distribuição SIG				
	Trabalho	Estudo	Outros	Total Geral
TA	571	287	313	1.172
TC	862	434	473	1.769
TI	1.215	611	667	2.494
Total Geral	2.649	1.333	1.453	5.434
	11%	13%	75%	

Tabela 5 – Cenário II (Hora pico) ajustada à distribuição de usos e motivos do DF

Cenário III – Projeção em 10 anos

O terceiro cenário tem como base o cenário anterior, com o uso dos imóveis vazios existentes no setor. São agregados 13.776,7 m², totalizando 855.574,1m² de área total construída, a partir do coeficiente máximo definido no PLC. Como resultado, apresenta um incremento baixo no total de viagens (apenas 2% em relação ao cenário anterior e 21% em relação ao cenário base), com 5.523 viagens no período pico (Tabela 6).

CENÁRIO 3 – Hora Pico				
FHP = 0,397909 (Pico - 06 as 10) - distribuição SIG				
	Trabalho	Estudo	Outros	Total Geral
TA	171	26	30	227
TC	1.450	221	255	1.927
TI	2.537	386	447	3.370
Total Geral	4.158	633	732	5.523
	11%	13%	75%	

Tabela 6 – Cenário III (Hora pico)

Considerando o ajuste do cenário pela distribuição do DF, assim como no segundo cenário, observa-se um melhor resultado em termos de mobilidade – ampliando o uso do transporte alternativo, seguido do transporte coletivo e do transporte individual, este último com redução na participação relativa (Tabela 7). Contudo, esta mudança é diretamente dependente da reconfiguração dos usos do setor, além dos investimentos em transporte público, da mudança de cultura do transporte individual e de uma política de cobrança de estacionamentos na área pública.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SETAS - 000059/4
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEMUH
Subsecretaria de Planejamento e Planejamento Urbano - SUPLAM
Coordenadoria de Planejamento e Sustentabilidade Urbana - COPLA
Estado de Planejamento e Estudos Territoriais - COAOT

CENÁRIO 3.1 – Hora Pico

FHP = 0,397909 (Pico - 06 as 10) - distribuição SIG

	Trabalho	Estudo	Outros	Total Geral	
TA	581	292	318	1.191	544%
TC	876	441	481	1.798	14%
TI	1.235	621	678	2.534	-8%
Total Geral	2.692	1.354	1.477	5.523	
	11%	13%	75%		

Tabela 7 – Cenário III (Hora pico) ajustada à distribuição de usos e motivos do DF

IV Projeto de requalificação dos Espaços Públicos do SIG

Considerando o diagnóstico apresentado, destaca-se a necessidade de investimentos em ações que envolvam a qualificação dos espaços para os pedestres e ciclistas, como incentivo à migração das viagens. Nesse sentido, a proposta de requalificação dos espaços públicos do Setor de Indústrias Gráficas (SIG), na Região Administrativa do Plano Piloto – RA I, prevê reformulação de sistema viário, acessibilidade e paisagismo. A EPIG e sua derivação, junto ao Parque da Cidade, objeto do projeto do Corredor Oeste, foram também consideradas e incorporadas a esta proposta, já que aumentam a disponibilidade de um serviço de transporte de alta capacidade adjacente ao SIG.

O projeto, em síntese, prevê a melhoria das conexões entre o SIG e o Setor Sudoeste, ajustes na dimensão das pistas de rolamento de vias locais para melhoria de calçadas e de vagas de estacionamento, introdução de ciclovia, acessibilidade, arborização e urbanização de espaço livre de uso público da Quadra 6.

O Projeto de Requalificação do SIG reconhece que a transformação dos usos ocorreu ao longo dos anos e já está instalada no Setor. A presença de várias empresas de telecomunicações, escola, academia de ginástica, entidades religiosas, bares e restaurantes já implantados já geram, hoje, uma demanda por estacionamento.

Embora existam várias áreas de estacionamento, percebe-se o dimensionamento inadequado, o que gera grandes superfícies impermeabilizadas de asfalto, mas com baixo aproveitamento de vagas. Nesse sentido, o Projeto de Requalificação do Setor propõe o redesenho dos bolsões de estacionamento, assim como a criação de novas vagas de estacionamento ao longo das vias públicas, de modo a coibir as irregularidades e ilegalidades ao longo das faixas de rolamento.

O estacionamento irregular provoca uma série de problemas relacionados com retenções nos pontos de entrada e saída do setor, assim como perigo relacionado à baixa fluidez para veículos de emergência.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL > SETAS – 000060 <
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano – SUPLAN
Coordenação de Planejamento e Sustentabilidade Urbana – COPSUB
Diretoria de Infraestrutura e Estudos Territoriais – DIMEOT



Reorganização e criação de vagas de estacionamentos

Outra questão relacionada com as retenções internas do Setor, diz respeito à baixa conectividade do SIG com o Setor Sudoeste e com a EPIG, e o dimensionamento inadequado das interseções e conversões, em razão da natureza do fluxo de veículos e também do transporte coletivo.

No que se refere às conexões do Setor, a baixa capilaridade, ou seja as poucas vias de conexão, provocam o acúmulo de veículos em certos pontos. Por essa razão, o Projeto de Requalificação propõe novas conexões entre as Quadras 2 e 4, com a 1ª avenida.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

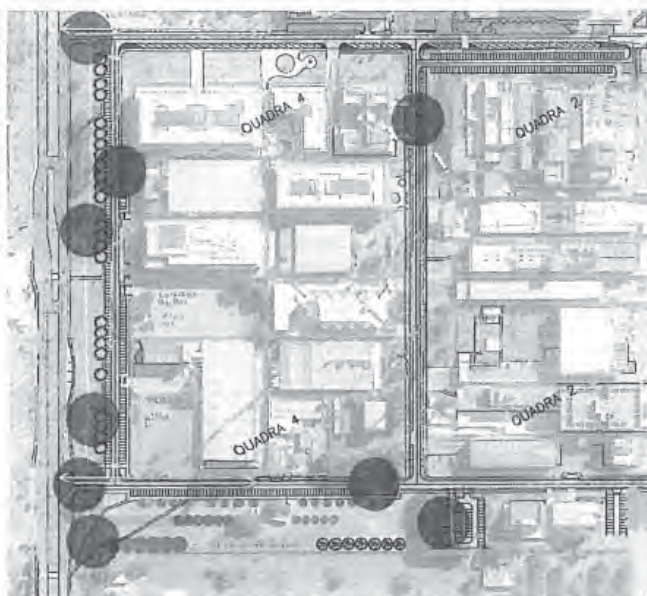
SETAS - 000061

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH

Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano - SUPPAU

Coordenação de Planejamento e Sustentabilidade Urbana - COPU/4

Divisão de Monitoramento e Estudos Territoriais - DIMEAT



Conexões à Primeira Avenida, quadras 2 e 4 e estacionamentos

Do ponto de vista do transporte público, o Setor de Indústrias Gráficas constitui um ponto de passagem para algumas linhas de ônibus que circulam em direção ao Setor Sudoeste.



Percurso Ônibus

São necessários ajustes na geometria do Setor tanto para receber pontos de parada de ônibus como para permitir melhores conexões com as vias internas do Setor Sudoeste. Atualmente, as linhas de ônibus executam suas conversões em retorno e vias sem raio de giro adequado, o que



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL > SETAS - 000062 <
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano - SUPU
Coordenação de Planejamento e Sustentabilidade Urbana - COPU
Secretaria de Monitoramento e Estudos Territoriais - DIME

leva muitas vezes a movimentos perigosos, com interrupção de mais de uma faixa de rolamento para permitir as manobras. Consequentemente, ocorre a formação de filas e engarrafamento. Visando à mitigação dessa situação são propostas novas interseções semaforizadas com a Estrada Parque Indústrias Gráficas-EPIG - e com a 1ª Avenida do Setor Sudoeste.



Conexões à Primeira Avenida, quadras 6 e 8 e estacionamentos

Outro aspecto fundamental da relação entre o SIG e o Setor Sudoeste refere-se ao fornecimento de serviços para as áreas residenciais, em especial a presença de escola, academias de ginástica, bares e restaurantes. Os impactos da circulação de veículos podem ser minimizados se forem